



© Paulino Damão

Cerimónia de abertura – 26 de março de 2013

Sr. Septime Martin, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) – Sra. Bineta Diop, Presidente de Mulheres África e Solidariedade (FAS) – Sra. Irina Bokova, Diretora geral da UNESCO – S.Ex^o. José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola – Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente da Comissão da União africana – Sr. Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República de Moçambique – Sr. Federico Mayor Zaragoza - Antigo Diretor geral da UNESCO



© Paulino Damão

Cerimónia de abertura – 26 de março de 2013

S.Ex^o. José Eduardo dos Santos,
Presidente da República de Angola



© Paulino Damão

**Lançamento da campanha “Acção para a Paz” –
25 de março 2013**

Sra. Irina Bokova, Diretora geral da UNESCO



© Paulino Damão

Cerimónia de abertura – Participantes – 26 de março 2013

Atas do Fórum Pan-africano

**Fundamentos e Recursos para uma Cultura
de Paz**

26-28 de março de 2013
Luanda, Angola

UNESCO
União Africana
Governo de Angola

As denominações utilizadas nesta publicação e a apresentação do material não implicam, por parte da Organização, qualquer tomada de posição sobre o estatuto jurídico dos países, território, cidades ou zonas de suas autoridades, nem sobre a delimitação das suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões aqui expressas são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente os pontos de vista nem de modo algum comprometem a Organização.

Publicado pela Organização (UNESCO), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP ; France

Direitos de autor 2013 Unesco

Todos os direitos reservados

Design gráfico e layout: UNESCO

Impresso por UNESCO/CLD

Paris, França

*Este documento foi realizado pela UNESCO Departamento de África
AFR-2013/WS/2*

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Programa do Fórum.....	6
Nota conceptual do Fórum	13
Organização e desenvolvimento dos trabalhos	18
<i>Cerimónia de abertura.....</i>	<i>18</i>
Sra. Irina BOKOVA - Diretora-Geral da UNESCO	19
Sr. Erastus MWENCHA - Vice-Presidente da Comissão da União Africana.....	22
S.Ex ^a . Sr. José Eduardo DOS SANTOS - Presidente da Republica de Angola	25
Sr. Federico MAYOR ZARAGOZA - Antigo Diretor-Geral da UNESCO.....	28
S.Ex ^a . Sr. Joaquim Alberto CHISSANO – Antigo presidente da República de Moçambique.....	30
Sra. Bineta Diop - Presidente de Mulheres Africa e Solidariedade (FAS).....	39
<i>Mesas Redondas.....</i>	<i>43</i>
Primeira mesa-redonda - Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África	44
Sr. Ahlin BYLL-CATARIA - Secretário executivo da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA).....	45
Sr. Lupwishi MBUYAMBA - Diretor executivo do Observatório das políticas culturais em África (OPCA)	52
Sr. Charles BINAM BIKOI - Secretário Executivo - Centro Regional de Pesquisa e Documentação sobre as Tradições Orais e Desenvolvimento das Línguas Africanas (CERDOTOLA).....	57
S.Ex ^a Sra. Rosa CRUZ e SILVA - Historiadora, Ministra da Cultura, Angola	61
S.Ex ^a Sr. Banza MUKALAY NSUNGU - Presidente da Conferência dos Ministros Africanos da Cultura (CAMC IV).....	67
Segunda mesa-redonda - O desafio dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável.....	79
S.Ex ^a . Sra. Florentina ADENIKE UKONGO - Embaixadora, Secretária Executiva Adjunta da Comissão do Golfo da Guiné.....	80
Sr. Amadou Hama MAIGA - Diretor-Geral Adjunto do Institut international d’ingénierie de l’eau et de l’environnement (2iE – Instituto Internacional de Engenharia Hidrográfica e do Ambiente) ...	83
Sr. Abou AMANI - Especialista principal do Programa Ciências da Água e hidrólogo regional para África no Gabinete da UNESCO em Nairobi	90
Terceira mesa-redonda - Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana	103
Sra. Amany ASFOUR – Presidente, associação egípcia das mulheres empreendedoras (ECOSOCC)	104

Sr. Bernard MUMPASI LUTUTALA – Secretário-geral adjunto, Conselho para o desenvolvimento da investigação em ciências sociais em África (CODESRIA)	111
Sr. Daniel DA HIEN - Coordenador da Rede Africano da Juventude, Burkina Faso (Antigo presidente dos Clubes UNESCO África)	116
<i>Sessões de ateliês</i>	121
Primeira sessão d’ateliês: Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África ..	122
Segunda sessão d’ateliês: O desafio dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável	124
Terceira sessão de ateliês: Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana	126
<i>Sessão de parcerias: Construir uma parceria multilateral em prol de uma cultura de paz em África - «Acção para a Paz»</i>	128
<i>Cerimónia de encerramento e aprovação do Relatório Final</i>	130
RELATÓRIO FINAL	131
ANEXOS	136
<i>Anexo I : PLANO DE AÇÃO A FAVOR DE UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA “ACÇÃO PARA A PAZ”</i>	136
<i>Anexo II : RESOLUÇÃO DE APOIO AO PLANO DE AÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA «ACÇÃO PARA A PAZ»</i>	145
<i>Anexo III : MOÇÃO DOS PARTICIPANTES</i>	147
<i>Anexo IV : LISTA DOS PARTICIPANTES</i>	148

Introdução

De 6 a 28 de março de 2013 teve lugar em Luanda, sob alto patrocínio de Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, o Fórum pan-africano «Fundamentos e Recursos para uma Cultura de Paz» organizado em parceria pela UNESCO, a União africana e o Governo de Angola.

Este Fórum é o resultado de uma estreita cooperação entre a UNESCO e a União africana, e tem como principal objetivo contribuir para a construção da paz em África através da promoção de uma Cultura de Paz, assente em valores intrínsecos às sociedades africanas. O Governo da República de Angola, na pessoa do seu Presidente da República S.Ex^a. José Eduardo dos Santos, comprometeu-se firmemente neste processo dando apoio financeiro e técnico de grande peso à organização deste Fórum na capital angolana.

Como indica o Plano de ação adotado pelos participantes em Plenário (anexo I), as recomendações do Fórum são dirigidas a todas as camadas da sociedade africana: dirigentes políticos, instituições nacionais e regionais, sociedade civil, associações comunitárias, movimentos juvenis, e organizações de mulheres, líderes religiosos e tradicionais, empreendedores e dirigentes do setor privado, etc. A implementação do Plano de ação deverá ser objeto de acompanhamento permanente por parte das duas instituições associadas à organização do Fórum, a União africana e a UNESCO.

O Secretariado da UNESCO e a Comissão da União africana agradecem o Governo de Angola pelo apoio, assim como a todos os participantes representando os Estados membros, as organizações da sociedade civil, as instituições académicas e os centros especializados, o setor privado, entre outros, pelo seu contributo e compromisso na promoção de uma Cultura de Paz em África.

Programa do Fórum

Terça-feira, 26 de março de 2013 – Sessão plenária

9h – 11h Cerimónia de abertura

Sra. Irina Bokova - Diretora geral da UNESCO

Sr. Erastus Mwencha – Vice-presidente da Comissão da União africana

S.Ex^a. José Eduardo dos Santos - Presidente da República de Angola

Convidados de honra:

Sr. Federico Mayor Zaragoza - Antigo Diretor geral da UNESCO

Palestrantes:

Sr. Joaquim Alberto Chissano - Antigo Presidente da República de Moçambique

Sra. Bineta Diop - Presidente de Mulheres África e Solidariedade (FAS)

Mestre de Cerimónia:

Sr. Amilcar Xavier - Jornalista, Angola

11h – 13h Mesa redonda: Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África

Sr. Ahlin Byll-Cataria - Secretário executivo da Associação para o desenvolvimento da educação em África (ADEA)

Sr. Lupwishi Mbuyamba - Diretor executivo do Observatório das políticas culturais em África (OPCA)

Sr. Charles Binam Bikoi - Secretário executivo - Centro Regional de Investigação e Documentação sobre as Tradições Orais e Desenvolvimento das Línguas Africanas (CERDOTOLA)

S.Ex^a. Rosa Cruz e Silva - Ministra da Cultura, Angola

Presidentes de sessão:

S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu - Presidente, Conferência dos Ministros africanos da Cultura (CAMC IV)

S.Ex^a Sra. Angela Bragança - Secretária de Estado para a Cooperação, Angola

Relator:

Sr. Benoît Sossou - Diretor do Escritório da UNESCO - Yaoundé

13h – 14h Almoço

14h – 16h Mesa redonda: A questão dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável

Sra. Florentina Adenike Ukonga - Secretária Executiva adjunta da Comissão do Golfo da Guiné (GGC)

Sr. Amadou Hama Maiga - Diretor geral adjunto, Instituto internacional de engenharia de águas e do ambiente (2iE)

Sr. Abou Amani - Especialista de programa, Programa hidrológico internacional, UNESCO Nairobi

Sr. Diamantino de Azevedo - Presidente e Diretor Geral FERRANGOL-EP, Angola

Presidentes de Sessão:

S.Ex^a Sr. João Teta - Secretário de Estado para a Ciência e a Tecnologia, Angola

Relator:

Sr. Mohamed Djelid - Diretor do Escritório da UNESCO - Nairobi

16h – 16h30 Pausa

16h30-18h30 - Mesa redonda: Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana

Sra. Amany Asfour - Presidente, Associação egípcia das mulheres empreendedoras (ECOSOCC)

Sr. Bernard Mumpasi Lututala - Secretário-geral adjunto, Conselho para o desenvolvimento da investigação em ciências sociais em África (CODESRIA)

Sr. Daniel Da Hien - Coordenador da Rede Africano da Juventude, Burkina Faso (Antigo presidente dos Clubes UNESCO África)

Presidentes de sessão:

S.Ex^a Sr. Anatole Collinet Makosso - Presidente, Conferência dos Ministros africanos da juventude (COMY IV)

Relator:

Sra. Cecilia Barbieri - Especialista em Programas, UNESCO, Windhoek

20h-22h Jantar oficial

Quarta-feira, 27 de março de 2013

Primeira sessão d'ateliês: Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África

9h – 11h Ateliê: Contributo da cultura africana para o diálogo e a reconciliação: línguas, tradições, espaços de memória, práticas, mecanismos endógenos de prevenção e de resolução dos conflitos

Sr. Doudou Diene - Antigo relator especial da ONU sobre as formas contemporâneas de racismo, de discriminações raciais, de xenofobia e intolerância, e perito independente sobre a situação dos direitos do homem na Costa do Marfim (UN-HCDH)

Sr. Nureldin Satti - Presidente do Fundo internacional da Promoção da Cultura da UNESCO

Sra. Françoise Ki-Zerbo - Administradora geral adjunta, Fundação Ki-Zerbo

Sr. Ziva Domingos - Representante do Diretor-geral do Fundo do Património Africano

Moderadora:

Sra. Katerina Stenou - Diretora - Plataforma para a Cultura de Paz e a não-violência, UNESCO

11h – 13h Ateliê: Reforço dos laços entre educação e cultura para elaborar currícula de ensino e formações eficazes com vista à promoção da coexistência pacífica em África: educação para os valores e a cidadania global, fundada numa visão pan-africana da história do Continente.

Sr. Jean Bosco Butera - Diretor do Programa UPEACE para África, Addis Abeba

Sr. Albert Mendy - Especialista de Programa, UNESCO Yaoundé Sr. Pape Banga Guissé - Especialista em educação para a paz e professor de Direito da Universidade' de St Louis do Senegal

Sr. Filipe Zau - Assessor técnico do Ministro de Educação de Angola

Moderadora:

Sra. Ann Therese Ndong-Jatta - Diretora do Gabinete da UNESCO – Dakar

13h – 14h Almoço

14h-16h Ateliê: Economia da cultura geradora de empregos para os jovens numa visão de desenvolvimento sustentável do Continente: artes e criatividade, música contemporânea, cinema, turismo cultural...

Sr. John Ayité Dossavi - Presidente, Rede Africana de Promotores e empreendedores Culturais (RAPEC)
Sra. Annick Thébia Melsan - Presidente do Programa Arte & Cultura do CEPS
Sr. António Fonseca - Diretor nacional das Indústrias culturais, Angola

Moderador:

Sr. Théophile Mbaya Kifuntwe - Diretor de Gabinete do Ministério da Juventude, Desportos, Cultura e Artes, na República Democrática do Congo

16h – 18h Síntese dos debates e propostas de ação / recomendações/ acompanhamento

Presidente de sessão:

S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu - Presidente, Conferência dos Ministros Africanos da Cultura (CAMC IV)

Relatores:

Sra. Angela Martins - Departamento dos Assuntos Sociais - Comissão da União Africana (CUA)
Sr. Domingos Neto - Diretor de Pesquisa Científica, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

20h – 22h Jantar

Quarta-feira, 27 de março de 2013

Segunda sessão d'ateliês: Gestão dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável

9h – 11h Ateliê: Cooperação e diplomacia científicas para uma partilha dos recursos transfronteiriços: água para a paz – bacia hidrográfica e oceanos/biodiversidade, solo e subsolo

Sr. Ibrahim Diop – Ponto Focal Nacional da Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Delta do Rio Senegal – Conservador do Parque Nacional dos Pássaros do Djoudj

Sr. Eben Chonguica - Secretário Executivo do Comité Permanente da Bacia do Rio Okavango (OKACOM)

Sr. Adigun Ade Abiodun – Presidente da Fundação africana do espaço e sistema global de observação dos Oceanos em Africa (GOOS-Africa)

Moderadora: Sra. Noeline Raondry Rakotoarisoa – Chefe de Secção, Redes da biosfera e dos reforços das capacidades (SC/EES), UNESCO

11h – 13h Ateliê: Cosmogonias tradicionais e saberes autóctones para o desenvolvimento sustentável (relação entre o homem e a natureza, a medicina tradicional, a adaptação às alterações climáticas,...)

Sr. Vital Bambanze – Senador, antigo presidente dos peritos do mecanismo das Nações Unidas sobre o direito dos povos autóctones, Burundi

Sr. Max Ooft - Consultante, UNESCO

Sra. Saudata Aboubacrine – Associação para mulheres nómadas, Comité internacional de planificação sobre a autossuficiência alimentar (tin Hinane), Burkina Faso

Sra. Victoria Haraseb – Assistente regional de educação, grupo de trabalho sobre minorias autóctones, Africa austral (WIMSA), Namíbia

Moderador:

Sr. Doug Nakashima, Chefe de secção, Pequenas ilhas e saberes autóctones, UNESCO

13h – 14h Almoço

14h – 16h Ateliê: Economia verde e azul para o emprego para todos, especialmente para a juventude. A sua integração na vida ativa, o reconhecimento da sua qualidade de ator social e económico. Quid desigualdade de oportunidades? Papel da formação tecnológica e profissional/educação para o desenvolvimento sustentável/ a importância do desenvolvimento das ciências, da tecnologia e da inovação.

Sra. Aminata Maiga – Principal especialista do programa “Empresa e empregos verdes” – Organização Internacional do Trabalho (ILO)

Sr. Kenneth Hamwaka – Diretor Executivo, Centro de orientação e aconselhamento para jovens em Africa, Malawi

Sr. John Simiyu – Chepkoilel Univeristy College, Moi University, Quénia

Sr. Giza Gaspar Martins – Coordenador da unidade de mudanças climáticas, Ministério do Ambiente, Angola

Moderador:

Sr. Hervé Huot-Marchand, Especialista de Programa - UNESCO Dakar

16h – 18h Síntese dos debates e propostas de ação/ recomendações/accompanhamento

Presidente de sessão:

S.Ex^a Sr. João Teta - Secretário de Estado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

Relatores:

Sr. Vincenzo Fazzino – Especialista de Programa, Departamento Africa, UNESCO

Sr. Gabriel Luis Miguel – Diretor nacional do desenvolvimento tecnológico e da inovação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

20h – 22h Jantar

Quarta-feira, 27 de março de 2013

Terceira sessão de ateliês: Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana

9h – 11h Ateliê: Os jovens e o seu envolvimento na sociedade. Do local ao global, as motivações e os valores ligados a participação nas “coisas públicas” e pela via democrática. O seu enraizamento no “Ubuntu”, os papéis junto dos poderes tradicionais e modernos. A igualdade de géneros.

Sr. Robert Nkwangu - Handicap International, Uganda / Sr. Tenywa Godfrey, intérprete da linguagem gestual

Sr. Hélder Francisco Malauene – Painel Africano da Juventude (AYP)

Sr. Cláudio Aguiar – Presidente do Conselho nacional da Juventude, Angola

Moderadora:

Sra. Moufida Goucha – Chefe de secção, UNESCO SHS/Juventude

11h – 13h Ateliê: Os media e a juventude. Os modelos desportivos e artísticos (jogadores de futebol, cantores, cómicos, músicos, etc.), os valores que transmitem, a sua africanidade e a sua relação com as estruturas sociais e comunitárias. O papel dos meios de produção e de disseminação: rádios comunitárias canais de televisão, redes sociais, jogos de vídeo, etc..

Sr. Vincent Nkeshimana – Presidente da rede de jornalistas africanos para a paz e a segurança

Sra. Sasha Rubel – Coordenadora de programa, Sector de informação e comunicação, UNESCO

Sr. Botelho de Vasconcelos – Editor, Deputado da Assembleia da Republica, Angola

Sr. Patrick Gallaud – Presidente do Comité de ligação com as ONG/UNESCO

Moderadora:

Sra. Raymonde Agossou - Chefe de Divisão, Recursos humanos e desenvolvimento da Juventude, Comissão da União Africana, HRST

13h – 14h Almoço

14h – 16h Ateliê: Juventude e Igualdade de géneros. O contributo específico das mulheres para uma Cultura de Paz, pelos seus papéis, tradicionais e na transição da tradição para a modernidade; a transmissão dos saberes intergerações para as jovens mulheres e as meninas; a criação de uma Cultura de Paz para uma adaptação dos papéis dos géneros no âmbito da tradição africana.

Sra. Yvette Dembéle – Coordenadora- Centro Internacional para a Educação das meninas e das mulheres em Africa (CIEFFA)

Sra. Coumba Fall Venn – Administradora do Centro Pan-africano para o género, a paz e o desenvolvimento, Mulheres Africa e Solidariedade (FAS)

Sra. Talent Jumo – Coordenadora regional da rede de jovens mulheres líderes da SADC

Sra. Luísa Damião – Jornalista, Deputada das Assembleia, Angola

Moderadora:

Sra. Yvonne Matuturu - Casa de Cultura de Paz, UNESCO, Burundi

16h – 18h Síntese dos debates e propostas de ação/ recomendações/ acompanhamento

Presidente da Sessão:

S.Ex^a. Sr. Anatole Colline Makosso – Presidente, Conferência dos Ministros africanos da Juventude (COMY IV)

Relatores:

Sr. Abdourahamane Diallo – Chefe do Gabinete da UNESCO, Brazzaville

Sr. Albino Carlos – Diretor do centro de formação de jornalistas, Angola

20h-22h Jantar

Quinta-feira, 28 de março de 2013

Sessão Plenária: Construir uma parceria multilateral em prol de uma Cultura de Paz em África - « Acção para a Paz »

9h – 13h Sessão interativa de lançamento de um movimento continental «Acção para a Paz» a favor da Cultura de Paz e da não-violência sob égide da União Africana e da UNESCO.

Mensagens dos ex-Directores-gerais da UNESCO:

Sr. Koïchiro Matsuura

Sr. Amadou Mahtar M’Bow

Introdução:

Sra. Lalla Aïcha Ben Barka – Subdiretora geral para Africa, UNESCO

Sra. Angela Martins - Departamento dos Assuntos Sociais, Comissão da União Africana

Sra. Aissatou Hayatou - Departamento da Paz e da Segurança da Comissão da União Africana

Parceiros:

Representantes dos Estados-Membros

S.Ex^a Sr. João Têta - Secretário de Estado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola
S.Ex^a Sra. Louise McMillian - O vice-Ministro da Cultura, Libéria
S.Ex^a Sr. Anatole Collinet Makosso - Presidente, Conferência dos Ministros Africanos da Juventude, Ministro da Juventude, Congo
S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu - Presidente, Conferência dos Ministros Africanos da Cultura, Ministro da Cultura, República Democrática do Congo
S.Ex^a. Sr. Messaoud Ould Mohamed Lahbib - Ministro do Ensino Superior e Investigação, Mali

A sociedade civil, ONGs, universidades, artistas e líderes de opinião

Mons. Desmond Tutu - Prémio Nobel da Paz, África do Sul [mensagem]
Sr. Claudio Aguiar - Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Angola
Sr. Patrick Gallaud - Presidente da ONG / UNESCO, França
Sr. Forest Whitaker - Embaixador da Boa Vontade da UNESCO, EUA [mensagem]
Sr. Manu Dibango - Artistas pela Paz da UNESCO, Camarões [mensagem]
Sr. Salif Traoré (A'salfo) - Embaixador da Boa Vontade da UNESCO, Costa do Marfim [mensagem]
Sr. Loïc Tribot La Spière [Mensagem] e Laetitia Sagno - Centro de Estudos e Prospetiva Estratégica - (CEPS), França
Sra. Laurinda Hoygaard, Carlos Lopes Rosa e líderes da juventude - Federação Angolana de Desportos Universitários (FANDU), Angola
Sr. Lezou Dago - Cátedra UNESCO pela Cultura de Paz, Costa do Marfim
Sr. Kenneth Hamwaka - Diretor executivo, Orientação, Aconselhamento e Centro de Desenvolvimento da Juventude para África, Malawi
Sr. Victor Barbosa - Rede Educação para Todos, Angola
Sr. Charles Binam Bikoi - Secretário Executivo, Centro Regional de Pesquisa e Documentação em tradições orais e desenvolvimento das línguas africanas (CERDOTOLA), Camarões

Fundações e setor privado

Sr. Leonel Da Rocha Pinto - Grupo de Líderes empresariais (LIDE), Angola
Sr. Mo Ibrahim - Fundação Mo Ibrahim, Sudão [mensagem]
Sr. Jean-Noël Loucou - Fundação Félix Houphouët-Boigny, Costa do Marfim
Sr. Michel Abrogoua – Presidente, West Emerging Market Growth Found [mensagem]
Sr. João de Deus - Fundação Eduardo José do Santos (FESA), Angola
Sr. José Luis Mendonça - Jornal Angolano de Artes e Letras, Angola

Os Bancos de Desenvolvimento, Organizações Intergovernamentais, o Sistema das Nações Unidas, as Comunidades Económicas Regionais

Sra. Hadja Saran Daraba Kaba - Secretário-geral, União do Rio Mano, Guiné
Sra. Kourtoun Nacro - FNUAP, em nome da equipe da ONU em Angola (UNCT)
Sr. Septime Martin - Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
Sra. Beatrice Kiraso – Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Diretora do Gabinete Sub-Regional África Austral
Sr. Ibrahim Dia - Coordenador do Secretariado Conjunto da Comissão da União Africano, Comissão Económica das Nações Unidas para a África - Banco Africano de Desenvolvimento (UAC-CEA-BAD)
Sr. Some Anselme - União Económica e Monetária Oeste Africana, UEMOA

Animação:

Sra. Laurinda Hoygaard - Reitor da Universidade Privada de Angola

Sr. Vincent Defourny - Diretor de Missão, UNESCO

Relatores:

Sra. Ana Elisa Santana de Afonso - Especialista de Programa, Departamento África, UNESCO

Sra. Aissatou Hayatou - Departamento de Paz e Segurança, da Comissão da União Africano

Sra. Ana Paula Patrocínio Rodrigues - Ministério dos Assuntos Externos, Angola

13h – 14h30 Almoço**14h30 – 16h00 Relatório sobre as recomendações e propostas de ação****Relator geral:**

S.Ex^a Sr. Olabiyi Babalola Joseph Yai – Embaixador, delegado permanente do Benim junto da UNESCO

Co-Relatores:

Sr. Edouard Matoko - Diretor do Gabinete da UNESCO - Addis Abeba

Sr. Afonso Valentim - Diretor do gabinete de estudos e planificação do Ministério da Cultura Angola

16h – 16h30 Pausa**16h30 – 18h Cerimónia de encerramento**

Sra. Lalla Aïcha Ben Barka - Subdiretora geral para África - UNESCO

S.Ex^a Sr. Pinda Simão - Ministro da Educação, Angola

S.Ex^a. Sra. Angela Bragança – Secretária de Estado para a Cooperação, Ministério dos negócios estrangeiros, Angola

20h – 22h Jantar

Nota conceptual do Fórum

O objetivo deste Fórum pan-africano é apoiar-se em fundamentos de inspiração¹ e no potencial dos recursos culturais, naturais e humanos do Continente para identificar pistas de ação concretas que permitam a reconstrução de uma paz duradoura. A paz entendida como pedra angular do desenvolvimento endógeno do pan-africanismo.

Inspirando-se nos princípios descritos na Carta do renascimento cultural africano, a UNESCO e a União africana estão convencidas de que “a diversidade cultural e a unidade africana constituem um fator de equilíbrio, uma força para o desenvolvimento económico de África, para a resolução dos conflitos, para a redução das desigualdades e da injustiça ao serviço da integração nacional”².

Contexto da Cultura de Paz

Este Fórum surge no âmbito da execução do Programa de ação intersectorial e interdisciplinar para uma Cultura de Paz e da não-violência da UNESCO³. Visa ainda contribuir para a execução dos programas sobre a integração regional, a paz, a segurança e a democracia inscritos no Plano estratégico da Comissão da União africana⁴. Este Fórum inscreve-se igualmente no âmbito da comemoração do 50º Aniversário da Organização da Unidade Africana⁵.

A Assembleia Geral das Nações Unidas considera que uma Cultura de Paz consiste “em valores, atitudes e comportamentos que refletem e favorecem a convivialidade e a partilha fundadas nos princípios de liberdade, justiça e democracia, do respeito de todos os direitos do homem, da tolerância e da solidariedade, que rejeitam a violência e tendem a prevenir conflitos, combatendo as suas causas profundas e resolvendo problemas pela via do diálogo e da negociação, que garantem a todos o gozo de todos os direitos e os meios de participar plenamente no processo de desenvolvimento da sua sociedade”⁶.

À escala regional, o conceito de Cultura de Paz deve poder alimentar-se do conjunto de valores, sistemas de pensamento, formas de espiritualidade, transmissão de saberes e tecnologias endógenas, das tradições e formas de expressão culturais e artísticas que contribuem para o respeito dos direitos humanos, a diversidade cultural, a solidariedade e a recusa da violência com vista à construção de sociedades democráticas.

Na linha do pan-africanismo

À semelhança do pan-africanismo, oriundo da luta pelo respeito dos direitos humanos, contra o tráfico negreiro, a colonização e o apartheid, uma Cultura de Paz supõe a promoção dos valores partilhados e de uma cidadania africana exortando à reconciliação e à resolução pacífica de conflitos. Como afirma Wole Soyinka, “a capacidade de perdoar das raças negras constitui uma verdadeira lição para o mundo, capacidade que, penso eu muitas vezes, depende em grande parte dos preceitos étnicos oriundos da visão do mundo e religiões autênticas...”⁷.

¹ Inspirando-se no conceito do historiador Joseph Ki-Zerbo em « A propósito de Cultura » – Fundação para História e o Desenvolvimento endógeno de África : “A cultura é não só um recurso, mas também um fundamento, isto é, uma energia auto-generada. As nossas culturas são fundamentos de criação, de dignidade, de inovação.”

² Carta do renascimento cultural africano, União africana, 24 de janeiro de 2006

³ Programa e Orçamento da UNESCO - 2012-2013

⁴ Plano estratégico da Comissão da União africana - 2009-2012

⁵ O tema da 20ª Cimeira da União Africana foi "Pan-africanismo e Renascimento africano" (Janeiro 2013).

⁶ Resolução da Assembleia geral da ONU 52/13 de 1998

⁷ Wole Soyinka, discurso proferido aquando da entrega do Prémio Nobel da Literatura em Estocolmo em 1986.

Herdeira da história e do pensamento da diáspora, a cultura de paz é endógena ao continente⁸. Os intelectuais africanos não adotaram uma postura de dobramento sobre si mesmo ou de confronto com o resto do mundo. Antes pregaram uma consciência identitária e de abertura a outros povos e culturas. É a África e aos africanos, como Léopold Sédar Senghor, que a Humanidade deve o conceito de “refundação da civilização universal”, fruto do diálogo entre culturas e civilizações.

A relação entre o Homem e a biodiversidade rica ou a gestão partilhada dos recursos hídricos do Continente constituem também um dos pilares da luta pela erradicação da pobreza e a promoção de uma cultura de paz. Wangari Maathai teve disso plena consciência ao contar “A dada altura, durante os conflitos no Quênia, a árvore tornou-se símbolo de paz e de resolução de conflitos. O movimento «Green Belt» utilizou árvores de paz para facilitar a reconciliação das comunidades (...) A utilização da árvore como símbolo de paz inscreve-se numa longa tradição largamente difundida em África. Os Kikuyus mais velhos, por exemplo, tinham o hábito de usar uma vara de *thigi*, que colocavam entre duas partes em conflito e os obrigavam a parar o confronto e procurar a reconciliação”⁹.

Fundamentos e recursos

Ir aos fundamentos significa revisitar as bases da identidade de África, examinar as raízes e as mutações para ir buscar elementos chave da resiliência. Avaliar os seus recursos, é medir as suas riquezas e identificar os impulsionadores para agir. De tal modo que se pode considerar toda a África como fundamento e recurso para uma cultura de paz, mas também que a cultura de paz, por seu lado, é um fundamento e um recurso para África.

Se procuramos os fundamentos da cultura de paz, não concluiremos que o berço da humanidade esconde também as primeiras soluções para viver juntos? Não concluiremos que os fundamentos e recursos culturais, naturais e humanos são aí originais e fecundos para cultivar a paz? Não descobriremos que África representa uma mais-valia para a paz para toda a humanidade?

É forçoso constatar que esses fundamentos e recursos não existem de modo isolado. São afetados por uma cultura globalizada, cada vez mais individualista, e fundada em valores puramente materialistas. Os valores africanos estão constantemente em risco de marginalização e os recursos do Continente são causa de guerras e de conflitos.

Um Fórum para passar das ideias à ação, com especial ênfase nos jovens

Tendo em conta que “a aplicação do conceito de cultura de paz em África precisa de uma abordagem endógena, holística e transdisciplinar, que associe todos os atores, a nível intergovernamental, governamental, comunitário, do setor privado e da sociedade civil”¹⁰, os participantes neste Fórum são oriundos de todos os meios e preocupar-se-ão em ligar passado, presente e futuro, identificando nomeadamente pistas de ação concreta à altura dos compromissos e desafios atuais.

⁸ O conceito de cultura de paz foi formulado pela primeira vez à escala internacional em Yamassoukro, na Costa do Marfim aquando do Congresso internacional sobre a paz nos espíritos dos homens, em 1989.

⁹ Wangari Maathai no discurso proferido na entrega do Prémio Nobel da Paz em Oslo, em 2004.

¹⁰ Conclusões do Fórum internacional de reflexão organizado em conjunto pela UNESCO e pelo Centro de Estudo e de Prospetiva Estratégica (CEPS) “Cultura de paz em África Ocidental: um imperativo de desenvolvimento económico e uma exigência de coesão social”, Abidjan, Costa do Marfim, 4 e 5 de junho de 2012

“O humanismo africano (Ubuntu) é um tesouro inestimável (...). É talvez o bem, o serviço, o dom mais precioso que África tem para oferecer ao mundo, um dom convertível em capital”¹¹. O compromisso em valorizar esse “capital humano e social” é tanto mais apreciável quanto se sabe que cerca de 65% da população africana tem menos de 35 anos e que mais de 35% da população tem entre 15 e 35 anos, a idade da definição da juventude para a União africana. A juventude constitui portanto o principal recurso de África e o seu maior desafio a chegada de cerca de 10 milhões de jovens mulheres e homens que chegam por ano ao mercado de trabalho. É muitas vezes essa juventude que é confrontada com a escolha entre uma cultura da violência e da guerra ou uma cultura de paz. A Carta para a Juventude africana reconhece o papel central da juventude na promoção da paz e da não-violência¹².

Os três pilares do Fórum

O Fórum analisará as vertentes culturais, naturais e humanas de África e considera-as como componentes essenciais de uma abordagem integradora e holística da cultura de paz.

- Debruçar-nos-emos sobre os **fundamentos e recursos culturais**, revisitando nomeadamente a força e a sabedoria das línguas, das tradições e da história; analisando os métodos tradicionais e modernos de resolução de conflitos e de prevenção de violência; examinando o papel da educação – não só da que acontece na escola, mas também da que está a cargo da família e da comunidade local – para instruir cidadãos pacíficos e sensíveis a valores de ética e de respeito mútuo; e, por fim, dando lugar à criatividade e à inventividade cultural, essa que é capaz de criar e de abrir novos horizontes e espaços de diálogo, de desenvolver novos setores económicos, de servir de motor para o desenvolvimento.
- O Fórum examinará os **fundamentos e recursos naturais** que se espalham e atravessam o continente sem olhar a fronteiras políticas e que, por não serem geridos de forma equitativa, representam hoje pontos geoestratégicos suscetíveis de gerar crises e conflitos sem igual. Quer se fale dos cursos de água ou dos oceanos, das florestas ou dos minerais, dos solos ou dos subsolos, a preservação e exploração razoável das riquezas são a chave do desenvolvimento sustentável. Procurar-se-á em particular distinguir as forças e virtudes da cooperação e da diplomacia científica que visa gerir a partilha dos recursos transfronteiriços e que deve implicar todos os atores visados do nível governamental ao nível das comunidades locais, ricas em saber e saber-fazer autóctone. Esse fundamento natural e raiz primordial que é a Terra – e os recursos naturais que são seus frutos – representam também uma oportunidade para desenvolver novos setores económicos, economias verdes e azuis, que permitem a preservação da biodiversidade bem como a saúde dos mares e oceanos. Os laços entre educação e inserção profissional não poderão ser esquecidos, pois é evidente que a qualidade da educação e qualificação da mão-de-obra constituem recursos primordiais para a paz e o desenvolvimento do Continente.

¹¹ "A nossa identidade já está para lá do mercado, na esfera do pós-económico. Devemos enfrentar com serenidade o desafio de uma União Continental capaz de projetar de forma válida África no mundo. O humanismo africano (Ubuntu) é um tesouro inestimável que justifica o fluxo de estrangeiros ricos ou pobres, esgotados pela canícula existencial que afeta os países do Norte. É talvez o serviço, o dom mais precioso que África pode oferecer ao mundo, um dom convertível em capital." Joseph Ki-Zerbo. « A propos de culture », Fondation pour l'Histoire et de Développement Endogène de l'Afrique,- Ouagadougou – 2010, p.105.

¹² “Reforçar as capacidades dos jovens e das organizações juvenis para a consolidação da paz, da prevenção e resolução de conflitos por intermédio da promoção da educação intercultural, da educação para o civismo, para a tolerância, para os direitos humanos, para a democracia, para o respeito mútuo de diversidade cultural, étnica e religiosa, e pela importância do diálogo, da cooperação, da responsabilidade, da solidariedade e da cooperação internacional” Carta africana da juventude, 2006;

- Será ainda abordada a questão dos **fundamentos e recursos humanos** com especial incidência na juventude. Com efeito, se é certo que alguns conflitos armados têm um efeito devastador nas crianças e jovens, a sua implicação na construção e consolidação da paz é um fator chave do sucesso, o qual será discutido particularmente sob o ângulo do seu compromisso enquanto atores de uma mudança social, económica e política. Esse compromisso, quando baseado em valores positivos, revelou ser uma poderosa fonte de resiliência. A educação cívica, o serviço comunitário, a ação política, mas também a liderança e a igualdade de géneros estarão no centro da reflexão. Por fim, porque são importantes impulsionadores, debruçar-nos-emos no papel das personalidades que inspiram e mobilizam a juventude. Sejam eles desportistas ou artistas, ícones moldados pelos média, que se tornam modelos transnacionais para muitos jovens. Interrogar-nos-emos como é que esses líricos dos tempos modernos, mas também as figuras que incarnam o humanismo africano e os seus valores, podem agir a favor da paz e servir de modelos para os que ainda não foram iniciados na vida. Esta é a razão que nos leva, portanto, a debruçar-nos sobre os processos que forjam e transmitem valores quer nas conversas entre amigos, na palavra, nas rádios comunitárias, nas grandes redes internacionais de televisão ou ainda nas novas tecnologias de informação e comunicação.

Um Fórum pan-africano para concretizar a ideia de que a paz é possível

O Fórum inscreve-se como uma marca na execução do **Programa de ação intersectorial e interdisciplinar para a cultura de paz e da não-violência** aprovado pela UNESCO e da Campanha da União africana “**Make Peace Happen / Agissons pour la paix/ Acção para a paz**” cujo objetivo é a mobilização de todos os parceiros – políticos, civis, militares, cidadão – para que cada um tome a sua parte de responsabilidade a fim de que a paz se concretize ou se consolide efetivamente. É neste sentido que os parceiros reunidos no Fórum têm intenção de abrir linhas de ação de dimensão local e/ou regional, procuraram angariar fundos para essas iniciativas e criam uma ligação forte entre as ideias estruturantes da cultura de paz e da campanha de reunificação do Continente que culminará no **Dia internacional da paz** (21 de setembro).

Os representantes dos 55 países africanos que são chamados a participar no Fórum têm como papel, por um lado, contribuir, trazendo experiência da realidade dos seus próprios países para a definição de pistas de ação eficazes e, por outro, comprometendo-se a pôr em prática e seguir as recomendações a nível nacional. Para assegurar eficazmente o acompanhamento, será necessário estabelecer emanter a ligação entre os participantes do Fórum através da criação de uma **Rede africana para a promoção da cultura de paz e da não-violência**. Os representantes dos países africanos e da sociedade civil poderão assim desempenhar um papel de pontos focais da Campanha de sensibilização a nível nacional.

Por último, a ordem de trabalhos do Fórum prevê a realização de uma mesa-redonda sobre a implementação de uma parceria multilateral para a ação. Organizada com a participação das instituições regionais, dos agentes económicos públicos e privados e dos representantes dos governos e da sociedade civil, constituirá uma rampa para o lançamento de um movimento continental e sustentável destinado a promover uma cultura de paz. No que se refere a esta mesa-redonda e à campanha, os interessados podem desde já testemunhar a ação desenvolvida pela sua fundação/empresa/instituição/organização com o intuito de dar um contributo para «reforçar o desígnio de defesa da paz no espírito dos homens e das mulheres» e tornar a paz uma realidade tangível: «**Acção para a Paz**».

Os resultados esperados deste Fórum são os seguintes:

- A elaboração de um Plano de ação (recomendações e propostas de ação) visando a prevenção da violência e a resolução dos conflitos em África, que possa ser sujeito à apreciação dos Chefes de Estado da União Africana na Cimeira de maio de 2013.
- O lançamento de um movimento continental para a promoção de uma cultura de paz, sob a égide da UNESCO e da União Africana, com o intuito de sensibilizar a opinião pública e, em especial, a juventude, para o papel que cada um pode desempenhar na construção e consolidação da paz e da não-violência no dia-a-dia, bem como mobilizar os agentes no terreno, as organizações e os parceiros para a conceção, o financiamento e a implementação dos projetos concretos à escala local, regional e nacional.

Organização e desenvolvimento dos trabalhos

Cerimónia de abertura

Organizada na manhã de 26 de março, esta primeira sessão plenária do Fórum de Luanda foi valorizada pela presença de altos dignitários da República de Angola, da União Africana e da UNESCO e da sociedade civil.

Oradores :

Sra. Irina Bokova - Diretora geral da UNESCO

Sr. Erastus Mwencha - Vice-Presidente da Comissão da União Africana

S.Ex^a. José Eduardo dos Santos - Presidente da República de Angola

Convidados de Honra:

Sr. Federico Mayor Zaragoza - Antigo Diretor geral da UNESCO

Palestrantes:

S.E. M. Joaquim Alberto Chissano - Antigo Presidente da República de Moçambique

Sra. Bineta Diop - Presidente de Mulheres Africa e Solidariedade (FAS)

Mestre de Cerimonia:

Sr. Amilcar Xavier - Jornalista e professor universitário, Angola

Sra. Irina BOKOVA - Diretora-Geral da UNESCO

Senhor José Eduardo dos Santos - Presidente da República de Angola,
Senhor Joaquim Alberto Chissano – antigo Presidente da República de Moçambique,
Senhor Erastus Mwencha – Vice-Presidente da Comissão da União Africana,
Senhor Federico Mayor Zaragoza,
Senhor Martin Septime, representante do Banco Africano de Desenvolvimento,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Honoráveis deputados, Excelências, Membros do Corpo Diplomático,

Senhoras e Senhores,

É um prazer estar em Luanda e gostaria de expressar o meu humilde apreço pelo facto de estar rodeada por tantas personalidades de prestígio neste fórum tão importante para África. Esta é a minha segunda visita a Angola na qualidade de diretora-geral da UNESCO, e a vigésima terceira ao continente africano desde a minha eleição. É o símbolo dos laços profundos entre a UNESCO e África, pelo que aproveito a ocasião para reafirmar o compromisso inabalável da nossa Organização para com o futuro deste continente.

África é uma prioridade global da UNESCO. Constitui a nossa prioridade comum, pois os desafios colocados por África conduzem-nos aos fundamentos do nosso mandato, aos princípios fundadores da solidariedade internacional. África encontra-se na vanguarda da história, na primeira linha do desenvolvimento sustentável, da mobilização dos povos para a construção de sociedades mais democráticas, mais inclusivas.

Este fórum, organizado em conjunto com a União Africana e o Governo de Angola, ao qual agradeço veementemente pela sua generosa contribuição, constitui uma oportunidade de avançar em direção à concretização daquele que é o seu maior desafio: a paz. Sinto-me feliz por se realizar em Angola, um país cuja história demonstra que a procura da paz é inseparável do desenvolvimento sustentável, da participação dos jovens e das mulheres, do respeito pelas culturas e pelas identidades. Não é possível haver paz sustentável quando milhões de crianças em África não vão à escola, quando as mulheres são vítimas de violência, quando os povos consagram todas as suas energias a lutar contra a pobreza.

No ano passado estive aqui, em Luanda, para as cerimónias de aniversário dos acordos de Paz, concluídos há mais de 10 anos. Em 10 anos, este país mudou totalmente... desenvolveram-se infraestruturas... Luanda está completamente transformada, acolhendo uma população numerosa que partilha o mesmo espaço. Esta transformação é um espelho de África que acompanhou nos últimos anos o ritmo de mudança do mundo.

Entre as 10 economias mais dinâmicas do mundo, 7 estão situadas em África.

O jornal *The Economist* falava recentemente de uma «África em ascensão», do «continente da esperança». Os desafios são numerosos e são conhecidos por nós: conflitos violentos que dividem as sociedades... Situações delicadas que alimentam a inquietude... e, por todo o lado, transformações. Ao mesmo tempo, África é jovem, rica em recursos naturais e culturais e ainda mais rica em recursos humanos. Podemos e devemos fazer deles instrumentos de paz. É por esse motivo que este fórum pan-africano é tão importante.

Penso na energia da juventude africana – 65 % da população – que poderá constituir um caminho para a paz se soubermos fazer dela o agente principal do desenvolvimento...e alegro-me por saber que este fórum lhe consagra um lugar tão importante. Penso no poder das mulheres africanas, nas mães, nas filhas que lutam pela paz e pela democracia, reivindicando escolas, meios de comunicação e instrumentos para se fazerem ouvir. Penso em Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee, Tawakkol Karman, três mulheres

africanas, três prémios Nobel que encarnam a energia de todas essas mulheres que levam a cabo o seu trabalho nos bairros, nas aldeias, nos governos, pela paz. Penso nos meios tradicionais de prevenção de conflitos, como os tribunais Gacaca no Ruanda, os comités locais de mediadores Bansi no Quênia, os conselhos Burti na Somália...

Os instrumentos da paz existem – trata-se de um recurso para África e de uma lição para o mundo. Recordemos as palavras do poeta Césaire: «O relançamento faz-se a partir daqui/pelo vento que vem de África».

Senhoras e Senhores,

A cultura de paz está profundamente enraizada no património cultural de África. Está consagrada na Carta de Mandén, inscrita na lista do património cultural imaterial da humanidade da UNESCO, e nos manuscritos antigos de Timbuktu, personificando ambos os valores do diálogo, da tolerância e da compreensão mútua.

A história de África é a história de uma luta contínua pelos direitos humanos e pela dignidade, contra o racismo, contra a discriminação. Ontem celebrámos o Dia Internacional das Nações Unidas em Memória das Vítimas da Escravatura e do Comércio Transatlântico de Escravos. Relembrar é essencial para a cultura de paz.

Wole Soyinka, vencedor de um prémio Nobel, afirmou que a história de África fornece um modelo de reconciliação – depois do *apartheid* e de tantos conflitos – um modelo relevante para todas as sociedades, em todo o mundo. Estou a pensar também no Arcebispo Desmond Tutu, laureado com o Prémio UNESCO/Bilbau 2012 para a Promoção da Cultura dos Direitos Humanos e na filosofia UBUNTU – «Sou o que sou por tudo aquilo que todos nós somos...» Há tanta sabedoria para partilhar.

Estas são as vozes poderosas de um humanismo africano, que podem ajudar-nos a construir um verdadeiro humanismo universal. A UNESCO fez desta a sua mensagem. Este trabalho tem de começar nos bancos da escola. Começa com uma educação de qualidade para todos, enquanto um direito humano, como a melhor forma de promover a compreensão mútua e o respeito pela diversidade, como a melhor forma de desenvolver competências e ajudar as pessoas a conseguir um emprego.

Estamos a trabalhar em conjunto com o governo do Sudão do Sul para construir um novo sistema educativo, no rescaldo de uma guerra terrível. Esta é a cultura de paz. Trabalhamos com empresas no domínio das TIC para explorar o poder das novas tecnologias e a aprendizagem móvel, com o intuito de ligar as pessoas, especialmente as mais marginalizadas. Esta é a cultura de paz.

Apoiamos raparigas e mulheres cujas vozes são essenciais na prevenção de conflitos, na emissão de alertas sempre as que as tensões aumentam, na renovação do diálogo e na promoção da reconciliação. Temos de as proteger da violência e proporcionar-lhes uma educação de qualidade. Esta é também a cultura de paz. Foi por este motivo que a UNESCO lançou a Parceria Mundial para a Educação das Jovens e das Mulheres, cujo maior enfoque se centra em África. Recentemente, visitei um centro de aprendizagem da UNESCO, em Pikine, no Senegal, onde professores e líderes religiosos unem forças para proporcionar uma educação às jovens. Trata-se de uma fonte de esperança e também de uma cultura de paz.

Por último, trabalhamos para ajudar as sociedades africanas e o continente africano a tirar o melhor partido possível da riqueza da sua diversidade cultural. Sabemos que a cultura pode ser utilizada erradamente para promover estereótipos e ódios. Com a abordagem certa, através da «literacia cultural», a diversidade cultural pode ser uma fonte vital e poderosa de diálogo e desenvolvimento.

A UNESCO está determinada em promover os recursos do património e da história africanos – incluindo através da utilização pedagógica da *História Geral de África* – enquanto recursos destinados a cimentar a confiança, a auto-consciencialização e a cidadania inclusiva. Esta é a cultura de paz. Trabalhamos a estes níveis com os governos africanos e a sociedade civil.

África esteve no centro da liderança da UNESCO no âmbito da Década Internacional para a Cultura de Paz, que terminou em 2010, e continua a ser atualmente o enfoque de todos os nossos esforços. Estamos a lançar novas iniciativas para jovens mulheres e homens em países em crise ou em situação de pós-conflito – na Costa do Marfim, no Sudão do Sul, no Uganda e na Guiné-Bissau. Estamos também a promover novas capacidades para o estabelecimento da paz a nível regional, com projetos específicos para cada região, centrados no desenvolvimentos dos meios de comunicação social, na literacia, no diálogo intercultural – com o apoio das nossas 13 Cátedras Universitárias para uma cultura de paz em África.

Tendo por base o fórum que teve lugar em Abidjan no ano transato, sobre a cultura de paz na África Ocidental, este Fórum Pan-africano constitui uma oportunidade para dar um grande passo em frente. Só conseguiremos ter êxito se unirmos forças. A UNESCO irá reforçar o seu trabalho com os governos africanos, a União Africana e a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Visto que os mecanismos políticos não são suficientes para uma paz duradoura, temos de procurar construir pontes entre e no interior das sociedades, entre pessoas, com as universidades, a sociedade civil e o setor privado. Podemos e devemos basear-nos na experiência e sabedoria acumuladas durante séculos para construir novas bases para uma paz duradoura nos dias de hoje.

É isto que vejo, senhoras e senhores, no espírito dos versos de Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola:

Criar
Estrelas sobre o camartelo guerreiro
Paz sobre o choro das crianças
Paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato
Paz sobre o ódio

Obrigada.

Sra. Irina BOKOVA (Bulgária), é Diretora-Geral da UNESCO desde 15 de novembro de 2009. É a primeira mulher eleita para chefiar esta organização. Licenciada pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscovo, Irina Bokova frequentou também a Universidade de Maryland (Washington) e a Escola de Governo John F. Kennedy (John F. Kennedy School of Government) da Universidade de Harvard. Foi, sucessivamente, Ministra dos Negócios Estrangeiros e coordenadora das relações da Bulgária com a União Europeia (1995-1997), depois Embaixadora da Bulgária (2005-2009) em França, no Mónaco e junto da UNESCO, e ainda representante pessoal do Presidente da República da Bulgária junto da Organização Internacional da Francofonia (OIF – Organisation internationale de la Francophonie). Como Secretária de Estado para a Integração Europeia e Ministra dos Negócios Estrangeiros, Irina Bokova foi sempre uma defensora da integração europeia. Membro ativo de numerosas redes de peritos internacionais, ativa na sociedade civil e, sobretudo, Presidente e membro fundador do Fórum Político Europeu (European Policy Forum), contribuiu para ultrapassar as divisões na Europa e promover os valores do diálogo, da diversidade, da dignidade humana e dos direitos do Homem. Irina Bokova é doutorada honoris causa por numerosas universidades do mundo.

Sr. Erastus MWENCHA - Vice-Presidente da Comissão da União Africana

Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola
Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique
Senhora Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO
Senhor Martin Septime, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento
Honoráveis Ministros, Senhoras e Senhores

Saúdo-vos em nome da Comissão da União Africana e envio-vos saudações do Presidente Nkosazana Dlamini-Zuma, por ocasião deste Fórum Pan-africano sobre a Cultura de Paz, organizado pela UNESCO em colaboração com o Governo da República de Angola.

Dirigimos a nossa profunda gratidão ao Governo da República de Angola pela afável hospitalidade demonstrada desde a nossa chegada a Luanda. É também o momento de prestar homenagem a Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, pela paz, estabilidade e progresso de que o país frui.

Aproveito ainda a oportunidade para agradecer à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por ter organizado este Fórum Pan-africano e pelo seu contributo significativo para o desenvolvimento de África nas áreas da educação, cultura e ciência. A título de exemplo, refira-se que a UNESCO trabalhou connosco para documentar a história de África.

O 9.º volume da *História Geral de África* será lançado durante a Cimeira de Maio de 2013. Temos esperança de que sejam desenvolvidos e utilizados materiais de ensino e aprendizagem para o ensino da nossa história nas escolas. É fundamental que os jovens e as futuras gerações tenham consciência da história de África. Com uma população na sua maioria com idade inferior a 25 anos, África é um continente relativamente jovem.

O tema deste Fórum Pan-africano (“Fundamentos e recursos para uma cultura de paz”) reveste-se de extrema importância para África e está a ser discutido no âmbito da celebração do próximo 50.º Aniversário da OUA/UA (Organização da Unidade Africana/União Africana) subordinado ao tema «Pan-Africanismo e Renascimento Africano». Deste modo, o Fórum constitui uma oportunidade para a reflexão sobre os conflitos que devastaram o nosso adorado continente nos últimos 50 anos e sobre formas de promoção de uma cultura de paz. Iremos também preparar, como parte das celebrações, uma perspetiva de longo prazo («África em 2063») que servirá de elemento orientador para a nossa estratégia de desenvolvimento futuro.

A consecução de uma Cultura de Paz e o desenvolvimento reforçam-se mutuamente. O desenvolvimento era inicialmente percecionado, no sentido estritamente económico, como um mero aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou do rendimento *per capita* dos Estados-Membros. Atualmente, a ênfase é também colocada noutros indicadores socioeconómicos como a cultura. O sistema tradicional africano de fixação pauta-se por tradições eficazes de construção da paz através do diálogo e da mediação, começando na comunidade local. Estas tradições baseiam-se no respeito pela sabedoria e na estima pelos mais velhos (homens e mulheres). É de salientar que o povo africano, com as suas tradições únicas de construção da paz, pode contribuir de forma significativa para os seus próprios processos de paz e para a transição histórica mundial para uma cultura de paz.

O papel dos líderes tradicionais e espirituais é fundamental para assegurar o diálogo e a reconciliação, para desenvolver soluções africanas para a gestão de conflitos, bem como para a promoção e manutenção de uma cultura de paz no continente através da utilização de práticas endógenas de prevenção e resolução

de conflitos. Uma cultura de paz deve ser uma cultura de direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem é fruto de uma reflexão sobre a destruição resultante da guerra.

Excelências, Senhoras e Senhores

A União Africana (UA) desenvolveu várias iniciativas para a promoção de uma Cultura de Paz no continente, tendo auxiliado na resolução de uma série de conflitos e potenciais ameaças à paz e estabilidade em África.

Por exemplo:

1. O Panel of Wise (Grupo dos sábios), um conjunto de personalidades africanas eminentes que têm por função aconselhar o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, bem como o Presidente da Comissão da União Africana em todas as matérias relacionadas com a promoção e manutenção da paz e estabilidade em África.
2. A campanha «Make Peace Happen» (Acção para a paz) é uma iniciativa que envolve todos os parceiros a nível político, institucional, da sociedade civil e comunitário, e encoraja todos os cidadãos a desempenharem um papel na promoção da paz em África. Esta iniciativa deu origem a várias atividades, tais como «One Day One Goal» (Um dia, um golo), em que as comunidades locais são incentivadas a unir-se e a organizar jogos de futebol para promover a Cultura de Paz.

Esta cultura de Paz que defendemos de forma veemente deveria também centrar-se nos jovens, especialmente nas raparigas e crianças. Na maioria das vezes, as crianças são as primeiras vítimas dos conflitos e tumultos civis. Os seus futuros são ameaçados pela quebra da ordem social normal que as impede de obter uma educação apropriada e de aceder a serviços de cuidados de saúde adequados.

Ontem tivemos o privilégio de nos juntarmos aos jovens de Angola que realizaram um espetáculo educativo e também lúdico sobre a viagem de libertação de Angola. Com um número crescente de jovens a cada ano que passa, a Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas (OIT) declarou que, em 2009, o desemprego jovem situava-se nos 30 % na África Subsariana. Tal deve-se principalmente à falta de qualificações em geral e de competências em particular. É por isso importante que o governo, o setor privado, a sociedade civil e os nossos parceiros de desenvolvimento criem mais oportunidades de emprego para os jovens em todas as áreas, tendo em vista a luta por um desenvolvimento sustentável e pela cessação de hostilidades e conflitos. É igualmente crucial trabalhar de forma mais zelosa na promoção da comunicação intercultural e da educação cívica nas escolas, pois são estas as bases sobre as quais construiremos uma cultura de paz pan-africana.

Os esforços envidados no sentido de promover a Unidade Africana e o Renascimento de África não produzirão os efeitos pretendidos a menos que sejam apoiados por uma Cultura de Paz. A promoção da paz deve ser reconhecida como um imperativo cultural nos Estados-Membros africanos, no momento em que nos debatemos com os desafios de prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Excelências, Ilustres Senhoras e Senhores

Por outro lado, os meios de comunicação social podem desempenhar um papel importante enquanto catalisadores, ajudando a construir uma cultura de paz através da difusão de informações completas, imparciais e equilibradas sobre boa governação, processos eleitorais e situações de conflito, chamando a atenção para potenciais ameaças à paz, promovendo o diálogo e a negociação, evitando o sensacionalismo e informando os líderes e a população em geral sobre as consequências da falta de uma cultura de paz. Os meios de comunicação em África devem, em particular, fazer da promoção e da defesa de uma cultura de paz no continente uma das suas missões e prioridades.

Excelências, Ilustres Senhoras e Senhores

Ao reunirmo-nos aqui hoje para pensar em conjunto e para partilhar experiências e ideias e aprendermos uns com os outros, deveríamos projetar as nossas expectativas para o futuro e chegar a acordo quanto a recomendações e ações implementáveis que nos ajudarão a construir e a desenvolver uma cultura de paz.

Permitam-me concluir com a leitura de uma citação de Nelson Mandela sobre a cultura de paz:

«To deny people their human rights and peace is to challenge their very humanity»

«Negar às pessoas os seus direitos humanos e a paz é desafiar a sua própria humanidade»

(Tradução portuguesa)

Muito obrigado!

Muito obrigado pela vossa atenção e desejo-vos deliberações bem-sucedidas.

***Sr. Erastus J.O. MWENCHA (Quénia)** é atualmente Vice-Presidente da Comissão da União Africana (African Union Commission). Antes da sua eleição para o atual cargo foi Secretário-Geral do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). O Sr Mwencha é um pan-africanista que dedicou mais de vinte anos da sua carreira profissional a promover a integração africana a nível nacional e regional.*

S.Ex^a. Sr. José Eduardo DOS SANTOS - Presidente da Republica de Angola

Excelentíssimo Senhor Erastus Mwencha, Presidente da Comissão da União Africana,
Excelentíssima Senhora Dra. Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO,
Distintos Convidados de honra,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em boa hora a UNESCO, em parceria com a União Africana, decidiu realizar na capital da República de Angola esta conferência sobre a Cultura de Paz em África, que é sem dúvida um dos bens mais preciosos para o nosso continente e também aquele que o povo angolano mais preza e procura proteger e conservar a todo o custo. Sabemos por experiência própria quão dolorosos são os efeitos da guerra e quais os valores que a paz propicia e encerra.

Afinal, há apenas onze anos que o nosso país vive uma paz efetiva, que se assinala no próximo dia 4 de Abril de 2013. Durante mais de quatro décadas conhecemos de forma quase ininterrupta as agruras e malefícios da guerra, que geraram no nosso país mortes, miséria, fome, luto, dor, destruição e inimizades. Um cortejo de horrores difíceis de ser recordados e que ninguém mais quer voltar a experimentar. Só nos últimos trinta anos de guerra tivemos cerca de um milhão de mortos, duzentos mil mutilados e estropiados, mais de cinquenta mil crianças órfãs, cerca de quatro milhões e meio de deslocados e mais de seiscentos mil refugiados.

Para além disso tivemos para cima de dois milhões de minas e outros engenhos explosivos implantados em território nacional e vinte mil milhões de dólares de prejuízos materiais em infraestruturas como estradas, pontes, aeroportos, barragens, linhas de transporte de energia elétrica e de caminho-de-ferro. A isto podemos juntar dez mil milhões de dólares de prejuízos em equipamentos sociais, tais como hospitais, centros médicos, escolas, institutos, pavilhões desportivos, locais de culto religioso, etc. A conclusão que podemos tirar de todos estes horrores só pode ser uma: a guerra é uma verdadeira calamidade, cuja apologia constitui uma autêntica desumanidade. Por essa razão, é nossa convicção que no contexto do mundo atual, em que os Estados Democráticos de Direito se afirmam cada vez mais e se envidam cada vez mais esforços no sentido do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a regra da resolução dos conflitos deve ser o diálogo e o debate franco e aberto, como forma de se alcançar o consenso.

As questões de natureza interna, e mesmo as que possam eventualmente ocorrer a nível Internacional, não devem ser dirimidas por via da confrontação violenta, mas sim através da concertação e negociação permanentes, até se chegar a um acordo que dê resposta às aspirações de todas as partes envolvidas, mas que ao mesmo tempo se conforme com os superiores interesses nacionais, tais como a soberania, a unidade e integridade da nação e o respeito pela dignidade humana. Infelizmente para além dos inúmeros problemas que o nosso continente enfrenta, em especial no domínio social e económico, ainda temos de fazer face aos conflitos militares que grassam seja no interior seja entre alguns dos nossos Estados.

Neste preciso momento, tanto na República Democrática do Congo, como na República Centro Africana, no Mali, na Nigéria, na Somália, na Líbia, no Sudão do Sul, só para dar alguns exemplos, a vida de milhões de civis inocentes, homens, mulheres e crianças, é posta em perigo por conflitos armados. O continente africano tem tanta necessidade de paz como de pão para alimentar os seus filhos. Não podemos satisfazer a necessidade de todos se a guerra prevalecer.

Já por diversas vezes afirmámos que sem paz o desenvolvimento não é possível.

A paz é a condição indispensável para a obtenção do progresso, da justiça, da igualdade de oportunidades e do respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos. Assim, a paz duradora consolida-se com o

desenvolvimento e a partilha equilibrada dos seus benefícios. Devemos, para tal, cuidar da satisfação material, moral e espiritual das pessoas, das famílias e do povo em geral, para que a paz assente em alicerces firmes e se possa perpetuar.

Este pensamento, como a necessária adaptação, pode ser extensivo à relação entre Estados, na perspetiva da satisfação dos interesses dos povos do planeta, da consolidação da paz no mundo e do reforço do entendimento entre as nações. O pano de fundo da sincronização entre o desenvolvimento e a paz deve ser a democracia, como único caminho que permite aos nossos povos ser senhores do seu destino e escolher periodicamente os seus governantes num clima de respeito pelas ideias alheias e a vontade popular.

Mas devemos sublinhar que o reforço e consolidação da paz não são só fruto de desenvolvimento. Resultam também da reconciliação, do perdão recíproco, da confiança e da aceitação mútua, que conduzem à desejada pacificação dos espíritos. É a confirmação na prática destas ideias que nos levam a concluir que o caminho da paz passa por um forte e permanente empenho cultural, que deve ser protagonizado por todos quantos partilham o objetivo de fazer perdurar a paz ao longo dos tempos. Este é um processo complexo que exige a participação de toda a sociedade civil, em especial das instituições religiosas (como paladinos do perdão e agentes de fraternidade) e também das mulheres (na sua qualidade de mãe, companheira, irmã) cuja voz é sempre escutada e respeitada nas sociedades africanas. Neste contexto devemos sobretudo cuidar das novas gerações, como garantia para o futuro, por forma a serem formadas numa autêntica cultura de paz e tolerância que, com o tempo, se converterá em parte integrante do património moral da sociedade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As considerações que acabo de tecer decorrem da amarga experiência vivida pelo Povo angolano.

Há precisamente onze anos, o Governo de Angola declarava na sua agenda política que as questões de Paz e da Reconciliação Nacional deviam ser equacionadas num quadro jurídico e político em que se respeitasse a Lei Constitucional então vigente, o ordenamento jurídico e as instituições do Estado, como ponto de partida, e que ambos os contendores deviam aceitar de modo inequívoco a validade dos Acordos de Paz e as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Angola.

A partir desta base foi possível agirmos em seis níveis :

1. Ao nível político, com a promoção da reconciliação nacional através da unidade e da coesão nacional e da consolidação da democracia e das instituições do Estado Democrático de Direito ;
2. Ao nível económico, com a adoção de uma estratégia de saída da crise, de que era parte integrante e essencial o programa de estabilização macroeconómica e de reconstrução nacional e de desenvolvimento económico e social. Essa estratégia permitiu reabilitar as infraestruturas que tornaram viável o exercício da atividade económica, a prestação da assistência médica, a circulação de pessoas e bens, assim como a instalação, organização e capacitação da Administração local ;
3. Ao nível social, com a adoção de um programa de emergência para apoiar a reintegração social e o reassentamento dos deslocados, o regresso dos refugiados, o enquadramento social dos militares desmobilizados, a reinserção dos deficientes de guerra e acolhimento das crianças órfãs ;
4. Ao nível, jurídico, com a aprovação pela Assembleia Nacional, por proposta do Governo, de uma amnistia para todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado, visando com estas medidas assegurar as necessárias garantias jurídicas e política para a promoção e efetivação do processo de reconciliação nacional ;
5. Ao nível militar, com a desmobilização das forças da oposição armada e a integração seletiva de alguns dos seus membros nas Forças Armadas e organismos de Defesa e Segurança, com a despartidarização efetiva destas, acompanhadas de campanhas de sensibilização para a entrega voluntária de armamento em posse ilegal da população ;

6. Ao nível cultural, envolvendo os parceiros sociais e a sociedade civil na promoção de uma cultura de tolerância e de paz, de respeito por todos os cidadãos, independentemente das suas convicções políticas e ideológicas, aplicando efetivamente o princípio da igualdade e da liberdade de expressão e exortando todos os angolanos a virarem juntos esta importante página da sua história.

Com esta nossa experiência, temos estado a dar, na medida do possível e sempre a pedido dos próprios interessados, o nosso modesto contributo para a análise e resolução de outros conflitos que ocorreram ou continuam a ocorrer no nosso continente. Continuaremos a manter esta vocação de ser um facto de paz, estabilidade e desenvolvimento nas sub-regiões a que pertencemos e no continente em geral, através de organismos como a União Africana, a SADC, a CEEAC e a Comissão do Golfo da Guiné, prestando ajuda aos países com os quais mantemos profundos laços históricos e de amizade, em particular a República Democrática do Congo.

Acreditamos que com o apoio firme e resolutivo da comunidade internacional, de que esta conferência é um exemplo, África poderá dispor de mais condições para pôr cobro aos conflitos ainda em curso e combater as suas causas profundas, a fim de se instaurar uma era de paz duradoura, eliminar a pobreza e alcançar um progresso sustentável que permita a plena integração dos nossos países em pé de igualdade na economia mundial. Finalmente, a todos os angolanos desejo antecipadamente um feliz Dia da Paz e Reconciliação Nacional.

A todos os presentes muito obrigado, em particular à Dra. Irina Bokova, pelo convite feito e por terem escolhido a República de Angola para albergar esta conferência, à qual desejo muitos êxitos.

M. José Eduardo DOS SANTOS, (Angola), iniciou a sua atividade política durante a guerra de libertação, tendo exercido diversas funções, entre as quais a de coordenador da atividade política e diplomática do MPLA a partir de 1975. Ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo pós-independência, e depois Primeiro Vice-Primeiro-Ministro, é eleito Presidente da República a 21 de setembro de 1979 em substituição do falecido Agostinho Neto. Como Chefe de Estado de Angola, José Eduardo dos Santos trabalhou designadamente em prol da paz e pôs termo à guerra civil, aproximando, através da via negociada, os movimentos armados nascidos com a luta de libertação. Além disso, dirigiu pessoalmente uma intensa atividade diplomática que viria a culminar na normalização das relações com os países limítrofes e no reconhecimento do seu Governo pelos Estados Unidos da América em 19 de maio de 1993. Fez de Angola um dos principais atores em matéria de estabilidade na África Central e Austral. Por último, e paralelamente ao seu trabalho de pacificação, o Presidente Eduardo dos Santos dotou o país de infraestruturas modernas e abriu-o à economia de mercado e ao multipartidarismo.

Sr. Federico MAYOR ZARAGOZA - Antigo Diretor-Geral da UNESCO

Ilustre Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos,
Estimada Senhora Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova,
Senhor Vice-Presidente da Comissão da União Africana,
Velho, grande e querido Amigo Presidente Joaquim Chissano,

Excelentíssimos Membros da Mesa,
Senhoras e Senhores Embaixadores, Membros do Governo e do Parlamento,
Participantes neste importantíssimo Fórum,
Amigas e Amigos,

Angola, que tanto sofreu com a guerra é hoje uma referência de paz. Angola, plural, plurilinguística, diversa, conquistou diariamente, com esforço, com a memória do passado e sobretudo do futuro, a cultura de paz. A Carta da Nações Unidas começa da seguinte forma: «Nós, os povos... decididos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra...». Compromisso com a juventude, compromisso da juventude, ontem tão belamente expressado.

Sr. Presidente,

Precisamente por haver conhecido o horror da guerra, hoje o seu País, sob a sua liderança, está na vanguarda da paz. Paz em si mesma; paz em casa; paz na escola, na aldeia, na Nação,... no Mundo!!!

A juventude de Angola cantava ontem, no impressionante ato de lançamento da campanha de promoção da cultura de paz, A PAZ é o que o povo clama! Povo construtor de uma cultura de paz e não-violência em Angola, em África, no Mundo. Angola precisa de todos nós! O Mundo precisa hoje de todos! Tudo é possível se mudarmos juntos.

A luta pela paz continua!

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua colaboração com a UNESCO.

Do coração de África, a paz. Paz e não-violência, é este o sonho da humanidade após séculos e séculos de confronto e de guerra. Hoje a grande maioria dos seres humanos deseja a transição do uso da força para o uso da palavra e da imposição para o diálogo através de uma resolução pacífica dos conflitos. E repetir e difundir a todos os povos e continentes que «todos os seres humanos são iguais em dignidade... qualquer que seja o seu sexo, a cor da sua pele, a sua ideologia, as suas crenças...». Todos, sem exceção, iguais em dignidade!

Todos os povos guiados, tal como estabelecido com grande clarividência pela Constituição da UNESCO, pelos «princípios democráticos» da justiça, da liberdade, da solidariedade («intelectual e moral», sublinha a Constituição). É deste modo que poderemos erguer as defesas em torno da paz, que poderemos protegê-la, que poderemos agir no quotidiano de forma «livre e responsável», e por isso, segundo a UNESCO, com educação... «livre e responsável!»: que bela definição.

Foi no coração de África que nasceu, em 1989, em Yamoussoukro, a cultura de paz: a ação extremamente lúcida do Diretor-Geral Amadou-Mahtar M'Bow levou ao estabelecimento dos fundamentos para a grande inflexão, para a transição da exploração para a cooperação e da submissão para a emancipação... para pôr em prática o desígnio multilateral das instituições internacionais. África, princípio e fundamento da nova cultura: cultura de paz e de não-violência.

Hoje, com a visão do Presidente José Eduardo dos Santos, África está a intensificar os seus esforços, a par com a Diretora-Geral Irina Bokova, uma mulher na direção da UNESCO, a favor da compreensão, da

serenidade e da ação. O Presidente Nelson Mandela disse-me um dia, em 1996, em Pretória, que a cultura de paz necessita de uma percentagem significativa de mulheres no processo de tomada de decisões.

Irina Bokova: os tempos que correm são extremamente complexos e difíceis porque nos encontramos no fim de uma era, aproximando-nos de um novo começo e enfrentando, especialmente nos países ocidentais, uma crise sistémica e sem precedentes – ética, social, política, económica, ambiental. Amin Maalouf afirmou que «situações sem precedentes exigem soluções sem precedentes».

Sim, um sistema que investe todos os dias 4 mil milhões de dólares em despesas militares e armamento enquanto mais de 60.000 pessoas morrem de fome, precisa de ser radicalmente alterado. Temos de reestruturar o Sistema das Nações Unidas... Temos de colocar os valores novamente no espaço ocupado hoje pelo mercado e descontinuar de forma urgente os grupos plutocráticos G-7, G-8,... G-20. «Nós, os povos»... e não, «Nós, os mais ricos, os mais poderosos». Inventemos o futuro; alimentemos a semente do amor, da compreensão, do respeito por todos. No 50.º aniversário da UA, África mostrará o caminho a outras associações regionais a nível nacional.

Todos os seres humanos são seres únicos, capazes de pensar, imaginar, prevenir, descobrir, criar. A nossa esperança reside nesse facto, tal como definido tão bem na Declaração e no Programa de Ação das Nações Unidas sobre uma Cultura de Paz. O mundo com que sonhamos tem as suas raízes em África, tal como a sua humanidade. Este «novo começo» constitui a esperança para os nossos filhos e os filhos destes. O nosso legado deve assentar num desenvolvimento humano e sustentável. E este legado, este novo começo, Sr. Presidente, levará consigo o nome de África para sempre.
Viva África!

Sr. Federico MAYOR ZARAGOZA (Espanha), eleito Diretor-Geral da UNESCO em 1987, ocupou este cargo até 1999, ano em que criou a Fundação para uma Cultura de Paz (Fondation pour une Culture de la Paix), a que atualmente preside. M. F. Mayor Zaragoza esteve designadamente na origem da implementação do Programa transdisciplinar para a Cultura de Paz. F. Mayor Zaragoza é doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Complutense de Madrid desde 1958. Em 1963 foi professor de bioquímica na Faculdade de Farmácia da Universidade de Granada, da qual foi reitor (1968-1972). Em 1973 foi nomeado professor na sua área da Universidade Complutense de Madrid. Entre outros cargos exercidos foi Subsecretário da Educação e da Ciência do Governo espanhol (1974-1975), membro do Congresso dos Deputados espanhol (1977-1978), conselheiro do Primeiro-Ministro espanhol (1977-1978), Ministro da Educação e da Ciência (1981-1982) e deputado do Parlamento Europeu (1987). Em 2005, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas designou-o Copresidente do Grupo de Alto Nível da Aliança de Civilizações, cargo que exerceu até novembro de 2006, quando o grupo apresentou o seu relatório final em Istambul. Para além de numerosas publicações científicas, publicou quatro coletâneas de poemas e ensaios.

S.Ex^a. Sr. Joaquim Alberto CHISSANO – Antigo presidente da República de Moçambique

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Sua Excelência Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola,
Sua Excelência Senhora Irina Bukova, Diretora Geral da UNESCO,
Sua Excelência Senhor Erastus Mwencha, Presidente da Comissão da União Africana
Sua Excelência Senhor Martin Septime, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
Respeitada Senhora Bineta Diop, Presidenta da Mulheres África e Solidariedade (FAS)
Respeitado Senhor Mestre-de-cerimónias,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em primeiro lugar, gostaria de endereçar os meus sinceros agradecimentos aos organizadores deste evento por me terem convidado para nele intervir como keynote speaker, o que muito me honra. Estou ciente da responsabilidade e do desafio que isso representa, principalmente diante desta audiência riquíssima de conhecimentos, saberes e experiências.

Em particular, queria agradecer a UNESCO, e à sua Diretora Geral, Sua Excelência Irina Bokova, pelo convite para participar neste Fórum Pan-Africano que se vai dedicar à reflexão sobre “Fundamentos e recursos para uma cultura de paz”, que é organizada conjuntamente pela UNESCO, União Africana e pelo Governo irmão de Angola. Aproveito este ensejo para felicitar o meu Camarada e amigo o Presidente José Eduardo dos Santos aqui presente.

Antes de entrar para a questão principal da minha intervenção, gostaria de dizer que é, para mim, uma grande honra e um prazer renovado estar nesta terra irmã, conhecida pela hospitalidade do seu grandioso povo, pela sua beleza e pela abundância dos seus recursos naturais, por sinal, bem utilizados conforme podemos julgar pelo rápido desenvolvimento do país após guerra que tem como exemplo o crescimento físico e social desta bela urbe, Luanda. Angola tem uma valiosa contribuição a dar no estudo da história de paz e conflito em África e no mundo, pela experiência dolorosa que foi forçada a viver, por isso, posso afirmar que estamos no lugar certo para refletir, partilhar, aprender e enriquecer as nossas experiências sobre cultura de paz.

Aceitei o convite para participar neste evento porque assumi que ele vai contribuir para dinamizar e impulsionar a campanha da União Africana intitulada “Make peace happen”, iniciativa que ainda é pouco conhecida, em especial nas nossas comunidades. Aceitei estar aqui convosco porque entendo que este evento simboliza o nosso comprometimento coletivo com a paz e cultura de paz e representa a negação inequívoca da cultura de violência, que, infelizmente, ainda adecta as nossas sociedades.

Esta conferência representa igualmente uma grande oportunidade para uma reflexão comum e partilha de experiências sobre as práticas de cultura de paz, que se consubstanciam nas diversas formas de prevenção e resolução pacífica de conflitos, na tolerância e respeito pela diferença. Podemos afirmar que as práticas de cultura de paz refletem-se no dia-a-dia das comunidades e famílias que coexistem e partilham os mesmos espaços políticos e sociais, através dos seus despectivos sistemas de valores e formas de espiritualidade.

Foi com prazer que aceitei estar aqui hoje e convosco partilhar a nossa experiencia moçambicana, porque estou convicto que esta é uma grande oportunidade para um intercâmbio proficuo e enriquecedor entre diversos sistemas de valores, culturas e conhecimentos endógenos das nossas comunidades, aqui representados por cada um dos participantes. Estou certo que este evento vai contribuir para impulsionar os esforços em curso para a disseminação e educação para paz e cultura de paz em África e no mundo em geral.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O tópico sobre os fundamentos e recursos para a cultura de paz é um assunto de extrema importância para o nosso continente. Importante porque a cultura de paz é, sem dúvidas, um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e harmonioso dos nossos povos e no relacionamento entre Estados.

Para África, a cultura de paz tornou-se importante, tendo em conta que não aprendemos a sentir a dor nem a desgraça da guerra nos compêndios. Nós vivemos e aprendemos a dor e a desgraça na experiência de guerras destrutivas cujas causas, na maioria das vezes, estavam fora do nosso controlo e domínio. Posso citar, aqui vários exemplos das guerras por procuração, também designadas proxy wars, golpes de estado, guerras de recursos e guerras de desestabilização.

As consequências dessas guerras persistem nas nossas sociedades e, infelizmente, estou convencido que vão conosco permanecer ainda por muito tempo. Para além das perdas humanas e materiais que sofremos como consequência desses conflitos, assumem particular relevo as oportunidades que perdemos de nos desenvolver mais cedo e construir níveis de vida mais elevados para os nossos povos.

Por isso, falar e promover a cultura de paz é do nosso interesse e deve ser uma Ação permanente e contínua, direcionada para cada um dos nossos cidadãos, particularmente para a classe política e as novas gerações. A experiência demonstra que a intolerância mútua de políticos entre si muitas vezes está na base de muitos conflitos. Por outro lado, com frequência vemos jovens a serem instrumentalizados por políticos que apenas prosseguem interesses próprios, em detrimento de interesses nacionais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O fim da Guerra Fria teve impactos diversos em diferentes partes do mundo. Em África, assistiu-se ao recrudescimento de conflitos internos nos estados, alguns de cariz étnico, que, no passado, eram abafados pela lógica e ambiente das rivalidades entre as grandes potências. África não é um país; os 54 países que a integram têm história e condições geográficas diferentes, assim como diferentes são as suas condições de desenvolvimento, de políticas estatais e formas de interação interna e externa. Apesar dessas diferenças, eles partilham a mesma experiência de dominação, humilhação e conflitos, que a todos afetaram de modo direto ou indireto.

Os trágicos eventos da Libéria (1990), Somália (1992), Ruanda (1994), Darfour (2004), RDC, e as revoltas do Norte de África ilustram o grau de desafios do continente quanto a essa experiência partilhada de conflitos e sofrimento humano, que, plenamente, justificam todo o esforço que deve ser empreendido na prevenção e resolução de conflitos, bem como de implantação e desenvolvimento continuado de uma cultura de paz em cada um dos nossos países. Desde que o princípio da “solução Africana para os conflitos Africanos” foi adotado, tem sido amplamente demonstrada a capacidade dos Africanos de encontrar soluções para os diversos conflitos que assolam o continente.

Os diversos conflitos mostram uma grande diversidade quanto às suas causas e complexidade de fatores e atores envolvidos. Algumas origens de conflito são puramente internas e outras surgem em consequência de dinâmicas regionais e internacionais. De qualquer modo, no essencial, as causas principais de conflitos em África estão associadas a disputas sobre o acesso a recursos naturais, particularmente à água e à terra.

Atualmente, as questões ligadas à governação e exercício da autoridade do estado ganham maior relevância como causas frequentes de conflitos, à medida que os cidadãos atingem maiores níveis de educação e de acesso à informação e, por isso, se tornam mais exigentes aos seus governos. Na governação incluem-se também os sentimentos de exclusão, associados à expressão de identidade própria.

A resolução pacífica desses conflitos violentos tem sido conseguida através da paciência e persistência, necessárias à diminuição gradual dos sentimentos negativos que separam e afastam as partes em conflito, tais como desconfiança mútua até ódio intenso. São essa paciência e persistência que, num processo gradual e não isento de recuos, que levam os adversários a desenvolver a compreensão da essência das suas diferenças, respeitá-las e aceitar criar espaços de existência de uns e de outros, num espírito verdadeiramente reconciliador.

Aos poucos e poucos, as relações de hostilidade são substituídas por relações de tolerância, respeito mútuo, confiança e de reconciliação, que criam e alimentam as bases da cultura de paz com a mudança de atitude e comportamento das partes envolvidas. Devo frisar que este é um processo longo e desgastante, mas é recompensador quando se põe fim à violência e a paz é alcançada.

Contudo, o conflito não reside apenas entre grupos humanos e nem sempre destrói vidas ou bens materiais. O conflito pode encontrar-se ao nível do indivíduo e ousar dizer dentro do indivíduo. Podemos dizer neste caso que se trata do conflito do indivíduo consigo próprio. Deste nível o conflito pode expandir-se até ao nível de uma família, uma comunidade, partes de populações de um país. O conflito também pode surgir por vários motivos entre Estados ou ainda entre Estados soberanos e povos como no caso das guerras coloniais.

Caros Convidados,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O fim do conflito, a assinatura de acordos de paz, mesmo a realização de eleições não são, em si, o fim da jornada. São, sim, etapas de um processo de longo termo, contínuo e permanente, que tem como objetivo evitar que o conflito volte a acontecer. Nos países que nunca sofreram conflitos, o objetivo a atingir através deste processo é que o conflito violento jamais aconteça.

O processo de que falo é um exercício permanente, que não se confunde com a aplicação mecânica de fórmulas pretensamente infalíveis ou mágicas. Ele baseia-se numa relação positiva entre os governos e os cidadãos, singulares ou representados por instituições. Esta interação ocorre em todos os níveis de governação e em todas as áreas da vida política, económica, social e cultural dos países.

A governação, pois de governação se trata, é processo complexo, não linear e constitui um desafio permanente, em países como os nossos, mas também em países desenvolvidos. Nos dias de hoje vemos os governos de países desenvolvidos a braços com grandes desafios de governação, em clima de declínio económico com grande impacto social e político. Cada um deles está envolvido em processos de gestão política interna e externa tão complexos quanto delicados, sem garantia ou certeza de alcance dos resultados pretendidos, muitas vezes em ambiente de protestos violentos.

A complexidade da governação em qualquer país é reflexo da diversidade dos atores e interesses envolvidos, todos eles em mutação permanente. De qualquer modo, em minha opinião, a questão mais importante no desenvolvimento de uma cultura de paz numa sociedade reside na forma em que se educam as pessoas para assumirem a paz como parte integrante da sua maneira de ser e estar. A consequência será o desenvolvimento nelas de atitudes corretas no seu relacionamento com outras pessoas, o respeito pela vida dos outros, o desejo do seu bem-estar. Será dentre pessoas assim educadas que sairão governantes e líderes nas diversas esferas da vida que de maneira natural manterão uma interação correta entre governantes e governados. Esta relação, sobretudo a sua qualidade, é, quanto a mim, a fonte principal de uma cultura de paz.

Esta cultura nunca é um produto acabado; ela é complexa porque envolve sistemas de valores, princípios, atitudes e comportamentos que rejeitam a violência e encorajam a resolução pacífica de conflitos. Adquirimos estes atributos durante os processos de socialização primária nas nossas famílias e na socialização secundária na educação formal. Infelizmente, notamos que a violência persiste, por ser um fenómeno social. Quando analiso esta realidade constato com agrado que a maioria das sociedades

rejeitam a violência, mas a mudança de atitude e comportamento de uma parte dos seus membros ainda representa um desafio.

Estou convencido que, ao nível da grande maioria dos nossos países, a cultura de paz está a ganhar raízes cada vez mais sólidas e profundas, o que nos orgulha. Uma prova ilustrativa desta afirmação é a constatação da não existência, na atualidade, de guerras entre Estados. Arrisco-me a dizer que as guerras como instrumentos de política externa tendem a tornar-se obsoletas. Os canais diplomáticos e o diálogo bilateral e multilateral permanente entre os Estados ganharam espaço consolidado como veículos de valores e práticas de cooperação mutuamente vantajosas.

A cultura de paz, contudo, não se esgota nas relações entre os governos e as populações. As interações entre as comunidades e, dentro destas, entre indivíduos, são igualmente importantes.

As interações entre comunidades permitem as populações partilhar os seus saberes, as formas endógenas de prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Com efeito, somente as populações é que sabem e conhecem as suas necessidades e práticas sobre o que fazer para conservar a paz no seu seio, sob a direção dos seus líderes políticos, religiosos, comunitários e familiares.

De um modo geral, o desenvolvimento de uma cultura de paz exige, entre outros atributos ou fundamentos, os seguintes:

- A adoção e implementação de políticas públicas inclusivas;
- Participação popular livre nos processos de tomada de decisões;
- Estabelecimento de um diálogo sem pré-condições na resolução de conflitos;
- Respeito pela diferença e diversidade cultural;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Tolerância e solidariedade;
- Promoção da cidadania na sociedade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tenho verificado que, ao longo dos 50 anos da Organização da Unidade Africana, hoje União Africana, a resolução pacífica de conflitos sempre constituiu a principal forma de ação política. São vários os exemplos que remontam ao período em que África ainda estava sob o jugo colonial e de dominação de regimes racistas da Rodésia do Sul e do Apartheid na África do Sul. A criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, em 2003, dotou o nosso continente de um instrumento mais avançado de prevenção e busca de soluções para os conflitos existentes.

É preocupante verificar o reaparecimento de fenómenos golpistas em alguns dos países do continente. Isto constitui um sério revés aos esforços de enraizamento da paz em África.

Contudo, estas dificuldades não nos devem desanimar no nosso esforço coletivo de desenvolver entre nós uma cultura de paz. Antes pelo contrário, essas dificuldades devem incitar-nos a intensificar os nossos esforços e iniciativas de educação para a paz, em todos os níveis das nossas sociedades, através de mecanismos formais e informais. No processo da educação para a paz, a comunicação social deve ser encorajada a desempenhar um papel mais ativo, em colaboração com outros atores sociais, tais como líderes religiosos, comunitários, de organizações cívicas e dirigentes desportivos, entre outros.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em Moçambique, ainda sob regime colonial, sob a liderança de Eduardo Mondlane, tentamos explorar a via pacífica através do diálogo para a reconquista do nosso direito à independência nacional livrando-nos

da subjugação colonial Portuguesa. Infelizmente, a nossa iniciativa não foi correspondida pelo regime colonial. Como último recurso tivemos que desencadear uma luta armada que durou 10 anos. Enveredamos por esta via armada como última alternativa sem nunca fecharmos os canais de comunicação e de diálogo com Portugal. E foi fruto do diálogo que celebramos a independência nacional, em 25 de Junho de 1975.

Pouco depois da independência nacional começamos a sofrer uma guerra de desestabilização movida pelos regimes minoritários racistas de Ian Smith, da Rodésia do Sul e do Apartheid, da RSA, usando a RENAMO, um movimento de resistência à independência de Moçambique, resultado da ação anti-independência promovida por Portugueses apoiados em alguns Moçambicanos que cedo receberam o patrocínio, o treino, a direção e o equipamento daqueles regimes. Esta guerra que durou 16 anos foi bastante violenta. Mais uma vez também não fechamos os canais de comunicação e de diálogo, inclusive com os nossos agressores. Prova disso é a assinatura do Acordo de N'Nkomati, em 1984 entre os Governos Moçambicano e Sul-africano.

Aqui vale a pena recordar que fomos muito criticados por alguns dos nossos aliados, mas os nossos amigos do ANC, particularmente a sua Direção na pessoa do saudoso Presidente Oliver Tambo, souberam perceber a nossa posição de abertura ao diálogo que, em última análise, beneficiou a todos nós. Era uma tentativa de garantir a sobrevivência da nossa Independência sem a qual seria impossível continuarmos a apoiar a luta libertadora do povo Sul Africano.

Apesar de à primeira vista não ter surtido o efeito desejado de imediato, o Acordo serviu como um importante marco do processo de busca de vias não violentas para pacificar o nosso país. Com efeito logo após o Acordo de N'Nkomati seguiu-se o primeiro Dialogo direto entre o Governo de Moçambique e a RENAMO. Este diálogo foi interrompido, num momento em que caminhava para o sucesso, devido a interferências de forças mais conservadoras ligadas aos saudosistas do colonialismo. A assinatura do Acordo de N'Nkomati também criou um novo ambiente na sociedade Sul Africana e maior disposição para o diálogo em muitos cidadãos brancos ligados ao regime racista que começaram a sentir que havia uma alternativa ao Apartheid.

O processo de busca dos caminhos de uma Paz negociada continuou sob várias formas tendo sido progressivamente criadas condições para o seu sucesso sobretudo a partir do ano de 1987 quando o Governo Moçambicano iniciou uma série de reformas políticas e económicas que derrotavam quaisquer pretextos para a continuação da guerra. De contactos indirectos, passamos pela intermediação e chegamos à mediação. Depois de conseguirmos as salvaguardas da Independência Nacional, do reconhecimento do Estado Soberano representado pela sua Constituição e Instituições do Poder e depois de um árduo trabalho de preparação do nosso Povo para aceitar as consequências dum possível acordo, incluindo o processo de reintegração e reconciliação, iniciamos o diálogo direto entre delegações do Governo Moçambicano e da RENAMO com a ajuda de mediadores internacionais.

Durante 2 anos, de 1990 a 1992, estabelecemos um processo de negociação para a paz, sem pré-condição de cessar-fogo. Foi doloroso para o nosso povo e para alguns dos nossos amigos e aliados que não compreenderam a nossa mão estendida ao nosso cruel inimigo ou a entrega da outra face para ele esbofetear. Tais pessoas teriam preferido ver os criminosos a ser severamente punidos, sem perdão e muito menos amnistia. Mas, para nós, estava claro que, era necessário aceitarmos “engolir sapos vivos” e ter o discernimento de saber consentir sacrifícios para o alcance da paz, segurança e estabilidade, salvar vidas de ambos os lados e reconstruir o tecido social esfarrapado e a unidade nacional.

Assim, em 1992 assinamos o Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma, que terminou a guerra no nosso país. Este ano, a 4 de Outubro, vamos celebrar 21 anos de Paz. Os vinte e um anos de Paz significam que em Moçambique apostamos no diálogo, na tolerância e na reconciliação. Partimos de um clima de

desconfiança, mas paulatinamente fomos construindo a confiança e reconciliação, tolerância e respeito pelas nossas diferenças políticas. As nossas diferenças são respeitadas no relacionamento quotidiano do cidadão e nas instituições democráticas, em particular o Governo e o Parlamento. Este cenário contribui para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, fortalecendo a cultura de paz no seio da sociedade moçambicana.

A cultura de paz é uma realidade cada vez mais profunda na sociedade e está consubstanciada na solidariedade e espírito de reconciliação reinante entre os cidadãos moçambicanos. O movimento nacional de ajuda e solidariedade teve uma grande expressão na redução do sofrimento humano durante as cheias que acabamos de sofrer. Isto mostra que a segurança humana mobiliza a solidariedade e reconciliação nacional.

A pacificação do país foi acompanhada pela implantação do sistema multipartidário num processo de aprofundamento e desenvolvimento da democracia no país. Desde 1994, já foram realizadas 4 processos eleitorais, sendo 4 gerais e 3 autárquicas e uma provincial. Nos finais de 2013 haverá eleições autárquicas e em 2014 eleições presidenciais e legislativas e das assembleias provinciais. Estes eventos contribuem para o aprofundamento da cidadania e cultura democrática e de paz no país, criando momento para que as populações façam o balanço crítico da governação.

A transformação do cenário de guerra e cultura de violência para o cenário de paz e cultura de paz continua a constituir um desafio no país. Os passos dados consistiram na promoção do espírito de reconciliação, tolerância e respeito pela diferença entre os cidadãos. A livre circulação de pessoas e bens continuam a cimentar os princípios de liberdade, de justiça social e democracia, assim como o respeito pelos direitos humanos.

Hoje, o espectro da guerra é remoto, embora a violência física e psicológica persistam no seio da sociedade. Todavia, algumas vezes ouvimos discursos inflamatórios de ameaça de retorno à guerra por alguns políticos, mas a população é pela manutenção da paz, porque ela é beneficiária dessa paz. O ambiente de paz tem, igualmente, permitido desenhar com firmeza os caminhos para o desenvolvimento económico e social do nosso país. Com os índices de crescimento económico que o país regista e com o boom de descobertas de recursos naturais estamos encorajados a multiplicar os nossos esforços para transformar as atuais dificuldades em desafios superáveis num ambiente de paz, alargando o espaço para a participação de todas as camadas sociais no desenvolvimento do país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este historial serviu para apresentar Moçambique como uma evidência do compromisso em relação a cultura do diálogo como instrumento principal de resolução de conflitos. Notamos que a cultura de diálogo está enraizada na nossa sociedade. Para o efeito, foi preciso valorizar e desenvolver iniciativas endógenas que tiveram como base os nossos sistemas de valores, cultura e experiência traumática da guerra.

Assim, gostaria de usar a última parte da minha intervenção, para apresentar alguns fundamentos e recursos que contribuíram de forma significativa para a cultura de paz e do diálogo que prevalece em Moçambique.

Em plena luta de libertação congregamos na FRELIMO pessoas de vários grupos étnicos, sexo, raças e regiões. No início, experimentamos dificuldades e atos de discriminação que degeneraram em conflitos e violência, algumas vezes, sob instrumentalização de agentes do colonialismo. Cientes disso, atuamos imediatamente sob “a bandeira da unidade nacional” e, para o efeito, a cultura serviu de instrumento fundamental para criar a coesão do grupo e evitar nova vaga de violência no seio da nossa organização.

Desenvolvemos ações de “miscigenação” de pessoas e promovemos o diálogo de culturas. Com efeito, continuamos a promover, desde a luta de libertação, festivais culturais de âmbito nacional. Estes eventos culturais iniciam a competição na Localidade, passando pelo Distrito e terminam ao nível nacional. Neles participam grupos culturais do nosso mosaico cultural das 11 Províncias do país. É desta forma que continuamos a cultivar o diálogo intercultural e este diálogo ocorre sob o paradigma de “unidade nacional” e de “unidade na diversidade”. Associado à cultura, desenvolvemos desde os primórdios da proclamação da independência até hoje, jogos desportivos escolares, desde a localidade até ao nível nacional, constituindo estes um dos instrumentos através do qual se forja a unidade e identidade nacional nos jovens de ambos os sexos, vindos de todo o país. Os jovens competem entre si nas mais variadas modalidades. A par da competição os jovens têm a oportunidade de interagirem e trocarem experiência sobre a cultura, desporto e práticas sociais das suas zonas de origem. Os jogos escolares constituem um instrumento de diálogo intercultural no qual os jovens desenvolvem laços intelectuais, afetivos que servem para promover a cultura de diálogo.

A Fundação Joaquim Chissano, que presido, está a promover um projeto de intercâmbio entre crianças de todas as Províncias, através da Internet. Este intercâmbio vai ter a sua expressão máxima num acampamento anual das crianças que se conheceram virtualmente e interagiram através da Internet. Este projeto denominado “Um Planeta de Amigos” pretende ser mais uma contribuição para semear no espírito de cada criança, na sua maneira de ser e estar a cultura do diálogo, de solidariedade, de amizade, de amor e de interesse pelo bem comum, em suma, a cultura de paz.

A cultura desempenhou um papel fundamental na reconciliação nacional durante o pós-conflito armado, pois, assistimos as comunidades a realizarem cerimónias tradicionais de purificação dos ex-soldados. Isto serviu de instrumento de limpeza espiritual de ex-guerrilheiros como forma de pedir perdão aos antepassados pelos erros e crimes cometidos durante a guerra e abrir caminhos para a reintegração social.

Alcinda Honwana, uma moçambicana, escreveu um excelente livro intitulado “Espíritos Vivos, Tradições Modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós guerra no Sul de Moçambique”, que relata esses atos de purificação e os seus efeitos nas comunidades e na sociedade em geral. Gostaria de recomendar a sua leitura. A cultura de diálogo está enraizada nas nossas ações. Politicamente criámos espaços de diálogo para maximizar a nossa tradição oral. Durante a luta de libertação nacional usámos a figura de comissários políticos que, entre outras coisas, desenvolviam um trabalho político profundo sobre a nossa luta por via de diálogo com a população. O Presidente Samora Machel fazia comícios populares que revelavam uma cultura de diálogo. O nosso parlamento multipartidário constituiu o exemplo de cultura de debate, diálogo e reconciliação. Este mecanismo foi replicado aos níveis das Assembleias Provinciais e Assembleias Municipais. Aqui assistimos a um verdadeiro exercício democrático de debate e diálogo entre os representantes de governados entre si e entre estes e os governantes (Executivo). Além disso, existem os Conselhos Consultivos Distritais bem como os Conselhos Consultivos ao nível local, onde se exerce o poder local, com um grande envolvimento das pessoas na tomada de decisão e para a resolução de conflitos e promoção de desenvolvimento. Igualmente, existem as “presidências abertas” realizadas pelo Chefe do Estado que se desloca regularmente pelo país, até ao nível mais baixo de divisão administrativa, para estabelecer um diálogo direto com a população. Esta é uma forma de prestação de contas através de um diálogo aberto e franco entre os governantes e governados.

A sociedade civil tem um espaço privilegiado na sociedade e ela tem estado a desempenhar um papel importante na promoção da cultura de diálogo. Para além de participar no Observatório de Desenvolvimento (ao nível distrital, provincial e nacional), ela intervém na monitoria e observação eleitoral, bem como participa em ações de advocacia e lobby para assuntos da paz. Temos organizações da sociedade civil que, através dos média, escrevem, falam de forma proativa na condenação de todos atos que ameaçam a paz.

Algumas organizações atuam nas áreas de negociação e mediação de conflitos um pouco por todo o país. Há algum tempo, um juiz distrital, em Nhamatanda, disse que não estavam a ter muito trabalho porque as

peessoas preferem a resolução pacífica de conflitos usando a mediação. Vejam só, as pessoas estão a optar pela resolução pacífica de conflitos.

Minhas senhoras e meus senhores,

A cultura de paz deve ser cultivada com ações concretas. Isto requer ações institucionalizadas que contribuam para desarmar mentes e ilegitimar a violência. Assim, quanto maior for o espaço de diálogo institucionalizado, acredito que maior será a probabilidade de desenvolvimento da cultura de paz nas nossas sociedades. Na atualidade, em Moçambique, a cultura de diálogo está enraizado porque usamos valores culturais, graças à uma ação constante que acabou sendo apropriada pela sociedade. O trauma da guerra serviu de lição. Hoje não precisamos exemplos de horrores da guerra para ensinarmos as novas gerações sobre a importância da cultura de paz. Nós todos temos o dever de os mostrar e inculcar valores, princípios, atitudes e comportamentos que sirvam de exemplo para a sociedade. Algumas pessoas confidenciam-me que o facto de ter mantido um diálogo aberto com o líder da RENAMO, antigo movimento insurgente e atualmente principal partido da oposição, serviu de exemplo para desencorajar qualquer tentativa de usar a violência como instrumento político.

A cultura de diálogo é um dos valores nobres da cultura de paz. É um valor cujo enraizamento envolve um processo permanente e abrangente. Todos devem ser inclusos, particularmente os jovens na promoção da cultura de paz. Estes devem assumir um protagonismo na difusão permanente dos valores e princípios da cultura de diálogo e cultura de paz. Neste contexto, é preciso assegurar que os jovens assumam o desafio de perpetuar o diálogo intercultural entre eles dentro dos seus países e com os jovens de outros Estados membros da União Africana. É importante desenvolver laços de diálogo por via de desporto e outras formas de intercâmbio nas quais a diversidade cultural seja um elemento de união e não de divisão.

Hoje conseguimos tornar obsoleta a guerra entre Estados. No entanto, ainda temos desafios socioculturais que se manifestam através da violência doméstica contra crianças, mulheres e pessoas da terceira idade. Testemunhamos atitudes reprováveis de alguns cidadãos que optam por exercer a “justiça pelas próprias mãos”, através de linchamentos. Esta é uma clara manifestação de intolerância e resistência a cultura de paz. Em Moçambique estamos comprometidos com a paz e engajados no desenvolvimento integrado e sustentável no qual queremos que haja uma participação ampla dos cidadãos moçambicanos na realização dos programas de desenvolvimento e no gozo dos benefícios de progresso que paulatinamente vamos alcançando.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Se para a resolução de conflitos precisamos de tempo e paciência, então também temos que dedicar algum tempo e recursos para a educação para a paz e cultura de paz. Temos que explicar às nossas novas gerações as diferenças entre a guerra e paz; entre a cultura de paz e de violência para assegurar o futuro de prosperidade, de paz e de democracia. O desafio é grande, as experiências que vocês trazem são ricas e interessantes, por isso acredito que os debates que se seguem vão enriquecer a nossa abordagem e o nosso entendimento sobre a cultura de paz em África.

A nossa grande aposta, a aposta do nosso continente, reside na construção de uma sociedade democrática, desenvolvida, onde a cultura de paz seja uma alavanca para que a campanha da UA que visa “Acção para a Paz” (o “Make Peace Happen”?) venha a ser uma realidade irreversível em benefício do cidadão africano, sem discriminação de sexo, género e cor e região.

Pela vossa atenção
Muito Obrigado.

S.Ex.^a Sr. Joaquim Alberto CHISSANO (Moçambique) foi Presidente da República de Moçambique de 1986 a 2005. Impulsionou reformas socio-económicas, culminando com a adoção da Constituição de 1990 que levou Moçambique ao multipartidarismo e a um mercado aberto. O Presidente Chissano conduziu igualmente negociações frutíferas com antigos rebeldes, pondo termo a 16 anos de guerra de destabilização em 1992. Em 1994, venceu as primeiras eleições multipartidárias da história do seu país e foi reeleito em 1999. Apesar de estar autorizado pela constituição a fazê-lo, decidiu voluntariamente não se apresentar às presidenciais de 2004. Foi Presidente da Southern African Development Community (SADC) e President da União Africana. Depois de se ter retirado, foi nomeado Enviado especial do Secretário-geral para a Cimeira de 2005 encarregue de analisar a execução da Declaração Milenar, assim como Enviado especial do Secretário-geral para a Guiné-Bissau e Medador da SADC para o Madagácar. Dirigiu também o Comité dos Sábios usado na República democrática do Congo para criar um ambiente favorável às primeiras eleições multipartidárias democráticas nesse país. Atualmente lidera a «Fundação Chissano», onde dinamiza projetos de desenvolvimento que implicam a participação ativa das populações e inscritos numa perspetiva de reconciliação depois da guerra civil. O Sr Chissano é Membro do Comité honorário da fundação Chirac. É ainda Membro honorário da Fundação Sergio Vieira de Mello. Foi Chefe dos observadores da União Africana nas últimas eleições do Quênia. Profundamente envolvido ao serviço da cultura de Paz, recebeu em 2007, o Prémio Mo Ibrahim, que recompensa um líder africano que se distingue pela boa governação e a qualidade da gestão das coisas públicas.

Sra. Bineta Diop - Presidente de Mulheres Africa e Solidariedade (FAS)

Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola;
Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique;
Sua Excelência Erastus Mwencha, Presidente da Comissão da União Africana;
Sua Excelência, Senhora Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO;
Sua Excelência Septime Martin, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento;
Prof. Dr. Federico Mayor Zaragoza, antigo Diretor-Geral da UNESCO;
Membros do Corpo Diplomático;

Ilustres convidados; Senhoras e Senhores

Good morning, Bom dia. Permitam-me começar por agradecer à UNESCO por me convidar para fazer parte deste Fórum Pan-africano para uma Cultura de Paz em África e pela hospitalidade dos nossos irmãos e irmãs angolanos que passaram por tempos difíceis mas que emergiram do conflito. Obrigada a todos. Na verdade, este Fórum aparece no momento certo na medida em que África continua a viver guerras e conflitos brutais. E muitos recursos foram utilizados na sua resolução e na reconstrução pós-conflito em vez de terem sido utilizados na sua prevenção.

Não há dúvida de que a promoção de uma cultura de paz serve de base para a implementação de medidas preventivas. Este percurso da cultura de paz teve origem na criação da UNESCO e na sua Constituição, segundo a qual [e passo a citar] «uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz.» [fim de citação]. Em 1989, a UNESCO realizou o Congresso Internacional «Peace in the Minds of Men» (Paz nas mentes dos homens), que explorava o conceito de uma Cultura de Paz. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o “Ano Internacional para uma Cultura de Paz” e o período 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo”.

Estes esforços demonstram o compromisso da UNESCO e dos Estados-Membros para com o maior desafio dos nossos tempos: garantir a paz para todas as mulheres, homens e crianças. Ao celebrar o 50.º aniversário da criação da Organização da Unidade Africana (OUA), torna-se evidente que a União Africana (UA) encara com seriedade o facto de a ausência de paz e segurança não permitir desenvolvimento para todos. Assim, a UA encetou ações para a implementação de uma Arquitetura de Paz e Segurança abrangente em África, impulsionando-a através da proclamação do ano 2010 como o Ano da Paz e Segurança em África, para o lançamento da campanha «Make Peace Happen» e para a celebração do Dia Internacional da Paz em todo o continente. Para que o futuro das próximas gerações seja próspero, África necessita de estar em Paz consigo mesma.

O propósito da UNESCO é [e passo a citar] «contribuir para a paz e para a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.» [fim de citação]. Torna-se ainda mais importante reafirmar este objetivo no seguimento da recente conclusão da 57.ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, em Nova Iorque, na medida em que as mulheres ainda têm de lutar arduamente por estes valores.

E para que a cultura de paz se torne real, os direitos das mulheres têm de ser assegurados. Segundo a Declaração sobre uma Cultura de Paz, a cultura de paz baseia-se «no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens.» A UNESCO deve ser louvada por incluir as mulheres no diálogo sobre a cultura de paz, no seguimento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, através do Programa Mulheres e Cultura de Paz, e do Projeto Especial

sobre as Mulheres e a Cultura de Paz em África. Estive envolvida em sistemas femininos pan-africanos e dou visibilidade a iniciativas femininas de promoção da paz e do desenvolvimento.

Estas ações estão previstas na Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas através do apelo à participação das mulheres, à proteção dos seus direitos e à prevenção da violência com base no género. É necessário passar das palavras à ação. O tempo está contra nós. O nosso povo não pode esperar mais!

Ainda existem guerras na República Democrática do Congo, no Mali e na República Centro-Africana, podendo no futuro haver guerras no Sael. As causas do conflito ainda não foram solucionadas, o que leva a crer que, no futuro, caso a atual situação se mantenha, muitos mais países serão apanhados por esta onda de conflitos.

Sabemos quais as consequências daí decorrentes: perda de vidas humanas, deslocação massiva da população, utilização de crianças como crianças-soldado e corpos de mulheres utilizados como campo de batalha, entre muitas outras atrocidades.

Duas das experiências mais significativas para mim e que desejo partilhar convosco foram a missão de solidariedade no Ruanda, onde pude testemunhar as consequências do genocídio. Fui a locais onde se deu o genocídio e os corpos ainda lá jaziam – assassinatos em massa de mulheres com os seus filhos ainda às costas. Foi um despertar para todos, pois as mulheres pagam o preço pelo conflito e por isso devem estar integralmente envolvidas na promoção e restauração da paz. A outra experiência tem a ver com a minha recente missão de solidariedade no leste da República Democrática do Congo onde visitei campos de refugiados e pude observar a vulnerabilidade de mulheres e crianças e a falta de alimentos, água e instalações sanitárias. Visitei o Hospital Pamzi em Bukavu, dirigido pelo Dr. Mukwege, onde o grupo de mulheres abusadas sexualmente era tratado. A cultura da guerra devia deixar de existir.

Nas palavras de um dos nossos visionários literários, Chinua Achebe, que nos deixou na semana passada, mas cujas palavras sábias perdurarão [e passo a citar]: «Um homem que chama os seus parentes para um banquete não o faz para impedir que morram à fome. Todos têm comida em casa. Quando nos reunimos no chão da aldeia iluminada pela luz da Lua não o fazemos por causa da Lua. Todos os homens conseguem vê-la a partir das suas próprias casas. Juntamo-nos porque é importante que os parentes o façam.» [fim de citação]. É por este motivo que temos de nos unir – mulheres, homens, jovens, líderes tradicionais, governos, comunidades, setor privado, militares – para lidar com este flagelo da guerra que infelizmente e muitas vezes, erradamente, define o nosso continente. Sentemo-nos à sombra de um embondeiro e concordemos em transformar a imagem de um país violento numa terra onde as pessoas podem coexistir pacificamente.

Suas excelências e ilustres convidados,

É particularmente importante que estejamos reunidos numa altura em que a União Africana celebra o Pan-africanismo e o Renascimento Africano. Recordemos as palavras de Thabo Mbeki que nos lembra que chegou o momento de «travar...a aquisição de riqueza material e o abuso do poder do estado para empobrecer o povo e negar ao nosso Continente a possibilidade de alcançar um desenvolvimento económico sustentável». Mbeki afirma ainda que «muitos dos golpes de estado, guerras civis e situações de instabilidade em África nascem e propagam-se a partir de uma mistura pungente de ganância, pobreza desumanizante, riqueza obscena e práticas públicas e privadas de corrupção endémica».

O conflito pode fazer parte da natureza humana, mas este Fórum chama a atenção, e fá-lo acertadamente, para o facto de ser possível uma abordagem inclusiva e holística da cultura de paz se se tiver em consideração os componentes essenciais e positivos dos recursos culturais, naturais e humanos de África. Tal como afirmou Cheikh Anta Diop, «Os intelectuais devem estudar o passado não pelo prazer que

obtêm ao fazê-lo, mas para retirar lições do mesmo.» No passado tínhamos boas tradições construídas a partir de recursos culturais, naturais e humanos. É necessário recuperar essas tradições pois demonstram como éramos capazes de utilizar de forma construtiva os recursos humanos de que dispúnhamos.

Por exemplo, nos tempos pré-coloniais, havia a tradição dos Bashingantahe [pronunciado: Bashinganthai] no Burundi; homens mais velhos que assumiam o papel de mediadores e de construtores da paz, e que eram reconhecidos pelo seu sentido de verdade, justiça e responsabilidade em benefício de todos. Estas e muitas outras tradições africanas baseavam-se no respeito pelos homens e mulheres mais velhos, na tolerância, na paciência e na honestidade. As mães também ensinavam histórias e canções aos seus filhos para demonstrar: (1) a responsabilidade através da reciprocidade; (2) a honestidade e lealdade através da mutualidade e da deferência; e (3) a fé e compaixão através da força interior e do autocontrole. Há ainda muitas histórias que falam sobre a ganância e os interesses individuais como principais fundamentos de conflito, através das quais os jovens rapazes e raparigas são alertados para os mesmos.

Devemos ainda relembrar a filosofia sul-africana do Ubuntu, descrita por Desmond Tutu como «a essência do ser humano. Centra-se, em particular, no facto de não podermos viver isolados enquanto seres humanos. Fala sobre a interligação entre os seres humanos. Não é possível viver de forma isolada, e quando se tem esta qualidade – Ubuntu – é a generosidade que define quem somos. Não raras vezes pensamos em nós apenas como indivíduos, separados uns dos outros, mas a verdade é que estamos todos ligados e o que fazemos afeta o mundo inteiro. Quando praticamos o bem, isso tem influência sobre toda a humanidade.»

Nelson Mandela explica-o da seguinte forma: «Um viajante ao atravessar um país pararia numa aldeia e não teria de pedir comida ou água. As pessoas dar-lhe-iam comida, entretê-lo-iam de forma voluntária. Este é apenas um dos aspetos da filosofia Ubuntu, mas há outros. Ubuntu não significa que as pessoas não devem enriquecer. A questão é: irão fazê-lo de modo a permitir que a comunidade que as rodeia beneficie também desse enriquecimento?» Trata-se de uma questão muito importante atualmente. O que estamos dispostos a fazer para lidar com o problema da desigualdade social e económica, e para promover a inclusão? Tal como refere sabiamente Chinua Achebe, «Apesar das nossas boas ações não esqueçamos que a verdadeira solução reside num mundo em que a caridade se torne desnecessária.»

Onde é que errámos? Porque a história diz-nos que, ao contrário daquilo de que somos acusados na época contemporânea, África não tem uma cultura de violação, uma cultura de guerra, uma cultura de ganância ou uma cultura de corrupção. Na verdade, África sempre teve uma cultura de paz e tolerância.

A nossa juventude tem de se basear nesta história verdadeira para inventar um futuro para si com o qual elevarão o continente. A Carta Africana da Juventude reconhece que «a juventude representa um parceiro, uma mais-valia e pré-requisito incontornável para o desenvolvimento sustentável, para a paz e prosperidade de África, com uma contribuição única para o desenvolvimento presente e futuro...» Como tal, alegro-me pela atenção especial dada à juventude neste Fórum. «A cidadania ativa e a participação de muito mais jovens no desenvolvimento social, económico e político a nível da comunidade, nacional e internacional continuará a ser a chave para mudanças transformadoras na governação democrática e no desenvolvimento sustentável.»

Acredito também que as agendas das mulheres e da juventude, devido à sua marginalização, estão interligadas. Ambas deveriam figurar de forma proeminente na implementação de uma cultura de paz. Os professores atuam também como guardiões da paz, pois são responsáveis pela transmissão da história e de tradições culturais africanas positivas, moldando as mentes das futuras gerações.

Ao longo da história de África, as mulheres mais velhas, em particular, desempenharam um papel fundamental em tempos de crise, sendo-lhes pedido para mediar situações em que o conflito se transformava em violência armada. Na África Central «as mulheres mais velhas do clã iam ter com o clã

oposto e colocavam-se entre os combatentes de modo a chamá-los à razão. Quando as palavras se revelavam infrutíferas, as mulheres ameaçavam expor a sua nudez ou colocar-se de joelhos. Em qualquer dos casos, o gesto simbolizava uma maldição para os responsáveis por atos de tamanha gravidade. Devido ao respeito que os soldados inimigos tinham pelas mulheres, normalmente acabavam por pousar as suas armas.» Quero deixar aqui o meu testemunho, dizendo que as mulheres africanas continuam a utilizar algumas destas táticas a fim de serem ouvidas durante os conflitos. Temos usado as nossas noções tradicionais de diplomacia para intervir em conflitos e para pedir às partes beligerantes para deporem as suas armas.

Devemos celebrar as mulheres pioneiras africanas que viram os seus filhos ser levados como escravos, que lutaram pela independência e contra o *apartheid*. Entre as heroínas dos nossos tempos contam-se a falecida Wangari Mathai, Prémio Nobel da Paz, Ruth Sando Perry, primeira presidente da Libéria e primeira presidente interina em África, e Leymah Gbowee, Prémio Nobel da Paz.

No ano passado as mulheres do Senegal mobilizaram-se, assim como os jovens e os *média*, para a existência de eleições pacíficas. As suas estratégias basearam-se em três fatores: mobilização dos mais velhos, das mulheres dos meios rurais e dos jovens a fim de exercerem pressão e sensibilizarem os partidos políticos e os líderes religiosos, monitorização e observação do processo eleitoral e mediação entre os vários grupos.

Conseguiram fazer com que as mulheres de partidos políticos opostos se unissem e se comprometessem a manter a paz através da assinatura de um pano da paz – *pagne de la paix*. Criaram um posto de controlo da situação para emissão de alertas rápidos e para a passagem imediata à ação caso fosse necessário, onde analisavam a situação e recolhiam dados utilizando novas tecnologias, tais como telemóveis, Internet, rádio e televisão, e uma caravana da paz. Deste modo, contribuíram para impedir a emergência de conflitos violentos durante as eleições.

Enquanto continente, ultrapassámos vários conflitos, sobrevivemos, mas perdemos muito ao longo do caminho. Reflitamos profundamente, olhando para dentro de nós próprios e levantemo-nos com as palavras de Mandela: «Ser livre não é apenas livrarmo-nos das algemas, mas viver respeitando e contribuindo para a liberdade dos outros».

Obrigada.
Muito obrigado.

Sra. Bineta Diop (Senegal) Fundadora e Presidente da ONG «Mulheres África Solidariedade» (FAS – Femmes Africa Solidarité), Bineta Diop iniciou numerosos programas em prol da paz, entre os quais uma iniciativa destinada às mulheres, à paz e à segurança que teve como resultado a criação da Rede de Mulheres do Rio Mano para a Paz (MARWOPNET – Réseau des femmes du fleuve Mano pour la Paix), recompensada com o Prémio de Direitos Humanos da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2003. Bineta Diop dirigiu equipas de observação eleitoral em países onde se haviam registado conflitos e também missões de solidariedade a favor de mulheres em situações de crise. Facilitou igualmente o diálogo para a paz entre as mulheres, designadamente durante o processo de negociação de paz no Burundi e na República Democrática do Congo (RDC). A Sra. Diop recebeu diversas distinções honoríficas, entre as quais o «Women of distinction Award» do Comité das ONG sobre a Condição da Mulher. Em 2011 a revista Time Magazine classificou-a como uma das 100 personalidades mais influentes do mundo.

Mesas Redondas

Além da cerimônia de abertura, o dia de 26 de Março foi marcado pela organização de três mesas-redondas durante os quais os participantes reconhecidos por seus conhecimentos e seus compromissos com a promoção do desenvolvimento sustentável e do diálogo, discutiram dos desafios e oportunidades de recursos culturais, naturais e humanas para uma cultura de paz em África.

Primeira mesa-redonda - Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África

Presidida por S. Ex^a. Senhor Ministro da Cultura da República Democrática do Congo e Presidente da Conferência de Ministros Africanos da Cultura, Banza Mukalay Nsungu, esta mesa permitiu visitar a força e sabedoria das línguas, das tradições e da História, e teve como objetivo analisar os métodos tradicionais e modernos de resolução dos conflitos e prevenção da violência. No sentido de elaborar recomendações e propostas de ação, os participantes foram também convidados a analisar o papel da educação na escola, nas famílias e nas aldeias, a dar espaço à criatividade e inventividade cultural, capaz de rasgar novos horizontes e abrir espaços de diálogo, de desenvolver novos setores económicos assentes na mobilização das artes, do cinema, da música contemporânea e do turismo cultural, de servir de motor ao desenvolvimento sustentável e de criar postos de trabalho, designadamente destinados aos jovens.

Oradores :

Sr. Ahlin Byll-Cataria - Secretário executivo da Associação para o desenvolvimento da educação em África (ADEA)

Sr. Lupwishi Mbuyamba – Diretor executivo do Observatório das políticas culturais em África (OPCA)

Sr. Charles Binam Bikoi - **Secretário** Executivo - Centro Regional de Pesquisa e Documentação sobre as Tradições Orais e Desenvolvimento das Línguas Africanas (CERDOTOLA)

S.Ex^a Sra. Rosa Cruz e Silva - Ministra da Cultura, Angola

Presidentes de sessão :

S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu – Presidente, Conferência dos Ministros africanos da Cultura (CAMC IV)

S.Ex^a Sra. Angela Bragança – Secretária de Estado para Cooperação, Angola

Relator:

Sr. Benoit Sossou – Diretor do Escritório da UNESCO – Yaoundé

QUAL A MELHOR EDUCAÇÃO PARA PROMOVER UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA?

Sr. Ahlin BYLL-CATARIA - Secretário executivo da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA)

1. Contexto e problemática

Há alguns anos atrás, África era descrita como o continente sem esperança. Hoje, é considerada o continente do futuro, nomeadamente graças ao seu desempenho económico, aos seus recursos naturais e à sua população jovem. No entanto, para se transformar no continente do futuro, é imperativo alcançar a paz e a estabilidade. Na verdade, 25 dos 54 Estados africanos já viveram ou vivem ainda conflitos internos e guerras civis com consequências desastrosas a diferentes níveis, em especial nos domínios da saúde, da educação, do desenvolvimento social, económico, político, em suma, do desenvolvimento sustentável do continente.

Por outro lado, os conflitos constantes deixam no inconsciente coletivo das populações sequelas que se transmitem de geração em geração e que se traduzem na desconfiança, na intolerância, no ódio e na agressividade. A nível das comunidades, este estado de espírito leva à incompreensão, à rejeição da diferença do outro e, conseqüentemente, à incapacidade de viver em conjunto, de colaborar e de trabalhar para o bem-estar comum e para o desenvolvimento dos seus respetivos países e, por consequência, do continente.

Desde que os países africanos alcançaram a sua independência, os conflitos deram origem a milhões de mortes e pessoas deslocadas, a centenas de milhares de mulheres vítimas de violação, a milhões de órfãos, etc. Os custos destes conflitos e da manutenção da paz ascendem a dezenas de milhares de milhões de dólares, somas astronómicas que atualmente fazem muitas vezes falta para tirar os nossos países da pobreza e excluir da miséria determinadas camadas da população.

A paz é, por isso, condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos nossos países e para que o nosso continente se transforme realmente no continente do futuro. A ausência de guerra não é necessariamente sinónimo de paz, e muitos países podem de um dia para o outro ver-se confrontados com um conflito armado. Daí a necessidade de promover uma verdadeira cultura de paz, garantia de estabilidade, de coesão social, de coexistência entre diversas comunidades e de desenvolvimento sustentável. Mas esta paz de que falamos é acima de tudo a paz do coração. É a paz que se encontra dentro de cada um de nós. De tal modo que, se não estivermos em paz com nós mesmos, não poderemos estar em paz com os outros, com os nossos companheiros ou companheiras, com as nossas respetivas famílias, no local de trabalho, no seio das nossas comunidades, na sociedade em geral.

2. Fundamentos e causas dos conflitos

As causas dos conflitos em África são múltiplas: ordem política, económica, social e psicológica. Com efeito, o caminho para o poder é frequentemente fonte de frustração e de amargura para os que se sentem afastados do mesmo. Os grupos de populações frustradas e amarguradas por se considerarem discriminadas, marginalizadas e fragilizadas pela pobreza e pela falta de reconhecimento, terão tendência a ver no recurso à luta armada a sua única salvação. A má repartição e redistribuição das riquezas nacionais estão também na origem de inúmeros conflitos. No plano social e psicológico, a recusa em reconhecer ao outro a sua identidade, em aceitar a diversidade racial, étnica, cultural, religiosa e em respeitar as diferenças é outra das causas de guerras fratricidas.

Como solucionar todos estes conflitos? As instituições africanas desenvolveram iniciativas muito louváveis de mediação política, bem como mecanismos de manutenção da paz. Estas iniciativas tiveram resultados positivos, mas revelaram também certas limitações, nomeadamente no que respeita à durabilidade da paz. Daí a necessidade de construir a paz interior com base nos recursos endógenos, incluindo recursos culturais, naturais e humanos, e trabalhando o espírito dos indivíduos. Se a guerra nasce no espírito dos seres humanos, é também aí que devem ser semeadas as sementes da paz.

3. Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África

África dispõe de imensas riquezas que não se limitam unicamente aos recursos naturais. Enquanto continente multirracial, multiétnico e multiprofissional, África está dotada de uma riqueza imensa ainda por explorar, a saber, a sua diversidade cultural, fonte inesgotável de riqueza e de energia para o seu desenvolvimento económico, social, político, mas também espiritual.

Como promover a paz através da cultura? Este aspeto será abordado de forma aprofundada por outros intervenientes. No entanto, gostaria de sublinhar que a cultura não se limita a atividades artísticas, como o querem fazer crer certos clichés simplistas. Assenta em fundamentos filosóficos, com uma conceção, uma visão do mundo, uma ideia do lugar e do papel do indivíduo na sua comunidade e na sociedade no seu conjunto.

A cultura engloba também as estruturas ou dispositivos criados para traduzir em atos esta visão do mundo e uma conceção das relações entre os indivíduos. Foi deste modo que nos países do Sael e noutras regiões do continente, determinados grupos étnicos desenvolveram ao longo dos séculos princípios relacionais e práticas sociais como a troça entre parentes (*parenté à plaisanterie*), permitindo-lhes coexistir pacificamente, evitar e resolver os conflitos. Estas práticas sociais e culturais continuam a existir e manifestam-se no quotidiano, contribuindo para evitar inúmeros conflitos em determinados países. É fundamental que África não as perca. Não só é necessário mantê-las como também promovê-las, encorajar a sua difusão em países e regiões onde não são conhecidas.

A promoção de práticas sociais e culturais que favorecem o desenvolvimento de uma paz sustentável passa pela educação para a paz. A educação não deve ser entendida em sentido estrito como o conjunto de aprendizagens realizadas na escola, mas num sentido mais lato, implicando todas as estruturas e dispositivos criados e implementados pela sociedade para auxiliar os indivíduos a desenvolverem a sua personalidade, as suas capacidades humanas, a encontrarem o seu lugar na sociedade e também a contribuir para o seu bem-estar e o das pessoas que lhes são próximas, assim como o das suas comunidades. Trata-se, por conseguinte, daquilo que se passa em casa, a nível familiar, no seio das estruturas educativas (escolas, centros de educação para adultos, centros de aprendizagem para jovens, centros culturais, universidades, etc.), no seio das comunidades e a nível da sociedade no seu conjunto.

Uma vez que a minha presença neste painel se explica pela função que exerço em prol do desenvolvimento da educação em África, permitam-me enumerar alguns exemplos relativos à educação para a paz.

4. Educação ao serviço da paz: alguns exemplos

A maioria dos países aqui presentes, assim como as organizações ou instituições que V. Ex.^{as} representam possuem programas de educação para a paz. Limitar-me-ei aos exemplos de três países que desenvolveram programas de educação para a paz no seguimento de conflitos internos. Trata-se da Costa do Marfim, do Quénia e da República Democrática do Congo. Gostaria apenas de salientar alguns aspetos específicos e complementares destes programas.

Costa do Marfim

No seu programa de educação para a paz, o Ministério da Educação da Costa do Marfim, em parceria com a sociedade civil, colocou a ênfase nos seguintes pontos:

- A promoção da paz e do espírito de camaradagem nos estabelecimentos escolares;
- A não-violência e a tolerância;
- A difusão de conhecimentos sobre os direitos das crianças e os direitos humanos;
- A forma de gerir os conflitos;
- A promoção do espírito comunitário;
- A sensibilização dos professores para os valores nacionais, etc.

Em 2002, foi elaborado um programa com um currículo sobre a paz. Em 2003-2004, os professores receberam formação para a implementação do programa e a experimentação teve início nas escolas do 1º

ciclo do ensino básico. Em 2006 o programa foi introduzido nos centros de formação de professores e em 2009 nos colégios.

É de salientar que a Costa do Marfim não fez da educação para a paz uma disciplina distinta, mas transversal a todas as disciplinas.

Quênia

Porquê um programa de educação para a paz? Porque a violência pós-eleitoral de 2007-2008 – que se explica, entre outras razões, por questões de competição pelos recursos – conduziu a conflitos intercomunitários e teve como consequências:

- A animosidade e a suspeição étnica;
- Deslocações internas massivas de comunidades, que contribuíram para a falta de professores e para a perda de tempo de ensino;
- A destruição de bens e infraestruturas escolares;
- A diminuição dos investimentos económicos devido à instabilidade política, com um impacto negativo na economia.

Para o Ministério da Educação do Quênia, era necessário proteger os estabelecimentos escolares da violência pós-eleitoral e a educação para a paz deveria servir para reforçar a unidade nacional e a diversidade cultural. A construção da paz e a gestão dos conflitos foram integrados no programa *Kenya Vision 2030* (Visão 2030).

Os objetivos da iniciativa relativa à educação para a paz no Quênia são:

- Suscitar a tomada de consciência entre os alunos relativamente às causas dos conflitos e à forma de os resolver amigavelmente;
- Preparar os alunos para serem bons cidadãos no seio das suas comunidades, no seu país e no mundo;
- Dotar os alunos de capacidades de promoção da paz e da dignidade humana a todos os níveis de interação;
- Utilizar a sala de aula como um trampolim para ensinar e pôr em prática os valores de interdependência positiva, de justiça social e de participação nos processos de tomada de decisões;
- Encorajar o respeito pela diversidade cultural e a paz sustentável.

Alguns resultados e inovações:

- Formação de 21 formadores principais saídos do Ministério da Educação e do Instituto de Educação do Quênia;
- Formação de 8 837 conselheiros pedagógicos e professores de educação para a paz;
- Sensibilização de 3 500 diretores de escolas secundárias para a educação para a paz;
- Elaboração de material de formação e de livros para os professores do 1.º ciclo do ensino básico;
- Produção e distribuição de mais de 60 000 livros no domínio da educação para a paz;
- Implementação de uma unidade de coordenação da educação para a paz;
- Criação de um comité de orientação sobre a educação para a paz em maio de 2010, no seguimento da reunião de todas as partes interessadas;
- Incentivar a criação de clubes da paz nos estabelecimentos;
- Implementação de um exercício de acompanhamento da educação para a paz nos estabelecimentos escolares;
- Formulação de um projeto de política de educação para a paz no setor da educação;
- Elaboração de material de intervenção psicossocial para completar as iniciativas de educação para a paz;
- Oferta de apoio psicossocial aos alunos e professores afetados pela violência pós-eleitoral;
- Semana de formação sobre a educação para a paz.

Para o Quênia, a educação para a paz é um programa de modificação comportamental que exige o reforço das capacidades dos professores em termos de metodologia. Uma das dificuldades para os professores reside nos conflitos ou contradições entre os princípios e os valores ensinados no âmbito da educação para a paz, por um lado, e as ideias e as práticas promovidas pela família e a comunidade, por outro. É nesta ótica que a experiência desenvolvida na República Democrática do Congo vem trazer uma luz sobre o assunto e respostas eficazes.

República Democrática do Congo

Este programa surge na sequência de uma série de atividades levadas a cabo pela Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) desde 2004. Em junho desse ano, em Mombaça, no Quênia, a ADEA organizou uma conferência ministerial sobre a educação nos Estados em situação de crise ou de pós-conflito. Os Ministros presentes nesta conferência comprometeram-se a «utilizar os seus sistemas educativos como instrumentos e elementos de força para a construção da paz, a prevenção e a resolução de conflitos e a construção das nações».

A conferência deu lugar à criação de um polo de qualidade interpaíses (PQIP) sobre a educação para a paz, que reúne um grupo de países africanos em situação de conflito ou de pós-conflito. O Quênia decidiu assumir a liderança do mesmo. Em setembro de 2009, a primeira reunião deste polo de qualidade foi organizada em Mombaça subordinada ao tema: «A educação como fator de paz: integração e parceria». A apresentação feita por Martine Libertino sobre as suas técnicas de trabalho no domínio da mediação para a paz nos países em conflito ou em período pós-conflito suscitou bastante interesse junto dos ministros e dos participantes. No seguimento da sua apresentação, a delegação da República Democrática do Congo pediu-lhe para formar 25 mediadores para a paz. Esta formação pôde ser organizada com o apoio financeiro da fundação Open Society Initiative of Southern Africa (OSISA) e o secretariado da ADEA.

Primeira fase da formação (2010-2012)

Objetivos:

- Formar um grupo de vinte e cinco pessoas provenientes de diversas instituições, capazes de levar a cabo programas específicos para a educação de adultos e de crianças, ligados ao desenvolvimento da paz.
- Iniciá-los no conhecimento de si e dos outros através do estudo da personalidade humana, das suas qualidades, dos seus dons, das suas problemáticas emocionais.
- Levá-las a libertarem-se do ódio e do sentimento de injustiça, a desenvolverem um novo estado de espírito que lhes permita construir com os outros, e com determinação, uma nova sociedade.
- Formá-las em técnicas de trabalho relacionadas com problemáticas emocionais com impacto na vida pessoal, profissional, institucional, social e política.
- Permitir às pessoas formadas e às instituições a que pertencem desenvolver uma autonomização que lhes permita reduzir e, a longo prazo, suprimir a sua dependência.

Resultados esperados:

- Compreensão da importância do trabalho sobre as problemáticas emocionais para o desenvolvimento da paz em todos os domínios da sociedade.
- Espera-se que as pessoas formadas tomem consciência do seu poder e das suas capacidades no apoio à sua comunidade e na transformação da sociedade em que estão inseridas.
- Encontro da serenidade, de uma visão mais lúcida das necessidades das suas comunidades e do seu país, reencontro da confiança nelas próprias e nas suas capacidades, bem como nas dos outros.
- Compreensão da força do grupo e desenvolvimento do espírito de solidariedade e de rigor.
- Implementação de programas de educação para a paz no seio da sua comunidade e preparação para formar os seus colaboradores e parceiros de outras instituições que assim o solicitem.

Resultados obtidos e impacto da formação:

- Entre 2010 e 2012 foi organizada uma formação inicial de 9 dias e 8 formações contínuas (com a duração de uma semana e um dia no terreno) para 25 participantes provenientes da sociedade civil, de instituições religiosas, do Ministério da Educação, da Universidade, etc.
- Desenvolveu-se uma colaboração entre os participantes e as respetivas instituições. A formação estendeu-se depois às instituições através de visitas no terreno.
- As competências de uns foram colocadas ao serviço de outros, o que uniu ainda mais o grupo. Os participantes desenvolveram os seguintes programas no seio da sua comunidade:
 - o Ensino para as crianças de rua e para os seus educadores. Os beneficiários são 265 crianças de 3 centros de crianças de rua, uma quinzena de educadores e os auxiliares, responsáveis, coordenadores e diretores, famílias e comunidades em causa. O ensino é ministrado em lingala (língua bantu).
 - o Formações destinadas a educadores no Centro Africano de Formação Superior de Educadores Sociais (CAFES). Os beneficiários são: 750 educadores em formação e os educadores no terreno no quadro das ONG parceiras, ativas na política de reinserção.
 - o Programa para a criação de «famílias espirituais» que se comprometem a criar laços com as crianças de rua e a acolhê-las, se assim for acordado. As famílias e as crianças recebem uma educação específica no âmbito das problemáticas do abandono. Os beneficiários são 9 famílias e 15 crianças de rua e o respetivo bairro. A longo prazo, serão abrangidas milhares de crianças de rua.
 - o Criação de 2 escolas-piloto de desenvolvimento filosófico para crianças e adolescentes no seio da Federação Nacional da Juventude Protestante cujos beneficiários são trinta crianças e jovens. A longo prazo, serão abrangidos três milhões de jovens em todo o país.
 - o Ensino do conteúdo da formação nos diferentes domínios de atividade da ONG «Espoir pour tous» (Esperança para todos). Os beneficiários são os colaboradores da ONG, as crianças de rua, as populações minoritárias e os povos pigmeus (35 000), as eco-aldeias (9 organizações), sessenta organizações que se ocupam dos problemas das comunidades autóctones em 3 províncias e as ONG que operam nas províncias de Katanga, Nord-Kivu, Orientale, Bandundu e nas duas províncias Kasai.
 - o Ensino em 3 ateliês de formação em corte e costura para mães solteiras e para mulheres jovens vítimas de violação e de abandono. Os beneficiários são os colaboradores e a direção dos centros e 300 mulheres jovens. A longo prazo, serão abrangidas dezenas de milhares de mulheres jovens em todo o país.
 - o Ensino num ateliê de formação em corte e costura para mulheres casadas e mães de família. Atualmente, os beneficiários são 30 mulheres, os seus filhos, as suas famílias e a comunidade.
 - o Ensino do conteúdo da formação para jovens no quadro do saneamento da Comuna (município) de Massina, em Kinshasa. Os beneficiários são 21 bairros do município e os participantes no primeiro programa-piloto são 28 jovens entre os 12 e os 20 anos e as mães, e, a longo prazo, todos os jovens e habitantes do município e a cidade de Kinshasa.
 - o Reforço das competências de 10 psicoterapeutas da formação para a realização de consultas privadas, para mediação de casais, mediação familiar, mulheres violadas e respetivos agressores.
 - o Consultas para a prevenção da violência sexual.

O programa desta primeira fase teve já um impacto significativo. A nível individual, as pessoas que receberam formação terão doravante uma visão diferente da relação entre casais, da educação das crianças, da família, da comunidade e do país no seu conjunto. Tornam-se um exemplo para o seu círculo próximo e nos seus domínios de responsabilidade. Assumem melhor os seus papéis relativamente às instituições a que pertencem e aos seus superiores. São capazes de desempenhar o seu papel de parceiros junto das instituições governamentais, em especial junto do Ministério da Educação.

Depois de retirar as devidas lições desta experiência, o Ministério da Educação decidiu elaborar um currículo sobre a educação para a paz e formar todos os professores neste domínio. A principal lição a retirar deste programa é a importância da formação do indivíduo para que este conheça o seu funcionamento emocional, o dos outros e para o desenvolvimento da serenidade, da paz consigo mesmo e, por consequência, com os outros.

5. Conclusão

Na estratégia de educação para o desenvolvimento sustentável da UNESCO, a estabilidade e a paz representam um dos quatro pilares. Conscientes da importância da paz para o seu desenvolvimento, muitos países africanos procuram desenvolver verdadeiros programas nacionais de educação para a paz. Para que estes programas sejam eficazes e atinjam os seus objetivos, é necessário que sejam assumidos e defendidos pelos políticos, pela sociedade civil e pelas comunidades no seu conjunto. Não se devem limitar a transmitir conhecimentos, devem visar uma alteração de atitudes e comportamentos nos indivíduos, na escola, nas famílias, nas comunidades e na sociedade em geral. Se houvesse uma só mensagem a transmitir no quadro desta apresentação, diria que a educação para a paz tem possibilidades de ter êxito desde que cada um dos beneficiários aceite e tudo faça para se tornar um mensageiro e um agente da paz.

Obrigado.

A título informativo, existe um Polo de qualidade interpaíses (PQIP) sobre a educação para a paz liderado pelo Ministério da Educação do Quênia.

Os objetivos específicos desse polo são:

- Promover a paz tendo em vista o desenvolvimento sustentável através do restabelecimento e da edificação do setor educativo.
- Favorecer a criação, o reforço e a implementação de políticas e estratégias de educação para a paz.
- Garantir a implementação, o acompanhamento e a avaliação de programas de educação para a paz.
- Reforçar as capacidades em matéria de educação para a paz a todos os níveis.
- Favorecer as parcerias estratégicas interdisciplinares, inter-regionais e multissetoriais, e a colaboração com as diferentes partes interessadas.
- Esclarecer sobre a formulação de políticas e as intervenções estratégicas baseadas na partilha de conhecimentos e o desenvolvimento graças a uma investigação eficaz.
- Promover a educação para a paz através de uma estratégia de comunicação e de difusão eficaz.

O PQIP sobre a educação para a paz reconhece a educação para a paz como medida proativa e preventiva destinada a avaliar os conflitos e a violência na sociedade. Trata-se de um meio destinado a transformar a sociedade e a garantir a edificação de sociedades pacíficas com mais hipóteses de assim permanecerem. Por outro lado, a Rede internacional para a educação em situações de emergência (INEE – *International network for education in emergencies*) desenvolveu um conjunto de instrumentos para a implementação dos programas de educação para a paz. Serão apresentados no dia 8 de abril, num *workshop* na sede da UNESCO, em Paris.

Sr. AHLIN BYLL-CATARIA (Togo) é atualmente Secretário Executivo da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA – Association pour le Développement de l'Éducation en Afrique). Anteriormente, Ahlin Byll-Cataria foi Conselheiro Principal da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC – Agence Suisse de Développement et de Coopération). Grande parte da sua carreira desenrolou-se na sede da Agência em Berna. Durante 10 anos trabalhou na divisão encarregada da África Ocidental, onde foi responsável pela programação e o planeamento financeiro, o desenvolvimento, a gestão e a avaliação no Mali e no Níger. Trabalhou ainda 8 anos no setor da educação, tendo sido responsável pela elaboração das políticas de educação básica e pela gestão dos programas. Por último, foi representante da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação no Níger. De 1993 a 2006 representou a SDC no Comité Diretivo da ADEA enquanto líder do grupo de trabalho para o ensino informal. De 2001 a 2006 exerceu as funções de Presidente da ADEA.

A PAZ EM ÁFRICA E OS SEUS FUNDAMENTOS NA CULTURA

Sr. Lupwishi MBUYAMBA - Diretor executivo do Observatório das políticas culturais em África (OPCA)

A situação de segurança, caracterizada por um estado de guerras e conflitos em África não precisa ser repertoriada nem descrita, os média encarregam-se disso, por vezes com uma deleção que toca a indecência. Infelizmente, os protagonistas deste estado das coisas ainda não manifestaram a mínima preocupação em acabar, nem a vontade de pôr termo a uma calamidade; não procurando nem as causas imediatas, nem origens profundas, mantendo-se alheios à busca de qualquer solução sustentável. Felizmente há quem se debruce na necessidade de observar, recolher, estudar os mecanismos, medir os meios de combater essa situação e de pôr em prática estratégias de ação consequentes.

Surge portanto a necessidade de interrogar as sociedades e os seus atores, os seus costumes e tradições, as suas mentalidades e a sua moral de vida, o seu comércio com os vizinhos, as relações congénitas com o espaço em que evoluem, as suas ambições e visões, em suma, a cultura dos povos ao vivo. Talvez fosse conveniente atardar-nos nesta imagem e tentar fazer o ponto da situação sobre os esforços empreendidos neste âmbito específico, recordando as experiências significativas tentadas aqui e ali, fazer o levantamento do denominador comum das conclusões tiradas dessas experiências, ainda que provisórias, e procurar os caminhos e os meios de assegurar a perpetuação e a transmissão de geração em geração e encontrar um protocolo para uma ação claramente orientada para o progresso, para um desenvolvimento integral e sustentável de África.

1. Referências significativas

A primeira é um testemunho

Já falámos do milagre da África do Sul. Nem todos sabem que, muito antes e durante as negociações de Kempton Park que conduziram à elaboração de uma constituição assente na tomada de decisões por consenso, os intervenientes, todos ativistas, nesses anos de 1992-1993, empreenderam diversas ações junto das populações e das comunidades que orientavam a ação das políticas. De entre as mais significativas, salientamos algumas:

- O desenvolvimento pelo Congresso Nacional Africano (ANC) dos centros artísticos comunitários destinados à população negra e o boicote da escola ocidental por parte dos jovens negros ;
- O « sit-in » do ANC diante do teatro estatal de Pretória, para exigir a substituição dos espetáculos e músicas « clássicos » da programação por música e danças africanas ;
- A reunião imposta pelos líderes do departamento de cultura do ANC ao Reitor da Technikon de Joanesburgo, presidente da Federação das 3000 associações culturais africanas da época, para debater a partilha das infraestruturas culturais ;
- A conferência nacional sobre « cultura e desenvolvimento » destinada a preparar aquilo que viria a ser o « White Paper » para a cultura e as artes (preparando assim, entre outros assuntos, a bandeira e o hino nacional do novo país e refletindo sobre o seu significado) e o encetar de negociações neste quadro com os conselhos de administração das artes do espetáculo das seis principais cidades do país, tendo como objetivo rever os mecanismos de designação dos membros, de forma a assegurar a representatividade de todas as culturas do país, e, longe da África do Sul, em Helsínquia, o debate sobre a inscrição, na conferência mundial sobre educação musical, de um programa de concertos de uma delegação de crianças representantes das diversas culturas do país.

É lícito questionarmo-nos em que campo se travava a batalha interna!

Um segundo exemplo tem por base um dos inúmeros casos de conflitos entre países

O conflito persistente na região dos grandes lagos africanos seria justificação suficiente para uma observação atenta e para nos interrogarmos sobre a questão cultural subjacente. Mas as notícias que nos

chegam constantemente acabam por atenuar a pertinência do nosso propósito. Contentar-me-ei, portanto, em assinalar os aspetos que merecem a nossa atenção, sem os relacionar com situações específicas:

- As reivindicações comunitárias e dos direitos culturais, enquanto causas ;
- A implicação ou o recurso aos poderes e aos chefes tradicionais, enquanto instrumentos ;
- As violações intencionais e programadas das meninas, raparigas e mulheres, enquanto métodos ;
- A ignorância e a violação sistemática das fronteiras, enquanto estratégias.

Todos estes elementos pertencem ao domínio daquilo a que chamamos cultura para além das reivindicações territoriais e da avidez económica oculta e coberta por um zumbido cacofónico em torno da incapacidade ou da robustez das forças armadas, da fraqueza da governação ou do apoio de uma comunidade internacional, também ela hesitante.

As nossas memórias mais recônditas transportam-nos para a preocupação que os intelectuais da região manifestavam há já alguns anos. De facto, adiantando-se aos acontecimentos, na década de 1980, estes tomaram a iniciativa de organizar periodicamente uma «conferência internacional das civilizações dos grandes lagos», cujas sessões decorreram alternadamente na universidade do Burundi, em Bujumbura, e no Instituto Superior Pedagógico de Bukavu, estando também previstas para a Universidade de Butare, no Ruanda. Tanto as conclusões, como os documentos resultantes destes encontros estão disponíveis e mostram, após a sua leitura, que durante as reuniões foram levantadas questões de fundo relativas à tradição, aos costumes, à propriedade e à genealogia, às famílias, aos antepassados e à religião, às associações, ao poder e à sucessão, etc... todas elas questões eminentemente culturais e consideradas fundamentais para a compreensão recíproca e para a boa vizinhança. As causas destes conflitos eram essencialmente culturais, o que significa que as soluções deveriam ser procuradas também no âmbito cultural.

2. Instrumentos de ação

A União Africana (UA) nascida há cerca de dez anos sobre as cinzas da Organização da Unidade Africana (OUA), que sopraria 50 velas este ano, adotou na sua estratégia um plano de ação sobre a resolução de conflitos e implementou um departamento que se tornou a tocha da União, difundindo largamente na sua "Situation Room" o mínimo incidente interno ou externo afetando os Estados do continente. Mas a orientação desse departamento não parece suficientemente alargada às preocupações partilhadas por outras estruturas da mesma Casa, nomeadamente as que se relacionam predominantemente com a procura de fundamentos e raízes.

Na elaboração, por exemplo, de um quadro de implementação do objetivo de construção do Pan-africanismo, um elemento da estratégia da União africana, o Departamento dos assuntos sociais, propunha que fossem retidos entre os fatores essenciais, os seguintes elementos: o orgulho agregado à identidade africana, a igualdade de géneros, a gestão equitativa e racional dos recursos naturais para o bem de todos e a promoção do humanismo africano, a promoção da democracia na gestão dos Estados e acima de tudo a grande estima de si e dos valores próprios da civilização. Aquele departamento considerava que a realização desses objetivos constituía a condição para a construção eficaz da unidade do continente e o trampolim da integração africana. Tocava assim os aspetos internos da prevenção de conflitos cuja não observância constitui prelúdios para crises políticas.

A UNESCO, muito antes, tinha recomendado que ao abordar questões ligadas tanto à resolução como à prevenção de conflitos, tratando naturalmente os problemas imediatos, apegando-se à sensibilização e até à formação na mente dos responsáveis das comunidades, a uma cultura de paz que seja capaz de criar um clima, um ambiente favorável às negociações e às trocas construtivas erguendo reflexos que se apresentem assim que apareçam novas dificuldades.

Foram organizados vários encontros neste âmbito em vários países de África e foram enviadas missões para participar no estudo de soluções sustentáveis quando eclodissem conflitos. Assim foi, na Costa do Marfim, duas vezes. Assim foi também, na África do Sul do Apartheid no final do século passado.

Duas iniciativas merecem ainda ser citadas entre a série de numerosos contributos da UNESCO no que diz respeito à abordagem de conflitos tanto no interior como no exterior dos Estados. A primeira diz respeito à investigação da reactualização e da promoção dos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos. Foi o colóquio de Libreville, organizado em 2003 no momento em que se sentia a necessidade de se debruçar com mais força nos mecanismos de promoção da diversidade cultural e preparar para o efeito um instrumento normativo dirigido aos Estados Membros.

A segunda iniciativa, um pouco menos conhecida, intitulou-se *Os jovens e o diálogo intercultural*, um projeto que partia de experiências de base em cada uma das sub-regiões de África Subsaariana para conceber um programa de formação de jovens para o conhecimento e a facilitação do diálogo tendo como ponto de partida a estrutura familiar e mais tarde ao nível do entendimento entre Estados vizinhos. Depois de encontros de jovens em Loma, Yaounde e Kaye, o conjunto das delegações sub-regionais encontraram-se em Grand-Bassam, na Costa do Marfim, para um simpósio regional que deveria permitir a elaboração e a adoção de uma carta comum apelando a guiar os jovens nas suas responsabilidades de então, preparando-os para enfrentar as realidades do poder que os esperava.

Intelectuais e investigadores, assim como a sociedade civil, por seu lado, não ficaram inativos perante a ameaça permanente que pesa o risco de fracasso de todos os esforços de desenvolvimento aos quais consagram as suas reflexões e as suas apologias. A conferência dos intelectuais africanos, realizada em Dakar (2006) interpelava os dirigentes políticos para a sua responsabilidade neste campo. Numerosas estruturas de investigação nasceram entretanto tendo como objetivo estudar e formar para a abordagem cultural da prevenção e da resolução dos conflitos. Nas universidades, como a Universidade de Botswana em Gaborone ou Africa University em Mutare no Zimbabué, a Universidade de Kinshasa ou nos centros autónomos como Human Sciences Research Center em Pretoria o Centre de recherche et de formation pour la paix (CERFOPAIX), Universidade do Burundi em Bujumbura. Assim, o Observatório das políticas culturais em África (OCPA) na definição da estratégia que apresentava em 2004 no Fórum universal das culturas de Barcelona repertoriava entre os fatores essenciais constituindo os indicadores culturais para o desenvolvimento humanos, a governação e o pluralismo jurídico e político, a equidade ou a justiça social, as liberdades culturais, todos os elementos próprios para garantir a paz social e conjurar os conflitos, todos eles com várias faces simultaneamente políticas, sociais e económicas, repousando na necessidade fundamental, na sede do homem em gozar de liberdade, de exprimir-se na sua verdade, na diversidade do seu ser e da sua natureza profunda.

3. Contributo essencial para a natureza da emergência da cultura

Todavia, os laços entre a natureza e a cultura criaram um tecido de relações íntimas que evoluem numa interação constante ainda que se desenvolvam separadamente. Também aqui, experiências revelaram que essa interação está na origem de práticas culturais e de grandes civilizações que levaram algumas vezes a grandes mudanças na história da humanidade.

Podemos recordar numerosas elaborações culturais e científicas ao longo de toda a rota do ferro, para ver o desenvolvimento das tecnologias da África antiga tributária de um ambiente apropriado. A farmacopeia tradicional vem confirmar o que as criações humanas recolhem do ambiente natural imediato para a elaboração da sua técnica de vida. Práticas e regras que populações inteiras partilham para além das fronteiras territoriais e administrativas.

As incessantes migrações das populações são testemunho do talento dos povos para cavar na natureza o que encontram, para criarem um quadro de vida e até justificar as regras de existência e coexistência e editarem novos códigos de conduta. Um congresso retumbante organizado pelo Centro internacional das civilizações bantu (CICIBA), há cerca de 30 anos, em Libreville, demonstrou-o largamente. Mas a zona Bantu abrange um conjunto de dezenas de Estados, dos confins do Saara ao Cabo, para lá dos limites geográficos nacionais e, claro, partilhando línguas e tradições comuns.

Por fim, o sobrevoos das grutas e pinturas rupestres criando um verdadeiro corredor no continente, permite ao observador atento notar a influência da natureza sobre a criatividade humana: os motivos dos gráficos, as figuras representadas, as cenas e todo o ambiente do espaço são regularmente apontados pelos historiadores e críticos de arte como a primeira manifestação de expressão artística. Quantas vezes se

imagina poder apresentar candidaturas comuns a vários países para uma lista de sítios e monumentos do património mundial! O mesmo acontece evidentemente para as candidaturas à lista de obras-primas da humanidade na categoria do património imaterial. Assim, a diversidade biológica situa-se na interseção da diversidade cultural, conferindo-lhe um quadro e participando na sua eclosão, tanto uma como a outra se apresentam como domínios de partilha para gerações presentes e porvir e para a diversidade de povos de todo o lado.

Se deste acumular de vivências e de experiências se puder formular uma recomendação final relativa à promoção dos estudos e do conhecimento das regras e das tradições, assim como à observação dos valores da modernidade, impõe-se contudo, uma conclusão importante. É indispensável proceder à formação sistemática, à educação para o conhecimento e o tratamento dos dossiers, à informação sobre os métodos de negociação e à adoção da promoção dos valores da civilização. Esse programa de formação cultural deverá representar uma agenda política. Com efeito, cada vez mais se defende a diplomacia cultural como método nas negociações, reconhece-se à cultura um poder que alguns qualificaram de “soft power”, uma luva de veludo... bastante mais eficaz que a diplomacia tradicional dos salões e notas verbais.

Mas isso aprende-se.

4. Transmissão da herança e garantia de um desenvolvimento sustentável

Tal como não se pode separar a cultura da política, existe entre a cultura e a educação uma relação intrínseca. A educação mais não é que a transmissão de conhecimentos tecidos e acumulados durante anos por uma comunidade de homens. Esses conhecimentos representam uma bagagem, um património, constituído por leis e tradições, mas também por informações e regras de conduta de vida e modalidades para permitir aos jovens e aos adultos adaptar-se ao ambiente. Essa transmissão faz-se a todos os níveis da educação, educação familiar, educação escolar, educação informal, educação ao longo da vida.

Ora, precisamente neste sentido, o educador, o professor que transmite a bagagem que recebeu interpreta-a por sua vez, enriquece-a e participa desta forma no trabalho de geração, de criação, de invenção da cultura, também ele à escuta das populações e preocupado em integrar os seus anseios no património comum.

Estamos aqui na interface entre a cultura e a educação.

A UNESCO deu início a um estudo sobre o tema e submeteu uma proposta à União africana com vista a contribuir para a definição das estratégias da União e a adoção de modalidades de funcionamento dos seus programas. A própria falta de informação sobre o quadro cultural de educação, que pretende precisamente beneficiar uma educação de qualidade, pode ser corrigida, e assim ser eliminado o mal-entendido relativo aos vícios transportados pela tradição (sic) e que prejudicam os esforços feitos no sentido de uma educação para todos.

Mas, esquecemo-lo demasiado depressa, o Colóquio internacional do segundo festival mundial de arte e cultura (FESTAC) de Lagos, em 1977, não tinha como tema *Civilização negra e educação?* Poder-se-ia interrogar racionalmente sobre o que é feito das 80 recomendações desse encontro mundial, mais de trinta anos depois!

Tentando antecipar uma eventual avaliação, podemos imaginar que se inscrevia na agenda das grandes escolas e universidades um programa ambicioso:

- A formação para os valores culturais africanos;
- A generalização do ensino das disciplinas artísticas a todos os níveis;
- O ensino superior em línguas africanas.

A título de exemplo.

Poder-se-ia assim aprender a conhecer e apreciar a cultura e as tradições dos outros e deste modo relativizar a grande estima que se tem pela sua própria tradição, pela sua própria religião nomeadamente: um elemento determinante nas negociações e no diálogo. Na luta pela prevenção e resolução dos conflitos, a abordagem cultural permite tratar a questão atacando a raiz do mal. Esse tratamento beneficiará ao abordar o problema na sua generalidade, sendo que o tratamento cultural toma em consideração também os elementos da diversidade cultural e da diversidade biológica à qual está ligada.

Claro está, a observação atenta da história das civilizações revela que os elementos externos podem introduzir e complicar os esforços endógenos assumidos com vista ao resultado desejado. É uma evidência, as constantes tentativas de controlo da geopolítica internacional acabam por complicar a situação. Até aí nada de novo. Mas não será esse o destino das civilizações? A arma de combate para África obedecerá, por isso, também a dois imperativos. Por um lado a promoção dos valores internos de abertura, de democracia, de justiça social, de respeito pela diversidade das culturas e de solidariedade tanto no interior dos Estados, como numa região comprometida com a construção de uma integração regional legítima. Por outro lado, a capacidade de forjar e de apresentar uma liderança competente e respeitada capaz de resistir, de defender, negociar e ser ouvida perante os interlocutores externos. Em última análise, trata-se de manifestar o domínio da situação e dos acontecimentos, um domínio confortado por uma fé ativa, uma convicção firme na capacidade de produzir, de criar a mudança e de inscrever, desta vez, no coração da ação pública. Um valor altamente cultural.

Bibliografia

- Unesco, *Investir dans la diversité culturelle et le dialogue interculturel*, relatório mundial da UNESCO, Paris, 2010;
- União Africana, *Documento da UNESCO « Rôle de l'éducation et de la culture dans les efforts de l'Afrique en faveur du développement »*, UA, primeira sessão da Conferência dos Ministros da cultura, Addis Abeba, 2005;
- União Africana, *O Pan-Africanismo cultural como pilar do desenvolvimento sustentável de África*, 3rd Pan-African Cultural Congress, Addis Ababa, 2012;
- OCPA, *Indicateurs culturels pour le développement: vers une perspective africaine*, OCPA Editions, series 2, Documento n° 2, Maputo, 2004;
- BONET, L. e NEGRIER, E., *La fin des cultures nationales*, Les politiques culturelles à l'épreuve de la diversité, Recherches, CNRS, La découverte/PACTE, Grenoble, 2008;
- NDAYWEL, I., KILANGA, J.M., MATEO, E.L. (dir.), *Francophonie et gouvernance mondiale: vues d'Afrique*, colloque international de Kinshasa 2012, Riveneuve éditions, Paris 2012.

Sr. Lupwishi MBUYAMBA (República Democrática do Congo) Diretor do Observatório de Política Cultural em África (OCPA), em Moçambique. Exerceu as funções de Conselheiro Principal, chefe do projeto de assistência técnica do PNUD e da UNESCO no CICIBA (centre international des civilisations bantu – Centro Internacional das Civilizações Bantu) em Libreville, no Gabão, e foi também Conselheiro Cultural Regional para a África e Representante da UNESCO sucessivamente no Zimbabué, em Angola e em Moçambique. Professor e diretor do Instituto Nacional das Artes da Universidade Nacional do Zaire (República Democrática do Congo), foi presidente do Conselho Internacional da Música (CIM – Conseil international de la musique), da Sociedade Internacional para a Educação Musical (ISME – Société internationale pour l'éducation musicale) e da Federação Internacional para o Canto Coral (IFCM – Fédération internationale pour le chant choral). É atualmente o Presidente do Conselho Africano da Música (CAM – Conseil africain de la musique). Lupwishi Mbuyamba é ainda autor de vários estudos, composições, artigos e livros sobre música. Recebeu inúmeros prémios, medalhas e menções honrosas no Congo, em África e noutros países do mundo.

ÁFRICA E CULTURA DE PAZ: UMA RELAÇÃO A DESCOMPLEXAR

Sr. Charles BINAM BIKOI - Secretário Executivo - Centro Regional de Pesquisa e Documentação sobre as Tradições Orais e Desenvolvimento das Línguas Africanas (CERDOTOLA)

Ao ouvir as rádios, ao ler as informações nos jornais, ao ver as imagens na televisão que são propostas pelas agências internacionais em matéria de paz e segurança em África, a opinião geral acaba por ser invadida por um pensamento sombrio: África é apenas uma terra de conflitos, de violência e de guerra!

Há certamente nesta imagem algo de excessivo, um julgamento exagerado, suscetível de induzir uma visão deformada que acaba inevitavelmente por deformar a realidade. Qualquer que seja o ângulo a partir do qual se observa a situação, a sensação de sofrimento está sempre presente; no entanto, a consequência é particularmente desastrosa para a própria opinião africana, cujos atores desprevenidos são atraídos por um fatalismo que desumaniza, convencidos de que são aquilo que se diz, aquilo que é dado a ver, com base na ideia de que será esta a natureza normal das coisas no continente africano.

África, terra de ódio, de guerra e de conflitos? Nada poderia ser mais contrário à verdade do que esta imagem, hoje tão amplamente difundida de forma insidiosa!

Na verdade, de Toumai a Lucy ou de Lucy a Toumai, se há hoje algo científica e unanimemente reconhecido é o lugar de África enquanto «berço da humanidade». O que significa que África deu A Vida à humanidade. Ora, na natureza, qualquer vida é sinónimo de produção e reprodução. Além disso, a espécie humana distingue-se das outras espécies pela consciência de que este é em si mesmo um processo inacabado e que o homem – o género humano, finito no tempo e na matéria, deve conquistar para si a eternidade através da preservação e perenização do processo de produção/reprodução.

Desde logo, na visão africana da vida, a humanidade só faz sentido se o homem, com o homem, aceitar não ser sistematicamente um «lobo» para o seu semelhante, percebendo-o como o seu outro eu. Foi esta visão que desde sempre inspirou atitudes, crenças, regras, regulamentos e comportamentos, tendo conduzido a um conjunto de formas de pensar que ficaram cristalizadas na arte de ser no mundo africano, transformando-se deste modo em ética para a comunidade, Cultura para a sociedade. E porque ela visa conter a tendência ou inclinação natural do homem para se afirmar opondo-se, esta Cultura que privilegia a Vida tornou-se também progressivamente *cultura para a vida, cultura para a paz, cultura de paz*.

A questão essencial não é procurar saber se África, berço da vida, contribuiu para a paz (condição para a perenização da vida), mas sim saber como é que não nos ocorreu tomar em maior consideração a contribuição evidente da cultura africana, cultura da Vida, para a cultura universal da paz. Tendo em conta esta imagem de África eterna enquanto África de paz, fonte de vida, a segunda questão que se coloca é a da natureza e origem dos conflitos na África contemporânea.

Como é possível que num espaço territorial sem qualquer corrida séria ao armamento, na terra «*dos que não inventaram o canhão nem a pólvora*» se ouçam de forma tão forte, tão regularmente e tão massivamente os canhões? O que explica uma proliferação tal de problemas e conflitos na África pós-colonial?

Não nos deixemos iludir pelos conflitos de subsistência que podem surgir ou que tenham surgido aqui ou ali em todo o Continente. Não nos detenhamos nos abusos inaceitáveis associados a alguns destes conflitos e às suas consequências desumanas, degradantes em todos os casos. Não nos envergonhemos no entanto ao afirmar que, de uma forma geral, a existência de grandes conflitos que devastam a terra de África tem frequentemente origem na sobreposição ou justaposição artificial de sistemas culturais fundamentalmente estrangeiros, sem um estudo de compatibilidade nem concertação prévia entre a cultura dominante e a cultura dominada, por via intelectual ou por subordinação, e nos agentes incumbidos de assegurar a sua aplicação em populações nunca consultadas. No final do processo, eis que um profundo mal-entendido cultural governa as relações da nova sociedade africana no domínio da paz. Estrangeiros numa cultura dominante que os rege, conduzidos como gado por forças com as quais a Cultura tradicional não se identifica, os povos de África avançam deste modo desencarnados, mais vítimas do que intervenientes pelos caminhos da vida, intimamente excluídos da construção da paz.

Entre estes elementos culturais de serviço, podemos citar desde logo como exemplo o sistema jurídico romano. Renovado de vez em quando e noutros locais em virtude das necessidades da causa napoleónica, adaptado aquém e além por toda a velha Europa, não foi este sistema que, um dia, mais especificamente há cinquenta anos, foi imposto aos Estados africanos emergentes para orientar, dirigir, regular e governar a diversa Humanidade de África?

Cabe aqui observar que, desde então, os africanos se tornaram verdadeiros «guardas das galés» destes sistemas bastardos. Os africanos? Digamos antes as elites africanas colonizadas até à medula, alienadas, prontas a servir a ordem internacional reinante, conquistadora e arrogante à qual a Humanidade deve, simultaneamente e sucessivamente, a Escravatura, a Colonização, os Neocolonialismos... Esta ordem que se tornou «global» pela espada e pelo sangue, que traçou fronteiras dividindo aldeias, comunidades e consciências, desnaturalizando a ordem da vida, excluindo do debate a Cultura africana no próprio continente africano. Em nome da «globalidade», viu nascer uma África de elites.

Estes novos africanos? Olham com condescendência para África e, se necessário, denigrem as suas tradições. São cristãos, muçulmanos, budistas... São comunistas, socialistas, liberais, democratas! São feministas, a favor da homossexualidade ou homofóbicos. São filiados em mil e uma organizações «fraternais», membros de redes universais às quais pagam onerosas contribuições e das quais recebem em troca instruções que definem as suas linhas de conduta ou de envolvimento no que se refere às grandes questões relacionadas com a vida, a felicidade, a humanidade, a paz... Em nome de palavras de ordem recebidas em conformidade com uma agenda decidida sem o seu contributo, estão dispostos a entrar em cruzada, ou não deveriam figurar eles próprios na hierarquia universal apenas como tristes «atiradores»... africanos. Frequentemente incumbidos de «zelar pela governação» são, sub-repticiamente, nomeados governadores de África nos limites territoriais «herdados da colonização».

Voltemos aos conflitos. Frequentemente inspirados por outros, organizados e planeados, munidos de armas (de fogo e de corrupção) distribuídas noutros conflitos, certamente diligenciados em resultado do apelo dos filhos de África beneficiários desta ordem ao serviço de causas mal conhecidas, a maioria dos conflitos da África «moderna» são importados, diretamente ou indiretamente. A sua gestão, também ela «internacional», desprezou de forma constante os mecanismos patrimoniais e milenares de prevenção e de resolução de conflitos desenvolvidos e consagrados na cultura africana.

Ironia do destino: quando são por fim solicitados e implementados, cada vez que a África dos povos foi autorizada, apesar de tudo, a utilizá-los de forma rigorosa, os mecanismos africanos de gestão dos conflitos revelaram a sua pertinência, eficácia e atualidade em diversos contextos contemporâneos.

Dois exemplos históricos recentes merecem ser aqui referidos, para ilustração. Eis-nos na África do Sul de 1994. O imundo regime do *apartheid* acaba de ser derrubado. O ANC (Congresso Nacional Africano) – o seu bode expiatório – acede ao poder. À cabeça do Estado ergue-se um homem que passou um terço da sua existência atrás das grades, vítima do sistema que se desmorona sob o sol austral de África. O que irá fazer Nelson MANDELA? O que irá fazer o Congresso Nacional Africano?

Enquanto o mundo dos bem-pensantes teme e alguns anunciam a implementação de um julgamento de Nuremberga africano para julgar os dignitários do extinto regime do *apartheid*, subitamente a cultura africana emerge. Do alto da sua Tradição até aí submersa, proclama: «Comissão da verdade e da reconciliação»!

Desmond Tutu, ícone vivo da luta não violenta por uma África do Sul justa e liberta do *apartheid*, é colocado à cabeça da Comissão Nacional encarregue de conduzir o processo de reconciliação nacional segundo um ritual de saneamento e santificação coletivos, com base na confissão pública e na palavra. No final desta celebração da convivialidade e da ética africana, ninguém que tenha colaborado de boa-fé, será julgado ou condenado pela justiça dos homens. Pelo contrário, em troca da sua confissão pública, é concedida uma amnistia plena e completa aos autores dos crimes e das irregularidades políticas cometidos em nome do governo sul-africano mas igualmente aos autores dos crimes e das irregularidades cometidos em nome dos movimentos de libertação nacional.

Não é possível ignorar que sob outros céus teriam crepitado, à saída dos tribunais, as armas dos pelotões de execução ou os flashes dos fotógrafos à procura de fixar nas suas objetivas as imagens dos condenados, após a leitura dos veredictos da justiça dos vencedores. Em nome da Tradição africana, na África do Sul

liberta do *apartheid*, o processo de Nuremberga jamais terá lugar! Outro local, outro conflito, a mesma abordagem e a mesma atitude. Na fronteira a este do Atlântico, que marca a separação entre a Nigéria e os Camarões, irrompe uma disputa entre os dois países: cada um reivindica a propriedade sobre um território reputadamente rico em recursos minerais e haliêuticos. O mundo agita-se e anuncia-se o pior: um confronto entre os exércitos nacionais, uma conflagração da sub-região e do golfo da Guiné.

De um lado e de outro abundam e acotovelam-se os vendedores de armas internacionais, prontos a equipar e sobre-equipar os exércitos dos dois países irmãos. Os denominados meios de comunicação internacionais alimentam e inflamam os debates, aumentando as tensões. Avaliam as forças potenciais e desenham já o perfil do vencedor, as consequências da vitória ou da derrota...

No auge da situação, surgem dois homens: Paul Biya e Olusegun Obasanjo. Troca de emissários entre as capitais dos dois países, multiplicação de disputas na mesa de negociações, armas em Silêncio!

Depois, decisão consensual de recorrer a arbitragens neutras; julgamento com base em documentos; aceitação seguida da aplicação concertada dos veredictos, sob a doce supervisão de outro grande filho de África, representante da diplomacia planetária ao mais alto nível, Koffi Atta Anan, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. A guerra de Bakassi não terá lugar!

É certo que Biya e Obasanjo não obtiveram o prémio Nobel da paz mas a História não esquecerá que estes dois líderes africanos pouparam sofrimentos inomináveis aos seus povos irmãos. Sobretudo, e acima de tudo, honraram a tradição africana do diálogo, da palavra, para a resolução dos conflitos, ao serviço da preservação da Vida: enriqueceram a cultura de paz com base no modelo africano.

Estes dois exemplos reais estão longe de constituir exceções. Podem ser completados positivamente e de forma abundante sem o mínimo de esforço por outros, recentes ou mais distantes no tempo, retirados da vida quotidiana, da vida pública africana, da longa história de África e das comunidades africanas, de oeste a este, de norte a sul do continente.

Estes exemplos ilustram, em todo o caso e de forma concreta, a ideia de que a tradição africana encerra um reservatório ético de disposições comportamentais, de palavras que garantem valores de equilíbrio e de harmonia social, que sublinham a capacidade da sociedade tradicional para fazer triunfar em todas as circunstâncias o diálogo para a paz. Tais valores são seguramente constitutivos de uma cultura preventiva e reparadora, suscetível de ser solicitada, quer antes de qualquer conflito circunscrito, quer quando o conflito não tenha podido ser evitado, *a posteriori*, para daí extrair as consequências, minimizando o impacto sobre a sua duração.

Numa perspetiva mais teórica, o contributo da cultura africana para o diálogo e a reconciliação – que vai muito para além da denominada «justiça transitória» – assenta no rico património da oralidade de tempos passados, cujos mitos, contos, narrativas, adivinhas, provérbios, etc., alimentam desde sempre o pensamento da África silenciosa, viva, que não pode ser feita refém continuamente por algumas elites políticas que semeiam a turbulência e a desolação em todo o Continente, sem consideração pelos seus povos.

Este rico património é veiculado pelas línguas africanas, elas próprias orientadoras da paz, que pede apenas para ser desvendado, valorizado, divulgado e partilhado com o intuito de alimentar de forma cada vez mais precisa o diálogo intercultural, no sentido indicado por K. Matsuura, em 2003, de que este diálogo se tinha tornado «*primordial, a fim de articular as competências tradicionais e modernas para a obtenção de novas pistas na prevenção e resolução de conflitos*»¹³.

De que forma se pode chegar a esta partilha a não ser através da inscrição da cultura de paz nas linhas de prioridade das estratégias globais que permitem assegurar o desenvolvimento sustentável por meio da cultura dos povos, respeitando a sua diversidade?

Tal compromisso não tardará a revelar, para além dos exemplos atuais, a existência de uma abundante literatura africana da paz, de essência oral mas pouco conhecida, à semelhança de tratados específicos como a Carta de Mandén, denominada Carta de Kouroukan Fougá – em língua malinké, *Manden Caliban*

¹³ K. Matsuura, *Le dialogue entre les civilisations*. Atas da Conferência internacional sobre o diálogo intercultural e a cultura de paz na África Central e na Região dos Grandes Lagos, Libreville, Gabão, 18, 19 e 20 de novembro de 2003.

– proclamada no século XIII aquando da entronização do Imperador Soundiata Keita. Enquanto fundamento e recurso, as línguas africanas renovam aqui o seu carácter insubstituível no debate atual sobre a importante questão da contribuição africana para a cultura de paz.

Em suma, África não tem por isso motivos para sofrer de qualquer complexo relativamente a esta questão. Tendo-se em melhor conta de forma mais firme, a sua experiência milenar e o seu património cultural e histórico, deve ser incitada a reconsiderar em profundidade a sua relação com o valor da paz, com a construção ou reconstrução da paz entre os homens. Para tal, a regra de ouro consiste em regressar aos fundamentos da cultura africana tal como transmitidos nas línguas de África para os conhecer e dar a conhecer, de forma a comunicar e difundir o pensamento africano relativo à cultura de paz. Este papel cabe simultaneamente à Investigação, à Educação e à Comunicação. Os homens e as mulheres de África, frequentemente desesperados, prostrados e culpabilizados perante a amplitude das situações de conflito com as quais são confrontados, devem ser levados a relativizar a ausência de paz: é necessário reerguê-los, propondo-lhes uma procura profunda nas suas culturas patrimoniais das razões pelas quais a ausência de paz não foi nunca uma fatalidade.

Convém que a juventude africana reaprenda que a cultura africana nunca assentou no paradigma resumido na fórmula «*Quem quer a paz prepara a guerra*». O paradigma africano oposto a este modelo reside, ao invés, na fórmula «*Quem quer a paz prepara a paz*», fonte de diálogo, fundamento da palavra ativa, onde se funde o respeito da vida na pessoa humana.

Jamais na sua história África imaginou, inventou ou utilizou armas de destruição maciça. As civilizações que ofereceu ao mundo, embora permanecendo expostas ao acaso da complexidade ondulante ou imprevisível dos homens, são civilizações de convivialidade humana, não santificadoras mas sacralizadoras, não de exclusão mas de inclusão, não de diminuição mas de elevação.

São estes valores que os atores envolvidos no desenvolvimento da cultura de paz devem realçar, a fim de lhes ser concedida a atualidade necessária, tendo em vista a sua elevação à categoria de valores de referência, tornando-os utilizáveis e competitivos, para daí extrair argumentos de forma a descomplexar o novo homem africano, reconciliado com as dúvidas atávicas sobre o seu património cultural, reconciliado com a sua história degradante associada à Escravatura e à Colonização.

O homem africano descomplexado na sua relação com África e com a cultura de paz será um agente, um recurso vivo para a cultura de paz, um apóstolo da paz. Construir este homem no seio da juventude africana é o Desafio que se coloca atualmente.

Sr. Charles BINAM BIKOI (Camarões) é Diretor de investigação e Professor na Universidade de Iaundé I e Professor associado em várias universidades africanas e europeias, sendo também consultor-facilitador da UNESCO para o Património Cultural Imaterial. Binam Bikoi colabora com várias instituições e organismos internacionais, designadamente a União Africana, o Banco Mundial, a FAO e o Banco Africano de Desenvolvimento, na qualidade de perito ou consultor. Eleito Secretário Executivo do CERDOTOLA (Centre International de Recherche et de Documentation sur les Traditions et les Langues Africaines – Centro Internacional de Investigação e Documentação sobre as Tradições e as Línguas Africanas) em 2006, é também Secretário-Geral do Congresso Pan-Africano de Antropologistas e membro do Comité Internacional de Peritos da União Africana para o projeto do Grande Museu de África em Argel. Charles Binam Bikoi é autor de numerosos artigos, contributos, comunicações, obras e relatórios consagrados às ciências humanas, à cultura e às questões relacionadas com o desenvolvimento.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL – NOVOS DESAFIOS PARA A UMA PAZ DURADOURA EM ÁFRICA

S.Ex^a Sra. Rosa CRUZ e SILVA - Historiadora, Ministra da Cultura, Angola

1. Introdução

Aceitamos com bastante entusiasmo o convite da organização conjunta, Executivo angolano e UNESCO, para participar num evento que se reveste de extrema importância, dada a problemática que se propõe abordar. Trata-se de mais um desafio cuja proposta temática implica necessariamente, uma vez mais, os investigadores e intelectuais africanos, para renovarem o apelo dos africanos e seus parceiros para a necessidade ingente da criação e afirmação de uma cultura de paz. É necessário ativar os mecanismos mais apropriados para desenvolver uma paz sustentável, capaz de devolver aos africanos a esperança, para que se alcance o progresso a par das demais nações do mundo.

Consideramos ser oportuno este exercício que nos implica a todos, para a retoma das reflexões, pois por esta via, podemos rever algumas das figuras emblemáticas do nosso continente que participam ativamente nas várias propostas temáticas que a UNESCO há várias décadas nos vai proporcionando e que visam não apenas a reflexão em si, mas sobretudo a produção científica que possa contribuir para o ambiente de Paz, para a Cultura de Paz, que tanto reclamamos no continente africano.

Reiteramos neste exercício, Fórum, Conferências, Congressos, Simpósios, nos variados formatos e modelos, o apelo à Paz. Para o efeito muitos de nós aqui presentes, produzimos textos, editamos livros, fomos efetivamente chamados a intervir, em variados contextos, em que se solicitava não só a reflexão sobre as problemáticas propostas, quase sempre no mesmo âmbito: A unidade de África, a retoma do Pan-africanismo e o último tema recorrente “O Renascimento Africano”.

Em cada um dos nossos países, a discussão prosseguiu, fazendo renascer África das cinzas, ressuscitando o seu passado, bom e mau, para que se desse mais luz às nossas consciências, ainda perturbadas pelos efeitos da pressão colonial, ou pelas enormes dificuldades dos tempos que se seguiram às nossas independências. A guerra, os conflitos que se geraram em muitos dos nossos países, pelas mais variadas razões, internas e externas, pesaram muito para que o arranque para o desenvolvimento fosse mais firme e decidido. E tivemos todos que esperar pela Paz. É preciso despertar, sair decididamente desse tempo. Balumukeno!

Falar dos Fundamentos e recursos culturais para uma Paz sustentável, no nosso caso, remete-nos para a História de uma região de Angola, cujas práticas e saberes endógenos, correm o risco de desaparecer. Aqui lembramos Joseph Ki-Zerbo, quando em 1989 (parece muito longe), nos propunha no Colóquio organizado pelo Centro de Pesquisa para o desenvolvimento endógeno em Bamako. Não previa nessa altura que justamente ali no Mali, um dos centros difusores da cultura africana pudesse hoje ter sido violentamente massacrada violada a sua integridade cultural. Dizia, nessa altura o nosso mestre que propunha aos intelectuais e pesquisadores do CODESRIA que lutássemos por um desenvolvimento endógeno para a África.

« Como podemos nós melhor revolver a paixão dos nossos ancestrais pela tecnologia. E como restaurar este espírito inventivo de então para a gerações atuais? As profundas raízes da ciência e da tecnologia na nossa região podem contribuir para reacender a chama criativa que foi gravemente abafada durante os séculos de dominação estrangeira. O talento para a empresa da inovação existe na medula e no sangue de todos os africanos e não deverá ser negada por muito mais tempo ». Seguindo os pressupostos desta reflexão, julgamos pertinente tomar de exemplo o pensamento de Ki-Zerbo para a nossa proposta de valorização do conhecimento endógeno, como contribuição à criação da cultura de Paz.

Pretendemos nesta abordagem, retomar a investigação que está em curso há alguns anos, e que necessita de mais investimento, para que prossigam os estudos iniciados, e possamos trazer à superfície, os fundamentos de uma temática que só pode contribuir para a Paz, e para a autoestima dos angolanos e dos africanos em geral.

O nosso principal propósito, é dar destaque à cultura imaterial, que se traduz na prática e conhecimento de uma determinada comunidade, e que a mesma prática, porque ainda vigente, porém sem qualquer valorização, corre o risco de desaparecer. Trata-se da História de um lugar que liga os povos através da prática de navegação fluvial e de cabotagem. Passou-se mais de uma década desde que iniciamos o estudo sobre a temática da relação dos africanos com o Mar, numa tentativa de demonstração que não havia qualquer dificuldade para os africanos para lidar com o mar, como o exemplificam várias regiões de África onde tal fenómeno teve lugar.

Pretendemos com mais esta oportunidade que a Organização deste evento nos oferece, chamar a atenção para importância nos dias de hoje, para a valorização de determinadas práticas e saberes ligadas à navegação fluvial e a navegação ao longo da costa, nomeadamente a ligação entre o interior e o mar. Pretende-se nesta temática pôr em evidência na História de Angola, a figura de uma das mais importantes personagens, o prático de barra, entre nós, também conhecido nas fontes da época como o Nambio, o profissional que contribui com o seu conhecimento para que se estabeleça a ligação entre as águas do mar e as águas do rio. Assim, retomamos os estudos iniciados, e que a nosso ver, deverão concorrer para a divulgação e valorização desta prática endógena, e desta figura que foi identificada junto à Barra do Kwanza, há alguns quilómetros da cidade de Luanda, um lugar emblemático da História de Angola dos séculos XV-XVI, e que hoje, pode ser assinalado como um lugar de memória do saber endógeno que consistiu na navegação fluvial, prática que vimos ainda hoje, porém sem qualquer distinção do prestígio e valor que assume o seu trabalho.

As propostas turísticas que se avançam, e que podem concorrer para a criação de novos empregos junto destas comunidades, na busca deste ambiente e da cultura de Paz, podem e devem ser desenvolvidos na Barra do Kwanza, nas várias Ilhas do Kwanza, onde ainda hoje, podemos assistir a esta prática de deslocação, movimentação de passageiros e mercadorias, pondo em evidência uma prática secular, construção das embarcações a partir do conhecimento antigo, e navegação com essas mesmas embarcações. Mesmo que concorra com elas, se puder encontrar no mesmo lugar as embarcações movidas a motor, ambas podem concorrer com êxito. Devemos trabalhar para que não desapareça a prática e o saber endógeno, de tal forma que possamos passar esse testemunho as novas gerações.

2. Cultura imaterial

Para a valorização da cultura imaterial de uma determinada sociedade, temos de nos ater às recomendações da UNESCO, e demais instituições afins, que através dos vários programas de valorização e divulgação da cultura, contribuem para que possamos sobreviver à onda da globalização. Não restam dúvidas, sobre como nos devemos ocupar deste tema em defesa do património que o mesmo veicula. Ao visitar o conceito clássico de cultura imaterial, apontamos para o conjunto de bens culturais que resultam da sabedoria ancestral para as soluções encontradas na comunidade com objetivo de resolver questões de índole muito prática, isto é as diversas expressões culturais e tradições que um determinado grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras. Integram este vasto conjunto os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras manifestações. Conscientes que muitas vezes estas expressões escapam à nossa atenção, e como tal, muitas vezes, são ignoradas. Eis pois a nossa contribuição para a valorização das técnicas de navegação fluvial e de abertura das barras dos rios.

A prática de navegação no rio Kwanza, é muito antiga, tal como se referem as fontes do Século XVI. Estas indicam que na Barra do Kwanza, de acordo com as descrições dos missionários, se assistiu à

concentração de embarcações feitas de um só pau, mas de variado porte, designadas pelos autóctones de Ndongo, a que assistia a tarefa de transporte de passageiros e mercadorias.

Alguns autores que se dedicaram aos estudos destas sociedades, do antigo estado Ndongo, Beatrix Heintze¹⁴, e Adriano Parreira, reportando-se à informação recolhida em Cadornega, identificam os *Nambios*, os famosos práticos de barra do Kwanza, que na época dependiam do soba *Kimona Kasongo*, autoridade política da região da *Kisama* e que tinha sobre o seu comando outros titulares¹⁵. Na pauta dos Sobas da *Kisama*, iniciando na foz do rio, Cadornega inscreve em primeiro plano a autoridade «Mueni Sungi Nunambio»¹⁶, o que significa Senhor Sungi Munambio. Aqui, consideramos que esta figura política está necessariamente ligado aos profissionais de barra, os Nambio, daí a sua designação significar “Senhor dos Nambio”.

Neste sentido podemos mesmo considerar que o território sobre o qual *Sungi Nunambio* exerce o poder, tem alguma ligação com a designação do titular. Assim, existe efetivamente uma associação entre o título da autoridade *Mueni Sungi Nunambio* e os respetivos súbditos. A localização geográfica deste grupo de profissionais, é justamente no morro sobranceiro à embocadura do rio, como vimos mais acima, pelo que parece mais provável que a sua dependência mais direta se efetue com *Sungi Munambio*. Cadornega fala-nos inclusivamente da particularidade das suas habitações e do seu modo de vida. “(...) o qual gentio chamados Nambio, como os da barra, morão em quintallas, que são como sobrados fabricados sobre os mangues, onde tem seus haveres, mulheres e filhos, imitando aos da cidade de Veneza que morão sobre as agoas, como he notorio andando em barcos pelas ruas de huma parte para a outra (...)”¹⁷. Todas as notícias que possuímos sobre os demais povoados que se conhecem ao longo do corredor do Kwanza, no Séc. XVI, falam-nos por um lado da componente densidade populacional, embora não existam estatísticas¹⁸. Dizem-nos ainda que estes locais foram palco de uma intensa atividade comercial, que foi impulsionada pelos, níveis da sua produção agrícola e de outras tarefas complementares, e posteriormente com o tráfico de escravos¹⁹.

A crescente produção agrícola foi a motivação principal para a criação dos espaços de comércio, acrescido do potencial de minerais, bem como os escravos, fatores que contribuíram para o desenhar de rotas importantes de comércio nesta região.

As ações militares que se iniciam no corredor do Kwanza, depois dos desaires das missões diplomáticas dos representantes da coroa portuguesa, ao reino do Ndongo, sendo a de 1560, capitaneada por Paulo Dias de Novais, culminam com a implantação de estruturas que desenham um novo modelo de ocupação do espaço.

A instalação portuguesa neste corredor, efetiva-se gradualmente, em Makunde, Kalumbo, Muxima, Masánganu, Kambambe, confirmando-se tais posições através da instalação das estruturas militares, sempre à custa de intensos combates com as forças autóctones. A construção das fortalezas, nos pontos considerados principais, como Masánganu (1583) Muxima (1599) e Kambambe (1604), representam o iniciar da nova organização do espaço. As opções para a respetiva implantação obedecem a estratégias bem delineadas, de uma fixação que passa geralmente, pelo aproveitamento das estruturas preexistentes,

¹⁴ Veja-se Beatrix Heintze, 1972, p. 410; Adriano Parreira, 1990, p. 82

¹⁵ Refira-se que na pirâmide hierárquica do poder do estado Ndongo, encimada pelo rei, seguem-se a este, os sobas, que o representam no acto de governação, através de pequenas fracções de poder, de extensão territorial variável, gozando de uma larga autonomia. Os sobados traduzem uma pequena representação do estado, de estrutura semelhante à do poder central. Conf. Beatrix Heintze, 1996, pp. 274-275.

¹⁶ Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, 1942, p. 248

¹⁷ Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, pp. 60-61

¹⁸ “(...) Quanto a la tierra enssi es muy fertil de sus mantynimientos; es muy poblada y toda llena de palmares, donde ellos cogen e quitan sus uinos y mucho azeite y otras fructas de que se mantienē (...)” Conf. BRASIO, M.M.A. Vol.II, p.510.

¹⁹ Ibidem, p. 510. Cit. em Beatrix Heintze, 1996, p.274.

ao que naturalmente se introduzem novas lógicas²⁰. No que se refere à feira do Dondo, esta ficava no enclave entre os rios Kwanza e Mucoso, e só foi identificada nas nossas fontes no ano de 1625²¹. Neste processo de reurbanização, evolui mais tarde em vila de assinalável renome.

Voltando aos Nambio, informações variadas no século XVII, dão conta da atividade desempenhada por estes profissionais. O movimento comercial que se operava ao longo das povoações fixadas nas margens do Kwanza, nas conhecidas feiras e mercados locais, é apoiado pela navegação fluvial que conduz as mercadorias para o exterior das fronteiras do Ndongo. Bordejando a costa, refira-se neste caso o comércio com o Kongo, e Loango, e posteriormente com a intervenção dos portugueses para além do atlântico.

Quanto ao assentamento populacional no já referido morro dos *Nambio*, os seus moradores, repetidas vezes, foram apontados como os causadores da instabilidade verificada no movimento comercial que corria ao longo do rio. Por esse facto, ao tempo do governador Ayres de Saldanha de Menezes e Souza, cujo mandato decorreu entre (1676-1780), foi-lhes dirigida uma ação militar que punia as investidas praticadas às embarcações portuguesas. Estas ações, foram promovidas pelos súbditos de Kimona Kiasonga, autoridade que resistia aos intentos portugueses de ocupação ao seu território, tendo como desfecho final, a destruição total dos seus assentamentos²².

Contudo fica claro que a movimentação fluvial das embarcações feitas a partir de um só pau deu corpo a toda a agitação comercial que unia as duas realidades; as comunidades do interior dialogavam com o litoral através de tais embarcações que hoje nos lugares a que nos referimos nesta comunicação, persistem porém sem que se lhe dê a devida valorização.

3. Conclusão

Desde os tempos mais remotos que o Homem se valeu da arma do diálogo, para interromper os períodos de guerra vividos, por qualquer motivo, e declarar a Paz. A Paz é apanágio dos povos, cuja cultura ensina desde a mais tenra idade, o valor e o bem da paz, da harmonia, visando o progresso de qualquer povo.

São múltiplos os exemplos que podemos destacar no nosso continente, e para sermos mais precisos, recorremos à História de Angola, para referir o período em que as comunidades instaladas neste território, buscaram o meio, o fundamento mais seguro, para devolver aos homens de então, a Paz. A pacificação com os vizinhos mais próximos ou mais afastados. O que ditava as ordens num contexto de intervenção sócio-política, empregue em qualquer conflito com os seus pares, se interpusesse, por motivações de vária ordem, ainda que se levassem anos, séculos em conflito permanente. Diríamos, sempre houve na cultura do Homem beligerante, um espaço para proclamar a Paz, promover o diálogo, e garantir alguma harmonia entre os membros de uma mesma sociedade, ou entre grupos culturalmente diferenciados.

Confirmam assim, as fontes consultadas, neste exercício de valorização do património imaterial, que permanece naquele lugar uma prática secular de movimentação das embarcações no Kwanza. Favorece e

²⁰ Veja-se Rosa Silva, *As Feiras no Ndongo...*, p. 458. Fernando Batalha acrescenta a este pressuposto o seguinte: "A formação urbana das povoações antigas de Angola não foi meramente casual ou resultante da sorte, pois a análise retrospectiva das suas origens mostra-nos suficientemente a existência de poderosas razões determinantes de ordem geográfica, económica e política a condicionar a escolha do local ou a criação do aglomerado urbano" (Fernando Batalha, *A Urbanização de Angola*, 1950, p.7.)

²¹ Alguma imprecisão nas fontes da época sobre a data em que os portugueses assumem o controlo da feira do Dondo, produziu afirmações desajustadas. Lopes de Lima, fonte secundária, apontava o ano de 1625 para o início desse controlo, no mandato de João Correia de Sousa. A este propósito José Paias refere: «Ou a feira não foi criada em 1625, ou não foi João Correia de Sousa quem a criou, pois este governador deixou Angola em 1623. O mais provável é que a criação da feira do Dondo tenha sido em 1623, mas sem passar por disposição legislativa. Só assim se explica que quando Fernão de Sousa chegou a Luanda, em 22 de Junho de 1624, ainda não houvesse "feiras nem resgates", em virtude da prolongada guerra com o rei Ngola Mbandi e com sua irmã Jinga Mbandi. A análise de Beatrix Heintze, que se nos afigura mais pragmática corrige tais anacronismos, pois que Fernão de Sousa que inicia o seu mandato em 1624, foi efectivamente o principal promotor da intervenção dos portugueses nas feiras africanas da época, solicitando às entidades africanas a reabertura das feiras antigas. Conf. Beatrix Heintze, 1996, p.136

²² Conf. Beatrix Heintze, 1972, p. 410

estimula a comunidade o ego secular. Ora o tipo de embarcação, o conhecimento empregue para a sua produção e consequente utilização nas atividades económicas e não só, deverá ser preservado e transmitido às novas gerações. É pois esta a contribuição que esta problemática pode fornecer ao exercício de afirmação de uma cultura de Paz, recorrendo ao limite, aos fundamentos e recursos culturais à nossa disposição. Recorrendo aos vários exemplos registados na História Universal, podemos centrar a nossa atenção em Angola, cuja História está repleta de exemplos que levaram os principais protagonistas a buscar a paz e o diálogo. É justamente este legado do passado mais antigo que no chão angolano se plantou mais uma vez uma árvore de raízes profundas e se recreou em pleno Século XX as portas do XXI, a Paz muito reclamada. A História funcionou como fonte de inspiração para unir vontades, e propagar a Paz que culminou nos acordos do Luena, depois de uma longa marcha que acabou por ser bem concluída.

A forma reiterada como se assiste no nosso continente ao desencadear de conflitos que opõem as lideranças políticas, intelectuais, urbanas ou rurais, deixa o cidadão comum cada vez menos crente num futuro de progresso, paz e democracia. Julgamos que com o recurso à História e à divulgação do nosso rico património cultural, poderemos deste modo contribuir para a fixação de uma cultura de Paz.

Bibliografia

- Amaral, Ilídio do, *O Reino do Congo, Os Mbulu (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou de Angola) e a Presença Portuguesa de finais do Século XV a meados do Século XVI*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1996.
- Batalha, Fernando, *A Urbanização de Angola*, Edição do Museu de Angola, Luanda, 1950.
- Beatrix, Heintze, *Angola nos Séculos XVI e XVII, Estudos sobre Fontes, Métodos e História*, Organizações Kilombelembe, Limitada, Luanda, 2007.
- Benedict, Ruth, *Padrões de Cultura*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, s/d
- Birmingham, David, *A África Central até 1870*, Endipu, Luanda, 1992.
- Cardonega, António de Oliveira, *História das Guerras Angolanas*, Revisto e anotado por Manuel Alves da Cunha, 3 vols, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1942 1- Historiadora, Ministra da Cultura.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine, *As cidades pré-coloniais: tentativa de definição e periodização*, Revista Internacional de Estudos Africanos (Lisboa), 4-5, Janeiro-Dezembro, 1986, pp. 265-279.
- Lopes, Lima, José Joaquim, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental*, vol. III: Angola e Benguela, Lisboa, 1846.
- Matta, J. D. Cordeiro da, *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Portuguez*, Lisboa, 1893.
- Miller, Joseph, *Poder político e Parentesco, os Antigos Estados Mbundu em Angola*, Arquivo Nacional de Angola, Luanda, 1995.
- Silva, Rosa Cruz, *As Feiras do Ndongo. A outra vertente do comércio no século XVII*, Atas do Seminário. Encontro de Povos e Culturas em Angola, Luanda, 3 a 6 de Abril de 1995, CNCDP, Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 405-422.
- Silva, Rosa Cruz, *Os Africanos e o Mar, Anais da II Reunião Internacional de História de África*, Rio de Janeiro, 30 a 31 de Outubro a 1 de Novembro de 1996, CEA-USP/SDG-199, pp. 83-87. (conf. Errata que corrige a autoria do texto).
- Ki-Zerbo, Joseph, *La natte des autres. Pour un développement endogène en Afrique, Actes du Colloque du Centre de Recherche pour le développement endogène (C.R.D.E.)*, Bamako 1989, Karthala, Paris, 1989.

S.Ex^a Sra. Rosa CRUZ e SILVA (Angola) Licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa (Portugal). É, desde 2008, Ministra da Cultura da República de Angola. Anteriormente, ocupou vários cargos na cultura. Entre 1992 e 2008, exerceu a função de Diretora Geral do Arquivo Histórico de Angola. Entre 1990/1992 foi Documentalista de 2^a do Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica CNDIH. Entre 1992/1994, foi Professora da disciplina de História de Angola no Instituto Médio de Formação Artística e Cultural. Em 1994, criou a Revista Fontes e Estudos do Arquivo Histórico Nacional. É membro do Comité de Angola para o Projeto Internacional da UNESCO: Rota dos Escravos (desde 1994), da Direção do Centro de Estudos Estrangeiros Estratégicos de Angola (desde 2001) e do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia (desde 2002). Entre 1981/1984 foi Auxiliar de Investigação no Museu Nacional de Arqueologia – Benguela. Entre 1975/1981 foi Auxiliar de Documentalista na Missão de Estudos Biocitológicos. Entre 1991/2000 publicou vários artigos em jornais e revistas de Ciências Sociais no País e no estrangeiro.

PAZ, PREVENÇÃO DE CONFLITOS E DIÁLOGO CULTURAL

S.Ex^a Sr. Banza MUKALAY NSUNGU - Presidente da Conferência dos Ministros Africanos da Cultura (CAMC IV)

« Como as guerras nascem nas mentes dos homens,
é nas mentes dos homens que deverão ser
construídas as defesas da paz »
(Preâmbulo, Constituição da UNESCO, 1946)

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Caros colegas et participantes,

Gostaria de começar por dirigir a todos as minhas saudações fraternas e exprimir o prazer que tenho em presidir esta mesa redonda sobre os “Fundamentos e recursos para uma paz sustentável em África”.

África arde por todo o lado. O sangue corre. As terras despovoam-se. Como sempre, surgem êxodos em massa, com homens, mulheres e crianças desvairados e aterrorizados que vagueiam pelas savanas e as florestas, os desertos e as estepes, e compõem um cenário infernal. O homem e a condição humana²³ são negados num mesmo infortúnio. Neste rescaldo, a paz vê-se ameaçada por todos os lados.

«A paz, a prevenção de conflitos e o diálogo cultural» é uma temática que ressoa nos meus ouvidos como questão de grande atualidade, na medida em que esta problemática permite interrogar a nossa consciência tão angustiada e, mais ainda, interrogarmo-nos sobre o recrudescimento pandémico e lancinante das situações de conflitos (e o seu corolário que é a rutura da paz) no nosso continente. Tenho a ousadia de acreditar que esta oportunidade, que aparece muito raramente entre nós, nos levará a utilizar o melhor possível a fineza dos espíritos que aqui se encontram hoje, e juntos encontrarmos meios eficazes para atingir esse objetivo, utilizando os recursos endógenos mais apropriados como o são a sabedoria e a aprendizagem.

É minha profunda convicção que, se o nosso principal fundamento de cultura continua a ser claramente a África, este magnífico berço de todas as humanidades – uma África, aliás, presenteada *in illo tempore* com a sua riqueza linguística, com a sua sabedoria e tradições multisseculares –, os fundamentos e os recursos que alimentam conflitos obtêm por vezes a sua legitimidade, ou melhor dizendo, a sua ilegitimidade, pela intrusão de determinadas forças externas em África. Basta acompanhar a atualidade nos nossos ecrãs de televisão. E o que é que nós vemos? Que não passa um único dia sem que seja feita uma referência a focos de tensão e às suas bases exógenas. Atentemos, nomeadamente, na recrudescência dos conflitos armados no norte do Mali, no leste da República Democrática do Congo, na controvérsia fronteiriça entre o Sudão e o sul do Sudão, na eterna guerra na Somália e nos seus bastidores «jihadistas», etc.

1. Da dialética da «Cultura» e «Cultura de paz»

É aí que avalio a dificuldade que a paz tem em se implantar de uma forma duradoura em África, ou até mesmo quase em todo o mundo, e verifico que a ausência de uma «cultura de paz» continua a ser o nosso calcanhar de Aquiles. E é também aqui que a máxima abissal de Martin Luther King surge com toda a sua pertinência: «Devemos aprender a viver em conjunto como irmãos, porque senão vamos morrer todos em conjunto como idiotas»²⁴. Podemos constatar que se trata aqui de um convite cordial à cultura de paz, e não de um mero desejo piedoso, uma vez que nesta expressão o conceito de cultura constitui o epíteto impulsionador de qualquer pensamento cordial. A «cultura» e a «cultura de paz» são, por isso, elos da mesma cadeia... humanista. A cultura pressupõe a existência de um «campo para cultivar», e tal campo não é mais do que a nossa humanidade comum, a partir da qual nos compete desenvolver determinadas

²³ Mahatma Gandhi, *Tous les hommes sont frères* (Todos os homens são irmãos), Paris, Gallimard, 2005, 1ª edição, *Courrier de l'UNESCO*, n°12, 1958, 2ª edição, Comissão Francesa para a Unesco, 1969.

²⁴ King Martin Luther, citado por C. Fauque, M.-J. Thiel, *Les routes de l'Esclavage. Histoire d'un très grand «dérangement»* (As rotas da escravatura. História de um «incómodo» muito grande), Paris, Hermé, 2004, p. 17.

convenções, atitudes e normas morais e comportamentais em função do próximo, que deveriam ser assimiladas a um pacto de bom comportamento, de não-agressão e de paz duradoura, isto é, uma paz perpétua.

Aproveito este ensejo para recordar que a «Cultura» não é mais do que uma questão de bagagem ou de elegância espiritual chamada a fazer uma reverência aos «agnósticos da modernidade»²⁵. Também não é, como ouvimos dizer em determinados cenáculos, um tipo de desagregação de um pensamento primordial esbatido, um pensamento que alcançou o estado de «descarnamento» e foi convertido *in fine* num «remanescente espiritual», que não seria nada mais do que o «*jazigo em vias de esgotamento que tentamos renovar com artificios degradados, com pensamentos que, apesar dos esforços desesperados de mobilização, já não arrastam ninguém*»²⁶. Ora a cultura é muito mais do que isso.

Longe das «tagarelices» nostálgicas à lareira ou da preciosidade dos «cafés literários», a cultura é fonte de inspiração inigualável de onde bebemos em permanência para chamarmos o nosso ego face aos outros egos presentes. É através da cultura – que é simultaneamente base das diferenças singulares e necessidades afins através das quais os seres humanos supostamente se devem manter unidos num todo – que sentimos a urgência de afrontar a humanidade na sua diversidade antagónica e nas suas certezas difratadas.

1.1. Face ao politeísmo dos valores

É importante estarmos cientes de que a cultura é um facto que ocorre em sociedade, em civilização, um facto de humanização que não é um dado fixo, que é dinâmica e polissémica. Para sermos breves diremos que a cultura, uma vez que é chamada a enfrentar aquilo que Max Weber designava por «politeísmo dos valores», deveria ser vista, nos nossos dias, através de um triplo prisma. Por um lado, e na sua aceção genérica, a cultura apresenta-se do seguinte modo: um *sistema cognitivo* dotado de significados, (i) um *bem coletivo*, de cariz imaterial (ii), que é conveniente gerirmos como uma herança sagrada recebida mediante uma partilha feita à escala de uma comunidade de destino. Por outro lado, a cultura encarna: um *valor positivo portador de paz* (iii). Que desenvolvimento nos inspira uma tal apreensão de conceitos?

Como sistema cognitivo

Notemos, à partida, que no sistema cognitivo, um sistema ainda mais dinâmico, o que importa é ter presente que esta visão do mundo é uma construção mental elaborada ao sabor de uma experiência de vida em comum, articulada segundo um modo consensual de ser, baseada na mutualização de valores, afetos, sensibilidades, crenças... Transcendendo as desigualdades, as injustiças, as arrogâncias e mesmo o desprezo de uns e de outros, o esforço essencial dos intervenientes deveria dirigir-se mais para o que nos une do que aquilo que nos separa.

Neste complexo e rebuscado processo de «aculturação em comum» a que se referem os sociólogos diremos que apenas a cultura, enquanto legado espiritual de uma partilha, permite, além disso, transmitir – com o selo de uma certa autenticidade e de uma norma afetiva comum – a memória, os valores, os modos de ser, os saberes, o saber fazer, o fazer saber, o saber fazer-fazer... que são endógenos. Neste processo verifica-se que a cultura mantém uma forma de convivência com um conjunto de comportamentos sociais e ações particulares, destinados no final a condicionar a «sua» atuação e a «sua» reação próprias, o «seu» ser e a «sua» exposição face ao próximo, tanto mais que lhe está subjacente a «sua» linguagem e a «sua» própria visão, e até mesmo a «sua» compreensão do mundo.

A inclusão de tal postulado na norma conceptual permite-nos compreender a posição da UNESCO, organização que considera a cultura como um «*conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social...*» (in *Declaração Universal*

²⁵Stanislas Spero Adotevi, «La diversité culturelle aujourd'hui» (A diversidade cultural nos dias de hoje), in *Diversité et Mondialisation*, Paris, Ed. Autrement, col. «Mutations n.º 33», 2004, p. 59.

²⁶ Stanislas Spero Adotevi, *op. cit.*, p. 59.

sobre a *Diversidade Cultural*, UNESCO, 2001). Numa aceção transversal torna-se evidente que a cultura é tudo o que permite abranger, «*além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças*» (idem). É a este nível que importa reorganizar o espaço mental e social através das escolhas éticas mais promissoras.

Como bem coletivo

Tudo hoje em dia nos alerta para um facto evidente: em virtude da profundidade cronológica e da sua grande capacidade em enfrentar os desafios do tempo, a cultura estimula e produz memória. Por conseguinte, considera-se que uma memória fica sob o signo da ineficácia e inutilidade quando não pode servir às gerações futuras como semáforo da experiência legada pelas anteriores gerações. É graças à capitalização dos fundamentos e recursos dos pensamentos ou da gesta de cariz paradigmático que uma comunidade assume o seu destino com uma certeza de continuidade que, ao esforçar-se por se afastar de uma forma de arqueologia do pensamento, procura organizar pacificamente uma sociedade aberta às realidades do seu tempo, e isto numa economia do compromisso (co)existencial e da memória positiva. Se for esse o caso, qualquer comunidade de destino deve, para melhor afirmar a sua legitimidade, explorar continuamente o seu passado fixando a sua inteligência sobre aquilo que determina a sua verdadeira essência.

As crenças, a moral, os sistemas de pensamento e de organização social, o discurso cosmológico, a visão teleológica... são valores de uma herança comum que funciona como «máquina legitimadora» das formas de marcar presença, desde que os povos em questão estejam conscientes disso e sejam capazes de integrarem esses valores na sua visão face à lancinante ameaça de extinção «essencial» brandida pela globalização. A sempre forte polarização da cultura hegemónica do capital e o primado da eloquência das kalashnikovs continuam a ser os fatores mais destabilizadores para os mais fracos.

Uma comunidade torna-se mais forte quando está unida nas mesmas convicções culturais, sem comungar necessariamente da ditadura do pensamento único. A evidência mais plausível é que não existe em nenhum lugar uma civilização global no sentido absoluto do termo. Como observa, não sem razão, Claude Lévi-Strauss, tal projeção é simplesmente um mito. Inversamente, uma civilização verdadeira, ou pelo menos uma que aspire à paz, é aquela «*que implica a coexistência de culturas que ofereçam, entre si, uma diversidade máxima e que consista mesmo nessa coexistência*». Por conseguinte, nenhum discurso argumentativo pode caucionar uma qualquer coexistência à margem de uma partilha desejada e assumida da herança do «saber anterior».

Como valor portador de paz

A natureza do século contemporâneo leva-nos a pensar num novo modo de vivermos o nosso quotidiano em paz. Com efeito, neste século em que a voracidade financeira acabou de transformar o homem em autista da linguagem monetária (Karl Marx), a guerra dos números tende a sobrepor-se ao ser humano. Misturada com o anonimato dos computadores de Wall Street e essencialmente implicada na invocação ritual do dinheiro, a ética humanista dissolve-se em proveito do lucro financeiro.

Desejando apoderar-se de todas as riquezas do planeta, as superpotências criaram um novo regime existencial onde predomina exclusivamente a lei do mais forte e do mais rico. A consequência lógica de tudo isso é a rutura nos equilíbrios de forças entre os Estados e a degradação da paz em todos os locais onde é desencadeada a guerra económica. Esta visão materialista das coisas tem um claro reflexo na análise de determinados acontecimentos contemporâneos.

É evidente a olho nu que uma cultura económica predadora, e seus respetivos efeitos desestruturantes, se opõe frontalmente a uma cultura de paz. Neste antagonismo sistémico o capital torna-se menos condicionado pelas regras morais, pela soberania dos Estados e pelas convenções internacionais, invadindo os territórios dos mais fracos por todos os meios, incluindo as satrapias ou até mesmo a simples intrusão. Fortalecidas pelo seu posicionamento como estruturas imperiais, as empresas multinacionais, que constituem a ponta-de-lança do sistema capitalista, comportam-se por vezes como potentados sem fé nem lei em todos os locais onde verificam haver necessidade, através da promoção de sangrentas guerras civis, de lucrar com as riquezas mineiras ou petrolíferas dos países subdesenvolvidos.

Deve dizer-se que a cultura de paz, que supostamente rege todos os países do mundo, é não só uma via de duplo sentido mas também uma exigência incontornável para a paz mundial. Se as ciências são portadoras de racionalidade, a cultura de paz é, pelo contrário, portadora de uma convivialidade que parte do humanismo. Trata-se, até melhor opinião, de uma noção que não contradiz de modo algum o senso comum, na medida em que colabora na aproximação dos espíritos e na instauração de uma segurança ontológica dos seres humanos num clima de apaziguamento. Tendo aprendido a erigir a razão crítica numa forma de mediação, a experiência africana em matéria de coabitação mostra-nos que, longe de cair num pessimismo intangível, sempre privilegiou a abertura do eu ao outro (aos outros, afinal de contas), autocensurando qualquer autismo individual, com o exemplo a vir sempre de cima, do topo da cadeia de direção. É este sentido que podemos atribuir à expressão luba «*Mukalenga wa bantu, bantu wa mukalenga*» (É o povo que legitima primordialmente todos os poderes de um chefe), que é uma outra definição, mais fácil de utilizar, da democracia amável praticada em África, que durante muito tempo, na época gloriosa dos nossos primeiros soberanos africanos, foi fonte de dignidade e de coabitação tranquila e confiante.

Partindo desta argumentação torna-se mais fácil compreender o alcance do Preâmbulo da Constituição da UNESCO, designadamente no excerto onde se afirma «(...) *que a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua*». Tal facto conduz-nos a outra evidência: fazer com que se conheça melhor África e o seu pensamento sapiencial é uma forma bastante humilde de nos opormos a qualquer forma de intrusão estrangeira na gestão do nosso destino e de partilharmos a nossa humanidade comum, ao mesmo tempo que reforçamos a confiança num continente que tem necessidade de ouvir outra coisa para além do barulho das botas e da eloquência dos canhões.

Tomando como base esta realidade, entendemos ser imperioso conceder uma especial atenção aos argumentos que possam justificar, de uma forma mais refletida, posições capazes de proporcionarem uma racionalidade suficientemente instruída face à amoralidade e cegueira dos senhores da guerra, esses promotores impenitentes de perturbações, que tentam impor em todo o lado a sua lei iníqua, dada a total inexistência de uma cultura de paz. É chegado o momento de dizer uma palavra sobre este assunto.

1.2. A cultura de paz

Importa recordar que o conceito «cultura de paz» só muito recentemente passou a integrar a terminologia das relações internacionais e da diplomacia das Nações Unidas. Formulada em 1989 em Yamoussoukro (na Costa do Marfim), durante um congresso da UNESCO subordinado ao tema «A paz na mente dos homens», a cultura de paz foi então definida como «*um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e modos de vida que rejeitam a violência e previnem os conflitos atacando as suas raízes para resolver os problemas através do diálogo e da negociação entre os indivíduos, os grupos e os Estados*» (Resolução da ONU A/RES/52/13). É deste modo que nos damos conta de quanto a problemática da paz conjuga, de uma forma concomitante, a montante e a jusante, a cultura da tolerância com as virtudes do diálogo e da unidade social, ou para resumir, a *cultura dos direitos humanos*.

África, pioneira dos direitos humanos

Sobre esta matéria convém esclarecer o seguinte: talvez a África tenha estado muito tempo privada dos juristas mais qualificados para redigir códigos de Direito, mas este continente não só é o berço da humanidade como também é o berço da primeira carta de *direitos humanos*. Com efeito, foram os *griots* do Mandingo, nos tempos de Naré Maghan Soundjata Keita, fundador do Império do Mali (1235), que ofereceram à humanidade (numa forma oral, bem entendido) o primeiro texto onde é afirmada a primazia e a sacralidade do ser humano, sete séculos antes da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948)! O que a História apresenta de mais positivo relativamente aos *griots* é o facto de terem sido eles, primeiramente, a solicitar ao imperador Soundjata uma constituição para o povo, constituição essa que viriam

a elaborar²⁷, uma vez que eram os únicos capazes de manipularem a palavra naquilo que a semântica tinha de mais soberana e infalível.

Seguidamente, quando se tratou de organizar o *donso-ton*, isto é, a confraria dos caçadores, como sociedade formal sob a governação do melhor de entre eles, que seria o *karamoko* (caçador-mestre) Soundjata Keita, é que a fibra humanista dos *griots* revelou a sua maior agilidade. Nas suas linhas gerais, a carta fundadora do *donso-ton* surge como um verdadeiro código de moralidade que atribui um profundo e intangível respeito à vida humana. Para além dos princípios de obediência à confraria e à sociedade que comporta, a carta aplica-se a todos os caçadores à luz da teoria jurídica *jus cogens* e dos seus efeitos consubstanciais *erga omnes* (oponíveis a todos), na medida em que comporta valores de ética, de dignidade e de respeito mútuo. E qual é a sua mensagem essencial?

« Os caçadores declaram:

Toda a vida (humana) é uma vida

É verdade que uma vida começa a existir antes de outra

Mas uma vida não é mais «antiga», mais respeitável, do que outra,

Assim como uma vida não é superior a outra

Os caçadores declaram: (...)

(O confrade)

Encontra o seu sustento em alimentos e bebidas;

Mas a sua «alma», o seu espírito, vive de três coisas:

Ver o que quer ver,

Dizer o que quer dizer,

E fazer o que quer fazer;

Se uma destas coisas faltasse à alma,

Ela sofreria (...)

Por conseguinte, os caçadores declaram:

Cada um disporá doravante da sua própria pessoa,

Cada um poderá agir de forma livre (...)»²⁸

Note-se, neste contexto, a extraordinária analogia com o disposto na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de Versalhes (1789), bem como com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948).

Em termos de paridade ontológica e paridade dos direitos:

Na Carta de Manden (1235) é dito o seguinte:

«Mas uma vida não é mais “antiga”, mais respeitável, do que outra,

Assim como uma vida não é superior a outra...»

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem pode ler-se:

Artigo 1.º: «*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*».

Em termos de direitos subjetivos

A Carta de Manden declara:

O confrade tem o direito de:

«*Ver o que quer ver* = liberdade de se informar (na Declaração)

Dizer o que quer dizer = liberdade de expressão ou de opinião (na Declaração)

E fazer o que quer fazer = liberdade de circulação ou de ação (na Declaração)

²⁷ Citado por F. Bensignor, *op. cit.*, p. 16.

²⁸ Citado por Jennifer Aknin, texto de brochura, CD Sibiri, *Cobalt*, 2000.

Podemos ver através desta rápida abordagem exegética que a África, desde tempos remotos, conciliando os direitos humanos com a busca da harmonia e da paz perpétua entre os seus membros, se dotou de marcos morais e éticos erigidos numa cultura de paz, uma vez que eram transmitidos de geração em geração no seio da instituição iniciática do *donso-ton*.

Trata-se de um exemplo concreto de uma sociedade que soube compreender, através dos seus próprios recursos sapienciais, em que medida a cultura de paz é uma corresponsabilidade num destino comum orientado para a produção de um modo de ser à luz de uma cultura de comensais, na medida em que a condição de comensal é entendida como uma metáfora da paz reinante nos corações e nas mentes, tornada possível pela recusa de toda e qualquer inclinação para o conflito. Deste ponto de vista, a condição de comensal surge como valor proporcionador de bem-estar e situa-se nos antípodas do conflito.

1.3. O conflito

Quanto ao conflito, pode pensar-se que é um fator de desarmonia suscetível de perturbar a paz e privar um corpo social da sua vitalidade social. Por essência, qualquer conflito é a expressão de um desacordo, ou mesmo de uma querela. Trata-se, na realidade, de uma marca de antagonismo exacerbado por uma divergência de pontos de vista não solucionada, difícil de solucionar ou mal solucionada.

É, no entanto, útil esclarecer que a «*gestão do conflito abrange um amplo espectro de temas, que vai desde os conflitos interpessoais aos conflitos internos de uma organização ou país... passando pelos conflitos que dizem respeito aos vários domínios da gestão*»²⁹. Além disso, as técnicas de negociação, assim como os mecanismos de resolução desses antagonismos, diferem consoante a natureza de cada caso. A partir de uma determinada tipologia resultante de uma observação objetiva sou levado a crer que a natureza dos conflitos a que assistimos no nosso continente pertence às seguintes quatro categorias:

Os conflitos de interesses

Esta categoria conceptual diz principalmente respeito a antagonismos relativos aos aspetos económicos, financeiros, militares, patrimoniais e territoriais. Vemos, deste modo, que em nome da intangibilidade de uma certa historicidade cultural, que por vezes remonta a um período anterior à famosa Conferência de Berlim (1885), determinados traçados de fronteiras chocam ainda nos dias de hoje com determinadas intransigências sociais, históricas e culturais que são inconciliáveis. Um conflito territorial como aquele que opõe o Sara Ocidental a Marrocos é muito revelador.

Os conflitos relacionados com necessidades ou com a sobrevivência

Entre as questões mais controversas figuram designadamente a água, os recursos haliêuticos, os minerais e as reservas de caça. Poderíamos referir o caso dos Peuls Bororo, os quais, vindos do Sudão, entram sem ser convidados com o seu gado (desprezando todas as regras consulares) nas generosas pastagens do nordeste da República Democrática do Congo, deslocizando sob ameaça das suas armas as populações locais, uma situação que fez correr muita tinta e saliva durante um certo período.

Os conflitos de opiniões ou de consciência

Estes conflitos dizem sobretudo respeito a preocupações religiosas, filosóficas ou sobre costumes, ideologias ou políticas. Na atualidade mais recente temos o caso das rebeliões cruzadas a operar num mesmo território, com o MNLA de um lado a reivindicar a independência de Azawad (guerra de cariz étnico-tribal com origem em Gao), e do outro lado o Moujao, o Ansar Dine no norte do Mali, ambos implicados numa guerra religiosa, e portanto cultural. Este último conflito é instruído por uma visão «salafista» que visa impor a *sharia* (direito islâmico não escrito, que por conseguinte está exposto a todo o tipo de abusos), na sua forma mais primitiva e degradante, a todo o país (todavia islamizado na sua grande maioria);

²⁹ Labana Lasay' Abar, *Le conflit* (O conflito), Kinshasa, Catedra UNESCO, Universidade de Kinshasa, 2009.

Os conflitos de cariz hegemónico (imperialista, estratégico)

Este tipo de conflitos são geralmente marcados por uma ambição hegemónica que visa o açambarcamento do mercado mundial de acordo com uma visão monopolista. Tal atuação é, frequentemente, o resultado da atividade de um punhado de predadores e negociantes gulosos que são adeptos da chamada economia global. No caso em apreço, determinadas potências ocidentais têm tendência a vender ao desbarato as matérias-primas do Terceiro Mundo (TM) privando os seus proprietários de usufruírem daquilo que seriam as suas legítimas expectativas. Acontece que o vasto mercado mundial que deveria redistribuir tais riquezas de uma forma equitativa está, afinal de contas, limitado apenas a um círculo restrito de plutocratas de alguns oligopólios ocidentais que operam com total ausência de equidade e da ética que seria compatível com um sistema equilibrado de trocas económicas. Para baralhar as cartas é suficiente, por exemplo, promover secretamente rebeliões de fachada (operações subcontratadas a «agentes» nacionais ou «regionais») para quebrar qualquer pretensão nacionalista. Quem acompanha a atualidade já deve ter certamente ouvido coisas sobre o meu país, a República Democrática do Congo, e as suas repetidas guerras no leste do país.

2. Quais são os fundamentos e recursos endógenos para uma cultura de paz?

O humanismo africano ensina-nos que a busca de soluções para os antagonismos se alimenta de um determinado número de valores éticos desde tempos imemoriais, e que a capacidade para solucionar por si mesmo os conflitos, segundo receitas próprias, deu lugar a uma abundante jurisprudência em muitos países africanos. Tal sabedoria merece ser revisitada para obter uma compreensão idónea sobre a eficácia dos mecanismos de gestão e prevenção de conflitos que seguem as antigas formas africanas de os resolver. Seguindo estas orientações, irei visitar (através de alguns exemplos concretos criteriosamente selecionados) a inventividade da sabedoria africana em matéria de resolução de conflitos a partir dos métodos tradicionais.

São cinco os casos que nos servirão de referência: i) o ritual *Kutua ndondu* dos Luba/Lulua (RDC); ii) a teoria do *Sankofa* akan (Gana); iii) as virtudes da árvore das palavras (África); iv) o jogo das alianças interétnicas e da troça entre parentes (Costa do Marfim, Burquina Faso, Gana, Mali, Guiné...); v) a cultura constitucional (universal).

O ritual «kutua ndondu»

Evoquemos, para começar, o *Kutua ndondu* (expressão que designa neste contexto um ato de renascimento acompanhado por um «pacto» de reconciliação selado entre duas antigas etnias inimigas mas com afinidades).

O *Kutua ndondu* é o exemplo típico de um ritual de exorcismo público, solene e coletivo, que implica duas sociedades antagónicas (e todas as suas componentes hierárquicas), para voltar a ligar as linhas de consanguinidade quebradas na sequência de um conflito (político, económico ou do âmbito do direito sucessório). Este ritual catártico (que é um pouco como «fumar o cachimbo da paz») consiste em partilhar, num gesto simbólico, uma bebida «benzida pelos antepassados», que se encontram presentes de uma forma imanente, estando a bebida contida num recipiente comum (uma cabaça feita de uma planta cucurbitácea, a *tshibalu*).

Do ponto de vista filosófico, tal ritual adota o registo de um compromisso de fidelidade em que se dá a palavra ou se assume um compromisso de honra (próximo, no seu princípio, do *servanda pacta sunt latino*). Trata-se de um modelo exemplar de busca de uma paz duradoura que foi concebido na República Democrática do Congo no início da década de 1960, designadamente nas margens do Lago Mukamba (que serve de fronteira às duas províncias de Kasai), e cujos efeitos benéficos se têm feito sentir até agora entre duas comunidades consanguíneas que antes se haviam combatido numa longa guerra fratricida (os Luba e os Lulua), estando na base desta luta querelas alimentadas por objetivos politíqueiros das suas elites.

Cinquenta anos mais tarde, o pacto continua válido e as duas comunidades aprenderam a viver em conjunto, comungando das mesmas realidades culturais e dos sabores da sua língua comum. O ensinamento a tirar é que, se tomarmos como testemunhas os antepassados para a conclusão de um pacto

temporal, o homem terá mais receio da cólera e da presença imanente dos seres do além (que servem de proteção) do que dos seus contemporâneos.

A atual e estreitamente ligada comunidade Luba/Lulua é um exemplo de interculturalidade que soube traduzir, através de um ato concreto, a visão de Senghor sobre a solidariedade africana, que não é mais do que «*um humanismo integral de todas as energias adormecidas que despertam graças ao seu calor complementar*». Tudo isto ocorre numa celebração da unidade e não da uniformidade da espécie humana, tal como realçado por Teilhard de Chardin na sua perceção da «civilização universal».

A teoria do Sankofa

Poderíamos falar das virtudes de uma filosofia como a do *Sankofa*. Esta prática saída diretamente do modelo de sapiência akan, no Gana, parece ter dado as suas provas, de uma forma indubitável, na antiga *Costa do Ouro*, ao ponto de a ter tornado mais estável a longo prazo, tanto a nível político como espiritual e económico. Debruçando-nos sobre a essência substancial do *Sankofa*, somos forçados a constatar que este modelo faz referência a um prudente recurso às fontes de sabedoria dos antepassados *akan*, na medida em que permite um ajustamento ao paradigma racional destes honrados pioneiros através da obtenção de informação sobre a sua jurisprudência positiva face às preocupações contemporâneas com a mesma natureza. *Sankofa* quer simplesmente dizer: «*Vai ao passado e traz o que for construtivo*». Por outras palavras: «*Volta a um ponto longínquo do teu próprio passado para aí obteres o que houver de mais bonito com o único desígnio de ajudar a construir um mundo novo*» (A. Urbain, 2003: 39). Uma tal sabedoria mostra, com grande clareza, que se afigura útil para o Africano, tal como também pensou Frantz Fanon, «*utilizar o passado com o intuito de abrir (o presente) e o futuro, como incentivo à ação e a uma base de esperança*»³⁰.

Deve notar-se que a teoria do *Sankofa*, para além do esforço memorial que implica, incita à escuta. Escuta do murmúrio dos antepassados, escuta do tempo passado. Saber escutar «*equivale, por isso, à ideia de uma escuta plural: escutar-se a si mesmo, escutar o silêncio, escutar o próximo... ou seja, impregnar-se da inteligência do contexto*» presente e passado.

As virtudes do diálogo africano

Na ação social africana, o recurso ao diálogo tem o mérito de criar as condições para instaurar um clima de apaziguamento no seio das comunidades de cada vez que estala um conflito. Graças ao seu efeito de estranhamento, a árvore das palavras incarna um triplo simbolismo:

- é um espaço de diálogo neutro e propício a acolher a palavra da sabedoria, envolvendo-a num discurso virtuoso e de boa fé;
- é o local onde vimos procurar a renovação da inteligência, a frescura do corpo e do espírito ;
- é o local consagrado para a reconciliação, onde, ao mesmo tempo que se transcendem os antagonismos, se deve dar o primado ao discurso do consenso.

Em todas as ocasiões em que as questões foram resolvidas de acordo com o regime do diálogo africano, constatou-se que a expectativa de uma paz duradoura entre os protagonistas dependeu sempre, em parte, da capacidade que o Africano, instruído tardiamente sobre a escola racional ocidental, tem em explorar os recursos endógenos do consenso proporcionados pelo diálogo africano. Tal deve fazer-nos recordar que antigamente na região dos akan (quando reinava a Rainha Abla Pokou), a ação do *Toukpè* (catarse social através do sistema de aliança da troça – *alliance à plaisanterie* – entre os Baoulé da Costa do Marfim, que permitia solucionar os conflitos de forma perpétua) soube sempre fazer-se sentir em três tempos, dada a sua preocupação em:

- pôr termo aos conflitos no local onde se manifestam;
- solucionar os conflitos respeitando as regras do jogo;

³⁰ F. Fanon, *The Wretched of Earth* (Os miseráveis da Terra), Nova Iorque, Gove, 1963.

- gerir a paz³¹.

Todos estes princípios mostram que é possível, a cada Africano, regressar aos antigos valores e princípios da vida, apropriando-se, cada um a seu modo, da feliz filosofia do *Sankofa*, ao mesmo tempo que recorre com determinação às riquezas do passado. Tudo se pode resumir nestes três verbos que compõem esta teoria: *sa-nko-fa*: «Regressa-vai-buscar³² aquilo que é por direito teu e usa isso convenientemente (no futuro).

O jogo das alianças interétnicas e da troça entre parentes (parenté à plaisanterie)

Uma leitura atenta da história das inter-relações no seio das comunidades da África Ocidental revela que a perenidade de determinados laços pacíficos interétnicos é o resultado lógico do jogo de alianças tecido a partir da agradável tradição designada por *Sakunya* (para os Peuls, os Bambara, etc.), *Toukpè* (para os Baoulé) ou *Kpoa* (para os Bété). Na África Central, a mesma tradição é conhecida entre os Baluba pelo termo *Buena Mulongu* (troça entre parentes no seio de uma geração com a mesma idade).

Esta forma de sociabilidade insere-se no registo que o etno-antropologista Germaine Dieterlen designa por «alianças catárticas» em virtude da «função terapêutica» que seríamos tentados a atribuir-lhe. Trata-se de uma espécie de jogo de sociedade que, baseado numa mímica verbal da guerra, permite, através da mecânica do humor sobre si próprio e da desdramatização, mas adotando um registo contido, conjurar a verdadeira guerra.

Segundo afirma o investigador Yacouba Kouadio, da Costa do Marfim, estas alianças assentam na História comum dos povos, em factos históricos, lendas, mitos e relatos panegíricos onde o povo que surge como favorecido é sempre aquele ao qual pertence o contador. Na versão da Costa do Marfim, por exemplo, a prática do *Toukpè*³³ visa os seguintes princípios:

- o respeito pela dignidade do ser humano do ponto de vista moral, físico e social;
- a atenuação das diferenças sociais entre mestre e escravo, entre avós e netos;
- a igualdade entre grupos sociais e grupos étnicos;
- a obrigação de respeito mútuo;
- o dever da organização das relações sociais;
- a observação da paz perpétua entre os povos abrangidos;
- a obrigação de mitigar ou desdramatizar qualquer conflito nascente ou em curso entre os povos³⁴.

Ao juntar a convivialidade e o antagonismo simulado numa abordagem social em que a familiaridade coexiste com o grotesco e o cómico, onde a hipérbole se cruza, por vezes, com o patético e o sublime, a ambição fundamental desta prática é conseguir que as partes nunca se prejudiquem mutuamente. Raramente nas relações agradáveis se chega a qualquer forma de violência física.

Se ampliarmos esta questão para uma escala ainda mais vasta no nosso continente, vemos até que ponto este campo humanista comporta um discurso de apaziguamento. O mérito reside, aqui, no facto de as alianças de troça (*alliances à plaisanterie*) realçarem e amplificarem ainda mais os traços comuns do carácter, em vez dos antagonismos belicistas. Elas apresentam, para bem de todos, uma grande capacidade de desenvolver a confraternização e humanização das relações sociais.

³¹ Urbain Ainoa, «Parole africaine et poétique (discursivité et élégance langagière)» [Palavra africana e poética (discursividade e elegância da linguagem)], in atas do colóquio internacional sobre *Royautés, chefferies traditionnelles et nouvelles gouvernances: problématique d'une «philosophique» pour l'Afrique* (Realeza, chefias tradicionais e novas governações: problemática de uma «filosofia» para África), Tiassalé, 6-13 julho de 2003, p. 40.

³² Idem, p. 56.

³³ Segundo Urbain Ainoa (*op. cit.*, p. 49), o núcleo sémico deste termo remete para «uma ideia de rutura que comporta em si a ideia de esquecimento». Esquecimento da rivalidade, dos antagonismos, dos potenciais conflitos. Daqui surge o primado da ideia de se ser um comensal, que o termo *Toukpè adagama niké* põe em destaque: «*Nós comemos à mesa com esse povo*», isto é, temos relações de boa vizinhança.

³⁴ Yacouba Kouadio, «*Royautés, chefferies traditionnelles et nouvelles gouvernances*» (Realeza, chefias tradicionais e novas governações), in atas do colóquio internacional sobre o mesmo tema, Tiassalé, 6-13 de julho de 2003, citado por Ainoa Urbain, *op. cit.*, p. 42.

Dito isto, a recente tragédia ocorrida na Costa do Marfim e a sua incidência regional na África Ocidental é, parece-me, uma oportunidade idónea e suscetível de ser capitalizada pelos povos desta região para tentarem estreitar os seus laços, por um lado entre as comunidades locais (Mandé, Krou, Gur, Akan, Sénoufo e Tagwana), e, por outro, entre comunidades afins exógenas (Sénoufo do Burkina Faso e Dagara); entre os Malinké da Costa do Marfim e os Maninka da Guiné; entre os Baoulé da Costa do Marfim e os Ashanti do Gana; entre os Peuls, os Maninka e os Bambara do Mali e os Mandé do norte da Costa do Marfim, etc. O mapa das alianças interétnicas elaborado nesta perspetiva pela Universidade Montesquieu de Abidjan pode levar a que a estratégia de conquista da paz perpétua nestas regiões do continente africano dê frutos.

A cultura do direito constitucional

Paralelamente às experiências descritas supra, a cultura constitucional estabelece um pilar moderno para garantir uma boa governabilidade e uma gestão perene da paz. É por determinados agentes políticos, causadores comprovados de perturbações, se terem afastado do senso comum da juridicidade constitucional que nos vemos frequentemente confrontados com desvios sociopolíticos geradores de guerras civis.

Entre as maquinações bélicas dos senhores da guerra e o desejo de aceder ao poder ignorando os preceitos constitucionais surge um lugar-comum: governar ilegalmente é uma ação geradora de conflitos, uma falta de civismo cínica³⁵.

Para se melhorar este processo existe uma ideia de base que milita a favor da cultura constitucional, ou melhor, da cultura da «ordem constitucional». Trata-se da mesma ideia que foi enunciada, posteriormente, na Grécia antiga: permitir aos cidadãos de uma Cidade, para além da tutela anfictiónica dos deuses e «face à sua vida sem fim nem idade», «não só criarem e organizarem uma cidade terrestre, capaz simultaneamente de imitar e desafiar a cidade dos deuses, mas também: a) de se pensar nela própria como uma entidade soberana, criando, com um sentimento de felicidade e tendo em vista essa própria felicidade, a sua própria existência; b) de consolidar a sua coesão e conservar a sua autonomia; e c) de usufruir, deste modo, da sua identidade e liberdade»³⁶, bem como de condições perenes para beneficiar da paz assim proclamada e celebrada juridicamente *ad vitam aeternam* através de um texto que, na realidade, não é um «texto», e ainda menos um «paratexto» ou um «pretexto», uma vez que se trata de um ideal gravado a letras de ouro no coração do povo.

Convém, por isso, que se reconheça neste contexto, tal como afirma G. Mairet, «um pacto de reconhecimento mútuo, tacitamente expresso nos costumes e direitos naturais individuais»³⁷. Um pacto que não confere, de modo algum, o direito seja a quem for, independentemente da sua posição hierárquica no seio das instituições de um Estado, de o pôr em causa sem ser pelos mesmos mecanismos que contribuíram para a sua elaboração e foram definidos por ele próprio.

O respeito em proporções iguais do disposto numa Constituição constitui a via por excelência para conduzir um Estado e o conjunto do seu povo, independentemente das suas profissões de fé políticas, ao Estado ideal, livre de instabilidade, com que sonha a humanidade triunfante na sua nobreza mais abissal. Trata-se de uma aposta que será necessário ganhar a todo o preço, de um convite a pensar o futuro de África formulando augúrios mais otimistas, apenas suficientes para «sentirmos sob os nossos pés», como dizia Spero Adotevi, «este acordo da terra e do pé com o qual sonhava Camus. *Ver finalmente um outro sol que seja só nosso*»³⁸.

³⁵ S.-P. Metena M'nteba, «Après les élections = comme avant les élections» (Depois das eleições = como antes das eleições), in *Congo-Afrique*, XLVIII^e année, abril de 2000, n^o 243, p. 306.

³⁶ *Idem*, p. 317.

³⁷ G. Mairet, *Le principe de souveraineté. Histoire et fondements du pouvoir moderne* (O princípio da soberania. Histórias e fundamentos do poder moderno), Paris, Gallimard, 1997, p. 253, citado por Metena M'nteba, *art. cit.*, p. 317.

³⁸ S. Stanislas Adotevi, *art. cit.*, p. 79.

3. Para concluir

A presente reflexão sobre as possibilidades de conciliar os mecanismos de prevenção e gestão de conflitos em África com os fundamentos e recursos sapienciais endógenos reforça a minha convicção de partida que consiste em pensarmos que é sempre «o contacto, o intercâmbio e o conflito que nos obrigam a (melhor) nos conhecermos e reconhecermos os outros. Uma comunidade isolada, tal como um indivíduo isolado, não carece de uma identidade e nada tem a dizer sobre si própria»³⁹.

Quanto maior for o desejo de nos abirmos aos outros tanto maior será a possibilidade de esbarrarmos nas suas diferenças – e portanto entrarmos em conflito ontológico –, na medida em que as diferenças têm sempre tendência para se enfrentarem. Para isso é imperioso esforçarmo-nos por ultrapassarmos o mito do outro, ao mesmo tempo que silenciámos o nosso próprio, de modo a alcançarmos um compromisso capaz de desfazer mal-entendidos.

É verdade que a situação africana em matéria de segurança é, de um modo geral, crítica, mas não é desesperada. Resta apenas acrescentar que perseguir a paz continua a ser uma urgência permanente. Entre a condição humana e a condição comum existe uma ponte que se chama «direitos humanos». Afinal de contas, é transcendendo as fronteiras dos preconceitos; da desconfiança e do menosprezo recíprocos que será possível inculcar, nos nossos costumes civilizados, o sentido da dignidade e o respeito pela pessoa humana, valores cardeais que promovem os direitos humanos na sua semântica mais ambiciosa e que surgem como incontornáveis em qualquer busca de uma coesão social e de uma paz que se pretendam duradouras. Vista a questão por este prisma, parece-me perfeitamente possível que, do cruzamento dos nossos olhares, possam brotar os significados necessários à concretização deste sonho que vive em todos nós: ver amanhã o mundo curvar-se, incondicionalmente, perante o majestoso cariz sagrado da espécie humana e rechaçar para longe qualquer propensão «alterocida».

Seja como for, tenho dificuldade em imaginar que a intelligentsia africana, tão exigente e ciente dos desafios humanistas do momento, seja capaz de se demitir das suas responsabilidades face aos desafios que um tal ideal implica.

Para isso, a obtenção de um êxito na resolução de um conflito requer escolhas informadas e suficientemente esclarecidas. A sabedoria africana tem demonstrado, desde tempos remotos, que é possível explorar a jurisprudência dos antepassados e obter resultados satisfatórios, e que a arte do diálogo e do compromisso, acrescida de uma boa dose de boa-fé e sinceridade, é mais virtuosa do que a eloquência dos canhões. Eis a razão porque, no que me diz respeito, não acredito na validade absoluta do adágio latino *si vis pacem bellum para* («Quem quer a paz prepara a guerra»), que, na minha perspectiva de homem de paz, deveria ser reformulado do seguinte modo: *Si pacem vis pacem para* («Quem quer a paz prepara a paz»). De que modo? Através da arte de prevenir os conflitos no respeito pelas virtudes do diálogo permanente e da partilha da sinceridade e boa-fé. Mas o caminho é tortuoso... É necessário levar em linha de conta as incertezas, a deslealdade e a gaguez dos intervenientes da História.

Contudo, o meu propósito foi mostrar que soluções africanas, bebidas nas fontes da sapiência africana, não têm menos mérito do que mediações intempestivas e hipócritas que por vezes são impostas externamente, com desprezo pelas nossas constituições, e portanto pela vontade do poder soberano primordial, graças à ação de pirómanos disfarçados de bombeiros. Seja como for, e tal como recordava tão bem Julos Beaucarne, «A paz não existirá em lado nenhum se não a entrarmos na nossa pele». E essa pele é a nossa Constituição. Qualquer transgressão deliberada deste instrumento normativo da nossa sociabilidade leva à negação da nossa vontade de vivermos juntos, unidos e em paz. Por conseguinte, é como se configurasse uma castração da esperança comum. Escusado será dizer que, se a Constituição é aquilo que «nos» constitui política e socialmente como *cidadãos* de um Estado legal e legítimo, deveria ser pensada também como aquilo que «nos» institui como *devotos* empenhados na sua rigorosa preservação. A materialização de uma paz duradoura tem também este preço.

³⁹ Ngo Tu Lap, «Identité culturelle: la relativité de la diversité» (Identidade cultural: a relatividade da diversidade), in *Diversité et Mondialisation*, Paris, Autrement, col. «Mutations no 233», 2003, p. 80.

Bibliografia:

- Ainoa Urbain, « Parole africaine et poétique » (discursivité et élégance langagière) [Palavra africana e poética (discursividade e elegância da linguagem)], in atas do colóquio internacional sobre *Royautés, chefferies traditionnelles et nouvelles gouvernances: problématique d'une «philosophique» pour l'Afrique* (Realeza, chefias tradicionais e novas governações: problemática de uma «filosofia» para África), Tiassalé, 6-13 de julho de 2003.
- Aron Raymond, *Paix et guerre entre les nations* (Paz e guerra entre as nações), Paris, Editions Calmann Lévy, 1984.
- Bensaïgnor François, *Son d'Afriques* (Som das Áfricas), Paris, Marabout, 1988.
- Fanon Frantz, *The Wretched of Earth* (Os miseráveis da Terra), Nova Iorque, Gove, 1963.
- Gandini Jean Jacques, *Les Droits de l'Homme (Anthologie)* [Os Direitos Humanos (Antologia)], Paris, Libro/E.J.L., 1998.
- Gandhi Mahatma, *Tous les hommes sont frères* (Todos os homens são irmãos), Paris, Gallimard, 2005, 1.ª edição, *Courrier de l'Unesco*, n.º 12, 1958, 2.ª edição, Comissão Francesa da Unesco, 1969.
- Hassner, P. *Les concepts de guerre et de paix chez Kant* (Os conceitos de guerra e paz em Kant), in *Revue française de science politique* 11, 2 (1961), pp. 642-670.
- Spero Adotevi Stanislas, in *Diversité culturelle et Mondialisation* (Diversidade cultural e globalização), Paris, Autrement, col. «Mutations n.º 233», 2003.
- Labana Lasay' Abar, *Le conflit* (O conflito), Kinshasa, Catedra UNESCO, Universidade de Kinshasa, 2009.
- Laqueur, W., Rubin, B., *Anthologie des Droits de l'Homme* (Antologia dos Direitos Humanos), Paris, Nova Iorque, Nouveaux Horizons, edição inglesa 1979, edição francesa, 2000.
- Mairet, G., *Le principe de souveraineté. Histoires et fondements du pouvoir moderne* (O princípio da soberania. Histórias e fundamentos do poder moderno), Paris, Gallimard, 1997.
- Mbembe, Achille, Bancel Nicolas, *La pensée postcoloniale* (O pensamento pós-colonial), *Cultures Sud*, n.º 165, abril-junho de 2007, p. 84.
- Metena M'nteba, *Après les élections = comme avant les élections* (Depois das eleições = como antes das eleições), in *Congo-Afrique*, XLVIII^e année, abril de 2000.
- Ngo Tu Lap, *Identité culturelle: la relativité de la diversité* (Identidade cultural: a relatividade da diversidade), in *Diversité et Mondialisation*, Paris, Autrement, col. «Mutations n.º 233», 2003.
- Nyamba André, *Problématique des alliances et des parentés à plaisanterie au Burkina Faso: historique, pratique et avenir* (Problemática das alianças e da troça entre parentes no Burkina Faso: historial, prática e futuro), in *Les grandes conférences du ministère de la Culture et de la Communication du Burkina Faso*, Ouagadougou, Imprimerie de l'Avenir, 1999.
- Reardon, B., *La tolérance, porte ouverte sur la paix* (A tolerância, porta aberta para a paz), Paris, Editions UNESCO, 1997.
- Rousseau Jean Jacques, *De l'inégalité parmi les hommes* (Da desigualdade entre os homens), Paris, Libro, 2005.
- Yacouba Kouadio, *Royautés, chefferies traditionnelles et nouvelles gouvernances* (Realeza, chefias tradicionais e novas governações), in atas do colóquio internacional sobre o mesmo tema, Tiassalé, 6-13 de julho de 2003.

S.Ex^a Sr. BANZA MUKALAY NSUNGU (R.D. Congo) Licenciado pela Universidade de Lubumbashi em Língua e Literatura Francesa. O S. Ex^a o Senhor Banza Mukalay Nsungu é atualmente Ministro da Juventude, dos Desportos, da Cultura e das Artes da República Democrática do Congo e Presidente da Conferência de Ministros Africanos da Cultura (CAMC IV).

Antigo Vice-Primeiro Ministro das Minas, S. Ex^a o Senhor Banza Mukalay Nsungu ocupou igualmente e por várias vezes o cargo de ministro e foi por várias vezes eleito deputado nacional pela circunscrição de Lubumbashi, na província do Katanga. É também o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Segurança Social (INSS – Institut National de la Sécurité Sociale). O S. Ex^a o Senhor. Banza Mukalay Nsungu é autor de diversas publicações, entre as quais um estudo sociolinguístico intitulado «As palavras recorrentes da transição zairense (1990-1997)» [*Les mots récurrents de la Transition Zaïroise (1990-1997)*] e um ensaio político com o título «Ou vai ou racha» [*Ça passe ou ça casse*], publicado pelas Editions Africa Text, Kinshasa, em junho de 2005.

Segunda mesa-redonda - O desafio dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável

Sob a presidência de S. Ex.^a o Senhor Secretário-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia, João TETA, os participantes na mesa-redonda analisaram a questão dos recursos naturais, que são extremamente abundantes em África e atravessam o continente sem se deterem nas fronteiras políticas. Na ausência de uma gestão equitativa, estes recursos constituem, hoje em dia, desafios geoestratégicos suscetíveis de gerar crises e conflitos sem precedentes. Os participantes tentaram designadamente delimitar os pontos fortes e as virtudes de uma cooperação e de uma diplomacia científicas que visem gerir a partilha dos recursos transfronteiriços, envolvendo todos os agentes interessados, tanto a nível governamental como ao nível das comunidades locais, ricas em conhecimentos e "know-how" autóctones.

Oradores

S.Ex^a Sra. Florentina Adenike Ukonga – Secretária Executiva adjunta da Comissão do Golfo da Guiné (GGC)

Sr. Amadou Hama Maiga – Diretor Geral adjunto, Instituto internacional de engenharia de águas e do ambiente (2iE)

Sr. Abou Amani – Especialista de programa, Programa hidrológico internacional, UNESCO, Nairobi

Sr. Diamantino Azevedo – Presidente e Diretor-geral FERRANGOL-EP, Angola

Presidentes de Sessão:

S.Ex^a Sr. João Teta – Secretário de Estado para a Ciência e a Tecnologia, Angola

Relator:

Sr. Mohamed Djelid – Diretor do Escritório da UNESCO - Nairobi

DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS COMUNS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DA BACIA DO GOLFO DA GUINÉ

S.Ex^a. Sra. Florentina ADENIKE UKONGO - Embaixadora, Secretária Executiva Adjunta da
Comissão do Golfo da Guiné

1. Informação de fundo sobre a Comissão do Golfo da Guiné

A Comissão do Golfo da Guiné é atualmente composta por oito Estados-Membros: Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe. O Tratado que estabelece a Comissão do Golfo da Guiné foi assinado em 3 de julho de 2001 em Libreville e o Secretariado Executivo foi instalado em Luanda (Angola) em março de 2007. Podem ser seus membros todos os países costeiros da região do Golfo da Guiné. O seu mandato contempla as seguintes vertentes: cooperar nas questões de consolidação da paz, prevenção, gestão e resolução de conflitos; colaborar e formular políticas comuns para prospeção e exploração de recursos naturais, bem como em outras áreas que possam vir a ser reputadas como necessárias; unir recursos para a resolução de problemas no setor da exploração de recursos; harmonizar as leis que regem essa exploração; prestar assistência em caso de catástrofes naturais na região.

Recursos naturais

Para efeitos da presente exposição diremos que os recursos naturais são lá colocados pela natureza. Na realidade, não sabemos como é que eles surgiram inicialmente nos locais onde se encontram, mas a ciência e um melhor conhecimento têm tentado determinar de que forma podemos preservar, gerir e repor estes recursos.

Gostaria de abordar aqui recursos como por exemplo:

- a água – as águas de superfície e os aquíferos subterrâneos;
- os recursos existentes na água, quer sejam seres vivos, como os peixes, ou outras criaturas aquáticas e seres não vivos;
- os hidrocarbonetos (petróleo e gás), tanto em terra como no mar (offshore);
- os minerais existentes nos solos, como o ouro, os diamantes, o urânio e outros minerais encontrados no ventre da Terra;
- os recursos florestais e todos os tipos de árvores;
- a posição geoestratégica de uma região como o Golfo da Guiné em termos de transporte marítimo.

A expressão «recursos naturais em jogo» tem uma conotação que implica ganhar e perder, quando a questão dos recursos naturais devia ser encarada de forma a permitir obter vantagens para ambas as partes (*win-win*), e designadamente para as comunidades que os possuem. Em circunstâncias normais, os recursos naturais deviam impulsionar o crescimento, quando devidamente explorados, geridos e utilizados no quadro de um bom sistema de governação, através da criação de oportunidades para desenvolver as zonas e comunidades de acolhimento, conduzindo deste modo ao desenvolvimento económico e social desses locais, das nações de acolhimento e da comunidade internacional.

A água

Analisemos a água como um recurso natural. Temos o rio Nilo, que nasce nas terras altas da Etiópia e corre através do Sudão até ao Egito. Todos os países irrigados pelo Nilo deviam chegar a um acordo sobre as vantagens da utilização destas águas para cada um deles. Caso contrário, teríamos uma fonte de conflito se o Egito controlasse todos os benefícios do rio e excluísse os outros países, ou se a Etiópia parasse o fluxo das águas para norte.

O peixe

Vejam agora recursos vivos como o peixe. Em alguns países costeiros com abundantes recursos haliêuticos, os pescadores locais acabam por não ter peixe para a sua alimentação em virtude de um esforço excessivo de pesca que é praticada, de forma ilegal e não declarada, por entidades localizadas no estrangeiro. Este tipo de comportamento irresponsável por parte de terceiros pode levar a conflitos, como o arresto de navios de pesca e outras formas de impedir a atividade pacífica de pesca na zona, ao passo que um regime de pescas bem gerido garantirá recursos para consumo local, a existência de mercados e indústrias de pesca na zona costeira e a exportação para outras zonas necessitadas do mundo.

2. A exploração de hidrocarbonetos

Milhões de barris e vastas quantidades de gás são diariamente exploradas em muitos países produtores de petróleo, o que ocasiona uma tremenda devastação e tem consequências para as comunidades de acolhimento, como por exemplo derrames de petróleo, rebentamento de condutas ou acidentes de perfuração. Esses eventos ocorrem com regularidade numa grande área dessas comunidades sem que seja feita qualquer tentativa de repor tudo como estava primitivamente. O petróleo é exportado para fora destas zonas e as comunidades ficam de mãos vazias apesar da imensa riqueza das suas terras. Em vez disso, nem sequer podem dedicar-se ao seu modo básico de subsistência, uma vez que a poluição das águas e a degradação do ambiente mata todos os peixes existentes. Rapidamente surgirá um conflito e os recursos naturais tornar-se-ão uma fonte de litígio em vez de uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável.

A degradação ambiental

A poluição das águas gerada pelas atividades relacionadas com a exploração de petróleo e gás, ou a descarga de resíduos resultantes das atividades industriais, conduzem à destruição dos recursos marinhos, facto que pode também levar a um conflito e a atos de violência dirigidos contra os responsáveis por essa degradação do ambiente.

Os recursos florestais

As árvores são abatidas e transportadas para outras partes do mundo. Após vários anos de atividade sem que existam planos para replantar e regenerar essas zonas arborizadas, a zona devastada adquire um aspeto desolado e torna-se numa zona árida ou semiárida, que já não pode suportar o povoamento humano. Noutras zonas, e por causa da pressão demográfica, destroem-se grandes zonas florestais para construir grandes aglomerados urbanos, sendo os habitantes locais empurrados para uma pequena parcela de terra infértil que não os pode sustentar.

As atividades extrativas

São explorados metais preciosos como o ouro, a prata, o urânio, a platina, etc. e grandes crateras são deixadas a céu aberto, o que leva à erosão e degradação dos terrenos da zona e coloca em risco o povoamento humano nas imediações.

3. A posição geoestratégica

Os sequestros e a pirataria nestas rotas marítimas são encorajados por oportunistas – que tiram partido de uma fraca sensibilização para a importância do domínio marítimo, da debilidade das autoridades responsáveis pela segurança marítima e da falta de oportunidades económicas sentida pelas populações locais – para perpetrarem atividades marítimas ilegais.

Com este tipo de comportamento em matéria de exploração de recursos naturais e o abandono total ou quase total das zonas de acolhimento à devastação provocada pela exploração, as comunidades locais acabam por encontrar as suas vozes e desencadeia-se o conflito.

Estes conflitos assumem diferentes formas:

- destruição das instalações necessárias à exploração;
- impedimento do funcionamento em contínuo de tais instalações;
- rapto de trabalhadores dessas instalações;
- provocação contínua de danos às instalações necessárias à exploração;
- sequestros, atos de pirataria e outras atividades ilegais.

Tais crises poderiam ter sido evitadas se a exploração tivesse sido feita com alguma preocupação pelas comunidades locais, refletindo sobre a forma de as fazer beneficiar dos recursos existentes nas suas zonas, através da sua participação direta na exploração dos recursos, da capacitação das comunidades de acolhimento para gerirem parte do processo e da recuperação das zonas danificadas para as deixar em estado de poderem ser continuamente utilizadas pelas comunidades.

S.Ex^a Sra. Florentina ADENIKE UKONGA (Nigéria) é atualmente a Secretária Executiva Adjunta (Assuntos Políticos) da Comissão do Golfo da Guiné em Luanda (Angola), tendo trabalhado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria durante mais de 30 anos, antes de se aposentar em 2006 na qualidade de Subsecretária para os Assuntos Africanos. Ocupou designadamente os seguintes cargos: Alta-Comissária da Nigéria na Jamaica com acreditação simultânea no Belize, Haiti e República Dominicana. Foi Encarregada de Negócios da Embaixada da Nigéria em Adis-Abeba (Etiópia), bem como Ministra-Conselheira no Alto-Comissariado da Nigéria em Londres. A Senhora Embaixadora Adenike Ukonga esteve ativamente envolvida nas questões de segurança marítima no Golfo da Guiné desde a sua nomeação como Secretária Executiva Adjunta (Assuntos Políticos) para a Comissão do Golfo da Guiné em Luanda (Angola) em 2007.

O CRESCIMENTO VERDE EM ÁFRICA: O CONTRIBUTO DO 2iE ATRAVÉS DA FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Sr. Amadou Hama MAIGA - Diretor-Geral Adjunto do Institut international d'ingénierie de l'eau et de l'environnement (2iE – Instituto Internacional de Engenharia Hidrográfica e do Ambiente)

1. O 2iE, um polo de excelência com uma dimensão internacional e multicultural

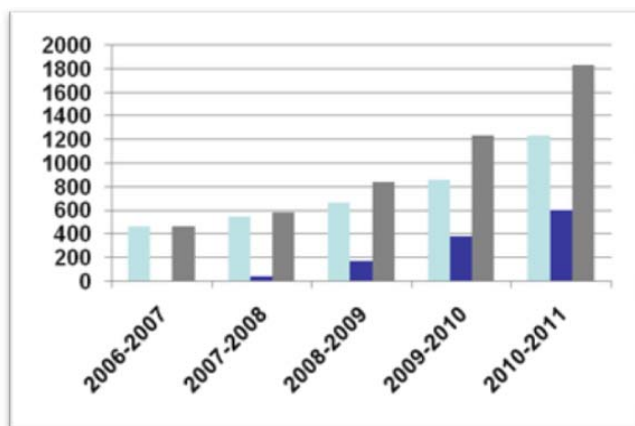
O 2iE é um estabelecimento de ensino e de investigação de excelência cuja vocação é formar engenheiros altamente qualificados no domínio da água e do saneamento, do ambiente, da energia e eletricidade, da engenharia civil e das minas.

Na sua origem estiveram duas escolas interafricanas, a *École d'Ingénieurs de l'Équipement Rural* (EIER – Escola de Engenharia Rural) e a *École des Techniciens de l'Hydraulique et de l'Équipement Rural* (ETSHER – Escola de Técnicos Hidráulicos e do Equipamento Rural), fundadas em 1968 e 1970 por iniciativa de catorze Estados da África Ocidental com o objetivo de se dotarem de quadros formados no próprio continente. Estas escolas fundiram-se em 2001 adotando a sigla EIER-ETSHER. Prestigiados parceiros científicos (a *Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne* – Escola Politécnica Federal de Lausana) e financeiros (a França, a Cooperação Suíça, a *Agence Universitaire de la Francophonie*, etc.) apoiaram o projeto, mas o modelo continua fragilizado por uma governação interna opaca, um progressivo abandono financeiro por parte da França e o não-pagamento pelos Estados-Membros africanos das suas subvenções. O grupo foi reformado em 2006 para dar origem à Fundação 2iE (Instituto Internacional de Engenharia Hidrográfica e do Ambiente), tendo-se o 2iE tornado, deste modo, uma plataforma científica e de engenharia internacional com o estatuto de fundação internacional. Desde 2006 que o 2iE oferece condições de estudo aos estudantes africanos, e condições de trabalho aos seus professores-investigadores, equivalentes às dos estabelecimentos dos países desenvolvidos. Para atingir este nível de excelência, o 2iE desenvolveu um audacioso modelo, o de associação internacional de utilidade pública e verdadeira parceria público-privada. Com um acordo para estabelecimento da sua sede no Burquina Faso, o 2iE acolhe no seio do seu Conselho de Administração e das suas comissões especializadas representantes dos catorze Estados fundadores, os parceiros institucionais e financeiros, os parceiros científicos e universitários e as empresas privadas.

Esta reforma institucional foi acompanhada por uma importante reforma da governação administrativa, financeira e académica, por um importante plano de equipamento científico e pedagógico, pelo reforço das capacidades do pessoal docente e de investigação e por uma abertura à anglofonia.

Desde a implementação desta reestruturação, os efetivos do 2iE têm registado um crescimento espetacular, que confirma o poder de atração da escola a nível mundial.

Evolução do número de estudantes do 2iE no período 2006-2011



Em 2012, o 2iE acolheu 2 670 estudantes de mais de 30 nacionalidades diferentes, 1 720 dos quais inscritos no ensino presencial e 950 na formação aberta e à distância (FOAD – *Formation Ouverte et À Distance*). No final de 2013, depois de concluído o plano de investimento encetado em 2006 e destinado a reforçar as capacidades de acolhimento do 2iE, o estabelecimento poderá assegurar a formação de 2 500 estudantes no ensino presencial e outros tantos na formação por via eletrónica.

Repartição e crescimento do número de diplomados com formação inicial no 2iE por nacionalidade

País de origem	EIER-ETSHER 1966-2005	2iE 2006-2011	Total em 2012
Benim	248	95	351
Burquina Faso	483	493	976
Camarões	344	171	515
Rep. Centro-Africana	59	10	69
Congo	172	20	192
Gabão	87	34	121
Guiné	81	23	104
Costa do Marfim	249	131	380
Mali	164	60	224
Mauritânia	61	18	79
Níger	283	103	386
Senegal	310	66	376
Chade	164	94	258
Togo	254	55	314
R. D. Congo	4	9	13
Outros (10)	19	25	44
Total	2935	1407	4402

2. O 2iE propõe um programa académico em conformidade com o sistema internacional

A qualidade do ensino lecionado no 2iE é reconhecida no plano internacional e é por isso que o 2iE é, até hoje, a única instituição de formação superior do continente africano cujos diplomas são reconhecidos pela *Commission française des Titres d'Ingénieurs* (CTI – Comissão Francesa dos Títulos de Engenharia) e no espaço europeu graças ao selo EUR-ACE. O 2iE é, além disso, um centro de excelência da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), da UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental) e da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África).

A formação inicial oferecida pelo 2iE baseia-se no sistema internacional de licenciaturas, mestrados e doutoramentos (LMD – *Licence Master Doctorat*), que facilita os intercâmbios interuniversitários em todo o mundo.

Os ciclos de formação levam simultaneamente à aquisição de competências científicas e técnicas gerais e específicas e ao desenvolvimento da sua capacidade empresarial e de gestão. A oferta de formação do 2iE no ensino presencial e por via eletrónica pode ser consultada no seu site Web em www.2ie-edu.org.

Para além do ensino e da investigação de ponta, o 2iE é também um modelo de educação para o desenvolvimento de África.

A vocação do 2iE é formar recursos humanos altamente qualificados em todos os diversos géneros, linguísticos e culturais, capazes de criarem e darem respostas aos desafios de desenvolvimento do

continente africano. Reforçando as capacidades de inovação e o espírito empresarial dos seus alunos, o 2iE garante que os seus diplomados serão decisores responsáveis que contribuem, de forma eficaz, para o desenvolvimento sustentável do continente.

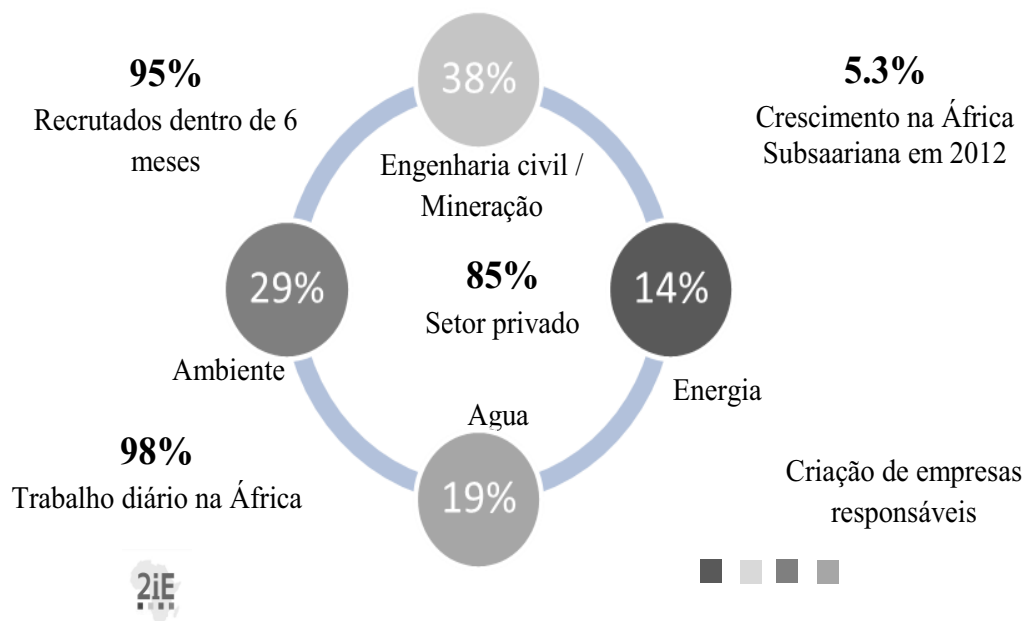
A inovação pedagógica está no cerne da estratégia do 2iE e permite-lhe afirmar-se como agente da revolução educativa desencadeada à escala do continente africano com os acordos europeus de Bolonha no domínio do ensino superior. A análise das profissões e a previsão dos empregos e das necessidades de «amanhã» em matéria de competências é uma das orientações para a implementação de cursos de formação novos, de atualização ou adiamento de outras formações. Esta estratégia de formação para o emprego é uma das chaves essenciais do êxito dos seus estudantes.

O 2iE construiu também uma verdadeira interface entre o mundo académico e empresarial. As parcerias estabelecidas e constantemente renovadas com o mundo empresarial garantem a adequação da oferta de cursos de formação às necessidades das empresas, a rápida integração profissional dos diplomados do 2iE e a sua capacidade de se adaptarem rapidamente às realidades socioculturais e económicas do momento: 95% dos estudantes encontram um emprego nos seis meses subsequentes à obtenção do seu diploma.

Para sensibilizar os seus estudantes para as realidades e oportunidades do mundo profissional, o 2iE organiza todos os anos as «*Journées Entreprises*», um fórum internacional onde os estudantes, antigos alunos e representantes das empresas se encontram para realizarem intercâmbios durante três dias. Este evento, que em junho de 2012 permitiu reunir 1 300 participantes e mais de 90 empresas internacionais e locais, permite aos estudantes promoverem as suas competências junto dos empregadores, às empresas promoverem os seus serviços e produtos e recrutarem os seus colaboradores, e ao 2iE atualizar-se sobre as necessidades dessas mesmas empresas. Deste modo, a oferta formativa do 2iE ajusta-se permanentemente ao mercado de trabalho.

Domínio de atividades dos diplomados pelo 2iE no ano de 2010

Emprego em setores estratégicos para o desenvolvimento



No séc. XXI, o domínio das tecnologias da informação e da comunicação será um fator determinante no desempenho e otimização das atividades e no apoio à tomada de decisões. Por conseguinte, estas tecnologias fazem parte do conjunto dos programas pedagógicos do 2iE. As aplicações informáticas pedagógicas e outros materiais de aprendizagem que apresentam os melhores resultados são colocados à disposição dos docentes e dos estudantes. Os estudantes dispõem também de uma ligação gratuita à Internet e de uma rede Wi-Fi de alta velocidade no conjunto dos dois campus, bem como de salas de videoconferência e de um parque informático com mais de mil computadores. Além disso, é oferecido gratuitamente a cada estudante um computador portátil a partir do segundo ano de estudo graças ao apoio de parceiros para o desenvolvimento.

A integração das TIC permite, além disso, desenvolver cursos de formação acessíveis a mais pessoas, ao mesmo tempo que é garantida uma qualidade de formação de alto nível.

O 2iE propõe, assim, em 2012 um total de 25 formações abertas e à distância (FOAD) ao nível da licenciatura e mestrado nos domínios da gestão hídrica, energética, dos equipamentos e das infraestruturas de obras públicas, do ambiente, etc. Todas estas formações são reconhecidas e homologadas pela *Agence Universitaire de la Francophonie* (AUF – Agência Universitária da Francofonia).

As formações decorrem na plataforma de acesso à distância MOODLE, que está dotada de ferramentas de comunicação, organização, edição e partilha, mas incluem igualmente períodos de reagrupamento. Os estudantes trabalham essencialmente em colaboração uns com os outros no estudo de casos ou de cenários.

O inovador dispositivo «taxi brousse low-Cost» permite aos candidatos inscreverem-se em qualquer altura do ano, graças a um sistema de entrada em grupo que propõe durações e custos de formação variáveis de acordo com as condicionantes do formando. Deste modo, o 2iE preocupa-se em proporcionar um melhor acesso a formações de qualidade internacionalmente reconhecidas, destinadas por um lado a profissionais que desejem reforçar as suas competências e, por outro, a estudantes que, por razões de ordem social ou geográfica, não teriam de outro modo acesso aos cursos.

3. O 2iE, uma visão a longo prazo para o desenvolvimento sustentável do continente africano

Para assegurar a sua missão de formar engenheiros-empresários responsáveis e capazes de enfrentarem os desafios económicos e ambientais a que o continente africano deve fazer face, o 2iE integra os princípios do desenvolvimento sustentável em todos os seus programas de formação e investigação.

Há quase 10 anos que mais de um terço das horas letivas é dado na perspetiva do desenvolvimento sustentável e da RSE (Responsabilidade Social das Empresas). Os cursos de gestão e de RSE são obrigatórios em todos os mestrados. Um centro de línguas, dotado de um moderno equipamento e orientado por uma equipa empenhada, assegura a aprendizagem do inglês, língua obrigatória, e de outras línguas, como o chinês ou o árabe.

Para estimular o espírito de investigação e a criatividade, fontes de inovação, o 2iE criou um quadro científico e pedagógico integrado. Os seus 5 laboratórios de investigação estão agrupados em dois centros de investigação, dispositivo que é completado por um polo tecnológico. Este dispositivo integra as equipas do 2iE, organismos de investigação e ensino que são seus parceiros, empresas e outras instituições dos setores público e privado, o que favorece a interação dos diferentes agentes e a aplicação prática e valorização dos resultados da investigação e de ideias inovadoras.

O 2iE apoia-se igualmente numa sólida rede de parceiros internacionais, que reúne mais de vinte universidades e institutos de investigação de todo o mundo, com os quais realiza programas conjuntos, como a Universidade Pierre e Marie CURIE de França, a Universidade de Hokkaido, no Japão, a Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça, ou a Universidade Tuskegee, nos Estados Unidos, bem como prestigiosas instituições de investigação que possuem laboratórios de investigação em comum com o 2iE (CIRAD, IRD).

O instituto possui ainda uma escola interuniversitária de doutoramento orientado por cientistas de quinze universidades dos quatro continentes membros.

Os programas de investigação estão centrados em domínios estratégicos para o desenvolvimento de África, como a água ou a segurança alimentar e energética. De igual modo, os investigadores do 2iE

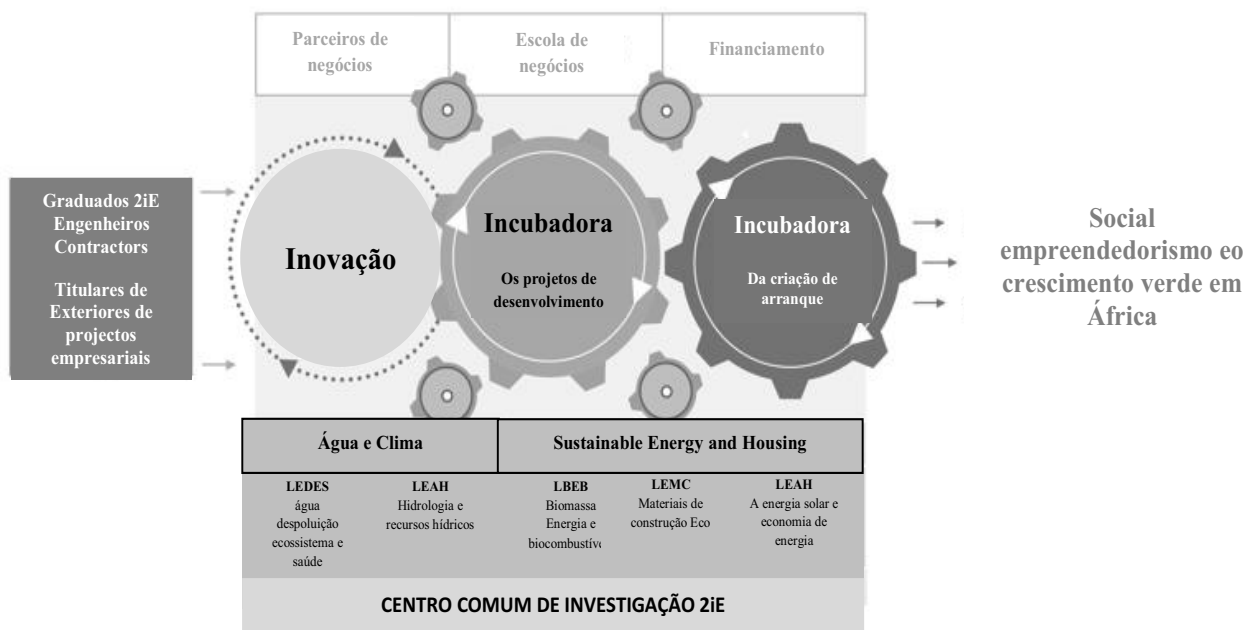
trabalham na antecipação e atenuação dos desafios globais, como as alterações climáticas e a urbanização, assim como na prossecução dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento. Os cinco laboratórios de investigação trabalham no ciclo da água e na sua gestão, com a poluição e tratamento da água, energia solar, biocombustíveis, materiais ecológicos e gestão e correção dos ecossistemas, tendo cada programa de investigação como objetivo desenvolver inovações para as necessidades socioeconómicas do continente.

4. O polo tecnológico do 2iE

O polo tecnológico comporta diversas entidades e programas que contam com a participação de equipas académicas e de investigação: a empresa jovem, o viveiro de empresas, a incubadora de empresas, a *business school* e as plataformas tecnológicas. Trata-se de um dispositivo para estimular e acompanhar a elaboração de planos de negócios que permitiu a criação, por estudantes, de empresas ecológicas inovadoras, tendo a sua participação sido coroada por êxitos em concursos internacionais desde 2010.

- **InnoFaso**: fábrica para a produção de soluções nutricionais para o mercado do Burquina Faso, em parceria com a NUTRISET SA, que começou a funcionar no 2iE em 2012;
- **SIREA Afrique**: produção de componentes para sistemas automáticos e acoplamento de energia, que começou a funcionar no 2iE em 2012;
- **Beti Halali**: empresa produtora de materiais ecológicos com um sistema inovador de financiamento (Prémio do Melhor Impacto Social da «Global Social Venture Competition», Berkeley 2011 GSVC). A Beti Halali está localizada numa incubadora em Ndjamena, no Chade;
- **FasoPro**: empresa produtora de soluções nutricionais a partir da lagarta do karité (terceiro prémio da GVSC 2012 em Berkeley). A FasoPro está localizada numa incubadora no 2iE;
- **Tingare**: fabrico de módulos flutuantes a partir de resíduos plásticos reciclados para combater a evaporação nas bacias hidrográficas. A Tingare está em incubação em empresas mineiras do Burquina Faso;
- **Nenu-Phare**: cobertura de massas de água com módulos solares para evitar e limitar a evaporação da água e produzir simultaneamente energia;
- **Faso Soap**: inovação tecnológica para a luta contra o paludismo, através do fabrico de um sabão a partir de substâncias locais repelentes de mosquitos, bem como de larvicidas para destruir as larvas. A Faso Soap ganhou o 1.º prémio da GSVC 2013 em Berkeley;
- **Challenge Humanitech 2011**: concurso estudantil para invenções humanitárias: 5 equipas do 2iE entre as 22 equipas finalistas selecionadas;
- **Citizen Act** da Société Générale 2012: um «jogo de negócios» sobre questões relacionadas com a RSE; uma equipa do 2iE foi uma das 250 equipas finalistas;
- **Défi Bouygues Construction**: a «Star Act do BTP»: equipas de estudantes do 2iE selecionadas em 2010 e 2011.

O diagrama do polo tecnológico do 2iE (todos os direitos reservados)
 Tecnopólo 2iE: Apoiar a inovação e empreendedorismo social



1. A aplicação do desenvolvimento sustentável no 2iE

O 2iE adotou uma estratégia de compromisso com o desenvolvimento sustentável (DS) de África e respetivo funcionamento. A sua governação é um inovador modelo de parceria público-privada. A sua Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) abarca o seu modelo de gestão, a sua oferta formativa e respetivos métodos pedagógicos, os seus programas de investigação e a sua oferta de apoio especializado aos setores público e privado.

Os compromissos institucionais

« Fazer do 2iE uma montra em matéria de responsabilidade social e ambiental »

- Adesão ao Pacto Global das Nações Unidas e compromisso do pessoal e dos estudantes para comunicarem e registarem progressos, de uma forma regular, nos 10 princípios universais relativos a este domínio;
- Auditorias anuais sobre a Responsabilidade Social da Empresa (RSE) que é o 2iE, tendo como referência a *Conférence des Grandes Ecoles* (CGE – Conferência das Grandes Escolas) em França, com publicação e desenvolvimento de ações para um aperfeiçoamento contínuo;
- Formações ministradas aos estudantes e ao pessoal em educação para um desenvolvimento sustentável e promoção da saúde;
- Avaliação e plano de redução da pegada de carbono do 2iE;
 - o Uma ferramenta própria para avaliação do carbono adaptada ao contexto de desenvolvimento local: o Bilhete de Identidade Carbono;
 - o Um manual de responsabilidade ecológica no campus, que será desenvolvido e divulgado;
- Implementação de uma política de gestão integrada dos resíduos, revista todos os anos;
- Autoprodução de energia no local (biocombustível e energia solar);
- Implementação de um sistema de gestão da qualidade com auditorias internas e externas.

« Fazer da investigação científica e tecnológica uma alavanca para o desenvolvimento humano e a inovação verde »

- Equipas pluridisciplinares e multi-instituições responsáveis por orientar os programas de investigação;
- Temas de investigação resultantes de problemas de desenvolvimento constatados;
- Uma abordagem científica que torne os intervenientes interessados e as empresas em parceiros de investigação;
- Um polo tecnológico para testar os resultados e protótipos, incluindo a adaptabilidade e aceitabilidade por parte dos utilizadores;

« Apoiar-se em programas de formação para despertar nos estudantes uma vocação para a Responsabilidade Social das Empresas »

- Os profissionais ministram aulas teóricas e estudam casos. Seguem-se debates sobre práticas de gestão inovadoras e responsáveis e a redação de uma carta e de um projeto de empreendedorismo;
- Um Programa de «Empreendedorismo Social» que tem como objeto:
 - o acompanhar os estudantes na criação de uma empresa com vocação *green business* ou uma forte componente ética;
 - o empenhar os parceiros numa abordagem RSE: empresas mineiras, construção civil e obras públicas, bancos privados e agências de cooperação internacional;
 - o ministrar formações em RSE destinadas às empresas (incluindo a formação por via eletrónica);
 - o desenvolver instrumentos de apoio à tomada de decisões responsáveis para melhorar o impacto ambiental das empresas;
 - o realizar auditorias e criar instrumentos para a escolha da energia e a gestão integrada dos resíduos das empresas;
 - o desenvolver estratégias específicas para a luta contra os efeitos das alterações climáticas e respetiva adaptação, bem como para controlar a sua pegada de carbono.

Sr. Amadou HAMA MAIGA (Burkina Faso) é Engenheiro Hidráulico e é doutorado em Ciências Técnicas pela Escola Politécnica Federal de Lausanne (Suíça). Amadou Maiga exerceu diferentes funções no Serviço de Águas da cidade de Lausanne, na Direção de Hidráulica do Mali e na ENI de Bamako antes de entrar, em 1986, na Escola Inter-Estados de Engenharia do Equipamento Rural (EIER – Ecole Inter Etats d’Ingénieurs de l’Equipement Rural), que se transformou em 2007 no Instituto Internacional de Engenharia Hidráulica e Ambiental (Institut International d’Ingénierie de l’Eau et de l’Environnement – 2iE). No seio da EIER, e subsequentemente do 2iE, ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária, de Diretor do Laboratório para o Controlo da Poluição e Tratamento das Águas, de Diretor de Investigação e de Diretor-Geral Adjunto desde 2005. Fundador e Diretor de Publicação da revista «Sud Sciences et Technologies» desde 1997, participou em diferentes redes e comités internacionais [membro do Comité Diretivo da Associação Africana da Água, do Gabinete da Secção de Engenharia Hídrica e dos Solos da Comissão Internacional de Engenharia Rural, do grupo de peritos da Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) para os centros de excelência em água, do grupo de peritos da OCI para a água e do Conselho de Orientação da Agência Inter-Estabelecimentos (francês) de Investigação para o Desenvolvimento (AIRD – Agence Inter établissements de Recherche pour le Développement)]. O Professor Maiga recebeu o Grande Prémio de 2009 da Fundação Suez Environnement pelos seus trabalhos de investigação sobre a acessibilidade dos mais pobres ao recurso que é a água.

RECURSOS NATURAIS EM AFRICA: DESAFIO E OPORTUNIDADES PARA UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA

Sr. Abou AMANI - Especialista principal do Programa Ciências da Água e hidrólogo regional para África no Gabinete da UNESCO em Nairobi

1. Introdução

A Terra, ao dar-nos os seus frutos, que são os recursos naturais, constitui uma fonte para a humanidade de meios e de possibilidades únicas para desenvolvermos novos setores económicos, as economias «verde» e «azul», permitindo deste modo preservar a biodiversidade e a saúde dos mares e oceanos. É facto assente que mais de quatro mil milhões de anos de História geológica dotaram o continente africano de importantes recursos minerais e energias fósseis, que hoje em dia são um dos principais motores do seu crescimento económico. Esta diversificada base geológica favoreceu o desenvolvimento de uma extraordinária biodiversidade, tornando a África no centro da geobiodiversidade a nível mundial. Com o passar do tempo, as bases geológica e biológica deste continente foram moldando uma rica diversidade cultural humana e encorajando a constituição de uma herança feita de saberes autóctones sobre a forma de viver em harmonia com o ambiente, ultrapassar as doenças e os flagelos e recuperar dos danos provocados pelas catástrofes naturais.

Com a sua população juvenil a aumentar e com os seus importantes recursos naturais e os seus saberes autóctones seculares, a África moderna possui todo o potencial necessário para se desenvolver de uma forma sustentável. Além disso, tirar partido do ensino, da ciência, da tecnologia e da inovação para responder às necessidades essenciais (a segurança alimentar, a saúde, a eficiência energética, a água), desenvolver o seu capital humano, preparar os jovens para a vida ativa, estimular o crescimento económico e industrial, reduzir a pobreza e promover uma cultura de paz é hoje algo que está ao alcance de África. Vários países deste continente fazem parte do conjunto das economias que registam as maiores taxas de crescimento do mundo. Mas então porque é que, apesar desta riqueza, o continente africano apresenta ainda atrasos em termos de desenvolvimento social e económico e suporta ainda o peso de diferentes conflitos, na sua maioria desencadeados ou alimentados por disputas de recursos naturais?

O Fórum Pan-africano «África: Fundamentos e Recursos para uma Cultura de Paz» proporciona um quadro que pode servir de apoio sobre as fontes de inspiração e o potencial dos recursos culturais, naturais e humanos do continente a fim de se identificarem pistas para a tomada de medidas concretas, tendo em vista a construção de uma paz duradoura. Os três pilares do Fórum, «Fundamentos e recursos naturais», «Fundamentos e recursos culturais» e «Fundamentos e recursos humanos», são todos essenciais à criação de uma abordagem inclusiva e mundial da cultura de paz em África. A presente nota conceptual abarca os «fundamentos e recursos naturais» e contém uma avaliação da situação destes fundamentos e recursos em África, das dificuldades a solucionar para que sejam geridas de forma pacífica e das possibilidades para o reforço de uma cultura de paz. Será dada uma ênfase à água doce, recursos marinhos e costeiros, recursos da biodiversidade, recursos mineiros e minerais, sistema CTI (Ciências, Tecnologia e Inovação) e governação dos recursos naturais.

África é rica em recursos naturais, como jazidas de petróleo e minerais, solos férteis, florestas, biodiversidade e recursos hídricos, e possui também belas costas tropicais para a atividade económica e o turismo. No entanto, esta abundância de recursos foi igualmente origem de conflitos e de perpétuas lutas pelo poder, tanto no interior como no exterior dos países, em virtude da sua degradação e exploração excessiva por alguns, do isolamento dos saberes autóctones de uns em relação a outros e das capacidades limitadas em matéria de tecnologia e de inovação científicas.

Grande parte destes recursos naturais não se detém nas fronteiras políticas, e a sua gestão provoca atualmente dificuldades suscetíveis de desencadear conflitos e crises. A preservação, a proteção e a exploração racional e equitativa destas riquezas, a nível local, nacional e regional, são essenciais a um desenvolvimento sustentável e à conservação da paz. As questões relacionadas com estes recursos partilhados poderiam constituir uma boa ocasião para congregar forças e trunfos no sentido de promover a cooperação e a diplomacia, de modo a que as partes interessadas – como os governos, as comunidades

locais e o setor privado – pudessem geri-los e partilhá-los de forma eficaz e pacífica, respeitando e utilizando simultaneamente os saberes autóctones e modernos.

O facto de se colocar a educação e as ciências, e mais especificamente a CTI no que se refere à sustentabilidade, ao serviço da sociedade poderia permitir minorar estes obstáculos, dar uma melhor resposta às necessidades essenciais (segurança alimentar, saúde, acesso à eficácia energética, água) e atenuar o impacto das alterações climáticas, melhorar o desenvolvimento do capital humano, o emprego juvenil e o crescimento económico e industrial, o que reduziria a pobreza e promoveria a cultura de paz.

É neste contexto que o presente documento mostrará como devem ser explorados os recursos naturais de África de uma forma inovadora e sustentável, tendo em vista uma cultura de paz e de integração regional. Serão analisados os seguintes recursos e estratégias:

- Recursos de água doce;
- Recursos marinhos e costeiros;
- Biodiversidade e ecossistemas naturais;
- Recursos mineiros e minerais;
- Sistema CTI e governação dos recursos naturais.

Cada parte conterá uma breve análise da situação, a que se seguirá a exposição das principais dificuldades e possibilidades em matéria de reforço da cultura de paz.

2. Situação/estado dos fundamentos e recursos naturais em África

2.1. Recursos de água doce

A África dispõe de recursos hídricos renováveis de cerca de 3 931 km³, ou seja, 9 % da totalidade dos recursos mundiais, mas é o segundo continente mais seco, a seguir à Austrália. Em virtude do seu clima e das suas características paisagísticas e geográficas, os recursos hídricos disponíveis por habitante variam acentuadamente a nível continental, sub-regional, nacional e local. À escala do continente, atingiam uma média de cerca de 4 000 m³/habitante/ano em 2010, mas ao nível dos países variavam entre menos de 500 m³/habitante/ano, no caso de determinados países áridos e semiáridos, e mais de 10 000 m³/habitante/ano no caso de certos países húmidos. Assim sendo, ao analisarmos os números relativos aos recursos hídricos renováveis por país afigura-se conveniente levar em linha de conta a dimensão do clima, da paisagem, da geografia e da repartição da população. Os recursos hídricos em África são compostos por diferentes cursos de água, perenes ou não, lagos, zonas húmidas, pântanos, barragens e aquíferos. A maior parte dos recursos de águas de superfície e subterrâneas do continente são partilhados na qualidade de recursos transfronteiriços.

A África possui 63 bacias hidrográficas transfronteiriças internacionais e 17 lagos transfronteiriços partilhados por, pelo menos, dois países. Estes sistemas transfronteiriços internacionais cobrem 63 % da superfície do continente e representam perto de 93 % do total das suas águas de superfície, para 77 % da população. A África acolhe 17 grandes bacias hidrográficas transfronteiriças internacionais com uma superfície superior a 100 000 km², ou seja, um terço das grandes bacias hidrográficas do planeta. Esta situação cria uma interdependência dos países relativamente à água que corre dos países situados a montante para os situados a jusante. Alguns Estados apresentam uma interdependência superior a 80 % (o Níger, a Mauritânia, etc.), o que significa que apenas 10 % dos seus recursos totais de águas de superfície têm a sua origem dentro do país, e 90 % vem do exterior das suas fronteiras administrativas. Tais Estados não podem, por isso, obter de uma forma sustentável os seus recursos hídricos sem cooperarem com os países a montante.

As águas subterrâneas são outro importante recurso que os países partilham. Nas zonas rurais e urbanas, e especialmente nas regiões áridas e semiáridas, mais de 75 % do aprovisionamento em água é proveniente de aquíferos subterrâneos. Contrariamente aos recursos de águas de superfície, muitos países africanos partilham aquíferos sem o saberem, o que constitui um fator de risco para a sua gestão. Até hoje já foram

identificados pelo menos 60 sistemas de aquíferos transfronteiriços internacionais pela Iniciativa para a Gestão dos Recursos dos Aquíferos Transfronteiriços (ISARM) da UNESCO.

Apesar de existirem recursos hídricos renováveis de 4 000 m³/habitante/ano, mais de 300 milhões de africanos não têm acesso a água potável, apenas 7 % das potencialidades hidroelétricas estão a ser aproveitadas e menos de 10 % das terras aráveis irrigáveis são utilizadas. No total, menos de 5 % dos recursos hídricos renováveis estão a ser explorados. Para se implementar um desenvolvimento socioeconómico sustentável em África, tendo em vista a realização dos OMD e outros horizontes mais distantes, os países do continente deverão mobilizar-se fortemente e gerir, de forma sustentável, os seus recursos de águas de superfície e subterrâneas.

2.2. Recursos marinhos e costeiros

As costas africanas são banhadas por dois oceanos (Índico e Atlântico) e dois mares (Mediterrâneo e Vermelho) que abrigam abundantes recursos marinhos, incluindo recursos vivos, minerais e hidrocarbonetos. A pesca é uma atividade económica essencial para África, mas determinadas reservas haliêuticas foram excessivamente exploradas e várias espécies estão ameaçadas pela extinção local. A destruição destes recursos, em virtude de uma exploração não sustentável, e designadamente a desflorestação de zonas situadas a montante, já teve, e continuará a ter, graves consequências negativas para esta atividade e para as comunidades que dela dependem. A exploração de tais recursos proporciona a possibilidade de desenvolver rapidamente a economia dos Estados costeiros e de melhorar os meios de subsistência das comunidades costeiras, mas implica igualmente um risco de conflito, uma vez que os recursos ultrapassam frequentemente as fronteiras. A África subsariana apresenta o ritmo de expansão demográfica urbana mais elevado do mundo, com a migração regular de populações para as cidades costeiras em busca de oportunidades económicas.

O crescimento demográfico exerce uma pressão sobre as zonas costeiras que se traduz por uma procura crescente de terrenos para a construção de habitação e de infraestruturas, assim como uma dependência dos recursos vivos para a alimentação e para suprir as necessidades de água doce. Cidades como Lagos (Nigéria), Acra (Gana), Abidjan (Costa do Marfim), Dacar (Senegal), Mombaça (Quénia) e Dar es Salaam (Tanzânia) já conheceram taxas de crescimento superiores a 4 %. Com efeito, quase 40 % da população da África Ocidental vive em cidades costeiras.

Em numerosas regiões africanas, os recursos marinhos e costeiros estão gravemente ameaçados e já muito degradados pela exploração excessiva e pelo desenvolvimento urbano/industrial. A não ser que a gestão da integridade dos ecossistemas e a sensibilidade do litoral ao desenvolvimento seja imediatamente melhorada, estes recursos perder-se-ão definitivamente e será, depois, muito difícil alcançar o tão necessário crescimento económico e satisfazer as necessidades essenciais de uma forma sustentável. Poderá igualmente revelar-se necessário debruçarmo-nos sobre os desafios a mais longo prazo, como o aquecimento climático e a subida do nível dos oceanos.

A África deve tomar medidas para implementar uma gestão costeira integrada e uma exploração sustentável dos recursos. É essencial que estas medidas sejam promulgadas e dotadas de capacidades e verbas suficientes para se aplicar e fazer respeitar as recomendações, garantindo a manutenção das potencialidades de produção dos sistemas costeiros e marinhos a longo prazo.

Biodiversidade e ecossistemas naturais

A África dispõe de importantes recursos em matéria de biodiversidade (BD) e de uma diversidade e abundância de organismos vivos. O estado atual da BD, com algumas exceções, é mais satisfatório que em muitas regiões do mundo, e melhor nos trópicos, onde se estende a floresta húmida africana. A floresta da bacia do Congo, que cobre 230 milhões de hectares e representa 6 % da superfície florestal mundial, é a segunda maior floresta húmida do mundo, depois da Amazónia. Na África Setentrional e Austral, os trópicos estão separados das outras zonas com alta diversidade por duas cinturas áridas subtropicais com uma fraca BD.

Cerca de um quarto das espécies conhecidas de mamíferos do planeta, e mais de um quinto das espécies de pássaros, estão presentes em África. É interessante sublinhar que, no caso das espécies migratórias,

Europa e África partilham populações de pássaros. África é o continente mais rico em espécies conhecidas de peixes. Abriga um quarto dos centros mundiais de diversidade vegetal e pelo menos um sexto das espécies vegetais do planeta são endémicas em África. Os ecossistemas costeiros e marinhos situados ao longo do litoral do continente contêm uma elevada biodiversidade marinha.

Contudo, a BD africana continua a ser pouco estudada. Trabalhos recentes ainda estão a permitir descobrir numerosas espécies novas, ao passo que outras, registadas no passado, estão hoje extintas. Muitas das grandes culturas alimentares e comerciais provêm de África, nomeadamente espécies como o milho-painço e o sorgo, o arroz, o óleo de palma, o café e o chá, assim como outras que fornecem madeira. A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 permitiu concluir que a ligação entre a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento económico era, em África, particularmente estreita.

Os países africanos aderiram rapidamente aos acordos multilaterais no domínio do ambiente (AMA) e, aliás, foram lançadas iniciativas regionais, como por exemplo a Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e Recursos Naturais, o Acordo para a Conservação das Aves Aquáticas Migradoras Afro-Euro-asiáticas (AEWA), a Comissão das Florestas da África Central (COMIFAC) e a Iniciativa para o Ambiente da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), direcionadas para seis domínios: i) luta contra a erosão dos solos, a seca e a desertificação; ii) preservação das zonas húmidas de África; iii) prevenção, controlo e gestão das espécies exógenas invasoras; iv) conservação e exploração sustentável dos recursos marinhos, costeiros e de água doce; v) luta contra as alterações climáticas em África; e vi) preservação e gestão transfronteiriças dos recursos naturais.

Recursos mineiros e minerais

Ao longo dos séculos, os recursos mineiros têm constituído um fator essencial para o desenvolvimento das civilizações africanas. O planalto nigeriano de Jos, por exemplo, é o berço da civilização Nok, que prosperou entre 1 000 A.C. e 200 D.C., tendo sido responsável pela prova mais antiga de fundição do ferro (600 A.C.) na África subsariana. A época colonial é marcada por uma progressão dos estudos geológicos e da exploração mineira para benefício dos senhores coloniais europeus. Depois da independência de vários países a situação não evoluiu muito, e podemos mesmo dizer que se agravou, com uma procura maciça de recursos mineiros africanos também por parte da China, Austrália, Índia e Coreia, para citar apenas alguns exemplos. O continente está, assim, sujeito a uma prospeção e exploração intensivas e sem precedentes dos seus recursos mineiros. Ora a questão que se coloca é a seguinte: dispõe a África da capacidade humana necessária para gerir sustentavelmente estes recursos e retirar vantagens da corrida mundial às suas riquezas?

Neste momento, o continente possui 41 % das reservas mundiais de cobalto, 56 % das reservas de diamantes, 34 % das reservas de ouro, 10 % das reservas de petróleo, 12 % das reservas de cromita e 53 % das reservas de rocha fosfatada, para dar apenas alguns exemplos. Não obstante, e segundo a Primeira Conferência da União Africana de ministros encarregados da valorização dos recursos mineiros, de 2008, «... Uma grande parte dos recursos mineiros de África permanece insuficientemente aproveitada e explorada, e o nível de conhecimentos no domínio da geociência é demasiado ténue para atrair atividades de exploração e investimentos». Esta conclusão mostra claramente que África é suficientemente rica em termos de recursos mineiros, mas deve também corrigir os numerosos problemas que a impedem de tirar partido deste capital.

A Visão africana das minas e o seu Plano de Ação lançam as bases de uma ação coerente à escala do continente com o intuito de fazer do setor mineiro um verdadeiro motor de crescimento económico sustentável.

3. Principais desafios da gestão sustentável das nascentes naturais em África

3.1. Recursos de água doce

Os países africanos vêm-se cada vez mais confrontados com importantes desafios no que diz respeito à exploração e gestão sustentáveis dos seus recursos hídricos, de modo a assegurar um desenvolvimento

sustentável. A Visão africana da água para 2025 identificou dez importantes desafios relacionados com os seguintes fatores-chave: crescimento demográfico, urbanização rápida e alterações económicas e climáticas. Os outros desafios consistem em garantir o acesso a água potável e ao saneamento (300 milhões de pessoas não têm acesso a água potável), um aprovisionamento em água suficiente para a segurança alimentar e energética, uma gestão duradoura dos diversos sistemas hidrográficos transfronteiriços, uma base de conhecimento adequada para uma gestão sustentável, a competência dos profissionais hidrotécnicos e a existência de uma vontade política.

As principais ameaças naturais são as seguintes: um grande número de bacias hidrográficas transfronteiriças; a extrema variabilidade espacial e temporal do clima e das precipitações, associada às alterações climáticas e às catástrofes relacionadas com a água (secas e inundações); a penúria crescente de água, a diminuição de determinadas massas de água e a desertificação. Entre as ameaças relacionadas com a atividade humana figuram uma governação e enquadramentos institucionais desadequados no domínio da gestão das bacias hidrográficas nacionais e transnacionais; o esgotamento dos recursos hídricos provocado pela poluição, a degradação ambiental e a desflorestação, que ameaça gravemente a saúde das pessoas e dos ecossistemas; a ausência de investimento adequado na avaliação, proteção e valorização dos recursos; e o financiamento não sustentável dos investimentos efetuados no aprovisionamento de água e no saneamento.

Os países africanos partilham mais de 80 lagos e bacias hidrográficas, bem como mais de 60 aquíferos subterrâneos, e têm de enfrentar o aumento constante da população, da procura de água e comida e das necessidades de água por parte dos setores industriais emergentes das suas economias em desenvolvimento. Deparam, por isso e inevitavelmente, com dificuldades cada vez maiores relacionadas com a partilha dos recursos hídricos (isto é, recursos transfronteiriços). Este facto foi claramente registado no documento de seguimento da Cimeira Rio+20, intitulado «O futuro que queremos», onde se considera a água doce um elemento fulcral que determina o desenvolvimento sustentável, a segurança e a paz.

As alterações climáticas e as incertezas inerentes às respetivas consequências para os recursos hídricos não farão mais do que agravar esta situação. Se ela perdurar, intensificar-se-á a concorrência entre os diferentes utilizadores e tipos de uso, assim como entre os países que partilham um ou mais sistemas hidrográficos. Com a eventual diminuição da precipitação em determinadas regiões africanas, há indícios de que existe um risco crescente de conflito e que é imperioso e urgente implementar uma estratégia para antecipar, gerir e prevenir qualquer risco potencial de conflito relacionado com a água, assim como promover a paz e a cooperação entre os países que partilham um mesmo sistema hidrográfico e entre os utilizadores dos sistemas e massas de água que devem ser partilhados.

3.2. Recursos marinhos e costeiros

Uma parte dos abundantes recursos marinhos e costeiros existentes em África está a ser excessivamente explorada e degradada. Os pescadores despendem mais esforços e pescam menos peixe. Os mangais (que constituem zonas de reprodução para o setor da pesca) estão em declínio por causa da exploração descontrolada de madeira para construção e aquecimento, da construção de hotéis e salinas e da poluição provocada por resíduos industriais e petrolíferos, sobretudo em redor dos principais portos. Os recifes de coral registam um declínio constante. Ao largo da África Oriental, os danos infligidos aos habitats costeiros que se encontram mais bem documentados, dizem respeito a zonas situadas nas proximidades das principais cidades, em virtude da descarga de águas residuais e da exploração excessiva. A pesca com recurso a dinamite, as espécies invasoras e as escorrências provenientes das terras agrícolas representam igualmente ameaças consideráveis.

Além disso, as alterações climáticas representam um novo e importante risco para as zonas e recursos costeiros. No litoral da África Ocidental, as taxas médias de recuo da costa atingem um a dois metros por ano, mas foram observadas taxas mais elevadas, na ordem das centenas de metros por ano, em alguns locais, como por exemplo no Senegal. A erosão costeira tem efeitos devastadores, implicando a perda de infraestruturas rodoviárias, portuárias ou turísticas, e ameaça igualmente os meios de subsistência das populações do litoral, uma vez que as comunidades deixam de poder viver perto da costa ou de desenvolver as suas atividades económicas. A erosão costeira será agravada pelos efeitos das alterações

climáticas e a subida prevista do nível dos oceanos, bem como pela má utilização do espaço costeiro devido à ausência de um plano de ordenamento do litoral.

As instituições marítimas africanas são penalizadas pelas restrições em matéria de recursos humanos e financeiros (necessidade de reforço das capacidades), pela insuficiência dos dados e das informações necessárias à gestão dos recursos costeiros e à tomada de decisões (incluindo os dados sobre o seguimento dado a longo prazo aos estudos sobre o clima e as alterações climáticas), pela ausência de estruturas para observação dos oceanos e da costa (plataformas e material) e pela limitada cooperação entre as instituições da região para dar resposta a preocupações comuns (por exemplo, em determinadas regiões costeiras a pirataria condiciona a capacidade dos navios de investigação para efetuarem viagens de recolha de dados). A este panorama soma-se ainda a diversidade de línguas oficiais usadas neste continente, que reduz as possibilidades de partilha de experiências e informação.

3.3. Biodiversidade e ecossistemas naturais

Apesar do estado relativamente satisfatório da biodiversidade, são numerosos os problemas existentes. O Futuro do Ambiente em África (PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente) indica que cerca de metade das ecorregiões terrestres do continente perderam mais de 50 % da sua superfície em virtude da agricultura, da degradação ou da urbanização. África conta com mais de 2 milhões de km² de zonas protegidas. As ecorregiões mais bem preservadas são, com frequência, os habitats da savana, e as zonas menos protegidas situam-se na África Setentrional, em Madagáscar, nas regiões secas da África Austral e nas zonas da África Ocidental e Oriental mais afetadas pela desflorestação. Determinadas ecorregiões fazem também parte das zonas menos protegidas, mas são também as que apresentam valores de BD elevados.

Os centros com uma elevada biodiversidade (de extremo interesse para a BD) são também as regiões menos povoadas, onde a exploração dos solos é intensiva. Por outro lado, o forte aumento da população humana e a crescente riqueza colocam os solos e os ecossistemas marinhos e de água doce sob pressão. O comércio internacional, por seu lado, levou a uma intensificação da procura de produtos animais, madeiras tropicais, culturas com valor comercial e produtos marítimos, e conduziu a uma exploração clandestina e ao comércio de caça e de carne de animais selvagens. Paralelamente a este fenómeno, a interdependência mundial criou novos problemas, como as alterações climáticas mundiais e as espécies invasoras, o que levou a que a biodiversidade, tão persistente durante milhões de anos, esteja hoje a enfrentar uma ameaça sem precedentes.

Para além das alterações do clima mundial, as modificações induzidas pelo homem na vegetação têm incidências negativas no clima local. A desertificação constitui uma grande ameaça, decorrente da desflorestação, da modificação do uso dado aos solos – sobretudo para fins agrícolas – e da degradação das zonas húmidas. As pressões na origem desta degradação dos solos são de cariz socioeconómico e climático. A pobreza, os conflitos, a agricultura intensiva implicando a erosão dos solos e a salinização, a desflorestação e a limpeza dos solos para fins agrícolas, bem como o cultivo de terras marginais, constituem fatores importantes. Entre as pressões exercidas pelas alterações climáticas figuram a diminuição da precipitação (ou o aumento dos episódios de precipitação extrema) e a subida das temperaturas, fenómenos que, conjugados um com o outro, conduzem a uma redução da vegetação e a um agravamento da erosão em virtude das escorrências agrícolas e do vento.

No momento atual, a principal causa de perda da biodiversidade em África é o desaparecimento dos habitats, sobretudo nas pradarias transformadas ou fragmentadas pela atividade agrícola. A exploração excessiva (pastagens, pesca) constitui igualmente um problema de relevo em numerosas regiões. Além disso, a intensificação do desenvolvimento industrial, e designadamente a exploração mineira, produz efeitos positivos em termos de desenvolvimento, mas tem também incidências negativas devido à fraca capacidade de gestão dos resíduos e de luta contra a poluição.

A biodiversidade africana está intimamente ligada à nutrição, à segurança alimentar, à energia, à habitação e à saúde. Quase três quartos do consumo de proteínas registado em África têm origens vegetais. Os alimentos que crescem em estado selvagem revestem-se de uma particular importância em períodos de

crise (seca, doença e evolução da economia). As transições realizadas para a monocultura podem constituir ameaças à biodiversidade e implicar o desaparecimento de numerosas culturas tradicionais. Por outro lado, mais de 80 % dos habitantes depende da madeira ou do carvão para cozinhar e se aquecer, e nas zonas rurais os ecossistemas naturais constituem a principal fonte de materiais de construção. 80 % da população recorre a medicamentos tradicionais obtidos a partir das plantas e animais.

No entanto, e embora os problemas de desenvolvimento relacionados com a gestão do ambiente sejam transversais, as estratégias nacionais e regionais continuam a ser setoriais. A capacidade de utilização de instrumentos de integração – como as avaliações do impacto ambiental (AIA), que medem os impactos ambientais, sociais, económicos e culturais dos projetos, e as avaliações ambientais estratégicas (AAE), que analisam os pactos e compromissos potenciais das políticas, projetos e programas – é muito limitada na maioria dos países africanos em virtude da insuficiência de recursos humanos, técnicos e financeiros, assim como de vontade política.

3.4. Recursos mineiros e minerais

Os números que se seguem dão uma ideia do grau de pressão exercido sobre os recursos mineiros em África, essencialmente devido à procura existente nos mercados externos: em 2008, o continente dispunha de 41 % das reservas mundiais de cobalto, 56 % das reservas de diamantes, 34 % das reservas de ouro, 10 % das reservas de petróleo, 12 % das reservas de cromite e 53 % das reservas de rocha fosfatada, recursos que na sua maioria são exportados sem qualquer valor acrescentado. Os desafios a enfrentar são os seguintes: (1) melhorar as competências dos especialistas africanos em ciências da terra para que possam aceder aos recursos e aconselhar os governos; (2) conceber mecanismos legislativos adequados e tecnologias de restauração, e serem obtidas garantias de que as explorações não comportam qualquer risco para o ambiente e as comunidades durante e após a utilização das minas; e (3) melhorar as capacidades e a tecnologia para conferir um valor acrescentado a estas mercadorias antes de serem exportadas. A implementação da Visão africana para as minas abre numerosas possibilidades de enfrentar estes desafios, através de uma transformação estrutural do setor mineiro africano e da ênfase na dinamização da economia local e no desenvolvimento das competências locais.

4. Oportunidades para o reforço de uma cultura de paz

4.1. Recursos de água doce

A gestão sustentável dos recursos hídricos de África exige uma cooperação entre países que partilham os mesmos sistemas hídricos e um melhor conhecimento sobre as águas transfronteiriças, designadamente as águas subterrâneas.

A importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável em África e o seu carácter partilhado motivaram diversas iniciativas destinadas a promover a cooperação a nível continental, sub-regional e nacional. O Conselho de Ministros Africanos sobre a Água (AMCOW) é a voz de África para as questões da água e do saneamento e desempenha um papel de liderança a nível continental. A nível sub-regional, as comunidades económicas regionais decidiram criar um quadro de cooperação sobre as questões relacionadas com a água no seio das suas respetivas sub-regiões.

No que respeita à sub-região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), para além de ter sido criado um departamento da água encarregado de coordenar estas questões a nível regional através de um plano estratégico regional, foi assinado por diversos países um protocolo relativo à gestão dos sistemas hídricos transfronteiriços, facto que levou a uma melhor compreensão e a um reforço da cooperação entre países que partilham os mesmos sistemas hídricos, sendo favorecida a criação de um quadro de cooperação para os diferentes sistemas hídricos partilhados.

Relativamente à CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), foi criado um centro regional de coordenação dos recursos hídricos, de forma a melhorar a gestão dos recursos hídricos da sub-região através de um plano estratégico regional. A CEDEAO ajudou os países a criarem um novo quadro de cooperação e a reforçarem os quadros existentes.

A CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) está atualmente a criar uma entidade de coordenação regional da água, apoiada por um plano regional GIRH (Gestão Integrada dos Recursos Hídricos). Um outro quadro de promoção da gestão sustentável dos recursos hídricos é a Parceria Mundial para a Água (GWP – *Global Water Partnership*), que esteve na origem da criação de parcerias sub-regionais e outras parcerias relativas à água a nível nacional.

Nas 63 bacias hidrográficas transfronteiriças internacionais existem apenas algumas entidades responsáveis pelas bacias internacionais, designadamente no Senegal, Gâmbia, Volta, Níger, lago Chade, Congo, lago Vitória, Limpopo, Cubango, Orange-Senqu e Zambeze. Existem, no entanto, diversos quadros de cooperação bilateral ou multilateral. Por exemplo, no caso do Nilo, a Iniciativa da Bacia do Nilo (IBN) foi lançada por intermédio de diversos projetos para promover a cooperação entre os diferentes países que partilham esta bacia, ainda que a criação de uma organização responsável pela referida bacia não esteja prevista em nenhum quadro de cooperação. Com base num longo passado de cooperação entre o governo e as comunidades locais ao longo do delta do rio Senegal, a UNESCO apoiou as autoridades na criação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça do rio Senegal, que engloba o Senegal e a Mauritânia (ver *infra*).

A Rede Africana de Organismos de Bacia (ANBO – *African Network of Basin Organizations*) foi criada para promover a cooperação e partilha das experiências mais concludentes. É importante salientar que as autoridades responsáveis pelas bacias que já existem se encontram em diferentes fases de desenvolvimento.

No caso das águas subterrâneas, foi criada uma Comissão Africana de Água Subterrânea (CAES – *Commission africaine des eaux souterraines*), com o apoio técnico da UNESCO e do PNUA, de forma a melhorar a gestão das águas subterrâneas em África. A UNESCO continuará a apoiar os trabalhos desta comissão. A primeira autoridade responsável pelas bacias e pela gestão dos aquíferos partilhados em África foi criada em 2007 para o Sistema Aquífero do Sara Setentrional (SASS), que é partilhado pela Argélia, Líbia e Tunísia, de forma a promover uma gestão sustentável e pacífica deste importante aquífero para os três países. No que respeita aos quadros de cooperação deste tipo em África ainda há um longo caminho a percorrer devido às importantes lacunas existentes em matéria de aquíferos transfronteiriços neste continente. Os artigos da AGNU (Assembleia Geral das Nações Unidas) sobre a gestão dos sistemas aquíferos partilhados deviam ser promovidos, de forma a encorajar os países a darem prioridade à criação dos quadros de cooperação necessários à gestão sustentável e pacífica dos seus aquíferos partilhados.

O Ano Internacional de Cooperação pela Água 2013 constitui também uma ocasião para se criar uma maior sensibilização para a importância da água enquanto catalisador da paz e do desenvolvimento sustentável, em especial no que toca aos aquíferos partilhados. No âmbito deste ano internacional, e com base no seu Programa PCCP («Do conflito potencial à cooperação potencial»), a UNESCO tem implementado o programa «Água para a Paz em África» (*L'eau pour la paix en Afrique*), cujo objetivo global é promover a cooperação em matéria de água para a paz e o desenvolvimento sustentável em África, reforçando as capacidades dos Estados-Membros de gerirem conflitos potenciais e mobilizando sólidos conhecimentos para este propósito.

4.2. Oceanos e mares

No seguimento de várias iniciativas nacionais, regionais e internacionais, a quantidade de informação disponível sobre os oceanos e as zonas costeiras de África aumentou nestes últimos anos. Foram organizadas campanhas de investigação, no âmbito de programas internacionais, de forma a recolher dados no domínio da pesca e da oceanografia, foram instaladas estações de medição do nível do mar em diferentes pontos-chave ao longo das costas africanas e foram realizados estudos, por organismos nacionais, sobre uma vasta gama de temas, como a poluição, as pescas, a erosão costeira, etc.

Há, contudo, ainda muito a fazer para compilar dados e informações em quantidade suficiente, e para analisar esses dados e preparar produtos necessários a uma gestão integrada e sustentável do ambiente e dos recursos marinhos e costeiros. Os esforços devem centrar-se na compilação de novos dados e na análise e interpretação do importante volume de dados compilados pelas numerosas campanhas efetuadas até agora na região.

A UNESCO e a sua COI (Comissão Oceanográfica Intergovernamental) participaram ativamente no desenvolvimento das ciências marinhas em África, e realizaram, em 1980-1981, o primeiro estudo aprofundado sobre o «Desenvolvimento das ciências e tecnologias marinhas em África», executado em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA-ONU) e que contou com um financiamento do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Outras iniciativas importantes foram: (i) a organização da Conferência Pan-Africana sobre Gestão Costeira Integrada e Sustentável (PACSICOM), que se realizou em Maputo (Moçambique) de 18 a 28 de julho de 1998, no âmbito das atividades do Ano Internacional dos Oceanos; e (ii) a elaboração e implementação de um projeto de média dimensão (MSP - *Medium-Sized Project*) do FAM, intitulado «Desenvolvimento e proteção do ambiente costeiro e marinho da África subsariana», mais conhecido pelo nome de «Processo Africano», em parceria com o Comité Consultivo para a Proteção dos Mares (ACOPS – *Advisory Committee on the Protection of the Seas*) e o PNUA.

O Processo Africano permitiu fazer uma análise integrada dos problemas, de forma a isolar as diferentes causas de deterioração do ambiente costeiro e marinho africano e elaborar uma carteira de 19 projetos em cinco domínios considerados prioritários: erosão costeira, poluição, utilização duradoura dos recursos vivos, gestão de habitats e ecossistemas essenciais, turismo. Muitos destes projetos, que têm sido financiados desde então, foram implementados por organismos locais e organizações internacionais, contribuindo assim para resolver os problemas identificados como prioritários. As outras iniciativas implementadas foram a elaboração da vertente africana do Sistema Mundial de Observação Oceânica (SMOO África), a Rede de Dados e Informações Oceanográficas para a África (ODINAFRICA), a Adaptação às Alterações Climáticas na África Ocidental e um programa de liderança e de reforço das capacidades.

Os projetos ligados aos Grandes Ecossistemas Marinhos (GEM) desempenharam um papel fundamental no estudo e na gestão das zonas costeiras africanas. Os diferentes projetos do chamado Caucus (grupo de trabalho) do Grande Ecossistema Marinho (GEM) em África foram oficializados numa reunião que decorreu em Acra (Gana) em maio de 2011 e onde foram apresentados quatro projetos GEM, implementados ao longo das costas africanas: as correntes das Canárias, da Guiné, de Benguela, de Agulhas e da Somália. O objetivo do Caucus é encorajar uma cooperação mais estreita entre os projetos GEM africanos sobre questões de interesse comum através da aprendizagem e partilha de experiências, melhoria da comunicação e da coordenação e desenvolvimento de modos de trabalho com aproveitamento das sinergias.

A União Africana está atualmente a elaborar uma «Estratégia Marítima Integrada para a África no Horizonte de 2050» (2050 AIM STRATEGY) que visa favorecer a criação de riqueza a partir dos oceanos, dos mares e das águas continentais, através do desenvolvimento de uma economia marítima próspera e da realização de todas as potencialidades das atividades baseadas no mar de uma forma sustentável para o ambiente. Esta estratégia reconhece a necessidade de reforço das capacidades em matéria de educação marítima e investigação científica (hidrografia, oceanografia, pescas, investigação em matéria de formação respeitante às zonas costeiras e às águas continentais e transferência de tecnologias).

O PNUA, através do secretariado da Convenção de Abidjan e de Nairobi, implementou um leque de iniciativas destinadas a lutar contra a deterioração cada vez mais rápida dos oceanos e das zonas costeiras graças a uma gestão e utilização sustentáveis do ambiente marinho e costeiro.

4.3. Biodiversidade e ecossistemas naturais

Existem possibilidades não negligenciáveis de criar riqueza graças a atividades baseadas nos bens e serviços ambientais, ao mesmo tempo que se desenvolvem ações para a conservação desses mesmos recursos. Entre estas atividades figura toda uma variedade de utilizações extrativas de intensidade moderada, como a exploração de gado e da caça, a colheita de plantas selvagens, a exploração florestal com baixo impacto ou a pesca sustentável, bem como utilizações não extrativas, como o ecoturismo ou a exploração de recursos genéticos.

Os ecossistemas naturais proporcionam uma ampla variedade de plantas e animais importantes para a farmacopeia tradicional e a produção farmacêutica moderna. Verifica-se um desenvolvimento da bioprospeção farmacêutica, mas esta deve ser enquadrada por uma legislação e regulamentação adequadas a nível nacional e regional, e os direitos das comunidades locais e das populações autóctones nesta matéria devem ser devidamente acautelados. Enquanto fonte de rendimento, as plantas medicinais são vantajosas em comparação com as culturas de rendimento e são menos influenciadas pelos efeitos do mercado e das barreiras comerciais.

O ecoturismo é um dos setores turísticos que regista um crescimento mais vigoroso em todo o mundo, inclusive em África, e baseia-se na conservação das paisagens naturais, da fauna e da flora. Por vezes, constitui também o melhor meio para o produtor individual rentabilizar a sua propriedade, nomeadamente nas zonas áridas ou onde os solos agrícolas são pobres.

Muitos países africanos trabalham ainda na elaboração de sistemas que visam integrar os AAM (Acordos Ambientais Multilaterais) nos seus programas e nas suas políticas. É perfeitamente possível melhorar as sinergias entre estes diferentes AAM e as instituições encarregadas da implementação destas convenções, ou as agências envolvidas na redução da pobreza, na saúde ou em outras necessidades inerentes ao desenvolvimento.

As pesquisas sobre a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços ecossistémicos podem ajudar os países a avaliarem as suas capacidades de carga, os níveis de utilização e as práticas sustentáveis, com o intuito de formular políticas de desenvolvimento mais frutuosas. A implementação de políticas eficazes passa pela criação e manutenção de instituições capazes de regulamentarem a utilização dos recursos naturais dentro dos limites necessários sem, no entanto, aplicar restrições excessivas à sua legítima utilização.

A necessidade de planear de uma forma mais integrada e mais sustentável, tendo em conta os impactos ambientais, cria oportunidades em matéria de melhoria da participação, de reconhecimento dos valores, de preocupações e de prioridades públicas, bem como de edificação de sistemas de governação e de gestão cooperativos e sustentáveis. A descentralização do setor público permite reforçar este processo.

O reforço da integração intersectorial a nível nacional tornará o desenvolvimento mais sustentável. Instrumentos como as Avaliações do Impacto Ambiental (AIA) ou as Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) permitem uma melhor formulação das políticas, ao avaliarem o impacto e os dilemas que possam existir nos projetos (AIA), bem como nas políticas, nos planos e nos programas (AAE).

Pode ser dado um apoio aos governos nacionais para que reforcem a sua capacidade de implementar políticas para avaliação do impacto ambiental, mas também para desenvolverem, a montante e de uma forma participativa, uma avaliação do impacto das políticas, dos planos e dos programas – o que designamos por «Avaliação Ambiental Estratégica» – que permita identificar os impactos cumulativos e prevenir os conflitos provocados por desenvolvimentos separados e pontuais.

A nível sub-regional, o desenvolvimento das Comunidades Económicas Regionais (CER) oferece uma possibilidade de integração da gestão ambiental. Podemos ajudar estas CER na coordenação dos estudos de impactos transfronteiriços e no acompanhamento do referido impacto, na sua interligação ao nível das respostas e políticas nacionais e regionais, no reforço das instituições regionais e na criação de possibilidades de ampla participação nos processos regionais.

O ambiente é um domínio em que os países estão frequentemente desejosos de cooperar. Como salientou Kofi Annan, a edificação da paz através da proteção do ambiente constitui uma oportunidade de primeira importância. As comunidades partilham efetivamente as mesmas preocupações de um país para outro, os cientistas e os defensores do ambiente estão desejosos de aprender e partilhar as suas experiências, e os técnicos de planeamento sentem-se impacientes para compreender o que é «a integração ambiental», e têm consciência de que a melhor forma de lá chegar é ver como é que os outros fazem.

O programa sobre o homem e a biosfera da UNESCO é o mais antigo programa científico intergovernamental a abordar estas questões, nomeadamente através da sua rede de reservas da biosfera (RB). Com 610 centros em 117 países (12 dos quais são centros transfronteiriços), as RB estão vocacionadas para se tornarem, no séc. XXI, os principais centros consagrados à escala internacional ao desenvolvimento sustentável (Plano de Ação de Madrid para as Reservas da Biosfera, UNESCO, 2008). Bem implantada em África, onde conta com 64 RB distribuídas por 28 países, esta rede permite encorajar

a cooperação transfronteiriça de acordo com a prioridade estabelecida no primeiro congresso do programa sobre o homem e a biosfera (MAB). Atualmente existem duas reservas da biosfera transfronteiriças em África: o delta do rio Senegal (Senegal/Mauritânia) e a reserva da biosfera de W (Benim/Burquina Faso/Níger).

Outras iniciativas estão em curso. As reservas da biosfera transfronteiriças permitem aos governos e às comunidades de países limítrofes cooperarem quotidianamente em prol do desenvolvimento sustentável, aproveitando as oportunidades socioculturais que os ajudam a reforçar a sua resistência aos conflitos. Enquanto programa científico assente nos princípios da ciência da sustentabilidade e inserido numa perspetiva pluridisciplinar, no ponto de intersecção das ciências naturais e sociais, para experimentar e demonstrar diferentes abordagens inovadoras do desenvolvimento sustentável, desde o nível local ao nível mundial, o programa MAB irá contribuir amplamente para fazer evoluir o continente africano de uma economia de exploração dos recursos para uma sociedade e uma economia assentes no conhecimento.

4.4. Minas e recursos minerais

Uma vez que a geologia não para nas fronteiras nacionais, os recursos minerais deviam ser sempre encarados de um ponto de vista regional. Dado que muitas jazidas de recursos naturais são partilhadas por várias comunidades ou países, é essencial que as diferentes partes interessadas se entendam sobre uma política de gestão adaptada e com base científica, de forma a evitar várias formas de conflitos provocados ou encorajados por diferendos sobre recursos naturais. Cartografar, compreender o impacto ambiental e sanitário da exploração de jazidas de minerais e assegurar o acompanhamento deste impacto são tarefas que não podem ficar a cargo de um único país. É necessária uma sólida cooperação entre os diferentes países que partilham este recurso.

Existem, aliás, muitos exemplos de contributos que o nosso conhecimento das ciências da terra pode dar para se alcançar uma integração regional eficaz. Podemos referir, em especial, a pesquisa e a proteção das espécies ameaçadas (muitas das quais têm habitats partilhados por diferentes comunidades ou países), o interesse da cooperação e das trocas regionais para a melhoria da cartografia dos recursos naturais dentro das fronteiras nacionais e fora delas, ou ainda os mapas geográficos e os mapas da biodiversidade.

4.5. Mobilizar a CTI para a gestão sustentável dos recursos naturais

Para mobilizar a ciência, a tecnologia e a inovação (CTI) e tomar como base o enquadramento proporcionado pela ciência da sustentabilidade para assegurar uma gestão e um desenvolvimento sustentáveis dos recursos naturais é necessário dispor de conhecimentos e estratégias que assentem em factos, de modo a que os conhecimentos científicos se traduzam em utilizações eficazes (valorização) e sejam adotados pela sociedade (apropriação). Para tal é necessário dispor de um sistema e de uma governação explícitas em matéria de CTI a nível nacional, regional e pan-africano.

Tais políticas podem revelar-se eficazes e sustentáveis a estes três níveis mas isso depende das sinergias entre os cientistas, os responsáveis políticos e os detentores do conhecimento locais e autóctones para além das fronteiras nacionais e regionais. Os cientistas devem trabalhar em conjunto com a sociedade na exploração sustentável dos recursos naturais, criando possibilidades que permitam às comunidades locais e transfronteiriças satisfazerem as suas necessidades fundamentais, melhorar o emprego dos jovens e promoverem um crescimento inclusivo. É necessário melhorar as sinergias entre a ciência e a sociedade para se explorarem e gerirem os frágeis recursos naturais africanos e se obter a sua utilização equitativa em prol de uma redução da pobreza, de um desenvolvimento socioeconómico competitivo e de uma cultura de paz.

5. Conclusão

Para que os países africanos ultrapassem de forma sustentável as dificuldades e as ameaças que pesam sobre a gestão pacífica dos seus recursos hídricos é necessário adotar e adaptar abordagens mais sustentáveis para a sua utilização e gestão, pondo verdadeiramente em prática uma gestão integrada dos recursos hídricos ao nível das bacias e nela integrando plenamente a quantidade e a qualidade da água. A nível local, a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRE) devia ser implementada tomando em conta

a diversidade cultural, de forma a evitar qualquer conflito entre as diferentes comunidades. Convém criar autoridades responsáveis pelas bacias hidrográficas, ou reforçar os organismos existentes, de forma a promover a cooperação entre os países para uma gestão pacífica ao nível das bacias.

Para se implementar uma abordagem sustentável da gestão hídrica afigura-se fundamental melhorar os nossos conhecimentos sobre a disponibilidade e utilização dos recursos hídricos em termos de quantidade e qualidade. Desnecessário será dizer que é preciso melhorarmos os nossos conhecimentos no domínio das ciências da água para implementarmos, de uma forma esclarecida, políticas para a água e a sua gestão sustentável e pacífica em África. O programa hidrológico internacional da UNESCO participou nesta reflexão e vai continuar a fazê-lo no âmbito do plano de ação estratégico da sua oitava fase (2014-2021), consagrado à segurança da água: respostas aos desafios locais, regionais e mundiais.

A Subcomissão da COI/UNESCO para África e os Estados Insulares Adjacentes, recentemente criada, proporciona um quadro para o reforço da colaboração entre os Estados africanos costeiros e insulares tendo em vista conseguir uma exploração otimizada dos recursos costeiros e oceânicos e reduzir os fundamentos de conflito. A subcomissão irá contribuir para implementar os procedimentos e as políticas de gestão conducentes à sustentabilidade do ambiente e dos recursos costeiros e oceânicos.

Convém reforçar as capacidades dos países em matéria de elaboração e implementação das políticas e legislações nacionais relativas aos recursos naturais, assim como prestar apoio às CER para que elas estabeleçam normas e regulamentos e reforcem as suas capacidades em matéria de gestão de conflitos relacionados com a gestão dos recursos naturais. É necessário promover o desenvolvimento de AAE participativas, que são um instrumento fulcral de planificação, e dar mais ênfase às questões sociais, culturais e ambientais nas AIA.

O programa MAB está bem implantado e tem um cariz pluridisciplinar, tendo-se revelado um instrumento eficaz de promoção da paz em numerosas regiões do mundo graças à cooperação científica. As RB, e designadamente as RB transfronteiriças, são zonas-modelo para o desenvolvimento sustentável, estando por isso perfeitamente adaptadas para promoverem a cooperação e servirem de modelo noutros domínios. Apoiando-se nas conclusões do encerramento do Plano de Ação de Madrid, a próxima estratégia do MAB (2015-2021) irá reforçar a utilização das RB como centros de aprendizagem do desenvolvimento sustentável (DS) no séc. XXI.

Mas os países africanos deviam, sobretudo, desenvolver o seu capital humano e criar a massa crítica de cientistas e engenheiros necessários à planificação e gestão prospetivas dos recursos naturais. Para tal afigura-se conveniente traçar um mapa das necessidades em matéria de CTI e dos efetivos disponíveis em diferentes domínios pluridisciplinares das ciências, tecnologias e engenharias que sejam suscetíveis de participarem no desenvolvimento de uma massa crítica de peritos no domínio das ciências da água, dos oceanos e da terra e geologia, de forma a contribuir para uma gestão sustentável dos ricos e diversificados recursos naturais de África numa ótica de paz e de desenvolvimento.

Referências:

- *Rapport sur l'empreinte écologique de l'Afrique* (Relatório sobre a pegada ecológica de África), 2012.
- *African Mining Vision Action Plan* (Plano de Ação para a Visão Mineira de África), 2011.
- CEA-ONU/UA/BAD, 2000, *Africa water vision 2025* (Visão sobre a água em África em 2025).
- PNUA, 2006, *L'avenir de l'environnement en Afrique 2* (O futuro do ambiente em África 2). <http://www.unep.org/dewa/Africa/publications/AEO-2/content/index.htm>
PNUA [link FR]
- UNESCO, 2008, Plano de Ação de Madrid para as reservas da Biosfera (2008-2013), <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001633/163301e.pdf> [link FR]
- UNESCO, 2012: Primeiro fórum africano sobre a CTI para o emprego dos jovens, o desenvolvimento do capital humano e o crescimento inclusivo

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/science-technology/sti-policy/africa/first-africa-on-sti/> [link FR]

- UNESCO, 2012, Programa Hidrológico Internacional (PHI). Plano Estratégico PHI-VIII (2014-2021): «Segurança da água: respostas aos desafios locais, regionais e mundiais».

Sr. Abou AMANI (Niger) é licenciado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de Thiès, no Senegal, e doutorado (Ph.D) em Engenharia Civil na vertente dos recursos hídricos e da hidrologia, e pela Escola Politécnica de Montreal, no Canadá, desde 1995. Realizou a sua investigação pós-doutoramento no Laboratório de Estudos das Transferências em Hidrologia e Ambiente (LHTE – Laboratoire d'Etude des Transferts en Hydrologie et Environnement) de Grenoble, em França. Mestre em investigação, título que lhe foi atribuído pelo Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES – Conseil Africain et Malgache pour l'Enseignement Supérieur). Abou AMANI entrou para a UNESCO em 2006 como especialista principal de um programa (Ciências da Água) e hidrólogo regional para a África do gabinete da UNESCO em Nairobi. Anteriormente foi especialista do programa de Ciências Naturais no gabinete em Acra. É autor de uma dezena de artigos científicos publicados em revistas internacionais, bem como de uma conferência sobre alteração e variações climáticas e recursos hidrológicos em África.

Terceira mesa-redonda - Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana

Sob a presidência de S. Ex^a. o Ministro da Juventude e da Educação Cívica da República do Congo e Presidente da Conferência dos Ministros Africanos da Juventude, Anatole Collinet Makosso, esta terceira mesa-redonda debruçou-se sobre o grande desafio da juventude. Cerca de 65% da população africana tem menos de 35 anos. Porém, embora constitua uma importante alavanca para a promoção da paz e do desenvolvimento, a juventude africana vê-se confrontada com problemas de inserção profissional e sente-se excluída dos processos deliberativos. Os participantes nesta mesa-redonda trabalharam na elaboração de uma estratégia de mobilização dos jovens para a cultura de paz e o desenvolvimento em África.

Oradores:

Sra. Amany Asfour – Presidente, associação egípcia das mulheres empreendedoras (ECOSOCC)

Sr. Bernard Mumpasi Lututala – Secretário geral adjunto, Conselho para o desenvolvimento da investigação em ciências sociais em África (CODESRIA)

Sr. Daniel Da Hien - Coordenador da Rede Africano da Juventude, Burkina Faso (Antigo presidente dos Clubes UNESCO África)

Presidentes de Sessão:

S.Ex^a Sr. Anatole Collinet Makosso – Presidente, Conferência dos Ministros africanos da juventude (COMY IV)

Relator:

Sra. Cecilia Barbieri – Especialista em Programas, UNESCO, Windhoek

A CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DAS MULHERES E JOVENS COM VISTA A ALCANÇAR UMA CULTURA DE PAZ ATRAVÉS DA JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA EM PROL DO RENASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA

Sra. Amany ASFOUR – Presidente, associação egípcia das mulheres empreendedoras (ECOSOCC)

1. Introdução

A cultura de paz é uma relação entre cada ser humano, Estado, instituição e baseia-se num único objetivo: alcançar a paz. Na mente das pessoas deve estar gravado que ninguém deve ser educado com base numa cultura de violência, uma cultura de injustiça, uma cultura militarista, uma cultura de desigualdade ou uma cultura de discriminação. Os comportamentos e atitudes dos seres humanos são influenciados pela forma como são educados em sociedade, incluindo a família, a zona onde vivem e o ambiente escolar. Para alcançar esta cultura de paz, os Estados não só devem participar na sua promoção como também devem estabelecer normas e leis que assegurem o primado do Direito, a democracia, a boa governação e a justiça económica e social.

Os Estados devem garantir a aplicação do primado do Direito para evitar que a lei da selva impere, ditando a sobrevivência do mais forte e obrigando a uma luta constante pela vida.

O Estado deve garantir que a justiça seja a regra e que o sistema jurídico funcione, que a transparência seja a base e que qualquer autor de uma infração, ainda que seja forte, esteja sob a alçada da lei. O Estado deve garantir a justiça económica e social. O Estado é responsável pelas necessidades básicas dos cidadãos, pela igualdade entre estes e pelo respeito da cidadania sem que exista uma discriminação baseada em diferenças de género, religião, cor, etnia ou raça. Todos são iguais perante a lei, todos são cidadãos do mesmo Estado e com direitos iguais, todos têm as mesmas vantagens e a cultura deve ser inclusiva, não excluindo nenhuma das partes. Os cidadãos devem sentir-se seguros e saber que o Estado dispõe dos meios para os proteger de qualquer ato de violência.

O Estado deve assegurar a justiça social proporcionando o acesso aos direitos e necessidades de base. Os cidadãos têm direito a uma educação e a cuidados de saúde bons e de qualidade, e as escolas devem ter programas adequados e que garantam uma cultura de paz. O Estado deve assegurar a justiça económica e promover o bem-estar dos seus cidadãos, incluindo as mulheres e os jovens.

O Estado deve promover uma determinada qualidade de vida e um pacote legislativo que assegure o envolvimento dos jovens no crescimento económico, através da promoção de pequenas e médias empresas. Os jovens são a força motriz de um país. Se não se investir devidamente na juventude através da educação e do crescimento económico, os jovens poderão tornar-se um bom veículo para qualquer ideologia que pretenda servir-se deles em atos de violência e terrorismo com fins ideológicos. Por conseguinte, e para sintetizar, a construção de uma cultura de paz é uma abordagem coletiva a que chamarei «A abordagem dos três SSS».

- A sociedade e a sua envolvência (em inglês, Society and surroundings), incluindo a família
- A escola (School)
- O Estado (State)

2. A sociedade e os comportamentos conducentes a uma cultura da violência

A violência é apenas a ponta de um icebergue, encontrando-se a cultura patriarcal e a hierarquização na base deste icebergue, por sua vez constituído por todos os fatores que conduzem à cultura da violência, desde o crescimento no seio de uma família onde não há espaço para a democracia ou onde existe discriminação entre uma rapariga e um rapaz, e onde os rapazes e os homens são sempre os preferidos, e as raparigas e mulheres não têm um espaço para de partilha e estão sempre a receber ordens. Existe, por isso, uma relação direta entre o sistema patriarcal e o militarismo, sendo o sistema patriarcal definido como o domínio dos pais, um sistema de dominação masculina centrado na figura do pai e que apresenta uma hierarquização dos homens e entre os homens, com regras militares muito estritas no que diz respeito a comportamentos e relações. A sociedade e a cultura patriarcais são inseparáveis do militarismo, que é

um sistema que garante uma forma de agir enquadrada numa estrutura ordenada e que não é compatível com qualquer reflexão ou partilha de opiniões. Todos os outros fatores que formam o icebergue de uma cultura da violência são atitudes coletivas, adquiridas e assimiladas ao longo da vida em sociedade, e que seriam agravadas se o Estado não desempenhasse o seu papel de garantir a aplicação do primado do Direito, da democracia, da boa governação e da justiça económica e social. Mas afinal como podemos quebrar este icebergue? Um icebergue que apenas expõe as suas camadas superiores? As estruturas de apoio estão profundamente enraizadas na nossa sociedade e cultura. Não se pode erradicar um icebergue desgastando apenas o seu topo. A única forma de nos livrarmos do icebergue, de o fazermos derreter, é nós todos, que somos partes interessadas, participarmos no processo de degelo e destruição do icebergue desembaraçando-nos de todos os fatores que contribuem para o reforço da sua estrutura, e podemos fazer isso promovendo a cultura de paz através da abordagem dos três SSS. Assim sendo, a cultura de paz deve estar gravada nas nossas mentes e espíritos, assim como na sociedade, inclusive ao nível da comunidade, da família e da escola, e ser também promovida pelo Estado.

O papel do Estado na promoção de uma cultura de paz baseia-se e é fomentado pela justiça económica e social, pela democracia, pela boa governação e pelo primado das leis, pelo respeito dos direitos humanos, pela não discriminação e pela igualdade de direitos de homens e mulheres e de todos os segmentos da sociedade. É, por isso, absolutamente crucial declararmos aqui que o Estado tem o papel de garantir a existência de um sistema que reja as relações dos cidadãos, baseado na igualdade e na justiça, e desempenhe o seu papel quando se trata de assegurar as necessidades básicas dos seus cidadãos e uma qualidade de vida que promova o crescimento económico sob a égide da justiça económica e social.

Causas de conflitos e guerras a que chamo os 5 "IN"

Para resumir, gostaria de sintetizar as causas de conflitos e guerras a que chamo os 5 "IN":

1. Injustiça
2. Desigualdade (*inequality* em inglês)
3. Invasão
4. Impunidade
5. Insuficiência de recursos e alimentos.

Nesta última categoria, o Estado deve garantir que as necessidades dos cidadãos são asseguradas e que existe espaço para a inclusão de todos os segmentos da sociedade, de uma forma democrática, no processo deliberativo e sem excluir qualquer das partes.

3. A insurreição liderada pelos jovens no Norte de África

Nesta matéria deve aqui referir-se a insurreição popular no Norte de África, em que milhões de pessoas se revoltaram contra os seus regimes. Esta insurreição foi liderada pelos jovens do Norte de África, de ambos os sexos, e motivada pelo desemprego, a pobreza e a falta de perspetivas de participação política, bem como pela falta de liberdade de expressão do povo. Ainda assim, em virtude da pobreza, da falta de conhecimento, do acesso limitado à vida política e da debilidade dos partidos políticos aos quais não foi dada liberdade na esfera política, a rebelião popular conduziu à realização de eleições. As pessoas votaram num regime que, em seu entender, se baseava nos resultados eleitorais e que por isso era legítimo. Porém, na realidade, os governantes desse regime alcançaram o poder comprando o voto dos eleitores, e fizeram-no graças à pobreza existente. O regime enganou também as pessoas e os eleitores por meio de uma ideologia subordinada à religião e que não tinha nada a ver com esta. Mas dada a falta de conhecimento e de educação, a fraca maturidade política e a pobreza reinante entre as bases do sistema, eles subiram ao poder.

Por conseguinte, existem aqui ensinamentos que queremos salientar e que são os Ensinamentos Retirados da Mobilização Política para uma Governação Democrática. E a primeira pergunta que gostaria de formular aqui é esta: o que é a democracia? É liberdade de expressão, como alguns gostariam de a definir? Queria esclarecer que, de acordo com os ensinamentos retirados da insurreição do Norte de África, não se trata aqui de uma questão de liberdade de expressão ou de votos que não se baseiam na verdadeira escolha

popular. A democracia é que é o verdadeiro poder para nos podermos exprimir. A democracia é o poder de escolher e a possibilidade de nos podermos exprimir, e tenho aqui a receita para transições democráticas e o verdadeiro menu da democracia. Chamo-lhe menu porque não se trata de um item definido e, sim, de escolher ingredientes com base numa verdadeira escolha e do poder de eles fazerem ouvir as suas vozes para participarem na vida política e escolherem os seus próprios representantes para ocuparem o poder, porque é esta a sua verdadeira escolha. Gostaria de dar um exemplo de um menu. Num restaurante, embora o cliente tenha a liberdade de escolher o que quer, o seu poder de decisão depende de dois fatores.

- Os itens que compõem o menu: se uma pessoa não compreender a terminologia e os nomes dos itens que está a escolher, terá a liberdade de fazer essa escolha mas não poderá escolher enquanto alguém não lhe explicar o significado da sua escolha e de que modo essa escolha o irá afetar. Se votar num partido ou num seu representante, terá de ser esclarecido sobre o respetivo programa e sobre o modo como esse candidato irá representar realmente as suas necessidades. Por isso, tudo depende do conhecimento, da educação e da sensibilização para as implicações que as suas escolhas terão. Assim sendo, se alguém enganar os eleitores em nome de alguma ideologia ou religião que nada tenha a ver com a política, isso não será uma verdadeira democracia.
- O outro fator que rege a escolha do seu menu é o preço do item que vai escolher. Por isso, se tiver a liberdade de escolher mas não tiver os recursos financeiros para optar por aquilo que quer, não poderá fazer a escolha desejada. Logo, a independência financeira é outro fator de propulsão para conseguir realmente fazer a sua escolha. Se os eleitores forem subornados porque são pobres e escolherem um candidato por causa das suas carências financeiras, e não porque é essa a sua escolha, não se tratará de uma verdadeira democracia e os resultados eleitorais não serão resultantes de eleições democráticas, perdendo portanto a sua legitimidade.

Gostaria, por isso, de vos explicar o menu da democracia, capaz de garantir uma verdadeira democracia e de permitir construir uma cultura realmente democrática que permita alcançar a paz, a educação, o conhecimento, a redução da pobreza, a independência financeira e a justiça económica e social. O crescimento económico deve refletir-se em toda a população e dar resposta às necessidades de todos os setores da sociedade, e a capacitação económica deve ter o seu reflexo em todos os segmentos da sociedade. Quanto à economia social, deve ser promovida como parte do esforço para se alcançar a justiça económica e social. Os segmentos da sociedade devem abranger os jovens, as mulheres, o meio rural e as comunidades de base, assim como as pequenas e médias empresas. O que é a economia social? A economia social é um setor empresarial e não lucrativo de base que assenta em valores democráticos e tem como objetivo desenvolver as condições sociais, económicas e ambientais das comunidades, frequentemente com um enfoque nos seus membros desfavorecidos. A temática da economia social permite debater os moldes da relação entre economia e justiça social, e respetivas implicações para a teoria económica e a política. Que vantagens traz a economia social às comunidades? As empresas da economia social disponibilizam uma ferramenta flexível e sustentável que pode ajudar as comunidades a alcançarem os seus próprios objetivos, como por exemplo: estimular a criação de empregos e o desenvolvimento de competências, reforçar a capacidade comunitária para prestar apoio social, apoiar o crescimento económico e a revitalização das zonas circundantes, proteger o ambiente e mobilizar os grupos desfavorecidos. Nesta matéria convém recordar que a África é o continente mais rico do planeta, mas é também o mais pobre de todos. Porquê? Porque não investimos nos nossos cérebros e recursos humanos africanos, e não gerimos os nossos próprios recursos naturais. O desenvolvimento da economia depende do investimento no capital humano existente em África. O capital social e humano africano é particularmente significativo se pensarmos que aproximadamente 65% da população do continente tem menos de 35 anos e mais de 35% da população tem entre 15 e 35 anos de idade, que são os limites definidos pela União Africana para se ser considerado jovem. A juventude é o principal recurso humano de África e também o seu maior desafio em termos de emprego, com cerca de 10 milhões de jovens

raparigas e rapazes a entrarem todos os anos no mercado de trabalho. A juventude deve também ser encorajada e apoiada para fazer a transição de uma cultura de violência e guerra para uma cultura de paz, representando as mulheres cerca de 50% dos nossos recursos humanos. É também crucial referirmos que mais de 95% das empresas existentes em África são micro, pequenas e médias empresas (PME). Ora como é que podemos capacitar economicamente as mulheres e os jovens para conseguirmos a justiça económica e social? Chegados aqui temos de nos perguntar: o que é o poder? A definição correta de poder é o domínio, a capacidade de agir, de implementar. O poder verdadeiro é quando temos uma ideia e planeamos a sua execução e trabalhamos na sua implementação para conseguirmos que se concretize. É este o verdadeiro poder, pois não permanece uma mera ideia ou um sonho. Temos agora a teoria a que chamo a Tríade da Capacitação para uma Cultura de Paz com 3 Ps (pilares):

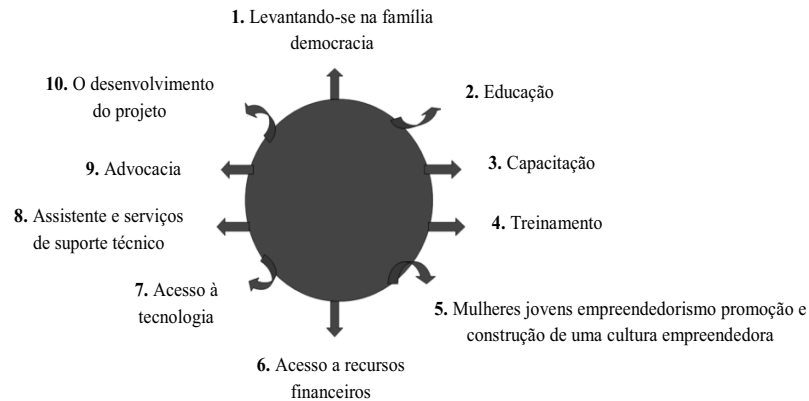
- Povo (investimento em recursos humanos, incluindo mulheres e jovens)
- Política e procedimentos
- Produto

4. Estratégia para a capacitação

Esta estratégia depende (para o seu funcionamento) de 3 pilares que constituem a tríade da capacitação (o triângulo da capacitação) e que dependem dos 3 Ps.

- **Primeiro P:** Personalidade do povo: significa investir nos recursos humanos e no capital humano através do reforço da capacidade do povo graças à educação, à formação em autoconfiança e ao desempenho do seu papel na sociedade, capacitando todos os recursos humanos sem fazer discriminação seja em que base for.
- **Segundo P:** Política e procedimentos: significa a defesa de interesses (lobbying) e a sensibilização para a promoção de políticas, legislação e leis para a integração da cultura de paz, criando leis que promovam a justiça socioeconómica, a democracia, o primado do Direito, a não discriminação e a igualdade. E quais são os procedimentos para monitorizar a implementação destas políticas e leis? Qual é a verdadeira capacitação, uma vez que existe uma enorme quantidade de leis e políticas que, contudo, não foram implementadas?
- **Terceiro P:** Produto: qual é o produto existente para se alcançarem os objetivos pretendidos? Qual é a qualidade de serviços que garante uma verdadeira capacitação da população e o acesso a uma melhor qualidade do serviço a disponibilizar à sociedade? Trata-se de um produto de boa qualidade (por exemplo, boa qualidade da educação)?

A capacitação das mulheres permite que cada uma descubra o seu ponto forte, ensinando-lhes a exercerem a sua influência. Assim, "as mudanças políticas sem mudanças fundamentais nas normas morais e sociais constituem apenas vitórias temporárias", o que significa que ainda que existam leis, legislações e políticas para a capacitação de mulheres e jovens, o processo não poderá ser concluído a menos que mudemos a mentalidade e o comportamento das pessoas e promovamos uma cultura isenta de discriminação, para obtermos uma vitória total no que concerne à capacitação económica de mulheres e jovens, com o intuito de obter uma cultura de paz que possibilite a capacitação económica. Trata-se de uma lista de abordagens multitarefas que inclui várias abordagens que sintetizei neste círculo da capacitação e que engloba 10 fatores: (1) Crescer em família segundo um modelo democrático e sem discriminação; (2) Educação; (3) Reforço das capacidades; (4) Formação; (5) Promoção do empreendedorismo de jovens mulheres, reforço da cultura de empreendedorismo e dos programas de tutoria; (6) Acesso ao financiamento; (7) Acesso à tecnologia; (8) Assistência técnica e serviços de apoio; (9) Sensibilização e defesa de interesses (lobbying); (10) Desenvolvimento de projetos.



Uma vez que o empreendedorismo é um motor do crescimento económico, da competitividade e da criação de emprego, ele pode também ser um instrumento de desenvolvimento pessoal e ajudar a resolver questões sociais. Por conseguinte, a capacitação económica é uma responsabilidade dos parceiros do desenvolvimento, dos governos, da sociedade civil e do setor privado. Tem na sua base os pilares do desenvolvimento africano, que comporta 10 "In": (1) Capacidade local e recursos humanos (em inglês, indigenous capacity and human resources); (2) Políticas e reformas internas (internal policies and reforms); (3) Aumento da produtividade e melhoria da cadeia de valor (increase productivity and upgrading value chain); (4) Inovação, investigação científica e tecnologia; (5) Informação e comunicação; (6) Infraestruturas e energia; (7) Investimento, financiamento e acesso ao crédito; (8) Integração regional; (9) Industrialização; e (10) Mercados internacionais e regionais (international and regional markets).

Se promovermos estes 10 "In" em África, poderemos alcançar o crescimento social e económico de que África necessita para o seu próprio desenvolvimento. De facto, temos de ter presente que as guerras e conflitos giram em torno dos recursos e do poder.

Um exemplo dos esforços desenvolvidos por organizações da sociedade civil (como, por exemplo, a AFRAWE, a Aliança Africana para a Capacitação das Mulheres, a Associação de Empresárias Egípcias e a BPW-Egito, Mulheres Empresárias e Profissionais do Egito) para melhorar a capacitação económica das mulheres e dos jovens, bem como para apoiar as pequenas e médias empresas, é a criação do Centro de Formação Africano para a Capacitação das Mulheres e dos Jovens e o Apoio às PME. A sua missão é promover a capacitação económica das mulheres, incluindo as mulheres empreendedoras e comerciantes, para reforçar o comércio interafricano e a integração regional.

Os seus objetivos são a promoção do crescimento económico através do empreendedorismo e do comércio, assim como a criação de emprego, com o intuito de promover o comércio em África, a integração regional e uma multiplicidade de produtos fabricados em África.

Os grupos-alvo são os seguintes:

- As start-ups (empresas em fase de arranque)
- As micro/pequenas/médias empresas
- As mulheres proprietárias de empresas com potencial.

Grupos-alvo especiais:

- Jovens (estudantes)
- O setor informal e de atividades de base
- As mulheres que se dedicam ao comércio transfronteiriço
- As mulheres em zonas de conflito.

O BDC (Business Development Center – Centro de Desenvolvimento Comercial) inclui: instalações para formação, mercado, salões de exposição, parque de exposições, ponto de informação comercial, banco de dados, incubadoras de empresas, centros de TIC, assistência técnica e desenvolvimento de ferramentas de marketing, serviços jurídicos e financeiros, centro de inovação e a transferência de tecnologia destinada ao desenvolvimento de produtos para as empresárias.

O HWBDC (Hatshepsut women business development centre – Centro Hatshepsut de Desenvolvimento de Negócios para Mulheres) engloba três centros de atividade:

A- Centro de Formação Externa (ETC – External Training Centre): é o local onde são organizados os programas e cursos de formação relevantes para as necessidades das empreendedoras e proprietárias de micro, pequenas e médias empresas. Em 2012 foram formadas 650 empresárias e atingidas 4.500 horas de consultoria.

B- Centro de Incubação de Empresas (BIC – Business Incubator Centre): onde são disponibilizados os serviços prestados pelo BIC.

- Instalações: para o arranque empresarial serão disponibilizadas às empresas incubadas instalações para iniciarem a sua atividade (haverá espaço para empresas internas). A empresa incubada será acolhida durante 18 meses até poder proceder ao respetivo registo;
- Serviços relacionados com as questões técnicas, logísticas e legais;
- Serviços relacionados com o acesso à informação;
- Serviços relacionados com o desenvolvimento de produtos e aumento do valor acrescentado, incluindo o design, a embalagem e a promoção da marca (branding);
- Serviços relacionados com o marketing;
- Serviços relacionados com o acesso a financiamento.

C- Centro para a Reorientação Estratégica (CSR – Centre for strategic reorientation)

A incubadora acolheu em 2012 cerca de 298 participantes nos ciclos de incubação (formação e avaliação), 93 candidatos a projetos e selecionou 46 empresas para incubação. Além disso, foram organizadas sessões de sensibilização para estudantes universitários onde se promoveu uma cultura de empreendedorismo visando o crescimento económico e a paz, bem como tecnologias para mulheres de zonas rurais a Associação Científica de Mulheres Egípcias, por exemplo, apresentou às mulheres de zonas rurais um secador solar para secar frutos e legumes. Um grupo de mulheres de zonas rurais liderado por uma cientista do centro nacional de investigação está a produzir fatias de tomate seco, que depois vende no mercado local, além de haver também mercado para este produto em Itália e em Espanha.

São também organizados workshops para mulheres de zonas rurais na região sudanesa do Darfur que foram afetadas por conflitos, visando a sua capacitação económica. As recomendações têm na sua base um objetivo: construir uma cultura de paz em todas as faixas etárias e a todos os níveis através do reforço da economia africana (para o renascimento da África:

- A construção de uma cultura de paz começa pela sua promoção na infância – nas famílias, na escola e através de banda desenhada, refletindo os valores da África. De facto, a paz devia ser promovida através dos meios de comunicação social;
- A promoção da capacitação económica das mulheres e dos jovens visando o crescimento económico de África deve ser feita através da respetiva capacitação nos setores privado, informal, comercial, científico, tecnológico e do comércio de produtos agrícolas, mediante a criação de Centros de Desenvolvimento Comercial (BDC) destinados a apoiar as PME;
- Devem ser criadas ligações e promovidos os intercâmbios culturais e a ligação em rede junto dos jovens e das mulheres;
- Devem ser defendidos os interesses (lobbying) e feita uma sensibilização a nível regional, nacional e continental para as políticas de capacitação das mulheres e jovens;

- Devem ser criados programas de tutoria para jovens;
- Devem ser criados clubes de jovens cientistas para a inovação e o empreendedorismo.

A nossa forma de construir uma cultura de paz e conseguir o renascimento da nossa África, assim como de favorecer esse renascimento, é investirmos nos nossos recursos humanos para gerirmos os nossos recursos naturais, promovermos o primado do Direito, a democracia e a boa governação e fomentarmos a capacitação económica das mulheres e jovens.

Porquê a capacitação económica? Para se alcançar a independência financeira, porque é necessário ter o poder de escolha e o poder de fazer ouvir a nossa voz.

O nosso objetivo – tal como o da Aliança Africana para a Capacitação das Mulheres, da Associação de Empresárias Egípcias (EBWA) e da BPW Egito – é obter a capacitação económica das mulheres e jovens. O nosso lema para isso é que a independência financeira lhe confere a si o poder de escolha e de fazer ouvir a sua voz. Além disso, a mensagem que queremos veicular é a promoção do empreendedorismo de mulheres jovens e da capacitação das mulheres e dos jovens para se alcançar uma cultura de paz.

O símbolo das nossas organizações [a Associação de Empresárias Egípcias (EBWA) e a Aliança Africana para a Capacitação das Mulheres (AFRAWE)] é a rainha africana Hatshepsut, que governou o Egito no séc. XV A.C. Esta rainha reinou como faraó durante 15 anos e foi a primeira empresária e comerciante de que há registo na História. Na realidade, dedicou-se ao comércio entre o Egito e outros países africanos. O Egito atravessava nessa época a sua idade de ouro e a rainha era considerada uma grande empresária.

É por isso que queremos celebrar o 50º aniversário da União Africana sob o tema do pan-africanismo e do renascimento africano. Deve salientar-se que o pan-africanismo é um movimento africano que visa atingir o renascimento africano, baseado na unidade, na justiça económica e social, no primado do Direito e na boa governação, e sem ser feita qualquer discriminação quanto à língua, cor, religião, género ou raça.

Tratemos, por isso, de implementar a paz.

***Sra. Amany ASFOUR (Egito)** é licenciada pela Faculdade de Medicina da Universidade do Cairo. É Professora conferencista em Pediatria no Centro Nacional de Investigação do Egito. Entrou para o setor privado quando ainda era estudante na Faculdade de Medicina. Apenas em alguns anos conseguiu criar uma empresa especializada em equipamentos médicos. No seu percurso empresarial deu-se conta da importância da criação de uma organização destinada a ajudar a emancipação económica das mulheres e a promoção do empreendedorismo feminino. Foi neste âmbito que decidiu criar a Associação Egípcia de Mulheres Empreendedoras (ECOSOCC). Foi galardoada com vários prémios e distinções honoríficas em várias partes do mundo. Por último, a Dra. Asfour é a fundadora da Organização Africana para o Património Africano e a Cultura, que promove o Renascimento Africano através da sua diversidade cultural, dos seus saberes tradicionais e das suas riquezas humanas e naturais.*

A JUVENTUDE AFRICANA: UMA OPORTUNIDADE E UM DESAFIO PARA A PAZ E O DESENVOLVIMENTO

Sr. Bernard MUMPASI LUTUTALA – Secretário-geral adjunto, Conselho para o desenvolvimento da investigação em ciências sociais em África (CODESRIA)

A paz, diz MacLeish, citado por Ekpang (2003), é um processo, uma situação e uma condição. Ela caracteriza-se, segundo Ouedraogo (2007) pelo bem-estar corporal (a saúde), a segurança e a ausência de guerra (aspeto mais conhecido) e a serenidade espiritual (a ausência de angústia, a paz de coração). Trata-se de uma situação que se cultiva, razão pela qual se fala se cultura de paz. É ainda uma condição de desenvolvimento, traduzido num processo que culmina no bem-estar geral de cada indivíduo. Enquanto tal, a paz e o desenvolvimento precisam de atores para serem desencadeados e mantidos, precisam de mecenas para serem propagados e de um contexto favorável para o seu enraizamento. Entre esses atores e mecenas estão os jovens. O que constitui uma mais-valia para fazer de África um continente de paz de desenvolvimento sustentável.

Com efeito, África é um continente jovem: quase metade da população tem menos de 15 anos, enquanto 1/5 dessa população permanecerá jovem (15-24 anos) pelo menos nas próximas duas décadas. Essa juventude constitui um recurso humano importante, mesmo primordial para o desenvolvimento do continente. Considerada durante muito tempo, pelos neomalthusianistas, como um fator de subdesenvolvimento, a juventude é, há já algum tempo, vista como motor do crescimento económico e do desenvolvimento. É portanto uma oportunidade que África deve aproveitar para o seu desenvolvimento. Na verdade, o facto de a população viver cada vez mais permite que, mais cedo ou mais tarde, haja uma explosão da população em idade de trabalhar. Tendo em conta que as gerações atuais têm cada vez menos filhos e que a população de idosos é ainda fraca em África, essa população em idade de trabalhar tem menos dependentes ou familiares a cargo. O que lhe permite, tal como aos Estados, realizar investimentos ditos demográficos, isto é, investimentos no social (serviços de saúde, educação, alojamento), dispor de melhores condições para melhorar a produtividade e, conseqüentemente, os rendimentos nacionais (Ashford 2007). Chama-se a isso o dividendo demográfico. Contudo, esse dividendo demográfico só se verifica se as economias realizadas sobre esse “bónus demográfico” forem efetivamente utilizadas para realizar investimentos sociais. O que implica uma boa governação por parte do Estado.

A juventude africana constitui também um enorme potencial para fazer de África um refúgio de paz, para que esses jovens sejam apóstolos para a difusão da paz junto da sociedade, e uma corrente de transmissão dessa paz junto das gerações futuras. Em primeiro lugar porque a infância e a juventude constituem a idade ideal para forjar a personalidade do indivíduo. É portanto nessa idade que é preciso inculcar em cada indivíduo as virtudes e as boas práticas da paz. Dalai Lama ensina-nos que “é no seu coração que é preciso construir a paz. É aí que repousa o fundamento de uma paz universal; (...) [e que] é vão querer mudar o que vivemos, mais ainda o mundo exterior, se não modificamos o nosso olhar, os nossos pensamentos e a nossa perceção do mundo”. Devemos acrescentar que essa construção interior da paz é difícil de conseguir a partir de determinada idade. Um provérbio Congo diz que é difícil, ou mesmo impossível levantar uma árvore já inclinada. Assim, se se falha a cultura de paz junto das crianças e dos jovens, dificilmente se conseguirá junto dos adultos.

Em segundo lugar, a juventude africana é um precioso recurso para a paz porque os jovens constituem cerca de 65% da população africana e que toda a ação para com eles só pode ter efeito multiplicador junto da restante população. Ao constituírem a maioria da população, os jovens que adquiriram a paz podem impor um sistema e um mundo onde a paz vence os anti-valores.

Em terceiro lugar, a juventude é um recurso precioso para uma paz sustentável, pois dos jovens de hoje sairão pais que transmitirão aos seus filhos os valores da paz, e líderes de amanhã que desenvolverão condições favoráveis para a criação da paz nos seus respetivos países e no mundo. Por fim, a juventude africana é um recurso para a paz porque qualquer cultura de paz deve abranger todas as camadas da população. Não pode ser frutífera ou mesmo possível se houver de um lado atores e do outro espectadores. Ela precisa simultaneamente de um esforço coletivo e de uma implicação de cada um, independentemente

da idade, do gênero, da religião, do seu estatuto social, etc. Ela precisa de “redes de relações que favoreçam e reforcem a interação, a partilha, o diálogo, o apoio mútuo e o compromisso coletivo” (Ekpang, 2003). Com efeito, em termos de cultura de paz, basta um mau exemplo para enfraquecer todos os esforços consentidos junto de uma comunidade, à semelhança de uma laranja podre que contamina todas as outras.

Em que situação estão a juventude africana e a paz hoje? Que limitações estão ligadas à cultura de paz? Como ultrapassá-las?

1. A juventude africana entre revolta e resignação

A juventude africana oscila hoje entre a revolta e a resignação, duas atitudes que comprometem a paz. Os mais radicais revoltam-se, descem à rua, partem e pilham os bens de outrem, insultam as autoridades políticas, lutam contra as forças da ordem e chegam mesmo a pegar em armas para romper com o sistema e as autoridades instalados. Foi isso que se observou recentemente no caso da primavera árabe na África do norte, dos movimentos M23 “Fartos disto” no Senegal, ou numerosas manifestações de estudantes nas universidades africanas (Bianchini e Korbéogo, 2008; Woudamike, 2005). É também o comportamento que se desenvolve nos “combatentes” da RD do Congo, sem falar nos “kuluna” que semeiam o terror e a desolação nas ruas de Kinshasa (Kibangula, 2013). Por que se revoltam tão violentamente estes jovens?

Uma análise simplista tende a fustigá-los, a tratá-los como nomes, a preocupar-se com o futuro das nossas sociedades face a essa “juventude de bandidos”. E, no entanto, contrariamente ao que se pensa, frequentemente, essas revoltas não passam de um modo de expressão. Os jovens protestam desta forma contra o sistema em vigor, contra o sistema económico que chacoteia a dignidade humana e destrói o ambiente, e contra esses atores tendem a tomar como reféns o conjunto dos seus compatriotas para satisfazer as suas ambições egocêntricas. Revoltam-se contra o sistema mundial onde uma minoria usufrui e controla a quase totalidade das riquezas do mundo. Revoltam-se para reclamar empregos; salários mais decentes; melhores condições de alojamento; acesso a cuidados de saúde de qualidade; melhores condições de estudo nas escolas e universidades; mais justiça social e ausência de discriminações; segurança e ausência de guerra; o fim da intolerância, do racismo, da xenofobia; o respeito pelas minorias e pelos migrantes; a transparência, a equidade, melhores considerações para os direitos e o futuro dos jovens; uma melhor governação dos nossos países; etc.

Ao lado desses jovens que se revoltam, encontram-se os que se resignam, os que se acomodam com a ordem estabelecida, e que decidem negociar eles próprios o seu bem-estar (Bourdillon, 2012), pouco se importando do impacto que os seus atos possam ter na incultura de paz. Trata-se de jovens que recusam aquela escola que não lhe dará, no final do percurso escolar, nem empregos decentes, nem salários suficientes para assegurar o mínimo para viver, e que preferem cavar minas, prostituir-se nas ruas das cidades africanas, tornar-se soldados ao serviço das rebeliões, músicos, etc. Trata-se de jovens que roubam os transeuntes na rua, tomam o caminho do exílio pela piroga, etc. A sua revolta é passiva, mas cheia de significado. Para esses jovens, com efeito, os nossos discursos e ações para a proteção das crianças são apenas uma gota de água no mar, ou talvez uma hipocrisia. Senão, como compreender que se desenvolvam programas para por termo ao trabalho infantil, concedendo apenas 1% do orçamento nacional para a educação (o caso de...)? Como compreender que sejam tomadas medidas contra os maus tratos e a exploração das crianças, enquanto as redes poderosas continuam a efetuar tráfico de crianças? Que leitura se pode fazer dessa campanha e desses programas contra o fenómeno das criança-soldado, durante os quais até instituições que lideravam essas campanhas e desenvolvem esses programas são financiados por esses países todo-poderosos do mundo e empresas multinacionais que criam e sustentam as rebeliões e outras formas de guerra por interesses económicos?

2. Os desafios a ultrapassar

Há portanto grandes desafios a ultrapassar para transformar a juventude num recurso humano para a paz e o desenvolvimento. Com efeito, e recordamo-lo, os valores e atitudes a favor da paz e do desenvolvimento cultivam-se; são antes de mais resultado do contexto social, económico e político em que vivem os jovens e a população em geral, mas também do modo como são socializados os jovens desde a tenra infância, no

seio das famílias, da escola, na rua, pela sociedade. É a este nível que se coloca o problema. A crise que atravessa a família, a escola, a sociedade africana desenvolve nos jovens valores e atitudes que não favorecem a paz.

A pobreza dos pais, a monoparentalidade devida às migrações, às exigências profissionais, às guerras, aos divórcios, aos novos modos de coabitação conjugal, a promiscuidade que resulta da crise de alojamento nas cidades são alguns dos elementos que não favorecem uma boa socialização das crianças. A pobreza dos pais, por exemplo, leva estes, por vezes com a cumplicidade dos próprios progenitores, à mendicidade, ao roubo que pode ir até ao assalto à mão armada, ao vandalismo. A monoparentalidade torna difícil uma boa educação das crianças, enquanto a promiscuidade os obriga a organizarem-se na rua, onde se desenvolvem atitudes e comportamentos nem sempre compatíveis com os usos e costumes.

A escola africana continua por seu lado a desenvolver nos alunos/ crianças conhecimentos e valores que conduzem, em alguns casos, a uma ambivalência em relação à nossa africanidade. Continua a formá-los com base no que Mudimbe (1988) chama a biblioteca colonial. Vítima da globalização, a sociedade africana tem dificuldade em preservar a sua identidade e os seus valores. Os seus dirigentes não conseguem libertar-se de uma espécie de tutela paternalista que ironiza e elimina a originalidade e o pluralismo africanos. E os ícones (músicos, desportistas, outras celebridades) que produz, não são ou já só são, em alguns casos, africanos de pele e de nome.

Em que contexto, a juventude africana pode constituir uma verdadeira ameaça para a paz. Como inverter o sentido? Como fazer com que essa juventude seja um recurso humano para a paz no continente?

3. Que alavancas é necessário acionar?

Ouedraogo (2009) propõe que aceitemos três grandes desafios para favorecer a cultura de paz e nos jovens: 1) satisfazer as necessidades primárias; 2) triunfar da ignorância; e 3) transcender o espírito de dependência. Eu acrescentaria um quarto: eliminar o orgulho e fazer triunfar o humanismo.

3.1. Cultivar a engenhosidade, a criatividade e o valor do trabalho

A satisfação das necessidades primárias (comer, beber, vestir-se, abrigar-se) é efetivamente um desafio a ultrapassar para cultivar a paz numa sociedade junto dos jovens. Não se diz que “barriga com fome não tem ouvidos”? Ter que comer, que beber, que vestir e como abrigar-se convenientemente coloca qualquer indivíduo protegido dos desejos, da inveja e da morte. Se é verdade que a satisfação destas necessidades depende, até certa idade, dos meios de que dispõem os pais e da vontade política, é importante desenvolver nos jovens em idade de atividade a noção da responsabilidade e da criatividade. Hoje, milhares de jovens diplomados pela universidade estão no desemprego ou inativos e são incapazes de usar a sua inteligência e conhecimento para criar os seus empregos. Como entender que finalistas das faculdades de economia vão para o desemprego em vez de criar as suas empresas para aplicar o que aprenderam, ou que jovens médicos estejam no desempregos porque recusam ir para os meios rurais, quando se sabe que a quase totalidade dos países africanos não ultrapassa a ratio de um médico para 1000 habitantes (contra 6 médicos por 1000 habitantes em Cuba). Do mesmo modo que será aceitável que os países africanos importem arroz e outros alimentos quando a densidade populacional é de apenas 35 habitantes por Km² em média e que centenas de milhões de hectares (à volta de 230 milhões) não são valorizados em África? Deve portanto (re)valorizar nos jovens africanos o trabalho, mas também rever os programas de formação escolar e universitária para que desenvolvam nos alunos e estudantes a engenhosidade e o valor do trabalho.

3.2. Instruir-se até ao mais alto nível

A paz, diz Ouedraogo (2009) “requer que o homem e a mulher sejam formados, educados, cultivados para que compreendam o mundo em que vivem, que as suas faculdades sejam cultivadas, desenvolvidas”. Hoje, mais do que no passado, a educação tornou-se indispensável, não apenas para encontrar emprego, mas também para compreender o mundo em que vivemos, e os outros povos e indivíduos com quem partilhamos este mundo. Cultivar a paz é também compreender o porquê dessas tentativas de insegurança, de guerra, de exploração de uns pelos outros, de desigualdades sociais; etc.

Se África quer conseguir superá-los e impedir os seus anti-valores junto dos jovens, para fazer deles campeões da paz, é preciso que se entenda o porquê e o como os outros nos exploram; o porquê das desigualdades de classe, de género e de gerações; o porquê desses déspotas e desses ditadores. O todo por meio da educação, do saber, da investigação e tendo em conta os resultados dos trabalhos de investigação sobre a governação dos nossos Estados. Além disso, a educação permitirá a África industrializar-se, adquirir conhecimentos para transformar os recursos naturais do solo e subsolo em bens e serviços suscetíveis de melhorar as condições de vida das nossas populações. Ela permitirá a qualquer africano dotar-se das capacidades suscetíveis de cultivar a sua engenhosidade e a sua criatividade, e de satisfazer desta forma as suas necessidades primárias e outras. Para o efeito, é de lamentar que as taxas de inscrição escolar sejam ainda muito baixas em África, incluindo a nível universitário, e que esteja mesmo em baixa em alguns países do continente em crise. Devemos lamentar ainda que os Estados africanos desprezem por completo a investigação, que não estejam dispostos a financiar para se dotarem de centros de investigação que pudessem permitir pensar África, as suas prioridades, mais-valias e pontos fracos, as suas estratégias para a valorização dos recursos, etc. Por fim, a educação é a via obrigatória para assentar nos nossos países esse fator indispensável à sua eclosão: uma boa governação.

3.3. Sair do espírito de dependência

Para Ouedraogo (op. cit.), trata-se de “transcender o espírito de submissão e de dependência” que desenvolvem em nós as culturas tradicionais. É certo que as crianças devem depender dos seus pais e irmãos mais velhos, mas também é verdade que devem emancipar-se progressivamente e desenvolver o espírito de independência, assumir-se, não esperar tudo dos pais a partir de determinada idade. Evidentemente, isso não é possível sem uma socialização consequente nas famílias e na escola.

Outrora, muitas crianças estavam sós em internatos e desenrascavam-se “sós”, longes dos pais e isso durante meses, ou mesmo anos. Aprendiam, aprendíamos, desde os 8-9 anos, isto é desde o terceiro ano de escola primária em alguns países, a ficar no internato durante uma semana, para vir a casa apenas ao sábado revitalizar-se junto dos pais para a semana seguinte. Tinham, tínhamos, então desenvolvido neles, em nós, a capacidade de organizar meticulosamente o seu/ nosso horário do dia, economizar, gerir racionalmente os pouco víveres que tinham, que tínhamos para a semana, aprender a cozinhar e lavar loiça, etc.

Hoje a raridade dos internatos é tal que poucos são os alunos submetidos a tal socialização. Transcender o espírito de dependência não pode significar nem levar ao individualismo, à ausência de solidariedade ou do sentido da partilha. Pelo contrário, deve desenvolver na criança o amor pelo próximo, a compaixão, a distribuição de sinergias e haveres e a partilha.

3.4. Vencer o egoísmo e fazer triunfar o humanismo

As crianças vêm ao mundo por vontade de seus pais. São acolhidas numa sociedade formatada por eles, pelos que nos dirigem e pelas potências políticas e económicas que impõem ao mundo uma ordem, um sistema, regras do jogo que lhe permitem saciar as suas ambições e proteger os seus interesses. Essas potências são organizações, Estados, empresas, em suma, instituições criadas e geridas por seres humanos, pelos irmãos mais velhos dessas crianças e desses jovens. É portanto a eles que cabe a função de criar as condições favoráveis para cultivar a paz nos jovens. Pois nem a generosidade, nem a criatividade dos jovens, nem mesmo o desejo de se instruir, ou a vontade de se assumir serão possíveis se as condições para a sua realização não estiverem reunidas. Tudo isso passa, é certo, por uma boa governação, mas não se decreta, antes se pratica graças aos valores do humanismo, do respeito pelo outro, do respeito pelo bem comum que se encarna. O desenvolvimento de tais valores junto dos decisores políticos é um trabalho de grande porte, que deve ser empreendido desde já no ensino, desde o infantário, nas famílias, na sociedade.

Bibliografia

- Bianchini, P. e G. Korbéogo, 2008, *Le syndicalisme étudiant, des origines à nos jours : un acteur permanent dans l'évolution socio-politique du Burkina Faso*, Revue de l'Enseignement Supérieur en Afrique, vol. 6, n° 2&3, 2008.
- Ashford, Lori S., 2007, *La population jeune en Afrique : risque ou opportunité ?* Population Référence Bureau
- Bourdillon, M.F.C., (ed) 2012, *Negotiating the Livelihoods of Children and Youth in Africa's Urban Spaces / Négociant pour sa vie : les enfants et les jeunes dans les espaces urbains de l'Afrique*, Dakar : CODESRIA.
- Ekpang, M.B., 2003, Capítulo 11 : *Pour une culture de la paix en Afrique de l'Ouest*, in *Lutte contre la prolifération des armes légères en Afrique de l'Ouest – Manuel de formation des forces armées et de sécurité*, UNIDIR, pp 107-114.
- Kibangula, T., 2013, « Gangs of Kin », *Jeune Afrique*, n° 2718 de 10 a 16 de fevereiro de 2013.
- Mudimbe, V-Y, 1988, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, Bloomington – London : Indiana University Press – James Currey.
- Ouedraogo, Eli Yamba, 2009, *Les grands défis de la jeunesse burkinabé pour une culture de la paix* comunicação por ocasião da comemoração do 40º aniversário da l'UFC de Dori, 05-11 outubro 2009, http://www.ufc-dori.org/IMG/pdf/GRANDS_DEFIS.pdf.
- Woudamike, Joseph, 2005, *Contestations étudiantes à Ngaoundéré, répressions et insécurité des personnes et des biens sur la route nationale n° 1*, Revue de l'enseignement supérieur en Afrique, Vol. 6, N°s 2&3, pp 135 – 156.

Sr. Bernard MUMPASI LUTUTALA (R.D. Congo) é Doutor (Ph.D.) em demografia desde 1987 pela Universidade de Montreal. Desde o seu doutoramento que é docente-investigador na Universidade de Kinshasa e em diversas outras universidades da República Democrática do Congo e do continente africano. Foi professor convidado da Universidade de Montreal em 1990 e desde maio de 2009 é o Secretário Executivo Adjunto do CODESRIA (Conseil pour le Développement des Sciences Sociales en Afrique – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa Económica e Social em África). Paralelamente às suas funções docentes e de investigação, o Doutor Bernard M. Lututala assumiu as funções de Reitor da Universidade de Kinshasa (2005-2009), de Reitor da Universidade Kongo (2002-2005), de Presidente da UEPA (Union pour l'Etude de la Population Africaine – União para o Estudo da População Africana) (1996-1999), de Vice-Decano da Investigação e Diretor do IRES (Institut de recherches économiques et sociales – Instituto de Investigação Económica e Social) da Faculdade de Ciências Económicas e de Gestão da Universidade de Kinshasa (2002-2005) e de Diretor de Gabinete Adjunto no Ministério do Planeamento (1994-1996). Publicou diversos artigos e obras e codirigiu teses de doutoramento na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). As suas investigações e publicações dizem principalmente respeito às questões sobre demografia / população e ao desenvolvimento em África e na República Democrática do Congo.

O CONTRIBUTO DOS MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES JUVENIS PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ, DA TOLERÂNCIA E DA CIDADANIA EUROPEIA RESPONSÁVEL

Sr. Daniel DA HIEN - Coordenador da Rede Africano da Juventude, Burkina Faso (Antigo presidente dos Clubes UNESCO África)

1. Breve apresentação da Rede Africana da Juventude

A criação da Rede Africana da Juventude partiu da constatação de que a juventude é permanentemente solicitada a participar no desenvolvimento, sendo portanto necessário que seja informada e formada para que possa contribuir aproveitando ao máximo as suas capacidades. Ora a realidade atual é que os jovens ignoram frequentemente os problemas importantes para os quais poderiam encontrar soluções e estão, de resto, mais preocupados com as questões de emprego que os afligem.

Para tal, a Rede Africana da Juventude cria espaços de informação e de cooperação sobre as questões juvenis (centros de auscultação, jovens cibernautas, boletins de ligação, emissões de rádio e televisão); envolve os jovens em ações de participação no desenvolvimento (defesa de causas, trabalhos de interesse comum, voluntariados; favorece a partilha de experiências adquiridas pelos jovens nos meios associativos (fóruns, feiras, formações, ...); promove o espírito de autoemprego no seio dos jovens (redes de oportunidades, apoio-acompanhamento-aconselhamento, ...); e orienta os poderes públicos sobre as necessidades e aspirações reais dos jovens. Tudo isto é possível graças a ferramentas de informação e comunicação com os jovens, como por exemplo:

- Um boletim trimestral nacional para informação dos jovens
- Treze (13) boletins mensais regionais de ligação entre as associações locais da juventude [«l'Aube des Jeunes» («A Aurora dos Jovens»)]
- Um sítio Web : www.afriquejeunesse.webou.net
- Um boletim eletrónico
- Publicidade específica defendendo determinadas causas (ambiente, liderança, direitos humanos, género, VIH/SIDA...)
- Uma emissão televisiva mensal na televisão nacional [«vision jeunes» («Visão Jovens»)]
- Uma emissão radiofónica semanal na rádio nacional [«vision jeunes» («Visão Jovens»)]

2. Resumo do contexto

Há já alguns anos que a África não sabe o que é a paz. As perturbações, os conflitos e mesmo a guerra são a sina de muitos países africanos. Alguns encontram-se numa situação de pós-guerra. A violência, os assassinatos coletivos, os massacres de pessoas, a destruição de infraestruturas socioeconómicas e as violações múltiplas e repetidas dos direitos humanos são frequentes e mesmo diárias em determinados países.

Num contexto assim torna-se difícil conceber programas de desenvolvimento. Com efeito, e uma vez que a paz e o desenvolvimento estão intimamente ligados, não pode haver desenvolvimento sem paz. Por conseguinte, os nossos países apenas poderão desenvolver-se harmoniosamente se houver um clima de paz, de estabilidade social e de respeito pelos direitos humanos e a democracia.

A paz constrói-se, é um projeto de longo prazo que se fabrica no dia-a-dia. Além disso, é um processo de aprendizagem. A educação para a paz diz respeito a todos os cidadãos: os adultos, os homens, as mulheres, os jovens, os líderes políticos, administrativos e religiosos, os líderes de associações e da sociedade civil, os sindicalistas, os jornalistas, os cientistas, etc... Todos devem participar nesta educação porque ela diz respeito a todos os cidadãos, independentemente do nível em que estão. A UNESCO, a nossa organização de referência para todos, está firmemente convencida disso. É por essa razão que, no quadro da missão que lhe é atribuída pela sua Constituição, onde se pode ler que *«As guerras nascem nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que deverão ser construídas as defesas da paz»*, a UNESCO tornou, assim, numa sua prioridade a promoção da cultura de paz. Foi neste objetivo que se empenharam os movimentos e associações juvenis, escolhendo como seus alvos as crianças, os adolescentes e os jovens. De facto, a paz é também a justiça e a harmonia sociais, a possibilidade de cada ser humano

concretizar o seu potencial e o respeito pelo seu direito à sobrevivência com dignidade e a longo prazo. A paz não pode, por isso, ser mantida de forma duradoura quando os direitos humanos – direitos políticos, económicos e sociais – são regularmente violados e quando o sentimento de injustiça política e económica prevalece. É, por isso, necessário promover uma verdadeira democracia em África, que garanta o respeito por todos estes direitos, pelos direitos de todos os cidadãos, bem como o respeito pela identidade cultural dos povos e a tolerância das diferenças. É preciso trabalhar para alcançar a estabilidade social, que é condicionada pela ponderação das aspirações profundas e legítimas das populações, sobretudo das populações jovens.

3. Contributo dos movimentos e associações juvenis para a ação cívica, a cultura de paz e a cidadania responsável

Hoje em dia os jovens têm o potencial de ser uma força unida, que por si só podem ter uma influência significativa no caminho que levam as comunidades em que se integram. Na medida em que os jovens de hoje serão os adultos de amanhã, eles são importantíssimos na aposta para um desenvolvimento sustentável e a longo prazo.

Embora reconhecendo que a juventude se vê confrontada, no séc. XXI, com graves problemas, aceitar este desafio pode ser motivo de esperança, uma vez que os jovens constituem grande parte da população (cerca de 65 % da população africana tem menos de 35 anos e mais de 35 % da população tem entre 15 e 35 anos). Os resultados e efeitos dos programas em prol dos jovens só se farão sentir se estes se organizarem entre si para participarem neles.

Nos dias de hoje e no atual contexto de democratização, a juventude ocupa uma posição cada vez mais relevante no processo de desenvolvimento de um país. Hoje, mais do que antes, o movimento associativo juvenil em África é igualmente um dos mais bem equipados.

Os jovens são o presente: a exigência mais enérgica que fazem é uma exigência de participação, porque querem ser considerados como cidadãos de pleno direito. São capazes de assumir papéis responsáveis e determinantes na sociedade e tudo o que necessitam é que lhes seja dada oportunidade de provarem a sua aptidão e serem aconselhados sobre como fazê-lo.

É por isso que os movimentos e associações juvenis oferecem aos jovens, nas suas abordagens, espaços de diálogo e compreensão propícios ao desenvolvimento de organizações sociais e políticas cujo exemplo poderia contribuir para promover a democracia. Através das suas ações junto dos jovens, os Movimentos e Associações Juvenis (MAJ) contribuem para o desenvolvimento do indivíduo e para o seu crescimento, ajudando-o a encontrar o seu lugar na vida do dia-a-dia em relação à comunidade, a praticar a cidadania e a possuir uma consciência internacional. No seio das atividades conduzidas no terreno pelos MAJ, os jovens habituam-se a exercer e partilhar as suas responsabilidades, e a aceitar os outros sem considerações particulares. Aprendem a planificar a organização e o orçamento de uma atividade e desenvolvem outras competências úteis na vida quotidiana.

A educação cívica e a educação para a cultura de paz, temas destacados dos Clubes UNESCO, por exemplo, visam formar o indivíduo para que seja um cidadão responsável, amante da paz e capaz de a defender, e respeitador dos direitos humanos e da democracia. Estes clubes querem ensinar a arte de viver em sociedade e em harmonia com os seus vizinhos. A educação para a paz é um processo de aprendizagem. Podemos, com efeito, adquirir novos conhecimentos em matéria de paz e adotar novos comportamentos e novas atitudes.

É no meio associativo, mais do que noutra parte, que o homem em formação aprende mais sobre a vida em sociedade. Aí aprende a viver diversas experiências da vida democrática e de relacionamento com os outros.

É neste meio que aprende, designadamente, o respeito pelos outros, a aceitação dos outros, a tolerância, a equidade, a sociabilidade, a convivialidade, e, resumindo, as boas maneiras para viver em harmonia com os outros.

A associação juvenil pode também ensinar ao jovem diversos valores universais, como a liberdade, a sua entrega, o altruísmo, a igualdade, a fraternidade, a honestidade, a solidariedade, a cidadania democrática, a

não-discriminação, a não-violência, etc., valores que dão origem, sem margem de dúvida, a uma cultura de paz.

O jovem pode, por último, aprender técnicas para gerir situações de conflito e resolvê-las pacificamente, assim como aprender o modo de consolidar a paz depois de conflitos.

Todas estas condições prévias permitirão aos jovens tomarem mais tarde decisões judiciosas, tanto para eles como para as suas comunidades, em função dos interesses em jogo. Através dos movimentos e associações juvenis o jovem acederá mais facilmente a um grande manancial de informação, o que lhe permitirá conhecer e defender os seus direitos ao mesmo tempo que cumpre os seus deveres. A importância do movimento associativo em qualquer processo de democratização e no reforço das instituições republicanas já não precisa, por isso, de ser demonstrada. A descentralização, por exemplo, precisa de um tecido associativo forte para conseguir o êxito.

4. Alguns exemplos de ações conduzidas por e para os jovens

4.1. A promoção da humanização nas atividades mineiras do Burquina Faso.

O Burquina Faso, um dos países mais pobres do mundo (IDH 2012) foi, há pouco, classificado como país rico em recursos mineiros. A produção mineira abrange essencialmente a produção de ouro de uma forma industrial, semi-industrial e sobretudo artesanal (300 locais de garimpo, 9 explorações industriais e 383 autorizações de prospeção).

Face a estas potencialidades em matéria de recursos mineiros e aos atos de revolta das populações das localidades mineiras, seria conveniente realizar ações de sensibilização, de informação e de educação urgentes destinadas aos jovens, com o intuito de serenar todos os intervenientes neste setor e criar condições favoráveis a uma exploração mineira com rosto humano (paz, segurança, tranquilidade, equidade, justiça e transparência).

Neste sentido, a Rede Africana da Juventude decidiu intervir no desenvolvimento da exploração mineira oferecendo aos jovens, aos mineiros e ao Estado espaços de intercâmbio e diálogo para que a exploração dos recursos mineiros no Burquina Faso:

- Garanta sempre o respeito pelos direitos humanos;
- Respeite sempre o ambiente;
- Seja transparente e equitativa na sua gestão, segundo os princípios da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE);
- Garanta o equilíbrio social;
- Garanta a paz e harmonia nas nossas comunidades;
- Seja equitativa e justa.

4.2. A educação dos jovens na boa governação e cidadania ativa

O objetivo global é reforçar o conhecimento dos jovens sobre os princípios democráticos, com vista à sua eficiente participação na gestão das questões públicas e no controlo exercido pelos cidadãos. As ações realizadas permitiram, através da informação, sensibilização e implementação dos acervos, corrigir o deficiente domínio, pelos jovens, de temas como os limites da descentralização, as eleições, a abordagem do género, a boa governação, as políticas públicas e os desafios do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza. Contribuíram, deste modo, para melhorar qualitativamente o contributo das associações juvenis para os processos de definição e acompanhamento das políticas e estratégias públicas, bem como para criar, a longo prazo, cidadãos conscientes, esclarecidos e que dominem os desafios do desenvolvimento sustentável.

4.3. Reforço das capacidades das jovens nos meios associativos juvenis

O objetivo geral é aqui promover as jovens nos meios associativos juvenis para levá-las a caminharem na via do desenvolvimento. Milhares de jovens raparigas de zonas rurais e urbanas foram formadas em técnicas de comunicação e de defesa de causas, em liderança feminina e gestão das questões públicas.

Pretende-se despertar nelas o gosto e o interesse em assumirem responsabilidades e aceitarem cargos diretivos nas organizações sociais e políticas.

4.4. Apoio à participação das organizações juvenis nas iniciativas da NEPAD e do Quadro Estratégico de Luta contra a Pobreza

Obtiveram-se os seguintes resultados:

- Foram assimilados os conteúdos, objetivos e princípios do Quadro Estratégico de Luta contra a Pobreza (CSLP – *Cadre stratégique de lutte contre la pauvreté*) e da NEPAD, servindo de quadros de referência na planificação e execução das atividades dos movimentos e associações juvenis no Burquina Faso;
- Registou-se uma participação ativa dos movimentos e associações juvenis do Burquina Faso na implementação dos projetos nacionais para redução da pobreza e desenvolvimento segundo os princípios da NEPAD;
- Foram conseguidas sinergias na atuação dos movimentos e associações juvenis em matéria de concertação e interpelação dos decisores políticos e dos parceiros para o desenvolvimento sobre as suas preocupações.

4.5. Contributo para a aceleração da integração africana através da cultura (caso dos Clubes Unesco)

O objetivo global é o reforço da participação dos estudantes no processo sub-regional de integração. A ação consiste em organizar um festival cultural bienal dos Clubes UNESCO universitários de África Ocidental (FESCUAO). Trata-se de uma manifestação socioeducativa e cultural que reúne atualmente estudantes de sete (7) países da África Ocidental e foi criada em 1987, contando já com 11 edições. Em agosto de 2011 o evento teve lugar em Bamaco (no Mali) e juntou mais de 400 estudantes, podendo os seus objetivos específicos ser resumidos do seguinte modo:

- Propagar os ideais da UNESCO através da aproximação e integração dos jovens (estudantes) da sub-região;
- Promover os direitos humanos fundamentais e o diálogo entre os povos;
- Transformar os Clubes UNESCO num elo de unidade na diversidade entre os povos e as nações do mundo;
- Desenvolver mais as relações e os intercâmbios entre universidades;
- Transformar a arte e a cultura em meios de comunicação ao serviço do desenvolvimento;
- Fazer da cultura um instrumento de integração e desenvolvimento da sub-região da África Ocidental;
- Promover a liderança e o espírito criativo da juventude africana em geral, e dos estudantes em particular (criações/espetáculos teatrais, espetáculos de danças tradicionais e modernas, contos e cantos tradicionais africanos, conferências e ateliês de debate, colóquios e mesas redondas, visitas a locais turísticos, reflexões sobre a vida universitária, etc.).

5. Recomendações: apostar na juventude africana

O objetivo é promover a participação e inclusão dos jovens na sociedade.

5.1. O apoio à vida associativa

Serão prosseguidos os seguintes objetivos:

- Interessar os jovens pela vida comunitária e as questões públicas;
- Apoiar e promover a vida associativa;
- Integrar os jovens na comunidade local;
- Criar quadros sólidos para os jovens se exprimirem.

Pretende-se executar as seguintes ações:

- Criar um fundo de apoio às iniciativas em prol dos jovens;

- Apoiar a criação e edição de manuais de formação de jovens sobre orientação e gestão de associações;
- Apoiar a criação de casas da juventude, jovens cibernautas e centros de auscultação de jovens.

5.2. Apoio à participação dos jovens nos processos de desenvolvimento socioeconómico

Tem por objetivo:

- Permitir que os jovens deem o seu contributo à obra coletiva de construção nacional;
- Permitir que os jovens encarem a vida de outra forma.

As ações a executar são as seguintes:

- Apoiar a organização de campos-estaleiros nacionais e regionais para jovens;
- Apoiar a organização de campos nacionais e regionais de formação e educação para a cidadania e o civismo em locais frequentados por jovens;
- Apoiar a produção e difusão de CDrom contendo módulos de formação sobre a participação dos jovens no desenvolvimento.

5.3. Apoio ao desenvolvimento das relações entre as administrações públicas e os jovens

O objetivo é criar diálogos permanentes entre os jovens e a administração pública por intermédio de uma ação destinada a apoiar a criação de quadros de concertação permanentes entre os movimentos e associações juvenis e o Governo (fórum nacional dos jovens).

5.4. Apoio à participação dos jovens nos processos de integração dos povos

Favorecer o envolvimento dos estudantes no processo de integração africana constitui o principal objetivo, que deverá ser alcançado através do apoio à organização de festivais culturais, educativos e artísticos dos estudantes africanos (nos espaços CEDEAO, CEMAC, SADEC...).

«... Uma paz baseada exclusivamente em acordos políticos e económicos dos governos não era uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos...» (Constituição da UNESCO).

Sr. Daniel DA HIEN (Burkina Faso) é titular de um Mestrado em gestão de projetos e de outro Mestrado em gestão de organizações. É coordenador da Rede África Juventude (Réseau Afrique Jeunesse) e gestor de projetos e organizações, ensinando em diversas instituições do ensino superior. Foi Diretor Executivo da Fundação REUSSIR de Uagadugu (Burquina Faso) e coordenador do programa de apoio ao acompanhamento da avaliação das atividades provinciais do Projeto de Apoio ao Programa Multissetorial de Luta Contra a SIDA (2004 – 2006). Antigo Vice-Presidente Mundial da Federação Mundial das Associações, Centros e Clubes UNESCO/Região África e antigo Presidente da Federação Burquina de Associações e Clubes UNESCO, ocupou vários cargos de responsabilidade nas organizações para a animação juvenil e o reforço das suas capacidades. Daniel Da Hien recebeu diversos prémios e distinções honoríficas, entre as quais a Medalha de Cavaleiro da Ordem de Mérito Burquina, Vertente Juventude, e o Prémio Mensageiro da Paz da ONU em 1986. É igualmente autor de várias publicações destinadas à formação e animação dos jovens, nomeadamente do manual «Méthodes et techniques d'animation des Clubs UNESCO en milieu scolaire» [Métodos e técnicas de animação dos clubes UNESCO em meio escolar] (FMACU – 1993).

Sessões de ateliês

Para se chegar ao Plano de Ação, o dia 27 de março foi dedicado a trabalhos em ateliê reunindo os agentes no terreno do setor público e privado. Cada ateliê foi articulado de acordo com a repartição de dos três temas do Fórum, divididos, por sua vez, em três subtemas. Foram organizadas simultaneamente três sessões com um total de nove ateliês. Apoiando-se nos fundamentos e recursos culturais, naturais e humanos, cada ateliê tinha como objetivo formular recomendações e propostas de ação que deviam constar do Plano de ação para uma cultura de paz em África. As intervenções dos participantes podem ser consultadas na íntegra no site Web do Fórum em www.unesco.org/africa4peace.

Primeira sessão d'ateliês: Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África

Esta primeira sessão de ateliês analisou o contributo da cultura africana para o diálogo e a reconciliação (línguas, tradições, locais de testemunho, práticas, métodos endógenos de prevenção e resolução de conflitos...). Estudou igualmente o reforço das relações entre educação e cultura para construir percursos educativos e de formação eficazes, destinados a promover a coexistência pacífica em África: a educação para os valores e a cidadania mundial tendo como base uma visão pan-africana da História do continente. Por último, foi analisada a oportunidade que constitui uma economia da cultura geradora de emprego para a juventude numa perspetiva de desenvolvimento sustentável do continente (artes e criatividade, música contemporânea, cinema, turismo cultural, desenvolvimento de competências).

Ateliê: Contributo da cultura africana para o diálogo e a reconciliação : línguas, tradições, espaços de memória, práticas, mecanismos endógenos de prevenção e de resolução dos conflitos

Sr. Doudou Diene – Antigo relator especial da ONU sobre as formas contemporâneas de racismo, de discriminações raciais, de xenofobia e intolerância, e perito independente sobre a situação dos direitos do homem na Costa do Marfim (UN-HCDH)

Sr. Nureldin Satti – Presidente do Fundo internacional da Promoção da Cultura da UNESCO

Sra. Françoise Ki-Zerbo – Administradora geral adjunta, Fundação Ki-Zerbo

Sr. Ziva Domingos - Representante do Diretor-geral do Fundo do Património Africano

Moderadora:

Sra. Katerina Stenou – Diretora, Plataforma para a Cultura de paz e a não-violência, UNESCO.

Ateliê: Reforço dos laços entre educação e cultura para elaborar curricula de ensino e formações eficazes com vista à promoção da coexistência pacífica em Africa : educação para os valores e a cidadania global, fundada numa visão pan-africana da história do Continente.

Sr. Jean Bosco Butera - Diretor do Programa UPEACE para Africa, Addis Abeba

Sr. Albert Mendy - Especialista de Programa, UNESCO Yaoundé

Sr. Pape Banga Guissé - Especialista em educação para a paz e Professor de Direito na Universidade de St. Louis, Senegal

Sr. Filipe Zau - Conselheiro Técnico do Ministro da Educação – Angola

Moderadora:

Sra. Ann Thérèse Ndong-Jatta - Diretora do Escritório da UNESCO - Dakar

Ateliê: Economia da cultura geradora de empregos para os jovens numa visão de desenvolvimento sustentável do Continente: artes e criatividade, música contemporânea, cinema, turismo cultural...

Sr. John Ayité Dossavi – Presidente, Rede Africana de Promotores e empreendedores Culturais (RAPEC)

Sra. Annick Thébia Melsan – Presidente do Programa Arte & Cultura do CEPS

Sr. António Fonseca – Diretor nacional das Industrias culturais, Angola

Moderador:

Sr. Théophile Mbaya Kifuntwe - Diretor de Gabinete do Ministério da Juventude, Desportos, Cultura e Artes, na República Democrática do Congo

Síntese dos debates e propostas de ação/recomendações/acompanhamentos

Presidente de Sessão:

S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu – Presidente, Conferência dos ministros Africanos da Cultura (CAMC IV)

Relatores:

Sra. Angela Martins – Departamento dos Assuntos Sociais- Comissão da União Africana (CUA)

Sr. Domingos Neto – Diretor de Pesquisa Científica, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

Segunda sessão d'ateliês: O desafio dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável

Esta segunda sessão de ateliês analisa a cooperação e a dipocacia científicas para uma partilha dos recursos transfronteiriços, neste caso concreto a água para a paz (bacias hidrográficas e oceanos), a biodiversidade (solo e subsolo), as cosmogonias tradicionais e os saberes autóctones para o desenvolvimento sustentável (relação entre o homem e a natureza, a medicina tradicional, a adaptação às alterações climáticas,...). Nela se estudam também as economias verde e azul para a criação de empregos para todos, em particular para os jovens, a inserção destes na vida ativa e o reconhecimento da sua qualidade enquanto atores sociais e económicos. Por fim, são tratadas temáticas ligadas à formação tecnológica e profissional, a educação para o desenvolvimento sustentável, a importância do desenvolvimento das ciências, da tecnologia e da inovação.

Ateliê: Cooperação e diplomacia científicas para uma partilha dos recursos transfronteiriços: água para a paz – bacias hidrográficas e oceanos/biodiversidade, solo e subsolo

Sr. Ibrahima Diop – Ponto Focal Nacional da Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Delta do Rio Senegal – Conservador do Parque Nacional dos Pássaros do Djoudj

Sr. Eben Chonguica - Secretário Executivo do Comité Permanente da Bacia do Rio Okavango (OKACOM)

Sr. Adigun Ade Abiodun – Presidente da Fundação africana do espaço e sistema global de observação dos Oceanos em África (GOOS-Africa)

Moderadora :

Sra. Noeline Raondry Rakotoarisoa – Chefe de Secção, Redes da biosfera e dos reforços das capacidade (SC/EES), UNESCO

Ateliê : Cosmogonias tradicionais e saberes autóctones para o desenvolvimento sustentável (relação entre o homem e a natureza, a medicina tradicional, a adaptação às alterações climáticas,...)

Sr. Vital Bambanze – Senador, antigo presidente dos peritos do mecanismo das Nações Unidas sobre o direito dos povos autóctones, Burundi

Sr. Max Ooft - Consultante, UNESCO

Sra. Saudata Aboubacrine – Associação para mulheres nómadas, Comité internacional de planificação sobre a autossuficiência alimentar (tin Hinane), Burkina Faso

Sra. Victoria Haraseb – Assistente regional de educação, grupo de trabalho sobre minorias autóctones, África austral (WIMSA), Namíbia

Moderador:

Sr. Doug Nakashima, Chefe de secção, Pequenas ilhas e saberes autóctones, UNESCO

Ateliê: Economia verde e azul para o emprego para todos, especialmente para a juventude. A sua integração na vida ativa, o reconhecimento da sua qualidade de ator social e económico. Quid desigualdade de oportunidades? Papel da formação tecnológica e profissional/educação para o desenvolvimento sustentável/ a importância do desenvolvimento das ciências, da tecnologia e da inovação.

Sra. Aminata Maiga – Principal especialista do programa “Empresa e empregos verdes” – Organização Internacional do Trabalho (ILO)

Sr. Kenneth Hamwaka – Diretor Executivo, Centro de orientação e aconselhamento para jovens em Africa, Malawi

Sr. John Simiyu – Chepkoilel Univeristy College, Moi University, Quénia

Sr. Giza Gaspar Martins – Coordenador da unidade de mudanças climáticas, Ministério do Ambiente, Angola

Moderador:

Sr. Hervé Huot-Marchand, Especialista de Programa - UNESCO Dakar

Síntese dos debates e propostas de ação/ recomendações/acompanhamento

Presidente de sessão:

S.Ex^a Sr. João Teta - Secretário de Estado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

Relatores:

Sr. Vincenzo Fazzino – Especialista de Programa, Departamento Africa, UNESCO

Sr. Gabriel Luís Miguel – Diretor nacional do desenvolvimento tecnológico e da inovação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

Terceira sessão de ateliês: Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento: o grande desafio da juventude africana

Esta terceira sessão de ateliês aprofundou a problemática dos jovens e o seu empenho na sociedade, do nível local ao âmbito global, as motivações e valores ligados à sua participação na «coisa pública» e na via democrática, o seu enraizamento no «Ubuntu» e os seus papéis junto dos poderes tradicionais e modernos. Foram também analisadas a igualdade dos géneros e a questão dos meios de comunicação social e das TIC, que dizem particularmente respeito aos jovens. Além disso, foi evidenciado o contributo específico das mulheres para uma cultura de paz, designadamente através dos seus papéis tradicionais e, na transição da tradição para a modernidade, a transmissão dos saberes intergeracionais às raparigas e jovens mulheres; em resumo, a problemática da criação de uma cultura de paz através da adaptação dos papéis dos géneros no quadro da tradição africana.

Ateliê: Os jovens e o seu envolvimento na sociedade. Do local ao global, as motivações e os valores ligados a participação nas “coisas públicas” e pela via democrática. O seu enraizamento no “Ubuntu”, os papéis junto dos poderes tradicionais e modernos. A igualdade de géneros.

Sr. Robert Nkwangu - Handicap International, Uganda / **M. Tenywa Godfrey**, intérprete da linguagem gestual

Sr. Helder Francisco Malauene – Painel Africano da Juventude (AYP)

Sr. Cláudio Aguiar – Presidente do Conselho nacional da Juventude, Angola

Moderadora:

Sra. Moufida Goucha – Chefe de secção, UNESCO SHS/Juventude

Ateliê: Os media e a juventude. Os modelos desportivos e artísticos (jogadores de futebol, cantores, cómicos, músicos, etc.), os valores que transmitem, a sua africanidade e a sua relação com as estruturas sociais e comunitárias. O papel dos meios de produção e de disseminação: rádios comunitárias canais de televisão, redes sociais, jogos de vídeo, etc..

Sr. Vincent Nkeshimana – Presidente da rede de jornalistas africanos para a paz e a segurança

Sra. Sasha Rubel – Coordenadora de programa, Sector de informação e comunicação, UNESCO

Sr. Botelho de Vasconcelos – Editor, Deputado da Assembleia da Republica, Angola

Sr. Patrick Gallaud – Presidente do Comité de ligação com as ONG/UNESCO

Moderadora:

Sra. Raymonde Agossou - Chefe de Divisão, Recursos humanos e desenvolvimento da Juventude, Comissão da União Africana, HRST

Ateliê: Juventude e Igualdade de géneros. O contributo específico das mulheres para uma cultura de paz, pelos seus papéis tradicionais e na transição da tradição para a modernidade; a transmissão dos saberes intergerações para as jovens mulheres e as meninas; a criação de uma cultura de paz para uma adaptação dos papéis dos géneros no âmbito da tradição africana.

Sra. Yvette Dembéle – Coordenadora- Centro Internacional para a Educação das meninas e das mulheres em Africa (CIEFFA)

Sra. Coumba Fall Venn – Administradora do Centro Pan-africano para o género, a paz e o desenvolvimento, Mulheres Africa e Solidariedade (FAS)

Sra. Talent Jumo – Coordenadora regional da rede de jovens mulheres líderes da SADC
Sra. Luísa Damião – Jornalista, Deputada das Assembleia, Angola

Moderadora:

Sra. Yvonne Matuturu - Casa de Cultura de Paz, UNESCO, Burundi

Síntese dos debates e propostas de ação/ recomendações/ acompanhamento

Presidente da Sessão:

S.Ex^a. Sr. Anatole Colline Makosso – Presidente, Conferência dos Ministros africanos da Juventude (COMY IV)

Relatores:

Sr. Abdourahamane Diallo – Chefe do Escritório da UNESCO, Brazzaville

Sr. Albino Carlos – Diretor do centro de formação de jornalistas, Angola

Sessão de parcerias: Construir uma parceria multilateral em prol de uma cultura de paz em África - «Acção para a Paz»

A jornada do dia 28 de março começou com uma sessão interativa na qual intervieram os parceiros dispostos a empenharem-se na construção de uma parceria multilateral em prol de uma cultura de paz em África. Participaram nesta sessão os representantes da sociedade civil (ONGs, fundações e setor privado, artistas e líderes de opinião), dos meios de comunicação social, dos bancos para o desenvolvimento, das organizações internacionais (Comunidades económicas regionais e Comunidades linguísticas), bem como dos Estados africanos, do Governo de Angola, da Comissão da União Africana e da UNESCO. Esta sessão constituiu a rampa de lançamento de um movimento continental intitulado «Acção para a Paz» em prol da cultura de paz e da não-violência sob a égide da União Africana e da UNESCO. Serviu também de oportunidade para os parceiros presentes assumirem compromissos concretos nos seus respetivos campos de ação em prol da promoção da Cultura de paz. Os vídeos dos parceiros que deixaram mensagens podem ser consultados no seguinte endereço: http://www.unesco.org/archives/multimedia/streaming/makepeacehappen-2013_playlist.php

Mensagens dos ex-Directores-gerais da UNESCO:

Sr. Koïchiro Matsuura

Sr. Amadou Mahtar M'Bow

Introdução:

Sra. Lalla Aïcha Ben Barka – Subdiretora geral para Africa, UNESCO

Sra. Angela Martins - Departamento dos Assuntos Sociais, Comissão da União Africana

Sra. Aïssatou Hayatou - Departamento da Paz e da Segurança da Comissão da União Africana

Parceiros:

Representantes dos Estados-Membros

S.Ex^a Sr. João Têta - Secretário de Estado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Angola

S.Ex^a Sra. Louise McMillian - O vice-Ministro da Cultura, Libéria

S.Ex^a Sr. Anatole Collinet Makosso - Presidente, Conferência dos Ministros Africanos da Juventude, Ministro da Juventude, Congo

S.Ex^a Sr. Banza Mukalay Nsungu - Presidente, Conferência dos Ministros Africanos da Cultura, Ministro da Cultura, República Democrática do Congo

S.E. Sr. Messaoud Ould Mohamed Lahbib - Ministro do Ensino Superior e Investigação, Mali

A sociedade civil, ONGs, universidades, artistas e líderes de opinião

Mons. Desmond Tutu - Prémio Nobel da Paz, África do Sul [mensagem]

Sr. Claudio Aguiar - Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Angola

Sr. Patrick Gallaud - Presidente de ONG / UNESCO, França

Sr. Forest Whitaker - Embaixador da Boa Vontade da UNESCO, EUA [mensagem]

Sr. Manu Dibango - Artistas pela Paz da UNESCO, Camarões [mensagem]

Sr. Salif Traoré (A'salfo) - Embaixador da Boa Vontade da UNESCO, Costa do Marfim [mensagem]

Sr. Loïc Tribot La Spière [Mensagem] e **Laetitia Sagno** - Centro de Estudos e Prospetiva Estratégica - (CEPS), França
Sra. Laurinda Hoygaard, Carlos Lopes Rosa e líderes da juventude - Federação Angolana de Deportes Universitários (FANDU), Angola
Sr. Lezou Dago - Cátedra UNESCO pela Cultura de paz, Costa do Marfim
Sr. Kenneth Hamwaka - Diretor executivo, Orientação, Aconselhamento e Centro de Desenvolvimento da Juventude para África, Malawi
Sr. Victor Barbosa - Rede Educação para Todos, Angola
Sr. Charles Binam Bikoi - Secretário Executivo, Centro Regional de Pesquisa e Documentação em tradições orais e desenvolvimento das línguas africanas (CERDOTOLA), Camarões

Fundações e o setor privado

Sr. Leonel Da Rocha Pinto - Grupo de Líderes empresariais (LIDE), Angola
Sr. Mo Ibrahim - Fundação Mo Ibrahim, Sudão [mensagem]
Sr. Jean-Noël Loucou - Fundação Felix Houphouët-Boigny, Costa do Marfim
Sr. Michel Abrogoua – Presidente, West Emerging Market Growth Found [message]
Sr. João de Deus - Fundação Eduardo José do Santos (FESA), Angola
Sr. José Luís Mendonça - Jornal Angolano de Artes e Letras, Angola

Os Bancos de Desenvolvimento, Organizações Intergovernamentais, o Sistema das Nações Unidas, as Comunidades Económicas Regionais

Sra. Hadja Saran Daraba Kaba - Secretário-geral, União do Rio Mano, Guiné
Sra. Kourtoun Nacro - FNUAP, em nome da equipe da ONU em Angola (UNCT)
Sr. Septime Martin - Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
Sra. Beatrice Kiraso – Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Diretora do Escritório Sub-Regional África Austral
Sr. Ibrahim Dia - Coordenador do Secretariado Conjunto da Comissão da União Africano, Comissão Económica das Nações Unidas para a África - Banco Africano de Desenvolvimento (UAC-CEA-BAD)
Sr. Some Anselme - União Económica e Monetária Oeste Africana, UEMOA

Atuação:

Sra. Laurinda Hoygaard - Reitor da Universidade Privada de Angola
Sr. Vincent Defourny - Diretor de Missão, UNESCO

Relatores:

Sra. Ana Elisa Santana de Afonso - Especialista de Programa, Departamento África, UNESCO
Sra. Aissatou Hayatou - Departamento de Paz e Segurança, da Comissão da União Africano
Sra. Ana Paula Patrocínio Rodrigues - Ministério dos Assuntos Externos, Angola

Cerimónia de encerramento e aprovação do Relatório Final

A cerimónia de encerramento foi antecedida da apresentação e aprovação do Relatório final do Fórum, seguida das alocações proferidas pelas seguintes personalidades:

Sra. Lalla Aïcha Ben Barka - Subdiretora geral para África - UNESCO

S.Ex^a Sr. Pinda Simão - Ministro da Educação, Angola

S.Ex^a. Sra Angela Bragança – Secretária de Estado para a Cooperação, Ministério das Relações externas, Angola

RELATÓRIO FINAL

Redator-geral:

S.E. Sr. Olabiyi Babalola Joseph Yai, antigo Embaixador e Delegado Permanente do Benim junto da UNESCO

Co-Redatores:

Sr. Firmin Edouard Matoko, Diretor UA e a CEA e Representante da UNESCO junto da Etiópia

Sr. Afonso Valentim, Diretor do Gabinete de Estudos, Planificação e Estatística, Ministério da Cultura de Angola

De 26 a 28 de março de 2013 teve lugar em Luanda, sob alto patrocínio de Sua Excelência Sr. José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, o Fórum pan-africano "Fundamentos e Recursos para uma cultura de paz" organizado em conjunto pela UNESCO, União Africana e Governo de Angola.

Como referido na nota concetual do Fórum:

"O objetivo deste Fórum Pan-africano é apoiar-se em fundamentos de inspiração e no potencial dos recursos culturais, naturais e humanos do Continente para identificar pistas de ação concreta que permitam construir uma paz sustentável, entendida como pedra angular do desenvolvimento endógeno e do Pan-africanismo. Inspirando-se nos princípios enumerados na Carta do renascimento cultural africano, a UNESCO e a União africana estão convencidas de que a diversidade cultural e a unidade africana constituem um fator de equilíbrio, uma força para o desenvolvimento económico de África, a resolução de conflitos, a redução das desigualdades e da injustiça ao serviço da integração nacional".

Recordemos também que este Fórum se situa no âmbito da execução da obra do Programa de ação intersectorial e interdisciplinar para uma cultura de paz e da não-violência da UNESCO. E pretende também contribuir para a implementação dos programas para a integração regional, a paz, a segurança e a democracia estabelecidos pelo Plano estratégico da Comissão da União Africana. Por fim, salienta-se que este Fórum se inscreveu no âmbito das celebrações do 50º aniversário da Organização da União Africana.

SESSÃO DE ABERTURA

A cerimónia de abertura do Fórum foi enaltecida através da presença do Presidente da República de Angola, S.E. Sr. José Eduardo dos Santos, pela Diretora Geral da UNESCO, Sra. Irina Bokova e pelo Vice-presidente da Comissão da União Africana, S.E. Sr. Erastus Mwencha.

A Sra. Irina Bokova, Diretora Geral, agradeceu às autoridades angolanas pelo acolhimento e a organização do Fórum e indicou que este Fórum era uma oportunidade para a UNESCO e os africanos de refletir juntos no modo de contribuir para um dos maiores desafios do momento: a paz. A Diretora Geral realçou em particular o facto de este Fórum ter lugar em Angola, país que, após longos anos de guerra, conseguiu construir uma paz sustentável, demonstrando que a procura da paz é inseparável do desenvolvimento sustentável, da participação dos jovens e das mulheres, do respeito pelas culturas e identidades.

S.Ex^a. Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente da União Africana, em nome do Presidente da Comissão, começou por agradecer o país acolhedor pela organização deste Fórum. De seguida, realçou a importância do trabalho realizado pela UNESCO para o desenvolvimento de África nos domínios da educação, da cultura e das ciências. Recordou ainda o importante contributo da História Geral de África e da sua utilidade pedagógica. Por fim, chamou a atenção para o facto do tema do Fórum estar próximo do do 50º aniversário da OUA/UA que será celebrado este ano e que terá como tema “Pan-africanismo e renascimentos africano”. Por fim, concluiu salientando que a paz e o desenvolvimento eram indissociáveis.

Estavam igualmente presentes eminentes personalidades convidadas de honra cujos contributos revelaram mais uma vez a necessidade de promover uma cultura de paz em África fundando-se em valores e tradições africanas e em experiências locais de prevenção e resolução dos conflitos.

S.Ex^a. Sr. Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, insistiu na relação entre a paz e a governação e indicou que as questões ligadas à governação e ao exercício de autoridade tornam-se causas de conflitos à medida que os cidadãos têm acesso a níveis superiores de educação e de formação. O desenvolvimento de uma cultura de paz exige portanto ao nível dos Estados a implementação de políticas inclusivas e a instauração de um diálogo permanente com vista à resolução de conflitos e à promoção da cidadania.

O Sr Frederico Mayor, antigo Diretor geral da UNESCO, lembrou que a cultura de paz está no centro da missão da UNESCO. Salientou que o facto de este Fórum ter lugar em África, berço da humanidade, é uma mensagem para o mundo inteiro e para os jovens em particular.

A Sra. Bineta Diop, Presidente de Mulheres África Solidariedades (FAZ), salientou, por seu lado, que sem a paz e a segurança, não pode haver desenvolvimento para todos. Lembrou ainda o papel fundamental das mulheres africanas na procura da paz e pediu uma maior implicação destas na regulação de conflitos.

S.Ex^a. Sr José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, abriu por fim os trabalhos do Fórum declarando que a guerra era uma calamidade e que a paz era uma necessidade imperativa para assegurar o desenvolvimento de todo o continente africano. Sublinhou que a consolidação da paz era fruto da reconciliação, do perdão, da confiança e da aceitação do outro. A paz precisa de um envolvimento sem tréguas de toda a sociedade a todos os níveis (político, económico, social, cultural, jurídico, militar). Os jovens de hoje têm de ser formados para os valores da cultura de paz e da tolerância para que estas se tornem património moral da sociedade.

DESENVOLVIMENTO DOS DEBATES

Os debates do Fórum em que participaram os representantes de cerca de trinta Estados membros africanos, técnicos independentes e representantes de organizações e associações profissionais e da sociedade civil decorreram em mesas redondas plenárias e em ateliês em torno de três temas principais:

- Fundamentos e recursos culturais para uma paz sustentável em África
- O desafio dos recursos naturais: origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável
- Recursos humanos para a paz e o desenvolvimento sustentável: o grande desafio da juventude africana.

As apresentações e os debates trouxeram um novo olhar sobre os fundamentos e os recursos africanos necessários para construir e promover uma paz sustentável no Continente. A constatação geral é a de que os recursos são abundantes, mas de modo geral, não são conhecidos e explorados de modo racional para apoiar o desenvolvimento e a paz. Quer se trate de recursos humanos ou materiais, de riquezas culturais materiais e imateriais, há uma necessidade imperativa de dispor de ferramentas que permitam a valorização e a exploração.

A primeira mesa redonda presidida por S.Ex^a. Sr Banza Mukalay Nsungu, Misnistro da Cultura, da Juventude e dos Desportos da R.D do Congo e Presidente da Conferência dos Ministros africanos da Cultura, foi dedicada aos fundamentos e recursos culturais para uma cultura de paz sustentável em África.

Os participantes realçaram que o carácter fundamentalmente solidário das culturas africanas nas quais prevalecem os valores da paz, da tolerância e do respeito pelo outro. Esses valores estão ancorados nas práticas tradicionais de prevenção de conflitos que se encontram hoje em muitos países. Entre os recursos mais citados em relação a essa particularidade da cultura africana, podemos reter as práticas de prevenção e regulação de conflitos tais como o ritual da ironia familiar [“parenté à plaisanterie”], o papel da mediação dos chefes tradicionais e religiosos, os sistemas jurídicos tradicionais, locais, etc. Todos estes valores e práticas devem ser valorizados no dia-a-dia e deveriam fazer parte dos programas de ensino desde a mais tenra idade. Os valores da cultura de paz devem ser tidos em conta pelas políticas educativas nacionais e integrarem os currículos escolares. Devem ainda ser objeto de um reconhecimento académico através de trabalhos de investigação e publicações para o dar a conhecer ao grande público. Os jovens africanos estão frequentemente expostos a influências culturais estrangeiras nocivas aos olhos dos costumes locais. Em tal contexto, é imperativo promover ações culturais fundadas na identidade e nos valores locais. Os participantes também salientaram que Africa deveria prestar mais atenção às potencialidades económicas da cultura e o seu contributo para o desenvolvimento. Por fim, consideraram que África deveria “descomplexar” em relação à riqueza dos recursos e das experiências endógenas em termos de prevenção e resolução de conflitos.

A segunda mesa redonda, presidida por S. Ex^a. Sr João Teta, Secretário de Estado, Ministério da Ciência e Tecnologias da República de Angola, dedicada aos recursos naturais e ao seu papel como origem de conflitos ou oportunidade para um desenvolvimento sustentável, retomou a constatação já conhecida de um Continente rico em recursos naturais que paradoxalmente não contribuem para o seu desenvolvimento.

Esses recursos que, na maioria dos casos, atravessam várias fronteiras e não se limitam a um país, representam no entanto inestimáveis oportunidades de desenvolvimento e de integração regional. Constata-se contudo que estes são fundamento de crises e de conflitos a nível regional. Foram evocadas várias razões entre as quais a má governação e a não repartição equitativa dos produtos dos recursos naturais entre as comunidades beneficiárias, a ausência de políticas nacionais, a exploração descontrolada e a sobre-exploração e acima de tudo a ausência de ferramentas que permitam repertoriar os recursos

naturais existentes com vista a uma melhor exploração (estima-se, por exemplo, que apenas 30% dos recursos são explorados por falta de informações científicas nos seus locais). Os participantes também salientaram que alguns conflitos provinham do exterior pois esses recursos representam os desafios geoestratégicos inigualáveis. Importa, por fim, notar que os recursos naturais de que dispõe África (água doce, recursos marinhos, ecossistemas naturais, recursos mineiros e minerais) devem ser considerados antes de mais como mais-valias para a paz e o desenvolvimento e que cabe aos líderes africanos tomar as medidas necessárias para os proteger. São indispensáveis políticas nacionais que impliquem as comunidades locais e os jovens, a elaboração de estratégias específicas tendo em conta as tradições locais de gestão das riquezas naturais, assim como o saber-fazer dos autóctones ligado à conservação dos ecossistemas, tanto a nível nacional, como regional. Foi ainda abordada a questão das economias verde e azul, geradoras de novos empregos e de rendimentos. Foi então demonstrado que a transição para essas economias vai aumentar as perspectivas de emprego e oferecer uma oportunidade única para a juventude africana melhorando o seu bem-estar. É portanto importante ter em conta essa questão a todos os níveis através de apoio reforçado das causas e a sua integração em todas as políticas de emprego e de ensino e da formação técnica e profissional.

A terceira mesa redonda presidida por S.Ex^a. Sr Anatole Collinet Makosso, Ministro da Juventude e da Educação cívica da República do Congo e Presidente da Conferência de Ministros africanos da Juventude, foi dedicada aos desafios da juventude africana.

A primeira constatação é a de que a juventude representa uma grande parte da população e que está confrontada com problemas de inserção profissional, de formação inadequada e uma falta de participação na cidadania. A segunda constatação é a de uma juventude que se sente excluída dos processos de decisão que lhe dizem respeito e por isso geram-se nela frustrações e comportamentos de revolta, por vezes violentos. É necessário reconhecer que a juventude constitui um potencial para a construção da paz. Os jovens de hoje serão os responsáveis de amanhã e é necessário dar-lhes desde já a formação indispensável, pois é nesta idade que podem desenvolver um estado de espírito favorável à cultura de paz. No mesmo sentido, deveriam ser dados os meios aos jovens e em particular às jovens mulheres para se emancipar pelo empreendedorismo. A educação e o saber que asseguram a independência económica são elementos essenciais para promover uma cultura de paz e da não-violência. A mobilização dos jovens para a cultura de paz passa também pelos movimentos associativos, a formação e a sensibilização para as problemáticas da paz e da não-violência, dos direitos humanos, da democracia, etc. Experiências deste género já existem em África e merecem ser valorizadas.

A última sessão plenária “Construir múltiplas parcerias para uma cultura de paz em África – Acção para a paz”, marcou o lançamento de um Movimento pan-africano através da expressão de compromissos concretos a favor de uma cultura de paz por parte de um conjunto de parceiros governamentais e intergovernamentais, entre os quais os Ministros da cultura, da juventude e do desporto, da ciência e tecnologia, da educação de cinco países africanos presentes no Fórum, os representantes do Banco Africano do Desenvolvimento, da União Monetária dos Estados de África de Oeste, da União do Rio Mano, da Comissão do Golfo da Guiné e de Agências do sistema das Nações Unidas.

Com os representantes de fundações, de organizações do sector privado e da sociedade civil num total de trinta personalidades, comprometeram-se nesse movimento sob égide da UNESCO e da União Africana. Foram visionadas mensagens audiovisuais de apoio e de adesão a este movimento e vieram também personalidades africanas e da diáspora, como: Arch. Desmond Tutu, Forest Whitaker, Manu Dibango, Salif A’Solfo, Mo Ibrahim e Amadou Mahtar M’Bow.

Esse movimento vem reforçar a Campanha “Acção para a paz” lançada pela União Africana em 2010. Alguns países manifestaram, durante o Fórum, o seu interesse em pôr em prática essa Campanha a nível nacional. A esse propósito, é de notar que Angola já lançou a Campanha em todo o território nacional.

Na véspera do Fórum, a 25 de março, sob impulso da Comissão Nacional angolana para a UNESCO, foi lançada a Campanha para uma cultura de paz com a participação de mais de três mil jovens provenientes de organizações que fazem parte do Conselho Nacional da juventude angolana. Essa Campanha está a decorrer neste momento e continuará até ao final do ano com manifestações artísticas: música, teatro, dança, literatura e meios de comunicação social com cartazes e bandeiras publicitárias em locais públicos, programas e spots na televisão e na rádio assim como uma grande difusão de mensagens SMS por parte dos operadores de telemóvel locais (mais de 10 milhões de inscritos já foram visados).

O setor privado angolano esteve intimamente associado ao Fórum e diz-se disposto a cooperar com a UNESCO e a União Africana no lançamento oficial da campanha e do movimento pela promoção de uma cultura de paz noutros países africanos.

As conclusões dos debates em plenário e em ateliês forneceram elementos para a elaboração de um Plano de ação diversificado com recomendações e propostas de ação para a construção de uma cultura de paz em África.

O Plano de ação adotado na sessão plenária é dirigido a todos os elementos da sociedade africana: dirigentes políticos, instituições nacionais e regionais, sociedade civil, associações comunitárias, movimentos de juventude e organizações de mulheres, líderes religiosos e tradicionais, empreendedores e dirigentes do setor privado, etc.

A sua aplicação será objeto de um acompanhamento por parte das duas instituições implicadas na organização do presente Fórum: União Africana e UNESCO.

ANEXOS:

- Plano de ação a favor de uma Cultura de paz em África “Acção para a paz”
- Resolução de apoio ao Plano de ação

ANEXOS

Anexo I : PLANO DE AÇÃO A FAVOR DE UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA “ACÇÃO PARA A PAZ”

Este Plano de ação é dirigido a todos os elementos da sociedade africana: dirigentes políticos, instituições nacionais e regionais, sociedade civil, associações comunitárias, movimentos juvenis e organizações de mulheres, líderes religiosos e tradicionais, empreiteiros e dirigentes do setor privado, etc. para que cada organização ou instituição possa apropriar-se dele e inspirar-se para a programação e a aplicação dos seus programas e atividades a curto, médio e longo prazo.

1. FUNDAMENTOS E RECURSOS CULTURAIS PARA UMA PAZ SUSTENTAVEL EM ÁFRICA

Objetivo 1.1: Valorizar o contributo da cultura africana para o diálogo e a reconciliação

Recomendações gerais

- A cultura de paz no dia-a-dia deveria refletir-se de modo transversal em todos os programas da União Africana e da UNESCO
- A cultura – fonte de energia, de dignidade, de inovação, de esperança e de uma vida criadora de povos – não deve ser instrumentalizada para justificar ou exacerbar conflitos
- A cultura, reflexo de valores estéticos, éticos e espirituais, amonte de tensões e conflitos, deve ser valorizada em conformidade com a doutrina de que mais vale prevenir que remediar
- Os laços entre cultura e paz devem ser realçados, inscrevendo-se ambos no tempo pela prática diária, resumindo-se em diferentes “modos de viver juntos”
- A cultura e os valores africanos não deveriam ser tratados nem por uma abordagem negativa, nem por uma abordagem essencialista e imutável. Deveria evitar-se esse risco, substituindo esses valores no interior dos valores universais orientados para o futuro e velando por evitar a sua manipulação e a sua instrumentalização
- Devem ser valorizadas as práticas de paz provenientes das tradições africanas, de que são exemplo saudáveis evocações que vêm desde o movimento criador dos povos, sendo o caso do uso da palavra *paz* como saudação diária
- Deve ser promovida uma ética do poder e de governação definitivamente orientada a favor da cultura de paz
- Deveria ser reconhecida a centralidade da comunidade e dos chefes tradicionais e religiosos que insistem na palavra que compromete
- Deveria valorizar-se o papel dos grandes testemunhos e responsáveis pela paz – sábios, chefes tradicionais e religiosos
- O desenvolvimento deveria ser concebido como um vasto empreendimento da educação e a educação como um vasto empreendimento do desenvolvimento, ambos irrigados pelos princípios da cultura de paz

Propostas de acção

- Identificar/ cartografar todos os fatores, atores e instituições que alimentam os conflitos, bem como os que os previnem/ os impedem com especial atenção para os processos que têm em conta as tradições e as práticas locais

- Implementar um quadro de políticas coerentes que permitam a todas as identidades conjugar-se harmoniosamente e consolidar o processo de cultura de paz
- Conceber um quadro conceptual e operacional transversal que mobilize nomeadamente a educação, o património e a história para assegurar que a noção de cultura de paz está presente nas políticas públicas com especial incidência na investigação-ação
- Fazer uma apologia para a integração da cultura de paz como objeto integrante e essencial nos sistemas educativos insistindo nomeadamente na releitura dos manuais escolares para eliminação de qualquer estereótipo cultural, sexista, étnico, linguístico e religioso, no ensino das línguas africanas e em especial nas transfronteiriças, na transmissão dos mecanismos tradicionais de prevenção e resolução de conflitos, na utilização da História geral de África, etc.
- Aumentar o recurso aos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos e promover as boas práticas e mecanismos de reconciliação que já deram resultados tangíveis no Continente
- Lançar um apelo a todos os países africanos para que o Fundo do Património Africano seja dotado de recursos adequados (sendo o património uma fonte de conhecimento, de consciência, de sentimento de pertença e de grande diálogo por excelência)
- Sensibilizar as comunidades locais e a juventude para a valorização desse património material e imaterial, bem como para a procura de um equilíbrio entre os imperativos do desenvolvimento e preservação do património com um turismo intercultural e intercomunitário
- Elaborar um reportório de personalidades africanas, homens e mulheres, que contribuíram para a paz e o reconhecimento da cultura africana
- Promover os mecanismos permanentes de diálogo comunitário e de reconciliação a nível local, com a participação de todos os elementos da sociedade
- Pôr em andamento um programa de investigação-ação sobre os métodos endógenos de prevenção e resolução dos conflitos em África, nomeadamente com um sistema de bolsa para jovens investigadores africanos
- Apoiar o Grupo de Sábios da União Africana, a nível local, nacional ou regional nas suas ações a favor da paz em África

Objetivo 1.2: Reforçar as relações entre Educação e Cultura para construir percursos de educação e de formação eficazes a fim de promover a cultura de paz em África

Recomendações gerais

- A cultura de paz, as línguas e a história de África devem fazer parte integrante dos sistemas de educação formal e não formal e em particular na formação dos professores
- As boas práticas em matéria de educação para a cultura de paz devem ser valorizadas e difundidas pelo Continente
- A utilização sistemática da História geral de África deveria ser promovida como ferramenta pedagógica de referência para o ensino da cultura de paz
- Deve ser promovido o ensino das línguas locais, dos dialetos e a história de África nas escolas africanas a fim de colmatar o fosso entre tradição e modernidade, bem como a utilização do teatro, das músicas, danças e arte a fim de promover a cultura de paz na escola
- Os sistemas educativos públicos e privados devem integrar a aquisição de competências práticas a fim de preparar melhor os diplomados para enfrentar todas as situações, inclusive a promoção da cultura de paz
- O papel das religiões e das espiritualidades deveria ser reforçado no ensino dos valores da cultura de paz

Propostas de acção

- Encorajar e apoiar os Estados para rever os programas escolares em todos os níveis de ensino para introduzir a cultura de paz nos sistemas de educação formal e não formal
- Investir mais na investigação orientada para ações que ajudem na promoção de valores africanos favoráveis à cultura de paz; em particular recorrer mais aos investigadores locais e reforçar o valor acrescentado da nova universidade pan-africana
- Encorajar os Estados membros para desenvolver programas e políticas que favoreçam a utilização do teatro, da música, da dança e da arte para a promoção da cultura de paz; uma abordagem holística integrada nos currícula e das abordagens ao serviço das plataformas formais e informais de promoção da cultura de paz
- Utilizar mais as abordagens consultiva e colaborativa para desenvolver programas para a educação para a paz como as que são utilizadas na CEDEAO com enfoque na formação de formadores
- Criar atividades extraescolares em particular para as crianças e os jovens como o são, por exemplo, programas que promovam a cultura de paz nas estações radiofónicas e televisões locais
- Organizar uma Conferência conjunta UNESCO-União Africana dos Ministros da Educação e da Cultura a fim de reforçar os laços entre educação e cultura, assim como a promoção da cultura de paz (Cf. Cimeira da UA, Khartoum 2006)

Objetivo 1.3: Desenvolver a economia da cultura, geradora de emprego para a juventude, numa visão do desenvolvimento sustentável do Continente

Recomendações gerais

- O desenvolvimento de uma plataforma conceptual para tratar do processo de reconciliação reagrupando, entre outros, fatores transversais como a economia, os recursos naturais e culturais, a governação
- A promoção do turismo interno e os intercâmbios culturais para encorajar uma melhor tomada de consciência da diversidade cultural
- O desenvolvimento e a utilização dos média, das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para promover a cultura de paz. Os média são um parceiro crucial na formação das consciências das pessoas e a infusão da cultura de paz
- A promoção de uma indústria cultural a nível escolar: o património material e imaterial para a paz, assim como a criação de empregos para os jovens no setor das indústrias da cultura e da criação
- A criação de oportunidades de acesso ao financiamento destinado a atores do mundo da cultura para contribuir para o desenvolvimento económico nacional
- Os Estados membros devem ser encorajados a todos os níveis para ratificar e aplicar a Carta para a Cultura e o Renascimento Africano, pois contém também importantes disposições para a promoção da cultura para o desenvolvimento
- Uma cimeira dos Chefes de Estado da UA deveria dedicar-se às questões associadas à cultura e em particular à questão das indústrias culturais e da economia da cultura

Propostas de acção

- Encorajar os Estados membros a facilitar a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento e a melhoria do turismo cultural
- Convidar as Embaixadas africanas a difundir as indústrias culturais e criativas africanas para a sua popularização, promoção e desenvolvimento
- Implementar uma base de dados com informações pertinentes para os atores do mundo da cultura (tais como as oportunidades disponíveis, os critérios de qualidade, os standards internacionais, proteção dos direitos de propriedade intelectual) para melhorar a produção cultural

- Apoiar o desenvolvimento de políticas nacionais que favoreçam o empreendedorismo dos jovens através de programas que visem o empreendedorismo social e o emprego dos jovens no domínio das indústrias culturais (artesanato, artes, música, festivais, cinema,...)
- Incitar os Estados a adotar uma legislação apropriada para regular a criação e a vida de todos os meios de comunicação, inclusive os oriundos das novas tecnologias

2. A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PARA A PREVENÇÃO DOS CONFLITOS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivo 2.1: Promover a cooperação e a diplomacia científica para a partilha dos recursos transfronteiriços

Recomendações gerais

- Deveria ser encorajado ao mais alto nível o compromisso político para uma melhor gestão das bacias hidrográficas e para assegurar a sustentabilidade dos recursos partilhados
- Deveriam ser fortemente reforçadas e encorajadas as capacidades das universidades e a implicação dos cientistas e dos universitários da região na produção de conhecimentos para uma boa gestão dos recursos transfronteiriços, nomeadamente ao nível das reservas de biosfera transfronteiriça e das bacias hidrográficas
- Deveriam ser implementados mecanismos de financiamento sustentável transfronteiriço implicando prioritariamente os recursos financeiros nacionais para assegurar uma partilha equitativa e uma redistribuição a nível local dos lucros oriundos da sua utilização, nomeadamente os provenientes do turismo
- Deveria reforçar-se a cooperação técnica e interinstitucional para assegurar a sustentabilidade das iniciativas transfronteiriças
- Os decisores deveriam ser sensibilizados para a importância e utilidade da teledeteção, nomeadamente na gestão dos recursos partilhados (água, solos, regiões costeiras, florestas...) e pôr à disposição das comunidades locais as ferramentas de teledeteção para a gestão dos recursos naturais com apoio da comunidade científica
- Deveria encorajar-se uma maior implicação e participação de todos os atores, nomeadamente os da base, na região das bacias hidrográficas e das reservas de biosfera transfronteiriça

Propostas de acção

- Assegurar uma grande difusão do conceito de “Reserva de biosfera para a paz” em África, valorizando em particular a experiência da reserva da biosfera transfronteiriça do rio Senegal para suscitar a criação de outras reservas do mesmo género pelo continente
- Convidar os Estados membros para integrar o conceito de “Reserva de biosfera para a paz” em África nas formações a todos os níveis e em especial a nível universitário
- Encorajar os Estados membros para fazerem estudos interdisciplinares e inventários dos seus recursos ao nível das fronteiras para servir de base aos acordos de gestão transfronteiriça
- Apoiar a Rede de organismos de gestão das bacias hidrográficas africanas para reforçar os intercâmbios e as partilhas de experiências e a cooperação institucional
- Apoiar a criação de um Instituto regional de teledeteção responsável pela promoção da teledeteção nas tomadas de decisão políticas e no acompanhamento de conflitos em África, no seio da Universidade Pan-africana
- Identificar a Grande Corrente do Golfo da Guiné como laboratório para estudar e resolver os desafios ligados aos ecossistemas marinhos e costeiros em África, utilizando a teledeteção para o concurso das universidades da região

Objetivo 2.2: Reforçar o papel das cosmogonias e conhecimentos tradicionais e os saber-fazer autóctones para um desenvolvimento sustentável

Recomendações gerais

- Os Estados africanos e as Nações Unidas têm a responsabilidade de tratar das questões de justiça e de direitos humanos relativos aos povos indígenas como parte integrante dos seus compromissos a favor da paz e do desenvolvimento sustentável. Tal pode ocorrer através de abordagens inclusivas e de diálogo, reforçando os direitos humanos, o reconhecimento e o respeito das especificidades culturais
- As autoridades nacionais devem ser encorajadas para respeitar, compreender e valorizar as culturas indígenas, em relação à sua marginalização e rebaixamento. Esse reconhecimento pode tomar forma de consagração jurídica como é o caso da República do Congo, do Burundi, da República Centrafricana, do Ruanda etc. onde os direitos dos povos indígenas foram incorporados no direito nacional
- A valorização e o respeito pelo saber tradicional em relação ao seu mérito intrínseco devem ir a par do respeito pelos detentores desse saber, neste caso dos povos indígenas. Tal implica o respeito pelo seu direito a ser ouvidos, a participarem no processo de elaboração das políticas e na tomada de decisão, a manterem as suas especificidades culturais e o seu modo de vida, assim como os seus direitos sobre as terras e sobre os recursos de que dependem.

Propostas de acção

Perspetivando a Conferência mundial da AGNU sobre os povos indígenas em 2014:

- A UA tem de garantir, apoiando-se no sistema das Nações Unidas, a grande difusão das relações da Comissão africana dos direitos do homem e dos povos com as cláusulas pertinentes da Carta africana, que esclarecem a definição e o estatuto dos povos indígenas no contexto africano, a fim de dissipar qualquer incompreensão e más interpretações
- Assegurar um reconhecimento alargado dos sistemas de saberes tradicionais dos povos indígenas, inclusive os das mulheres indígenas, em relação à sua importância para os povos indígenas e para a sociedade em geral, assim como o seu importantes contributo para os outros temas de conhecimento, nomeadamente a ciência contemporânea, os sistemas de boa governação, a prevenção e a resolução dos conflitos
- Proteger e salvaguardar as línguas e saberes dos povos indígenas, inclusive a sua transmissão intergerações. Devem ser reforçados os mecanismos de proteção dos direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas, nomeadamente através de protocolos comunitários e do reforço de capacidades, e devem ser confirmados os princípios de partilha equitativa de recursos
- Desenvolver abordagens culturalmente pertinentes no domínio do ensino formal e na saúde para assegurar o respeito pela diversidade das identidades culturais, das políticas e das práticas de modo a reforçar a cultura de paz em África
- As autoridades governamentais devem iniciar um processo de diálogo formal com os povos indígenas e as organizações importantes da sociedade civil a fim de explorar em conjunto as oportunidades de resolução pacífica dos conflitos ligados à exploração e gestão dos recursos naturais

Objetivo 2.3: Desenvolver as economias verde e azul geradoras de emprego para todos e em especial para a juventude.

Recomendações gerais

- A importância e o contributo das economias verde e azul devem ser completamente reconhecidas perante perspectivas crescentes de emprego e da oportunidade única que oferecem à juventude africana para melhorar o seu bem-estar. Devem portanto ser levadas a sério a todos os níveis por meio de uma defesa suplementar e para uma maior integração no âmbito das ações e do processo de reforma em curso
- O setor da educação deve garantir que todos os trabalhadores são dotados de conhecimentos, competências e atitudes suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um dos domínios-chave da UNESCO que preside a Década das Nações Unidas para a educação com vista ao desenvolvimento sustentável
- Existe uma necessidade de criar uma cultura do compromisso e da participação da juventude para concluir que chegar à paz é um processo, um sistema, uma situação, um caso de gestão. Assim, há uma necessidade de criar um modelo inovador integrado que aborde a promoção do empreendimento social e do desenvolvimento da cultura de paz em África de modo integrado. Há inegáveis vantagens em utilizar uma inovação integrada na promoção da cultura de paz, do empreendimento social e do desenvolvimento da economia verde

Propostas de acção

- Desenvolver um apoio suplementar a todos os níveis (internacional, regional, sub-regional, nacional) sobre a importância e as oportunidades a aproveitar na transição para as economias verde e azul, o ensino técnico e a formação profissional (ETFP) e definir as modalidades de tal transição graças à sua integração em ações adequadas e aos processos de reforma em curso a todos os níveis
- Encorajar a criação de redes de intercâmbio (sobre os conhecimentos pertinentes e as melhores práticas) entre os atores da economia e da sociedade civil local (as associações de mulheres e dos jovens, etc.) e os centros de especialização aos níveis nacional e internacional (incluindo as universidades virtuais, as redes existentes pertinentes, etc.)
- Integrar substancialmente no ETFP, os conhecimentos e competências em economias verdes e azuis e educação para uma cultura de paz para preparar os jovens para vários empregos azuis e verdes
- Facilitar o empreendedorismo dos jovens, através de programas de empreendedorismo social e emprego jovem nas economias verde e azul (turismo ecológico, reciclagem, agricultura biológica, etc.)
- Adaptar os mecanismos de apoio para as micro-empresas que desenvolvam projetos inovadores nos seguintes sectores: agricultura, saúde, energias renováveis, arquitetura ecológica, etc. implementando mecanismos de formação, monitorização e controlo a nível local

3. OS JOVENS, ATORES DA MUDANÇA PARA A PAZ E O DESENVOLVIMENTO

Objetivo 3.1: Promover o compromisso e a inclusão dos jovens na sociedade

Recomendações gerais

- Devem ser formuladas, revistas ou, se necessário, desenvolvidas políticas nacionais de juventude inclusivas e em linha com instrumentos internacionais e regionais, nomeadamente com a Carta africana da juventude sem esquecer a igualdade dos géneros com a participação dos jovens

- Os sistemas formais e não-formais de educação devem incluir a educação para a cidadania, a paz, a tolerância, os direitos humanos, etc. tendo em conta a necessidade de revisitar o conceito de educação no seu todo. Este conceito merece ser repensado de forma inovadora

Propostas de acção

- Incentivar os Estados Membros a assinar e ratificar a Carta Africana da Juventude e elaborar planos de ação adaptados a cada situação nacional. Deve ser posto em prática um mecanismo de acompanhamento e monitorização para se seguir sistematicamente os progressos realizados por cada Estado Membro
- Criar um Observatório Africano da Juventude
- Implementar em todos os Estados africanos formações de jovens para a liderança, a cidadania, a justiça social, etc.
- Criar um fundo para promover o emprego dos jovens, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com vista a favorecer o empreendedorismo social
- Implementar um sistema de difusão da Carta junto dos jovens através dos média, das redes sociais, do audiovisual, etc.

Objetivo 3.2: Desenvolver a utilização das TIC e dos média e valorizar os modelos promissores para a juventude africana

Recomendações gerais

- A educação dos jovens e o desenvolvimento do seu espírito crítico para analisar e utilizar conscientemente a informação difundida/ recebida deveria ser sistemática
- Os modelos construtivos e positivos contemporâneos e históricos (atletas, músicos, artistas, etc.) deveriam ser utilizados, difundidos e valorizados pelos média e por eventos desportivos e artísticos
- Deveriam ser reforçadas as capacidades dos jovens profissionais de informação sobre as questões de cultura de paz para lhes conceder as ferramentas necessárias e os conhecimentos pertinentes para sensibilizar/ informar as populações
- Deveria ser inevitavelmente promovido o desporto como instrumento de luta contra a violência e todas as formas de discriminação
- Devem ser promovidas em todos os países políticas que garantam a liberdade de expressão, o pluralismo dos média e a segurança de jornalistas bem como o acesso universal à informação

Propostas de acção

- Criar um Observatório dos média para a cultura de paz capaz de encontrar mensagens de incitação à violência ou de reforço de estereótipos de uma comunidade em relação a outra e alertar as diferentes instâncias estatais e internacionais para prevenir as crises e os conflitos
- Desenvolver e criar rádios e centros multimédia comunitários e garantir a formação dos jornalistas locais nos domínios da cultura de paz
- Apoiar as iniciativas para a paz através de atividades desportivas e o ensino dos desportos em contextos de educação formal
- Elaborar formações profissionais e éticas dos média e velar para a melhoria das condições de trabalho dos jornalistas

Objetivo 3.3: Valorizar o papel da mulher na sociedade africana enquanto guardiã dos valores e promover a igualdade dos géneros junto dos jovens

Recomendações gerais

- Devem ser revisitados os fundamentos do património cultural imaterial africano para criar rampas para a modernidade e favorecer a transferência de saberes intergerações, garantido a igualdade dos géneros e a equidade das oportunidades para todos
- Deve ser promovido o contributo dos jovens e das mulheres enquanto fundamento de soluções e não de problemas, enquanto atores de mudanças e transformações sociais
- Deveria estimular-se a todos os níveis o desenvolvimento de movimentos associativos femininos e a promoção da liderança feminina

Propostas de acção

- Lançar um programa de investigação e divulgação sobre as práticas tradicionais de prevenção e de resolução de conflitos, que valorizem o papel da mulher africana
- Produzir ferramentas de comunicação para sensibilizar os pais na luta contra as violências de género (Informação Educação Comunicação IEC)
- Reforçar a cooperação com os Centros e as ONGs especializadas (CIEFFA, FAS, FAWE, GCYC Malawi, Rede das mulheres do Rio Mano, etc.) para promover a educação das jovens raparigas e mulheres
- Definir indicadores para acompanhamento ao nível de cada país

4. AÇÕES COM VISTA À CRIAÇÃO DE UM MOVIMENTO CONTINENTAL SOB ÉGIDE DA UNIÃO AFRICANA E DA UNESCO

Objetivo 4.1: Criar um Movimento continental e sustentável a favor da paz, capaz de mobilizar os Estados africanos, o setor privado, os artistas e os líderes africanos, as organizações internacionais e os atores do desenvolvimento regional, assim como as ONGs e as associações no terreno

Propostas de acção

- Estabelecer modalidades concretas de parceria entre a UNESCO, a UA e as instituições de financiamento de desenvolvimento em África tal como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco mundial, bem como instituições financeiras regionais para que possam incluir a cultura de paz nos seus programas de apoio aos países em reconstrução pós-conflito
- Criar um Grupo africano para a cultura de paz composto por representantes da UA, da UNESCO e dos atores fundamentais para o desenvolvimento em África – Banco africano de desenvolvimento, Banco mundial, Comissão económica das Nações Unidas para África, comunidades económicas regionais, fundações, setor público privado, sociedade civil, etc. –. Essa estrutura ad-hoc ficará responsável pela mobilização dos recursos e acompanhamento de implementação do Plano de ação de Luanda
- Convidar a Comissão da União africana e a UNESCO a tomar medidas apropriadas para a implementação de mecanismos conjuntos (Comissão mista UA/UNESCO) para assegurar o acompanhamento e a implementação do Plano de ação
- Convidar todos os parceiros para incluírem as suas ações pela paz sustentável no âmbito do Movimento continental e a dar vida a este a longo prazo
- Promover os sistemas de mecanismo de alerta precoce das crises existentes a nível nacional e regional e reforçá-los formando operadores e mediadores a nível local, em particular implicando cada vez mais mulheres

- Desenvolver um índice da cultura de paz composta, resultado de um conjunto de indicadores oriundos de oito domínios de ação da cultura de paz, que podem servir de base monitorizada da cultura de paz a nível local, nacional e regional
- Promover fóruns de reflexão para implicar todos os atores a nível nacional, sub-regional e regional, fazer o balanço das ações já empreendidas, questionar os conceitos fundamentais – frequentemente origem de mal-entendidos e manipulações e contribuir para a identificação de pistas de ação inovadoras para a cultura de paz em África

Objetivo 4.2: Reforçar a Campanha da UA «Acção para a paz» para sensibilizar a opinião pública e a juventude em particular para o papel de cada um na construção consolidação da paz e da não-violência no dia-a-dia

Propostas de acção

- Convidar os Estados membros e parceiros para apoiar esforços de mobilização dos recursos financeiros e técnicos para a realização da Campanha a nível nacional e continental
- Convidar os Estados membros e os parceiros para apoiar a estratégia de informação e de comunicação da Campanha
- Convocar os artistas africanos para que difundam a mensagem da paz pelo continente e encorajá-los para criarem obras suscetíveis de sensibilizar os jovens para a cultura de paz
- Reforçar a cooperação entre a UNESCO e a UA para a Campanha e em especial a celebração do dia 21 de setembro, Dia Internacional da Paz

Anexo II : RESOLUÇÃO DE APOIO AO PLANO DE AÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ EM ÁFRICA «ACÇÃO PARA A PAZ»

Recordando que :

A paz é essencialmente respeito pela vida.

A paz é o bem mais precioso da humanidade.

A paz é mais do que o fim dos conflitos armados.

A paz é um comportamento⁴⁰;

Agradecendo o Governo da República de Angola para a organização em Luanda do Fórum pan-africana a favor de uma cultura de paz, que permitiu o lançamento de um Movimento continental a favor de uma Cultura de paz;

Felicitando igualmente o Governo da República de Angola por ter implementado uma campanha nacional para a promoção de uma cultura de paz;

Agradecendo também aos Ministros e representantes dos Estados membros e dos organismos de cooperação regional e sub-regional assim como as organizações da sociedade civil que participaram ativamente nos trabalhos do Fórum;

Recordando o compromisso fundamental da União Africana e da UNESCO para a paz e o desenvolvimento sustentável em África;

Tendo em consideração que o Fórum se inscreve no âmbito das celebrações do 50º aniversário da OUA com o tema «Pan-africanismo e Renascimento Africano» e da Estratégia global da UNESCO a favor da Prioridade África;

Recordando a Campanha «Acção para a paz», lançada pela União Africana em 2010;

Convencidos que a construção de uma cultura de paz em África precisa de uma abordagem endógena, holística e transdisciplinar onde a educação, a cultura, a comunicação e as ciências assumem um papel preponderante;

Convencidos de que a cultura de paz diz respeito à sociedade africana no seu todo inclusive a diáspora

Nós, participantes no Fórum pan-africano de Luanda sobre a cultura de paz em África:

- Tomamos nota do compromisso assumido pelos diferentes parceiros para a implementação de ações no âmbito de um Movimento continental e da Campanha internacional a favor da cultura de paz;
- Aproveitamos a oportunidade que oferece a celebração do cinquentenário da OUA/UA para renovar o nosso compromisso em promover uma cultura de paz em África;
- Adotamos o Plano de ação a favor de uma cultura de paz em África e encorajamos todos os atores, tanto governantes como sociedade civil, a tomar parte nele implementando-o a nível local, nacional, regional e internacional;

⁴⁰ **Declaração de Yamoussoukro**, Congresso Internacional sobre «A paz no espírito dos homens», UNESCO 1989

- Solicitamos ao Governo de Angola que transmita este Plano de ação às organizações regionais africanas, à UNESCO e ao conjunto dos parceiros internacionais, bilaterais e multilaterais, assim como aos parceiros do setor privado envolvidos;
- Solicitamos em particular ao Governo de Angola que submeta aos órgãos competentes da União africana, nomeadamente ao Conselho executivo e à Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo para a divulgação das orientações necessárias para a sua implementação a nível continental;
- Solicitamos aos Estados membros que coloquem em prática mecanismos apropriados que associem o conjunto dos parceiros nacionais (públicos e privados, líderes tradicionais e religiosos) para garantir a implementação do Plano, em particular alguns pontos fulcrais responsáveis por promover a Campanha internacional a favor de uma cultura de paz;
- Solicitamos à Comissão da União africana e à UNESCO, coorganizadores do presente Fórum, que tomem medidas apropriadas e ponham em prática mecanismos conjuntos (Comissão mista UA/UNESCO) para assegurar o acompanhamento e a implementação do Plano de ação.

Feito em Luanda a 28 de março de 2013

Anexo III : MOÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nós, Participantes no Fórum Pan-Africano «Fundamentos e recursos para uma cultura de paz»:

- Agradecemos ao governo e ao povo da República de Angola por nos terem recebido e pelo apoio prestado à organização deste Fórum
- Agradecemos especialmente a Sua Excelência o Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República, pela sua participação e empenho na prossecução da paz e do desenvolvimento em África
- Agradecemos à UNESCO e à União Africana por terem dado início ao presente Fórum, que tem por objetivo mobilizar a comunidade em torno dos valores da cultura de paz e do desenvolvimento em África
- Acolhemos com agrado o lançamento do movimento continental da campanha para a promoção de uma cultura de paz em África «Acção para a Paz»
- Comprometemo-nos solenemente a mobilizar todos os recursos para que esta campanha alcance o sucesso desejado.

Feito em Luanda, aos 28 de março de 2013

Anexo IV : LISTA DOS PARTICIPANTES

Nº	Nome	Título	Organização	País
1	S.Exª Sr. José Eduardo dos Santos	Presidente da República de Angola	República de Angola	Angola
2	S.Exª Sra. Rosa Cruz e Silva	Ministra da Cultura	República de Angola	Angola
3	S.Exª Sr. Pinda Simão	Ministro da Educação	Ministério da Educação Nacional	Angola
4	S.Exª Sra. Angela Bragança	Secretário de Estado da Cooperação	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Angola
5	S.Exª Sr. João Teta	Secretário de Estado	Ministério da Ciência e Tecnologia	Angola
6	S.Exª Sr. Diekumpuna Sita N'sadisi José	Embaixador	Delegação Permanente junto da UNESCO	Angola
7	Sra. Cuandina Carvalho	Secretário-geral	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Angola
8	Sr. Manuel Quarta	Secretário Permanente	Comissão Nacional para a UNESCO	Angola
9	Sr. Amilcar Xavier	Jornalista e Professor Universitário		Angola
10	Sr. Diamantino Azevedo	Presidente e CEO	FERRANGOL-EP	Angola
11	Sr. Ziva Domingo	Representante do Diretor-geral	Fundo do Património Africano	Angola
12	Sr. Filipe Zau	Assessor Técnico do Ministro	Ministério da Educação Nacional	Angola
13	Sr. António Fonseca	Diretor	Instituto Nacional das Indústrias Culturais	Angola
14	Sr. Domingos Neto	Diretor Nacional de Investigação Científica	Ministério da Ciência e Tecnologia	Angola
15	Sr. Giza Gaspar Martins	Coordenador	Unidade de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente	Angola
16	Sr. Gabriel Luís Miguel	Diretor Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Ministério da Ciência e Tecnologia	Angola
17	Sr. Cláudio Aguiar	Presidente	Conselho Nacional da Juventude	Angola
18	Sr. Botelho de Vasconcelos	Escritor e membro do Parlamento	Assembleia nacional	Angola
19	Sra. Luísa Damião	Jornalista e membro do Parlamento	Assembleia nacional	Angola
20	Sr. Albino Carlos	Diretor	Centro de formação de jornalistas	Angola
21	Sra. Laurinda Hoygaard	Reitor	Universidade Privada de Angola	Angola
22	Sra. Victor Barbosa	Coordenador	Rede de Educação para Todos	Angola
23	Sr. Leonel Da Rocha Pinto	Presidente	Grupo de Líderes empresariais (LIDE)	Angola

24	Sr. Filipe Lemos Inácio			Angola
25	Sr. João de Deus	Diretor Executivo	Fundação Eduardo dos Santos (FESA)	Angola
26	Sr. José Luís Mendonça	Editor	Jornal Angolano de Artes e Letras	Angola
27	Sr. Carlos Lopes Rosa		Federação Angolana de Desporto Universitário (FANDU)	Angola
28	Sra. Ana Paula Patrocínio Rodrigues	Conselheiro	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Angola
29	Sr. Afonso Valentim	Diretor	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística	Angola
30	Emb. Olabiyi Babalola Joseph Yai	Antigo Embaixador e Delegado Permanente		Benim
31	Sra Yolande Amegan Ogouchi	Secretária-geral	Comissão Nacional para a UNESCO	Benim
32	Dr Gladys Mokhawa	Coordenador	Centro de Estudos da Cultura e da Paz, Universidade de Botswana	Botswana
33	Sr. Fraiser Thloiwe	Secretário permanente adjunto	Comissão nacional para a UNESCO	Botswana
34	Sra Françoise Ki-Zerbo	Administradora-geral adjunta	Fundação Joseph Ki-Zerbo para a História e o Desenvolvimento Endógeno de África	Burkina Faso
35	Sra. Saoudata Aboubacrine		Associação para a realização das mulheres nómadas - Tin Hinan / Comité internacional de planificação sobre a autossuficiência alimentar	Burkina Faso
36	Sr. Amadou Hama Maiga	Diretor geral adjunto	Instituto internacional de engenharia da água e do ambiente (2iE)	Burkina Faso
37	Sr. Vital Banzanze	Senador	Mecanismo dos peritos das Nações Unidas nos direitos dos povos autóctones	Burundi
38	Sra. Ida-Marie Musoda	Conselheira	Programa de Ciências Sociais e Humanas, Comissão nacional para a UNESCO	Burundi
39	Sr. Said Abdou	Secretário geral	Comissão nacional para a UNESCO	Comores
40	S.Ex ^a . Sr. Anatole Collinet Makosso	Ministro da Educação Cívica e da Juventude e /Presidente	Conferência da UA dos Ministros africanos responsáveis pela Juventude (COMY IV)	Congo
41	Sr. Jean Gustave N'Tondo	Comissário para a promoção dos valores da paz e reparação de sequelas de guerra	Comissão nacional para a UNESCO	Congo
42	S.Ex ^a . Sra Denise Houfouet Boigny	Embaixadora	Delegação permanente junto da UNESCO	Costa do Marfim
43	Sr. Lezou Dago Gérard	Titular de Cátedra	Cátedra UNESCO para a cultura da paz	Costa do Marfim
44	Sr. Jean-Noël Loucou		Fundação Houphouët-Boigny	Costa do

				Marfim
45	Sr. Lou Mathieu Bamba	Secretário-geral	Comissão nacional para a UNESCO	Costa do Marfim
46	Sra Diénéba Doumbia	Diretora Dpt Investigação da paz	Fundação Houphouët-Boigny	Costa do Marfim
47	Sra Amany Asfour	Presidente	Associação egípcia das mulheres empreendedoras e HRST Cluster ECOSOCC	Egito
48	Sr. Abebe Abera Abate	Conselheiro do Ministro	Ministério da Educação	Etiópia
49	Sr. Juste Joris Tindy-Poaty	Secretário-geral	Comissão nacional para a UNESCO	Gabão
50	Sr. Ousmane Senghor	Programa Oficial sénior para a Educação	Comissão nacional para a UNESCO	Gambia
51	Sr. N'Faly Kamanou	Diretor do Departamento de Educação e Cultura de Paz	Comissão nacional para a UNESCO	Guiné
52	Sr. John Simiyu	Professor Associado em Tecnologia da Educação	Chepkoilel University College, Moi University	Quênia
53	Sr. Kiragu Magochi	Diretor da Política, Parcerias e Comunidade de África ocidental	Ministério da Educação Nacional	Quênia
54	Sr. Nathaniel Motaba	Coordenador	Comissão nacional para a UNESCO	Lesotho
55	Sra Louise McMillian	Ministra da Cultura	Ministério da Cultura	Libéria
56	Sr. Christopher J. Magomelo	Assistente Executivo Secretaria da Cultura	Comissão nacional para a UNESCO	Malawi
57	S.Ex ^a . Sr. Messaoud Ould Mohamed Lahbib	Ministro do Ensino Superior e da Investigação Científica e Presidente	Comissão nacional para a UNESCO	Mali
58	Sra. Khadija Boutkhili	Professor investigador	Comissão nacional para a UNESCO	Marrocos
59	Sr. Arvind Boodhun	Representante máximo da Cultura	Ministério das Artes e Cultura	Mauritius
60	S.Ex ^a Sr. Joaquim Alberto Chissano	Ex-Presidente da República de Moçambique e Presidente	Fundação Joaquim Chissano	Moçambique
61	Sr. Helder Francisco Malauene	Especialista do Presidente	Painel da Juventude africana/ African Youth Panel (AYP)	Moçambique
62	Prof. Patricio José	Reitor (Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo)	Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo	Moçambique
63	Sr Estevão J. Filimão	Professor investigador		Moçambique
64	Sra. Victoria Haraseb	Assistente regional de Educação	Grupo de trabalho sobre as minorias autóctones na África Austral (WIMSA)	Namíbia
65	Sr. Issa Namata	Secretário executivo	Comissão nacional para a UNESCO	Nigéria
66	Sr. José Malot	Responsável de Missão	Comissão nacional para a UNESCO	República da África Central

67	S.Ex ^a . Sr. Banza Mukalay Nsungu	Ministro do Desporto, da Cultura e das Artes e Presidente	Conferência da UA dos Ministros da Cultura (CAMC IV)	República Democrática do Congo
68	Prof Dr.Manda Kizabi	Delegado permanente adjunto	Delegação Permanente junto da UNESCO	República Democrática do Congo
69	Sr. Théophyle Mbayo Kifuntwe	Diretor adjunto de Gabinete	Ministério da Juventude, Desporto, Culta e Artes	República Democrática do Congo
70	Sr. Michel Djamba	Inspetor geral	Ministério do Ensino Primário, Secundário e Profissional	República Democrática do Congo
71	Sra Kazadi Yamba Marie-José	Conselheira do Ministro da Cultura	Ministério da Cultura	República Democrática do Congo
72	Sr. Kasesa N'Senga Pierrot	Assistente do Ministro da Cultura	Ministério da Cultura	República Democrática do Congo
73	Sr Antoine Wada			República Democrática do Congo
74	Sr Ebokwol Ghyor Mayele			República Democrática do Congo
75	Sr. Erick Kajiru	Responsável por Programa de Cultura e Coordenação das iniciativas sobre a Cultura de Paz	Comissão nacional para a UNESCO	República Unida da Tanzânia
76	Sr. Doudou Diene	Antigo Correspondente especial da ONU e Perito independente sobre a situação dos direitos do homem na Costa do Marfim	UN-HCDH	Senegal
77	Sr. Ibrahima Diop	Ponto focal nacional	Reserva de Biosfera transfronteiriça do Delta do Rio Senegal – Parque nacional dos pássaros do Djoudj	Senegal
78	Sr. Aliou Ly	Secretário-geral	Comissão nacional para a UNESCO	Senegal
79	Sr. Jacques Kouï Gbilimou	Responsável pelo Desenvolvimento curricular	Ministério da Educação nacional	Seychelles
80	Sr. Nureldin Satti	Presidente	Fundo internacional para a Promoção da Cultura da UNESCO	Sudão
81	Sr. Abuelgassim Gor, PhD	Professor Associado	Centro sudanês para a investigação em Teatro, Cultura e Desenvolvimento	Sudão
82	Sr. Jok Madut Jok	Subsecretário	Ministério da Cultura	Sudão do Sul
83	Sr. Kougblenou Akoété	Secretário-geral	Comissão nacional para a UNESCO	Togo
84	Sr. Kamel El Hajjem	Diretor-geral	Comissão nacional para a UNESCO	Tunísia

85	Sr. Robert Nkwangu	Job Support and Political Officer	Deficiente Internacional	Uganda
86	M. Tenywa Godfrey	Intérprete de língua gestual (TG)	Deficiente Internacional	Uganda
87	M. Donald Chikumbi	Professor e Coordenador, de Proximidade e Investigação	Copperbelt University, Dag Hammarskjold Institute para Estudos de Paz (DHIPS)	Zâmbia
88	S. Ex ^a . Sr Solomon Jason Mbuli	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Delegado Permanente	Delegação da Zâmbia	Zâmbia
89	Sra Talent Jumo	Coordenadora regional	Rede de jovens mulheres líderes da SADC	Zimbabué
90	Dr Temba Petros Ndlovu	Secretário-geral temporário	Comissão nacional para a UNESCO	Zimbabué
91	Sra Tapfiwa j. Katsinde		Comissão nacional para a UNESCO	Zimbabué
92	Sr Erastus Mwencha	Vice-presidente	Comissão da União Africana	AU
93	Sra Raymonde Agossou	Chefe de Departamento	Recursos Humanos e Desenvolvimento da Juventude – Comissão da União Africana	AU
94	Sra Aissatou Hayatou	Perito	Departamento da Paz e Segurança da União Africana	AU
95	Sra Angela Martins	Especialista cultural Sénior	Departamento dos Assuntos Sociais, União Africana	AU
96	Sra Antonia Ifeanyi-Nwanze	Consultora - AFDB	Gabinete do Chefe de Departamento, Comissão da União Africana	AU
97	Sra Yvette Dembelé	Coordenadora	Centro Internacional para a Educação das jovens meninas e Mulheres em África (CIEFFA)	OIG
98	Sr. Charles Binam Bikoi	Secretário executivo	Centro Regional de Investigação e Documentação sobre as Tradições Oraís e pelo Desenvolvimento das Línguas Africanas (CERDOTOLA)	OIG
99	Sra Hadja Saran Daraba Kaba	Secretário-geral	União do Rio Mano	OIG
100	Sr. Kenneth Hamwaka	Diretor executivo	Orientação, Consultadoria & Centro de Desenvolvimento para Africa	OIG
101	Sr. Eben Chonguica	Secretário executivo	Comissão Permanente da Bacia do rio Okavango (OKACOM)	OIG
102	Sra Florentina Adenike Ukonga	Secretária executiva adjunta	Comissão do Golfo da Guiné (GGC)	OIG
103	Sr Ahlin Byll-Cataria	Secretário executivo	Associação para o desenvolvimento da Educação em África (ADEA)	OIG
104	Sr. Anselme Some	Jurista, Perito JEICP	Comissão da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	OIG
105	Sr. Septime Martin	Representante residente	Banco africano de Desenvolvimento (BAD)	OIG

106	Sr. Ibrahim Dia	Coordenador	Secretaria conjunta UA-CEA-BAD – União Africana, Comissão económica para África, Branco Africano de Desenvolvimento	OIG
107	Sr Federico Mayor Zaragoza	Antigo Diretor-geral da UNESCO e Presidente	Fundação Cultura de Paz	ONG
108	Sra Bineta Diop	Presidente	Mulheres África e Solidariedade (FAS)	ONG
109	Sra Coumba Fall Venn	Administradora	Centro Pan-africano para o género a paz e o desenvolvimento, Mulheres, África e Solidariedade (FAS)	ONG
110	Sr. John Ayité Dossavi	Presidente	Rede Africana de Promotores e Empreendedores Culturais (RAPEC)	ONG
111	Sr. Daniel Da Hien	Coordenador (Antigo Presidente dos Clubes UNESCO em África)	Rede África Juventude	ONG
112	Sr. Vincent Nkeshimana	Diretor	Rede de Jornalistas Africanos para a Paz e a Segurança da UA	ONG
113	Sra Annick Thébia Melsan	Presidente	Programa Arte & Cultura do Centro de Estudos e Prospetiva Estratégica (CEPS)	ONG
114	Sra Hélène Pichon	Diretor das Relações com as Instituições	Centro de Estudos e Prospetiva Estratégica (CEPS)	ONG
115	Sra Laetitia Sagno	Responsável de Missão África	Centro de Estudos e Prospetiva Estratégica (CEPS)	ONG
116	Sr Lupwishi Mbuyamba	Diretor executivo	Observatório das políticas culturais em África (OPCA)	ONG
117	Sr. Adigun Ade Abiodun	Presidente	Fundação africana do espaço e do sistema global de observação dos oceanos em África (GOOS-Africa)	ONG
118	Sr. Bernard Mumpasi Lututala	Secretário executivo adjunto	Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Sociais em África (CODESRIA)	ONG
119	Sr. Jean Bosco Butera	Diretor	UPEACE Programa África, Addis Abeba	ONG
120	Sr. Patrick Gallaud	Presidente	Comissão Intermediária ONG/UNESCO	ONG
121	Sra Beatrice Kiraso	Diretora	Diretora do Gabinete sub-regional de África Austral, Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA)	UN
122	Sra Maria do Valle Ribeiro	Coordenadora residente	PNUD / UNDP	UN
123	Sra Kourtoun Nacro	Representante por parte da UNCT	FNUAP / UNFPA	UN
124	Sra Aminata Maiga	Especialista em Empregos verdes	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	UN
125	Dra. Maria Amélia	Representante adjunta	UNICEF, Angola	UN

	Russo de Sá			
126	Sra Irina Bokova	Diretora-geral	UNESCO	UNESCO
127	Sra Lalla Aïcha Ben Barka	Subdiretora geral para África	Departamento África, UNESCO	UNESCO
128	Sra Yvonne Matuturu		Casa da Paz no Burundi, UNESCO	UNESCO
129	Sr. Pape Banga Guisse	Perito em Educação para a Paz e Professor de Direito	UNESCO Dakar - Universidade de St Louis, Senegal	UNESCO
130	Sr Benoit Sossou	Diretor	UNESCO Yaoundé	UNESCO
131	Sr. Abou Amani	Especialista Sênior de Programa	Programa hidrológico internacional, UNESCO	UNESCO
132	Sr. Mohamed Djelid	Diretor	UNESCO Nairobi	UNESCO
133	Sra Cecilia Barbieri	Especialista de Programa para a Educação	UNESCO Windhoek	UNESCO
134	Sra Katerina Stenou	Diretora	Plataforma para a Cultura de Paz e não-violência, UNESCO	UNESCO
135	Sr. Albert Mendy	Especialista de programa	UNESCO Yaoundé	UNESCO
136	Sra Ann Therese Ndong-Jatta	Diretora	UNESCO Dakar	UNESCO
137	Sra Noeline Raondry Rakotoarisoa	Chefe de Secção	Sector das Ciências, Rede da Biosfera e do Reforço das capacidades, UNESCO	UNESCO
138	Sr. Max Ooft	Consultor	UNESCO	UNESCO
139	Sr. Doug Nakashima	Chefe de Secção	Pequenas ilhas e saberes autóctones, Sector das Ciências, UNESCO	UNESCO
140	Sr. Hervé Huot-Marchand	Especialista de Programa	UNESCO Dakar	UNESCO
141	Sra Robertine Raonimahary	Diretora	Departamento África, UNESCO	UNESCO
142	Sr. Vincenzo Fazzino	Especialista Sênior de Programa	Departamento África, UNESCO	UNESCO
143	Sra Moufida Goucha	Chefe de Equipa	Equipa da inovação social dirigida aos jovens, UNESCO	UNESCO
144	Sra Sacha Rubel	Coordenadora de programa	Sector da informação e da Comunicação, UNESCO	UNESCO
145	Sr Abdourahamane Diallo	Chefe de Gabinete	UNESCO Brazzaville	UNESCO
146	Sr. Vincent Defourny	Responsável de Missão	Gabinete de coordenação das unidades fora da Sede, UNESCO	UNESCO
147	Sra Ana Elisa Santana de Afonso	Especialista de Programa	Departamento África, UNESCO	UNESCO
148	Sr Edouard Matoko	Diretor	UNESCO Addis	UNESCO
149	Sr. Marcel Kabanda	Consultor	Departamento África, UNESCO	UNESCO
150	Sra Laura Raymondi	Assistente	Departamento África, UNESCO	UNESCO
151	Sr. Alaphia Wright	Diretor	UNESCO Windhoek	UNESCO
152	Sr. Nicolau Bubuzi	Especialista de Programa Nacional	Antena Angola, UNESCO Windhoek	UNESCO
153	Sr. Samuel Mondlane	Especialista de Programa	Antena Angola, UNESCO Windhoek	UNESCO

Outros participantes Angolanos				
154	Sra. Mónica Aleixo Martins			Angola
155	Sr. António Silvestre Alves Sardinha			Angola
156	Sr. António Carlos Sumbula			Angola
157	Sr. Luís Matoso António Massy			Angola
158	Sra. Alexandra Aparício			Angola
159	Sr. Mário Augusto			Angola
160	Sr. Jesus Baptista			Angola
161	Sr. Miguel Cesar Domingos Bembe			Angola
162	Sr. Miguel Flávio Bongo			Angola
163	Sr. Carlos Manuel Calongo			Angola
164	Sra. Emingarda Castelbranco			Angola
165	Sr. Domingos Coelho da Cruz			Angola
166	Sr. Orlando da Mata			Angola
167	Sra. Luísa Maria Grilo			Angola
168	Sr. José Cordeiro Chimo			Angola
169	Sr. Jubilo Cuthume António			Angola
170	Sr. Victor Kajibanga			Angola
171	Sr. João Kundougende			Angola
172	Sra. Maria de Fátima Lima Viegas			Angola
173	Sra. Alice da Conceição Marques Valdemar			Angola
174	Sr. Pedro Nsiangengo			Angola
175	Sr. Pedro dos Santos Lutumba			Angola
176	Sr. Pinto Massunga			Angola
177	Sr. Pedro Alfredo Ramalhoso			Angola
178	Sra. Ana Paula Rodrigues			Angola
179	Sr. António Sangossango			Angola
180	Sr. Inocência			Angola

	Tchidupulo			
181	Sr. Tiago Catumo			Angola
182	Sr. Filipe Artur Vidal			Angola
183	Sr. Rui Orlando Xavier			Angola
184	Sra. Maria Emília Abrantes			Angola
185	Sr. Walter André Camuelen			Angola
186	Sr. José André			Angola
187	Sr. Francisco de Assis Paixão e Silva			Angola
188	Sr. J. Coimbra Baptista			Angola
189	Sr. João Domingos Cadete			Angola
190	Sr. Carlos Cândido			Angola
191	Sr. Custódio Canivete			Angola
192	Sra. Petra Catarino			Angola
193	Sra. Ana Carla de Sousa			Angola
194	Sr. Damásio Dinis Júnior			Angola
195	Sr. José Ernesto			Angola
196	Sr. Adriano R. Gaspar			Angola
197	Sra. Ana Paula Godinho			Angola
198	Sra. Ana Manuel			Angola
199	Sra. João Manjenje			Angola
200	Sr. Mpovi Ndongadi Ngolo			Angola
201	Sra. Maria A. Neto Rescova			Angola
202	Sra. Creusa Nhanga			Angola
203	Sr. Júlio Paulo António			Angola
204	Sr. José Moreno Pereira da Gama			Angola
205	Sr. Rui Vasco			Angola
206	Sr. Norberto Pintal			Angola
207	Sr. Ramiro Matos			Angola
208	Sr. Alexandre Sousa Costa			Angola
209	Sr. Kikas Manuel Machado			Angola
210	Sr. Efigênia Barroso Mangueira Van- Dúnem			Angola
211	Sra. Marília Sofia Ferreira			Angola

212	Sr. Manuel Kavungo Mayimona			Angola
213	Sr. Kilamba Neto			Angola
214	Sr. Christian S. Ndoulou			Angola
215	Sra. Suzanete Nunes da Costa			Angola
216	Sra. Nlanda Manuel Paulo			Angola
217	Sr. Peterson Pedro Domingos			Angola
218	Sr. Lucas Quilundo			Angola
219	Sra. Ruth Francisco Fernandes			Angola
220	Sra. Wenzil Salomão			Angola
221	Sr. Aldo Sambo			Angola
222	Sr. Manuel Sebastião Domingos			Angola
223	Sr. Ana Silva			Angola
224	Sr. Venâncio Gomes Soares			Angola
225	Sr. Eduardo Silva			Angola
226	Sr. Jose Steven Ferrão Ferreira			Angola
227	Sr. Domingos Jeteio			Angola
228	Sr. Victor Sergio Joaquim			Angola
229	Sr. José Cardoso			Angola
230	Sra. Marta Jonga			Angola
231	Sr. Devanh Guimbi			Angola
232	Sr. José António Chissola			Angola
233	Sr. José Carlos Dário Silva			Angola
234	Sra. Ana Maria de Oliveira			Angola
235	Sra. Rosa da Conceição de Sousa da Costa			Angola
236	Sra. Josefa Domingos de Carvalho			Angola
237	Sr. Domingos Álvaro			Angola
238	Sr. António Vieira Vunge			Angola
239	Sr. Pascoal Balumuna			Angola
240	Sra. Eduarda Borja			Angola



© Paulino Damitso

**“Foto de Grupo” – Participantes do Fórum Pan Africano “Fundamentos e Recursos para uma Cultura de Paz”
26-28 de março de 2013**

***“Uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens
que devem ser construídas as defesas da paz.”***

Ato constitutivo da UNESCO

***“Qualquer vida é uma vida.
É certo que uma vida surge na sua existência antes de outra vida,
Mas uma vida não é mais “antiga” ou mais respeitável que outra vida,
Do mesmo modo que nenhuma vida é superior a outra vida.”***

Carta do Mandén

Proclamada em Kourougan Fouga (Século XIII)

***“Criar criar
Estrelas sobre o camartelo guerreiro
Paz sobre o choro das crianças
Paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato
Paz sobre o ódio
Criar criar com olhos secos”***

Agostinho Neto

“Eu sou porque tu és.”

Provérbio oriundo da filosofia Ubuntu

“Na floresta, quando os ramos das árvores se disputam, as raízes abraçam-se.”

Provérbio africano